

DIVULGAÇÃO MARXISTA

SUMÁRIO

<i>Calvino</i> — A URSS é uma potência imperialista?	1
A economia capitalista em tempo de guerra	10
<i>Lipetsker</i> — O direito de propriedade na U. Soviética	11
<i>A. Vanick</i> * — Que conseqüências advirão de Volta Redonda para o desenvolvimento econômico do Brasil?	45
Perguntas e respostas	54
<i>Angrand</i> — A filosofia ao alcance de todos	57
A população brasileira segundo a côr, o estado civil, a nacionalidade, a instrução e suas atividades principais	63
<i>E. Varga</i> — As peculiaridades da política interna e externa dos países capitalistas na época da crise geral do capitalismo	65
Ignorância e reacionarismo	79
<i>Leontiev</i> — O método soviético de industrialização..	81
Questões de economia política	99
<i>Galkin</i> — A Comuna de Paris de 1871	103
<i>Hook</i> — Para compreender e interpretar Marx	119
<i>Marx</i> — A bondade cristã	125
<i>Prado</i> — Exploração de jazidas no Brasil colonial...	127
<i>Lénin</i> — Para os reacionários lerem	129
Abalo na reputação da Enciclopédia Britânica	131
<i>Prenant</i> — Biologia e marxismo	133
Correspondência dos nossos leitores	152
Pequeno Dicionário Marxista	153
<i>Aparicio</i> — Estudemos o marxismo	169
Índices geral e remissivo	179

ANO I

15 DEZEMBRO 1946

N.º 12

Número da quinzena, Cr\$ 8,00

Número atrasado, Cr\$ 10,00

DIVULGAÇÃO MARXISTA
Publicação quinzenal
Sai aos dias 1 e 15 de cada mês
Direção de
Calvino Filho
e
S. O. Hersen
Redação e Administração
Av. 28 de Setembro, 174
Rio de Janeiro — Brasil

Número em circulação... Cr\$ 7,00
Número atrasado Cr\$ 10,00

ASSINATURAS

Para o Brasil:
Anual (24 números) .. Cr\$ 150,00
Semestral (12 números) Cr\$ 70,00
Para o Exterior:
Anual — 7 dólares americanos.

As assinaturas começam da data em que são tomadas e cada número da revista é remetido sob registro. Os pedidos devem ser dirigidos à EDITORIAL CALVINO LIMITADA Av. 28 de Setembro, 174 Rio de Janeiro

Foi publicado no 10.º número de *Divulgação Marxista*:

A LEGISLAÇÃO SOCIAL NA URSS: I — A Constituição da URSS e os princípios da legislação social soviética; II — A competência da legislação social; III — Como se garante a mão de obra na economia nacional e formas legais para conseguí-lo; IV — Início, mudança e cessação das relações de trabalho; V — A jornada de trabalho e o descanso. Férias; VI — O salário. Tabelas

de salários. Sistemas de salários. Normas de trabalho e de avaliação. Retribuição do trabalho pelo tempo nêle empregado. Sistema de prêmios. Garantia de um salário mínimo. Métodos de regulamentação do salário; VII — O abastecimento dos operários; VIII — Proteção do trabalho; IX — O trabalho das mulheres e dos menores; X — A disciplina no trabalho; XI — Dissídios de trabalho; XII — O seguro social a cargo do Estado; — XIII — Regulamentação do trabalho nos kolrozes; XIV — Regulamentação do trabalho nas cooperativas de produção e de inválidos — *A mulher na União Soviética.*

**AJUDE-NOS A DIFUNDIR
DIVULGAÇÃO MARXISTA**

Pedimos aos leitores do interior nos enviem nomes e endereços completos de amigos ou simples conhecidos, que se interessem ou sejam capazes de se interessar pelo estudo do marxismo.

DESCONTO DE 20 %

A quantos comprarem de uma só vez e de um só número desta revista um mínimo de 5 exemplares, em nossa redação, abonaremos o desconto de 20 %. Os leitores do interior que desejarem gozar do desconto acima, bastarão fazer seus pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal, pratico e eficiente.

**LEIA DIVULGAÇÃO MARXISTA
DE GRAÇA**

Faça com que 10 pessoas das suas relações, por ser intermedio, assinem esta revista e conquiste, como premio, uma assinatura gratuita.

DIVULGAÇÃO MARXISTA

Ano I

Diretores: *Calvino Filho* e *S. O. Hersen*

N.º 12

A U.R.S.S. É UMA POTENCIA IMPERIALISTA ?

CALVINO FILHO

Antes de responder, vejamos, sinteticamente, o que é o imperialismo. E' a última e suprema etapa de desenvolvimento do capitalismo. A lei da concentração do capital tem uma importância decisiva no processo da transformação do capitalismo em imperialismo. Significa que a produção é cada vez mais social, e, portanto, mais incompatível com a apropriação individual capitalista. O superior desenvolvimento do capitalismo — imperialismo — procura escravizar o mundo, repartindo-o entre seus beneficiários, as grandes potências capitalistas. Sendo cada imperialismo nacional mais voraz e insaciável que outro, não conhecem leis morais ou jurídicas e buscam pela força — a guerra — dominar e destroçar os seus concorrentes. Assim foi a guerra de 14-18 e a de 39-45, na sua primeira fase, nas quais o imperialismo Franco-Anglo-Americano lutou contra o Germano.

O mais poderoso instrumento expoliador do imperialismo é o capital financeiro.

A essência econômica do imperialismo é a substituição da livre concorrência pelos monopólios.

“O imperialismo é o capitalismo na sua fase de desenvolvimento, em que se institui a dominação dos monopólios e do capital financeiro, em que a exportação dos capitais adquire uma importância extraordinária, em que a partilha do mundo entre os trustes internacionais começou, em que terminou a partilha territorial do globo entre os maiores países capitalistas.” (Lénin — *O Imperialismo*).

Na época do capitalismo dos trustes, os imperialistas mais celerados lançam mão, sem cerimônia, de métodos abertamente terroristas de opres-

Divulgação Marxista, n.º 12 — Rio, 15-12-46

são aos trabalhadores, atiram-se aos processos de violência cínica, retornando assim, temporariamente, à escravidão e à Idade Média. Foi o que nos mostrou o fascismo. Sob os regimes imperialistas, mesmo as liberdades elementares que o proletariado pôde conquistar são constantemente ameaçadas pelos elementos reacionários, que estão tanto mais dispostos aos piores excessos quanto maior fôr a tendência do operariado para firmar seus direitos elementares.

Que é, pois, uma potência imperialista? E' toda nação que, pelo seu elevado desenvolvimento econômico, pode manter grandes exércitos ou fôrças navais, ou rapidamente mobilizar-se para a guerra, a fim de garantir a expansão do seu capitalismo monopolizador e capital financeiro. Devido a êsse poderio econômico e bélico, faz guerras de conquista contra os povos fracos, invade-lhes os territórios e os submete, escravizando-os, praticamente. Noutros casos, por meio de seus enormes recursos financeiros, através de empréstimos, toma conta de todos os pontos-chaves da economia dos países pouco desenvolvidos e os submete e os sujeita aos seus interesses de super-lucro, não se esquecendo de distribuir sobras entre muitos expoentes das classes dominantes... que são seus defensores.

Releia-se a história da Inglaterra, da Alemanha, dos Estados Unidos, do Japão, da Rússia Tsarista, etc., que logo se verá como é a história da pilhagem, escravização e sujeição.

O Brasil, dizemos, equivocadamente, é uma nação livre e independente, mas, na verdade, até o dia 30 de setembro de 1946, não embarcávamos as nossas mercadorias, fazendo-as atravessarem os mares, nem isso, sinão com autorização de S. Majestade Britânica! Até então, dependíamos do *navicert* inglês! Ainda agora, não podemos vender e comprar muitos produtos sem prévia autorização do imperialismo britânico ou norte-americano.

A Abissínia era um país atrasado e pacífico. E a Itália invadiu seu território e submeteu os povos abissínios. Expulsos os italianos, instalaram-se lá os ingleses...

Essas são umas das múltiplas manifestações do imperialismo, que lembramos aos nossos leitores, por estarem praticamente sob nossos olhos.

A simples referência acima, de como agem os países imperialistas, dá-nos idéia perfeita, supomos, do que é o imperialismo, para os que se contentam com fatos concretos, e não se dão ao trabalho de examinar o conteúdo das coisas ou acontecimentos.

Não esqueçamos, entretanto, que os imperialistas apresentam sempre suas ações como resultantes de pundonor nacional ferido, como campanhas de libertação e de civilização!

COMO TEM AGIDO A URSS EM FACE DAS AGRESSÕES IMPERIALISTAS

Quem desejar conhecer em detalhes a atuação da URSS em face das agressões imperialistas, bastará ler os corajosos e magníficos discursos de Máxim Litvínov, principalmente os proferidos na Liga das Nações, que para logo reconhecerá o esforço imenso da URSS para proteger os povos fracos das ambições incomensuráveis do imperialismo, ao mesmo tempo que desenvolve até as últimas conseqüências a sua política de paz.

Falando a 7 de março de 1937 sobre a atitude da União Soviética frente aos novos atos de agressão na Europa de então, Máxim Litvínov declarou que a posição da URSS para qualquer ato particular de agressão se baseava nos princípios gerais e inalteráveis de sua política exterior, os quais foram definidos por Stálin e que são os seguintes:

“1. — Somos pela paz e fortalecimento das relações práticas com todos os países; ocupamos e continuaremos ocupando essa posição, na medida em que não tentem lesar os interesses de nosso país.

2 — Somos pela manutenção de relações pacíficas de aproximação e boa-vizinhança com todos os países que têm fronteiras comuns com a URSS; ocupamos e continuaremos ocupando esta posição, na medida em que tais países se atenham a estas mesmas relações com a União Soviética, na medida em que não tentem lesar, direta ou indiretamente, os interesses da integridade e inviolabilidade das fronteiras do Estado Soviético.

3 — Somos pelo apoio aos povos vítimas da agressão, que lutam pela independência da pátria.

4 — Não tememos as ameaças dos agressores e estamos dispostos a responder com dois golpes a cada golpe dos promotores da guerra que procurarem atentar contra a inviolabilidade das fronteiras soviéticas.

Esta é a política exterior da União Soviética.

E essa política foi sempre rigorosamente observada. O governo soviético sempre se esforçou por fortalecer as relações pacíficas entre a URSS e outros países, mediante os pactos de não-agressão e neutralidade e de convênios para dirimir os conflitos por meio da conciliação e arbitramento.

Tais pactos e tratados, firmou-os a União Soviética com quasi todos seus vizinhos.

Desde que ingressou na Liga das Nações, tomou parte ativa nos esforços para obter a segurança coletiva.

Quando os russos entraram para a Liga, Litvínov pronunciou um dos seus clássicos discursos, nem com lágrimas de alegria nem de graças:

“Um novo Estado, com um novo sistema, sempre foi sujeito a hostilidades. O velho mundo, atirando-se contra os Soviets, tentou sufocar-nos. Muitos imaginaram que a paz eterna estaria à mão se somente fôsse possível livrarem-se de nós. A Liga das Nações não nos impressiona, muito especialmente porque nós próprios já somos uma Liga de 200 nações. Paz entre tantas raças dentro de uma nação é novidade na história e só possível porque os Soviets não estão interessados em idéias de nacionalismo ou raciais. Que é essa tão altamente louvada organização de paz a que aspira a Liga? *Slogans* políticos envelhecem muito depressa. Se já têm sido repetidos por vêzes demais sem se terem realizado, precisam que se lhes dê nova vida, que sejam rejuvenescidos”.

Falando no Conselho da Liga das Nações, em Londres, em março de 1936, Litvínov assinalou que, no breve período de 18 meses, em que a URSS era membro da Liga, era a terceira vez que seu representante tinha que clamar contra a violação de obrigações internacionais: a primeira, quando a Alemanha violou as cláusulas militares do Tratado de Versalhes; a segunda, quando do ataque da Itália contra a Abissínia,

e a terceira, a respeito da violação, por parte da Alemanha, do Tratado de Versalhes e do Pacto de Locarno.

Os discursos de Litvínov em Genebra eram menos surpreendentes alguns anos atrás do que o são hoje os de Mólotov.

"O governo soviético", disse ele em 1935, "opoõe-se a todo o sistema de colônias, esferas de influência, ou concepções imperialistas de qualquer espécie. A Liga não deve ser senão uma conferência permanente de paz e uma advertência a todo o agressor". E noutra ocasião: "A passividade da Liga foi a causa do ataque à Abissínia. A tolerância para com este agressor animou outros para a experiência espanhola; a falta de auxílio à Espanha levou ao ataque à China; três casos em cinco anos. A intervenção resoluta num caso nos teria poupado todo o trabalho subsequente; todos teriam visto que um ataque não vale a pena." Quando os Soviets propuseram, em 1938, acordar numa ação coletiva contra toda agressão, a Inglaterra recusou-se a assinar. E, quando os russos auxiliaram os tchecos a esse tempo, Lord Londonderry propôs que, em caso de guerra, a Inglaterra, em lugar de marchar com os tchecos, ficasse com Hitler. Finalmente, a última tentativa dos Soviets, em março de 1939, para evitar a guerra convocando uma conferência, foi frustrada pela Inglaterra, que considerou uma tal reunião prematura".

A URSS foi a ÚNICA das grandes potências que protestou contra a intervenção italiana e alemã na Espanha e exigiu a observação das regras internacionais com respeito ao governo legal da República Espanhola e também a terminação da farsa da "não-intervenção".

Quando o Japão começou a guerra contra a China, apoiado pelo imperialismo Anglo-Norte-Americano, que lhe fornecia matérias primas e material bélico, a União Soviética se encontrou outra vez na primeira fila dos que condenavam a agressão e defendiam a segurança coletiva.

Depois da ocupação da Áustria pela Alemanha e quando a Polónia estava expressando inequívocas ameaças contra a Lituânia foi de novo o governo soviético o PRIMEIRO a levantar sua voz contra a agressão, como consta das declarações feitas por Máxim-Litvínov aos jornalistas, em 17-3-1938.

Quando a Alemanha de Hitler intimou a Tchecoslováquia a render-se incondicionalmente, os pactos de ajuda mútua Tcheco-Soviético e Soviético-Francês foram postos simultaneamente à prova. O governo soviético cumpriu suas obrigações. A França, ou melhor, o seu governo imperialista, porém, traiu, como se esperava, seus compromissos e, ao invés de, ao lado da URSS, defender a Tchecoslováquia, interveio e fez pressão sobre o governo tcheco para que cedesse às exigências de Hitler.

Munich foi a consequência dessa traição histórica e o preâmbulo do desastre do povo francês.

A União Soviética sempre defendeu a igualdade de direitos dos povos grandes ou pequenos e desmascarou antecipadamente as manobras dos imperialistas. Mas nem assim conseguiu vencer a larga propaganda guerreira e chovinista, de onde os povos não terem sabido evitar a última guerra.

As conclamas de paz, com que enchia o mundo o Poder Soviético, Goebbels repondia, precisamente a 28 de maio de 1931: "que a espada era

o único instrumento com que se poderia realizar a política exterior", e Hitler, em 9-12-1930, no *Voelkischer Beobachter*, declarava: "a espada tudo decidirá".

Enquanto o governo soviético desenvolvia um desesperado esforço para evitar a guerra, preparada pelos imperialistas, Chamberlain oferecia milhões de libras a Hitler para que atacasse a URSS!

Essa, ultra-resumidamente, a história da política externa do Poder Soviético, em face das agressões imperialistas.

Nem um ato de agressão é possível registrar-se; ao contrário, o governo soviético formulou perante o mundo dezenas de protestos por força das repetidas e renovadas agressões dos imperialismos contra os povos fracos.

NA PRÁTICA, AGE A URSS IMPERIALISTICAMENTE ?

Já assinalamos que, desde 1917, quando se instalou o Governo Soviético, até 1939, nenhum soldado do Exército Soviético atravessava as fronteiras pátrias.

Quando a URSS, ao ser a Polónia invadida, também atravessou as fronteiras polonesas com o Exército Vermelho, os falsos democratas ou ingênuos, em todo mundo, em côro, exclamaram: oh! Pouco depois, em plena guerra soviética contra o nazismo, o próprio Churchill, velho e tradicional inimigo da URSS, proclamava ao mundo que, se o Exército Vermelho não tivesse atravessado as fronteiras polonesas e oposto uma barragem às hordas hitleristas, teria cometido apenas um suicídio, pela insegurança em que ficaria. O mesmo sucedeu com a guerra da U.R.S.S. contra a Finlândia, guerra estimulada, sustentada e financiada pelo bloco imperialista Anglo-Franco-Norte-Americano. Depois que a U.R.S.S. teve que repelir a invasão nazista, todo mundo reconheceu que, se a U.R.S.S. não fizesse a guerra contra a Finlândia, teria deixado seu coração a descoberto para os golpes mortais do nazismo.

A História é recente, não precisamos recordá-la.

Agora, novamente, a U.R.S.S. pede garantias contra quanto possa pôr em perigo a sua segurança, mas os imperialistas que a desejam fácil presa, clamam ao mundo, como das outras vezes, de que a U.R.S.S., pelo simples e compreensível facto de querer garantias contra qualquer agressão, é imperialista, como eles o são.

E QUE GARANTIAS SÃO ESSAS ?

São, em última análise, apenas as seguintes:

- a) que os países vizinhos, fronteiros, se estructurem democraticamente, possuam governos populares e não apenas de representantes do capitalismo reacionário, e tão pouco sejam focos fascistas;
- b) que os governos imperialistas não estabeleçam bases ou dominem países dos quais possam se utilizar como trampolins para um ataque contra a U.S.S.

E tão justas e razoáveis são essas pretensões de defesa contra prováveis ataques, que não poucos elementos conservadores e burgueses de grande responsabilidade mundial têm defendido esse direito da U.R.S.S. precaver-se contra a guerra, por isso que deseja viver em paz, única forma de existência compatível com o sistema socialista. Ainda há pouco, Lord Beaverbrook, inglês "tory", diretor de *The Evening Star*, em artigo sob o título *Rússia*, em 12-9-1946, escreveu:

"As necessidades internas da Rússia são de reconstrução e de expansão. Seus recursos internos estão a exigir o uso integral de todas as energias pacíficas de uma geração de russos. Desde que nasceu o Estado Soviético, não teve um único dia em que pudesse prosseguir no esforço para atingir os objetivos do seu próprio bem estar, sem a intervenção de alguma potência estrangeira, ou, pelo menos, da ameaça disso. Não é apenas compreensível, é inevitável que a Rússia use seu novo poderio e sua influência nos negócios mundiais, como líder, dentre as nações vitoriosas, para estimular sua própria segurança.

"A Rússia", conclui Lord Beaverbrook, "não visa escravizar o mundo. Não há a menor indicação de que deseje isso. Toda a lógica e a história de sua situação e toda a sua ação passada falam de sua necessidade de paz."

Outro inglês não menos ilustre e talvez de maior prestígio internacional, Harold Laski, mentor teórico do Labour Party, em artigo distribuído pela imprensa de todo mundo, também escreveu: "Fazemos igualmente justiça ao desejo que os russos manifestam de garantir sua segurança contra a agressão. Duas vezes vítimas de maciços ataques alemães, que lhes acarretaram sacrifícios tremendos, em vidas humanas e em material, os russos assistiram à destruição sistemática dos frutos do seu trabalho e devotado auto-sacrifício, desde a Revolução de Outubro, exatamente quando estava à vista uma era de desafogo. Em consequência de tamanha tragédia, mais uma geração terá de resignar-se a viver duramente. Durante o período decorrido entre as duas guerras, a Rússia foi sempre paladina fervorosa da paz; a agressão foi perpetrada pela Alemanha. É, pois, perfeitamente justificável que os líderes russos exijam dos responsáveis pela paz a salvaguarda do seu povo contra novas agressões".

A esse legítimo direito da U.R.S.S. de se precaver contra a guerra, evitando que se estabeleça um novo "cinturão de ferro" à sua volta, os imperialistas procuram apresentar ao mundo como sendo manifestação de imperialismo soviético.

Por que será que os norte-americanos mantêm bases em todas as rotas do mundo, mesmo contra a vontade dos povos? Por que será que Mac Clark, comandante das tropas norte-americanas, na Áustria, conforme anunciaram os nossos diários, no dia 19-9-1946, afirmou que suas tropas não se retiram da Áustria em virtude desse país ser indispensável à segurança dos Estados Unidos?! A Áustria está na Europa, zona mediterrânea, e os Estados Unidos, na América! Mas a Áustria é um bom trampolim para atacar a U.R.S.S.!

Por que será que os ingleses não se retiram da Grécia? Não saem da Palestina? Dão mão forte à Turquia para sozinha, na aparência, controlar os Dardanelos, engarrafando a U.R.S.S., no Mar Negro?

E os imperialistas e conquistadores escravistas são a U.R.S.S., acusam descaradamente esses imperialistas, cuja existência toda tem sido um rosário de assaltos cobardes e pilhagens selvagens contra povos indefesos. Como desprezam a memória dos povos!

PODE A URSS SER IMPERIALISTA ?

A verdade é que a U.R.S.S. só poderia ser imperialista se não fôsse uma federação de livres e independentes Repúblicas socialistas.

Sendo um conjunto de países socialistas, em pleno desenvolvimento, significa que sua economia se baseia na abolição da propriedade privada dos meios de produção, de onde necessariamente ser uma economia planificada, e como tal não admitir a superprodução. Como países socialistas, as forças produtivas que se desenvolvem em seu seio, praticamente têm garantido um desenvolvimento ilimitado, de onde jamais haver excesso de capitais, por isso que todo capital acumulado é reinvestido no desenvolvimento das forças produtivas. Portanto, dentro das fronteiras dos países atuais e futuros socialistas toda a produção de bens de consumo e produção são imediatamente utilizados pelos próprios produtores, de onde não haver excesso de produção, logo não há necessidade da existência de países estranhos aos quais imponha o consumo dos excessos de mercadorias produzidas, tal como ocorre num regime econômico incontrolado como o capitalista. Sendo todo o capital acumulado reinvestido no desenvolvimento das forças produtivas socialistas, não há excessos acumulados, de onde a necessidade da sua exportação como no regime capitalista, isto é, a necessidade imperiosa de aplicá-lo noutros países, portanto, de garantir esses capitais exportados, garantia que obtêm com a sujeição desses países e limitação do seu progresso aos interesses desses mesmos capitais. Mas, que busca o capitalismo exportando os excessos de mercadorias produzidas anarquicamente? Reaver o capital nelas invertido e reproduzi-lo. Sem isso, o capitalismo morreria sufocado sob os excessos de sua própria produção e de inanição. É, pois, uma necessidade vital impôr o seu consumo aos outros. Mas, que busca o capitalismo exportando seus excedentes de capitais para os outros países? Garantir mercados consumidores e fornecedores de matéria prima e juros e lucros para esses excessos de capitais, que, inaplicados, permaneceriam inutilmente nos cofres de segurança, sem se reproduzir. Então, o capitalismo, para corrigir a anarquia da sua produção e a reprodução do seu capital, precisa, é condição vital de sobrevivência, expandir-se pelo mundo, à custa dos povos não capitalistas: os coloniais, semi-coloniais e dependentes. Sucede, entretanto, que várias são as nações capitalistas, que perseguem o mesmo objetivo. Por isso, entre elas, preside a "lei da selva", que as leva às guerras entre si, pela divisão do mundo, dos povos que devem consumir seus excessos de mercadorias, fornecer-lhes as matérias primas e reproduzir-lhes o capital. Como as mercadorias exportadas e os capitais visam reproduzir o capital acrescido do lucro, o lucro, em última análise, é o objetivo supremo do capitalismo. Por isso, os países capitalistas só fazem guerra devido aos lucros imediatos e remotos que as guerras lhes

proporcionam. Por consequência, os países socialistas não se interessam pela guerra, muito menos como recursos de obter "lucros", porque não necessitam do lucro capitalista para progredir, o qual não existe no sistema econômico socialista. E muito menos subjugar outros povos para explorá-los, à maneira imperialista, porque os países vivendo sob regime socialista são livres e independentes como os da U.R.S.S., que só acolhe em seu seio países também socialistas. A guerra, pois, só pode interessar aos capitalistas dos países imperialistas como conquista de lucros imediatos e remotos. Não é expressivo que a U.R.S.S., desde 1920, após ter expulsado do seu solo os intervencionistas e se firmado no Governo, mais não fez que trabalhar pacificamente para construir o Estado Socialista, até que se viu envolvida nesta última guerra, enquanto os países imperialistas promoviam a guerra do Chaco, invadiam a Abissínia, a China, a Tchecoslováquia, etc.? A guerra, todos sabem, é a forma última, inevitável e sanguinolenta da luta econômica entre os países imperialistas, cuja economia, para sobreviver, precisa destruir a concorrente, em busca do ar que a revivifica, que é o lucro. A economia socialista, soviética, é de paz, porque visa apenas atender às necessidades do consumo interno. Não persegue o lucro capitalista, porque não precisa dele para viver e desenvolver-se. Não caçando o lucro, não entra em conflito com nenhuma outra economia. Logo, seu conteúdo não exige a forma guerra para a sua expansão. Pelo contrário, sua forma é a paz, à custa da qual se desenvolverá ininterruptamente. "O imperialismo, como etapa monopolista do capitalismo, agrava em tal medida as contradições do capitalismo, que a "paz" é tão somente uma trégua para novas guerras" — (Lénin).

COMO PROCEDEU A URSS PARA LIQUIDAR O IMPERIALISMO TSARISTA ?

Històricamente, encontra-se base para acusar a U.R.S.S. de imperialista, conquistadora e escravizadora de povos, tal como se podia com referência à Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, Itália, França, Japão, etc., que por serem países capitalistas desenvolvidos são inelutavelmente imperialistas? E aos dois primeiros ainda se pode.

Não. Absolutamente não. A U.R.S.S. jamais subjogou qualquer povo. Jamais fez guerra de conquista. Jamais dominou e explorou economicamente qualquer país. A História comprova nossa afirmação. A Rússia, na verdade, como país capitalista, sob o tsarismo, foi imperialista, mas deixou de sê-lo tão logo se transformou em país socialista. Desde a Revolução de Outubro, quando o proletariado tomou o poder e iniciou a liquidação do capitalismo na Rússia, reorganizando o país em bases socialistas, ao mesmo tempo o Poder Soviético foi libertando os povos não russos, mais de 85 milhões de cidadãos, até então oprimidos pelos grão-russos, reunindo-os em Repúblicas soviéticas socialistas, livres e independentes, associadas espontaneamente nessa federação de novo tipo, que se intitula U.R.S.S.

O capitalismo no Poder, na Rússia, era imperialista e escravista.

O proletariado no Poder, na Rússia, é anti-imperialista e libertador de povos.

Vejamos, rapidamente, como o Governo proletário procedeu com os povos não russos, considerados como colônias e semi-colônias, situados na periferia da Rússia, do antigo império russo, como demonstração bastante para que se possa julgar da sinceridade da orientação atual do Poder Soviético, em face dos problemas políticos e econômicos deste após-guerra.

"Nos velhos tempos, quando estavam no poder, em nosso país, o csar, os capitalistas e os latifundistas, a política do governo consistia em fazer de um povo — do povo russo — o povo dominante, e de todos os outros, povos submetidos, oprimidos. Era uma política feroz, política de lobos. Em outubro de 1917, quando começou em nosso país a Grande Revolução Proletária, quando derrubamos o csar, os latifundiários e os capitalistas, o grande Lénin, nosso mestre, nosso preceptor e educador, disse que para o futuro não deveria haver povos dominantes nem povos dominados, que os povos devem ser iguais e livres. Com isso, enterrou a velha política csarista, burguesa, e proclamou a nova política bolchevique, política de amizade e fraternidade entre os povos do nosso país". (Stálin — Do discurso pronunciado na conferência dos Kolroziãos e Kolroziãs de vanguarda do Tadjikistan com os dirigentes do Partido e do Governo, a 4 de dezembro de 1935).

(Conclui no próximo número)



UMA IMBECILIDADE... — Não se pode contrapor a ditadura do proletariado à direção ("ditadura") do Partido, se se tem em conta as relações ajustadas entre o Partido e a classe operária, entre a vanguarda e as massas operárias. Mas disso mesmo se conclue que também não se pode identificar o Partido com a classe operária, a direção ("ditadura") do Partido com a ditadura da classe operária. Baseando-se em que a "ditadura" do Partido não se pode contrapor à ditadura do proletariado, Sorin chega à conclusão falsa de que a ditadura do proletariado é a ditadura do nosso Partido. Mas Lénin não somente diz que aquela contraposição é inadmissível, como diz, ao mesmo tempo, que é inadmissível contrapor a "ditadura das massas à ditadura dos chefes". Não lhes ocorrerá identificar, baseados nisso, a ditadura dos chefes à ditadura do proletariado? Por este caminho, deveríamos dizer que a ditadura do proletariado é a ditadura de nossos chefes. A esta imbecilidade, precisamente, é que conduz, propriamente falando, a política que identifica a "ditadura" do Partido com a ditadura do proletariado... (Stálin — *Em torno dos problemas do leninismo* — in "Sobre os fundamentos do leninismo", pág. 211 — Edit. Caivino Ltda. — 1945.)



A ECONOMIA CAPITALISTA EM TEMPO DE GUERRA

(Fragmento)

por E. VARGA.

Como ponto de partida, devemos considerar o facto de que cada guerra mundial interrompe a marcha do ciclo industrial, exclui a marcha cíclica da produção industrial, durante todo o tempo de sua duração, e cria "uma fase de alta conjuntura de um tipo especial".

Isto decorre da deformação da economia determinada pela guerra. Em tempo de paz, o problema mais difícil que se apresenta ao capital é o da realização do valor da mercadoria, a passagem da forma mercadoria à forma dinheiro. Esse problema, ou, por outras palavras, o problema do mercado, não existe durante a guerra. As necessidades e exigências do exército superam em muito as possibilidades da produção, atrasadas, em tempo de paz, em virtude da falta de mercado. Em tempo de guerra, o Estado intervém no mercado na qualidade de um comprador que dispõe de uma capacidade ilimitada de compra.

Nas condições de guerra, os industriais estão preocupados, não com o mercado, mas com a maneira de transformar o capital em forma de dinheiro que possuem em capital produtivo; estão preocupados em desenvolver os elementos do capital produtivo: a força operária, matérias primas, meios de produção, meios de transporte, etc. Não é a capacidade de consumo que limita a produção capitalista, como acontece em tempo de paz, mas, ao contrário, a insuficiente produção é que obriga a reduzir tanto o consumo produtivo como o da população civil. Quanto mais se prolonga a guerra, tanto mais a capacidade de compra da sociedade supera suas possibilidades produtivas. O valor é inteiramente consumido, isto é, não se restabelece mais, sob essa forma, o capital produtivo, uma vez que este não pode tomar novamente tal forma em virtude da falta de matérias primas, máquinas, edifícios, força operária, etc., immobilizando-se, na qualidade capital-dinheiro, nas contas dos bancos. A mesma coisa acontece com a parte dos lucros destinada à acumulação. Os salários dos operários, empregados, funcionários e oficiais não podem ser gastos completamente, em virtude da insuficiência de artigos de consumo; imobiliza-se, principalmente, sob a forma de depósitos, nas Caixas Econômicas. Todas essas grandes somas acumuladas de capacidade aquisitiva esperam o fim da guerra, para, depois de suspensas as restrições estatais, se lançarem com todas as suas forças no mercado. (E. Varga, *As perspectivas do ciclo industrial após a terminação da guerra na Europa*; em *Dialética*, n. 16, julho-dezembro de 1945.)

O DIREITO DE PROPRIEDADE NA UNIÃO SOVIÉTICA

por MIRRAIL LIPETSKER (*)

I

PRINCÍPIOS PROCLAMADOS PELA CONSTITUIÇÃO DA URSS

Os bens patrimoniais são distribuídos, na União Soviética, segundo as diferentes categorias de proprietários: de acordo com um sistema determinado, que exclui toda influência de casualidade ou de factores espontâneos.

Os princípios fundamentais do sistema soviético de distribuição da propriedade figuram no Capítulo Primeiro da Constituição da URSS. Todos os objetos suscetíveis de apropriação dividem-se em dois grandes grupos: *instrumentos e meios de produção* e *objetos de uso pessoal*.

Que se compreende por meios de produção? Em linhas gerais, a terra, os bosques e a água; os estoques de minerais úteis, as fábricas, as oficinas,

(*) Mirraíl Lipetsker nasceu, no ano de 1906, na família de um médico moscovita. Em 1927, terminou seus estudos na Universidade de Moscou.

Ao sair da Universidade, Mirraíl Lipetsker exerceu a advocacia, durante alguns anos, em diferentes entidades soviéticas — Sindicato Têxtil Soviético, Comissariado do Povo para a Indústria Leve da União Soviética, etc. — e, mais tarde, como letrado maior do Tribunal de Arbitragem Estatal da União Soviética, tribunal supremo da URSS em problemas econômicos.

Em 1831, começou a lecionar Direito Civil em estabelecimentos universitários e, a partir de 1936, dedicou-se, exclusivamente, a atividades científicas e pedagógicas. Atualmente, Mirraíl Lipetsker ocupa um alto posto entre o professorado do Instituto Jurídico da Academia de Ciências da URSS e é auxiliar de cátedra no Instituto de Engenheiros-Economistas de Moscou.

Mirraíl Lipetsker é muito conhecido nos meios intelectuais soviéticos como especialista em Direito Civil. É autor de inúmeras obras sobre direito de propriedade, relações contratuais e direito de habitação. Devem-se, igualmente, à sua pena os capítulos mais importantes do texto de Direito Civil adotado por todas as Faculdades e Institutos de Direito da União Soviética.

Nos primeiros dias da Grande Guerra Patriótica contra a Alemanha hitlerista, Mirraíl Lipetsker ingressou como voluntário no Exército Vermelho e esteve na frente até 1943. Ocupou diferentes postos de comando e participou de muitos combates, saindo ferido duas vezes. Mirraíl Lipetsker foi condecorado com duas medalhas militares.

as jazidas, os meios de transporte e comunicações; os estabelecimentos comerciais, de seguros e de crédito; as empresas agrícolas, os instrumentos e ferramentas de trabalho e as instalações e serviços públicos.

No conceito de objetos de uso pessoal incluem-se todos os artigos destinados a satisfazer as necessidades do cidadão, a saber: a habitação, os utensílios domésticos, culturais e de uso cotidiano, as peças de vestir e os produtos alimentícios.

O regime jurídico estabelecido pela legislação soviética é inteiramente diverso, conforme se trate de meios de produção ou de objetos de uso pessoal.

Todos os meios de produção, de maior ou menor importância, que possam influir de alguma forma na vida econômica do país, constituem o fundo básico da *propriedade socialista (pública)* e pertencem ao Estado ou às entidades cooperativas e sociais, inclusive os kolrózes. A produção dessas empresas e os rendimentos que obtenham ficam à disposição do Estado ou das entidades cooperativas e sociais.

A propriedade socialista dos instrumentos e meios de produção constitui a base econômica da sociedade soviética.

O regime socialista de propriedade implica em que todas as empresas mais importantes e todos os instrumentos e meios de produção fundamentais não pertençam, na União Soviética, a particulares, mas a toda a sociedade soviética, representada pelo seu Estado, pelas organizações cooperativas, pelos kolrózes e pelas entidades públicas. Graças ao regime socialista de propriedade, essas empresas, instrumentos e meios de produção não são empregados para satisfazer os interesses egoístas de alguns particulares, mas para beneficiar toda a sociedade. A produção das empresas e seus rendimentos ficam à disposição do Estado ou das entidades cooperativas e sociais, que os empregam de acordo com o interesse público.

A propriedade socialista permite a planificação da economia. A atividade das empresas soviéticas é orientada para assegurar o bem-estar geral. O interesse público constitui, igualmente, o objetivo visado pelos planos da economia nacional. Por isso, a realização dos planos da economia nacional não é obstaculizada por maquinações dos dirigentes de estabelecimentos industriais. Como os objetivos das empresas socialistas coincidem com os fins em mira pelos planos da economia nacional, estes gozam do apoio incondicional dos diretores das empresas. Nisto reside a garantia dos êxitos do sistema soviético.

A planificação da economia nacional tem enorme importância para a vida econômica da União Soviética e assegura o desenvolvimento oportuno e racional de sua economia. Graças ao sistema planejado, desenvolvem-se, em primeiro lugar, na União Soviética, os ramos da economia mais necessários ao bem-estar do país. Os ritmos da vida econômica não são determinados por factores ocasionais, mas estabelecidos como resultado de estudos científicos. Por isso, não existe, na URSS, desproporção entre os diferentes ramos da economia e não há possibilidade alguma de que se produzam catástrofes econômicas, crises, desemprego, etc. No fim de contas, tudo isso foi obtido graças ao regime socialista de propriedade.

Quando, a 22 de junho de 1941, a Alemanha hitlerista atacou, inesperada e traiçoeiramente, a União Soviética, o Estado soviético pôde mobilizar a indústria e montar rapidamente a produção bélica. O êxito com que foi realizada a evacuação da indústria ameaçada pela invasão fascista para as regiões orientais do país e a rapidez com que as fábricas evacuadas começaram a funcionar em suas novas instalações foram possíveis, principalmente, em virtude da planificação da economia nacional.

A propriedade socialista aumenta as riquezas nacionais da União Soviética. A parte dos rendimentos do trabalho que, noutras condições, iria caber aos proprietários dos instrumentos e meios de produção, é empregada, no regime de propriedade socialista, para aumentar as riquezas nacionais do país e melhorar as condições de vida de todo o povo.

A sociedade soviética pode destinar meios consideráveis para o desenvolvimento dos fundos industriais do país. Somente durante o quinquênio de 1933 a 1938, as verbas para o desenvolvimento da economia nacional do país ascenderam a mais de 180 bilhões de rublos. Por isso, duplicou, nesses cinco anos, o poderio da indústria soviética, e, em comparação com 1913, aumentou em mais de nove vezes; a capacidade do tráfego das estradas de ferro cresceu em 125 % e o volume do parque de tractores agrícolas em quasi três vezes — de 3,2 milhões de H.P. para 9,3 milhões —, e o número de máquinas segadoras-trilhadoras em mais de seis vezes, de 25.400 para 153.500.

A União Soviética criou uma magnífica indústria, uma agricultura muito mecanizada e um grande sistema de transportes, transformando-se de país agrário em grande potência industrial e passando a ocupar, por sua técnica, um dos primeiros lugares do mundo.

II

A RENDA PÚBLICA AUMENTOU EM MAIS DE CINCO VÊZES

Quanto mais aumenta a riqueza nacional, tanto maior é a renda pública e tanto mais se eleva o nível de vida da população. Durante o quinquênio de 1933 a 1938, os rendimentos nacionais da União Soviética aumentaram de 48 bilhões e 500 milhões de rublos para 105 bilhões de rublos (*). Recordemos, a esse respeito, que, em 1913, a renda pública da Rússia tsarista era apenas de 21 bilhões de rublos. Aumentaram também os salários. Em 1929, o salário do operário médio da indústria ascendia a uns 800 rublos por ano; em 1933, já se elevava a 1.513 e, em 1938, alcançava 3.447 rublos. A remuneração em dinheiro do trabalho dos kolroziãos aumentou, durante o citado quinquênio, em duas vezes e meia e a remuneração em espécie em quatro vezes.

Simultaneamente com o aumento dos salários, foram ampliados os serviços gratuitos médicos, culturais e sociais para a população. Em

(*) Todos os dados estatísticos citados neste trabalho têm como ponto de referência os preços fixos de 1929 (isto é, reduzidos ao curso do rublo em 1929).

cinco anos — de 1933 a 1938 — o Estado edificou 20.500 escolas. Graças a isso, o número de alunos das escolas de primeiro e segundo graus aumentou de 23,3 milhões para 33,2 milhões. As verbas orçamentárias para a saúde pública (em primeiro lugar, para a construção e manutenção de hospitais, consultórios e sanatórios) aumentaram em mais de sete vezes, de 900 milhões de rublos em 1933 para 6 bilhões e 927 milhões em 1937.

Uma demonstração eloqüente do crescimento do bem-estar da população soviética nos é oferecida pelo facto da venda de mercadorias a varejo ter aumentado de 61 bilhões e 300 milhões de rublos, em 1933, para 162 bilhões e 900 milhões de rublos em 1938. Os depósitos nas contas correntes das Caixas Econômicas aumentaram, nesse mesmo período, de 213 milhões de rublos para 4 bilhões e 300 milhões de rublos, ou, seja, vinte e duas vezes.

Todos os cidadãos da União Soviética têm igual direito a uma existência de conforto. Naturalmente, isso não significa que a situação material de todos os cidadãos seja igual, que todos disponham de bens materiais equivalentes. O nível econômico de cada pessoa é determinado, em grande parte, pelo trabalho que realiza, por sua qualidade, pela família que possui, etc. Mas os cidadãos soviéticos não se dividem em ricos e necessitados, ou, seja, em proprietários de instrumentos e meios de produção e em trabalhadores, que não possuem outra coisa sinão sua capacidade de trabalho. Os cidadãos soviéticos são membros de uma sociedade que é proprietária de todos os instrumentos e meios de produção de alguma importância. Isto é suficiente para que não possam ser considerados, em nenhum momento, como pessoas necessitadas de tudo. Todos eles — com raras exceções — contribuem pelo seu trabalho para a exploração dos instrumentos e meios de produção nas empresas públicas. Por isso, é impossível, na União Soviética, qualquer antagonismo de classes e não pode haver problemas entre o “patrão” e o “operário”.

III

A PROPRIEDADE SOCIALISTA É SAGRADA

A propriedade socialista dos instrumentos e meios de produção constitui a base econômica do regime soviético. Diz a Constituição da União Soviética: “Todo cidadão da União Soviética é obrigado a salvaguardar e consolidar a propriedade do regime soviético, manancial da riqueza e do poderio da Pátria, fonte de uma vida de conforto e cultura para os trabalhadores. As pessoas que atentem contra a propriedade comum, socialista, são inimigos do povo”.

A propriedade socialista — patrimônio de toda a sociedade soviética — é utilizada, exclusivamente, no interesse do povo e está diretamente à disposição do Estado.

Segundo a Constituição do União Soviética, pertencem ao Estado todos os bens imóveis, florestais e hidráulicos, os minerais úteis, os estabelecimentos comerciais, fábricas, minas e jazidas, os meios de transporte

ferroviário, fluvial e aéreo, os meios de comunicações, os bancos, as grandes empresas agrícolas — sovrózes, estações de máquinas agrícolas e tractores, serviços públicos — e os grandes edifícios residenciais.

A propriedade pública abrange — permitam-nos a expressão — todos os pontos dominantes da economia nacional. Por isso, o Estado soviético pode influir economicamente sobre a atividade das cooperativas e, inclusive, dos cidadãos, a fim de facilitar a realização de seus planos econômicos.

As entidades cooperativas — kolrózes, cooperativas de artesãos e cooperativas de consumo — constituem uma exceção dentro do regime de propriedade pública, mas, ao mesmo tempo, sua atividade não é orientada apenas no interesse de seus membros, mas, igualmente, no de toda a sociedade soviética, uma vez que são incluídas nos planos estatais que encaminham a economia nacional.

As entidades cooperativas são proprietárias de pequenas empresas industriais — oficinas artesanais, pequenas explorações florestais ou mineiras e estabelecimentos comerciais. Embora os kolrózes sejam, entretanto, as únicas entidades cooperativas de importância na economia nacional, seus recursos produtivos são relativamente pequenos. Os meios fundamentais de produção — a terra, os tractores e as máquinas segadoras-trilhadoras — utilizados pelos kolrózes são propriedade do Estado, que ajuda por todos os meios o desenvolvimento do sistema cooperativo agrícola.

Os bens das entidades sociais, sindicatos profissionais, organizações juvenis, sociedades esportivas, culturais e científicas e demais associações voluntárias são equiparados, juridicamente, à propriedade das entidades cooperativas e dos kolrózes.

As normas do direito soviético, que determinam o alcance da propriedade pública, os processos para defendê-la e as formas de reivindicá-la, diferem, em muito, das formas correspondentes, aplicáveis à propriedade cooperativa e kolroziana.

A esmagadora maioria dos cidadãos soviéticos trabalha nas empresas públicas, estatais e cooperativas e o seu salário depende da quantidade e da qualidade do trabalho que realiza.

Os cidadãos que, por sua idade avançada ou por seu estado de saúde, não podem trabalhar, bem como quasi todos os estudantes, gozam da ajuda material do Estado, expressa em pensões ou bolsas de estudo. Grande parte das crianças órfãs e dos anciãos e inválidos vivem em instituições especiais mantidas pelo Estado.

Os salários, pensões, subsídios e bolsas são aplicados, pelas pessoas que os recebem, à sua livre vontade, para a satisfação de suas necessidades. Com o dinheiro recebido sob a forma de salário, pensão, subsídio ou bolsa de estudos, os cidadãos adquirem os artigos de uso e conforto, peças de vestir, produtos alimentícios, etc. Os objetos e artigos assim adquiridos são propriedade dos cidadãos soviéticos.

A propriedade particular dos cidadãos soviéticos consiste, em geral, em dinheiro e objetos de uso. Os meios de produção não podem ser propriedade particular. Os cidadãos não possuem meios de produção.

As pessoas que vivem nas zonas rurais — em primeiro lugar, os kolrozkianos — podem possuir um terreno particular e explorá-lo, para o que têm direito a adquirir os instrumentos e utensílios necessários.

As economias auxiliares não podem, entretanto, constituir, de modo algum, a fonte principal de rendimentos do indivíduo. São, exclusivamente, um complemento das rendas obtidas por seu trabalho nas empresas públicas de produção. Representam, para o indivíduo, uma fonte complementar de obtenção de produtos agrícolas. Essas economias auxiliares não têm outra finalidade senão proporcionar a seus cultivadores artigos de consumo. Por isso, os instrumentos nelas empregados não podem ser equiparados aos meios de produção.

A propriedade pessoal está inteiramente à disposição do cidadão. Este pode adquirir objetos de uso pessoal, vendê-los, doá-los ou penhorá-los. É proibida, unicamente, a utilização da propriedade para explorar o trabalho alheio e obter rendimentos que não tenham sua origem no trabalho (especulação ou usura). Ao morrer uma pessoa, todos os objetos de sua propriedade são transferidos por sucessão.

O Estado encontra-se interessado em melhorar as condições de vida da população. Por isso, protege a propriedade particular. A Constituição da União Soviética estabelece: "O direito dos cidadãos à propriedade pessoal sobre os rendimentos e economias provenientes de seu trabalho, sobre a casa de residência e a economia doméstica auxiliar, sobre os objetos da economia e uso doméstico e sobre os objetos de consumo e comodidade pessoais, do mesmo modo que o direito de herança da propriedade pessoal dos cidadãos, está protegido pela lei".

O Estado estimula, por todos os meios, o aumento da propriedade particular e ajuda todos os cidadãos nesse sentido. Assim, por exemplo, quem deseja construir casa própria recebe do Estado uma parcela de terra, em usufruto perpétuo. Além disso, o Estado vende-lhe, a baixo preço, materiais de construção, proporciona-lhe assistência técnica gratuita e facilita-lhe um crédito a prazo longo (não superior a sete anos), a 2% (dois por cento) de juros ao ano. Os kolrozkianos, que desejem possuir vaca própria, podem comprá-la a prazo ao Estado.

IV

O TRABALHO INDIVIDUAL

O trabalho nas empresas públicas é absolutamente voluntário. Os cidadãos que não desejem trabalhar nas empresas públicas podem fazê-lo individualmente, como ocorre com os camponeses que não pertencem a nenhum kolróz, os artesãos e os indivíduos de qualquer outra profissão que assim o queiram.

O trabalho individual é autorizado sob a única condição de que se realize sem o recurso à exploração de operários assalariados.

Apesar do trabalho individual ser autorizado pela lei, não tem nenhuma popularidade na União Soviética. Em 1938, somente 5,6% da

população trabalhavam individualmente. Os estabelecimentos e empresas particulares são, em geral, de proporções muito reduzidas. Naquele mesmo ano, o peso específico dos estabelecimentos e empresas particulares, na receita global do Estado, não superava 0,7%. Por isso, a influência dessas empresas na economia do país é absolutamente insignificante.

As normas jurídicas que regulam o direito de propriedade sobre os estabelecimentos e empresas particulares muito pouco se diferenciam das que fixam o direito de propriedade em geral. Esses princípios jurídicos serão expostos no capítulo relativo ao direito de propriedade dos cidadãos.

A atividade econômica individual tem um volume relativamente maior na Letônia, Estônia e Lituânia e, parcialmente, na Moldávia. Nessas Repúblicas, o movimento kolrozkiano começa a desenvolver-se agora. A maioria dos camponeses ainda não se agrupou em kolrózes e continua cultivando a terra individualmente.

É necessário advertir que, diversamente das demais Repúblicas, a legislação da Letônia, Lituânia e Estônia não proíbe o uso da mão de obra assalariada nas propriedades rurais particulares ou nas oficinas artesanais. O número de operários de cada empresa não pode, entretanto, ser superior a dois ou três.

No sistema civil soviético, o direito de propriedade ocupa o primeiro lugar. O direito de propriedade — o mais amplo por seu conteúdo e o mais forte por sua ação — goza da mais completa proteção legal.

O direito de propriedade permite ao proprietário realizar, com os objetos que lhe pertencem, tudo quanto lhe parecer conveniente, sempre que não esteje em contradição com a lei ou com qualquer norma contratual.

Todo objeto que se encontre dentro do território da União Soviética é sempre propriedade de alguém. Não existem e nem podem existir, na União Soviética, coisas carentes de proprietário (os chamados bens jacentes). Se qualquer coisa fica sem dono — por exemplo, quanto este falece sem deixar herdeiros —, passa, automaticamente, a ser propriedade do Estado. No Código Civil da República Federativa Socialista Soviética da Rússia, diz-se: "Os bens carentes de proprietário, por ser este desconhecido ou porque realmente não o tenham, passam a ser propriedade do Estado". Este princípio existe nos códigos civis das demais Repúblicas.

O direito de propriedade é mais forte do que qualquer outra prerrogativa civil. Em caso de colisão entre o direito de propriedade e qualquer outro direito civil, sempre é concedida àquele a preferência.

V

O ALCANCE DO DIREITO DE PROPRIEDADE

O Código Civil diz que, "dentro dos limites estabelecidos pelas leis, o proprietário goza do direito de posse, uso e disposição de seus bens". Por conseguinte, o direito de propriedade compreende, em primeiro lugar, a possibilidade de possuir, usar e dispor do patrimônio.

O direito de posse do patrimônio implica na possibilidade de manutenção do objeto consigo ou de dispor, livremente, do lugar onde deve

situar-se, de exigir a entrega do objeto a outros e de submetê-lo às ações físicas que desejar, inclusive a sua destruição. O direito de uso implica na possibilidade de explorar o objeto possuído, aproveitando os benefícios que comporte e apropriando-se dos frutos e rendimentos que produzir. O direito de disposição supõe a possibilidade de vender, trocar ou doar o objeto possuído: de penhorá-lo ou de concluir contratos que anulem ou limitem o direito de propriedade.

O proprietário pode exercer, pessoalmente, êsses direitos de posse e uso. Pode manter o objeto em seu poder e gozar, pessoalmente, em seu próprio benefício, das vantagens que a coisa proporciona e apropriar-se de seus frutos e benefícios. Mas também pode transferir seu direito de posse e de uso para outra pessoa e emprestar, alugar ou arrendar o objeto de sua propriedade. O direito de disposição é o único que só pode ser exercido pessoalmente pelo proprietário, que não o pode transferir para outra pessoa.

Em geral, o proprietário pode fazer com seus bens tudo aquilo que considerar oportuno. O direito de propriedade é, por seu conteúdo, um dos mais amplos e concede ao proprietário grande liberdade de ação. A legislação soviética contém, entretanto, algumas normas que limitam êsse direito. Assim, por exemplo, proíbe-se ao proprietário utilizar seus bens para prejudicar o Estado ou os interesses públicos e direitos de outras pessoas ou para obter, mediante a especulação, rendimentos não procedentes de seu trabalho. Além disso, a legislação soviética estabelece outras limitações relativas às três formas de propriedade — estatal, cooperativo-kolroziana e particular —, das quais falaremos nos capítulos seguintes.

Nalguns casos, a lei impõe ao proprietário determinadas obrigações. Assim, por exemplo, ela obriga os proprietários de casas residenciais a mantê-las em condições de habitabilidade. Os proprietários de gado são obrigados a preservá-lo das epizootias e demais ocorrências prejudiciais.

VI

A PROTEÇÃO DO DIREITO DE PROPRIEDADE

Na União Soviética, o direito de propriedade goza de proteção penal, administrativa e civil.

A proteção penal do direito de propriedade é realizada com medidas punitivas. As principais violações delituosas do direito de propriedade, previstas pelo direito penal soviético, são o furto, o roubo, a apropriação indébita ou a delapidação de bens alheios (inclusive os bens confiados em objeto de serviço ou entregues na conformidade de um contrato de arrendamento), a fraude, a sonegação e a destruição premeditada de bens alheios.

A propriedade socialista, da qual depende o bem-estar do país e de seus habitantes, goza da proteção especial do Estado. A "Lei sobre a proteção dos bens das empresas do Estado, kolrózes e cooperativas e sobre a consolidação da propriedade pública (socialista)" dispõe que os delitos

cometidos contra a propriedade socialista serão considerados como atentados contra o regime soviético e incluídos entre os delitos mais graves. Por isso, a lei pune o roubo da propriedade coletiva em grande escala — independentemente de que tenha sido cometido furtivamente ou não, com violência ou sem ela — com as penas mais severas, inclusive o fuzilamento e o confisco de bens.

Qualquer delito contra a propriedade socialista é punido mais severamente do que o mesmo delito cometido contra a propriedade particular dos cidadãos. Assim, por exemplo, o furto a um particular, quando cometido pela primeira vez, é punido, no máximo, com a pena de três meses de trabalho correccional, enquanto que o furto cometido contra fábricas e repartições do Estado é punido com um ano de reclusão. A destruição proposital de bens pertencentes a particulares é punida, no máximo, com a pena de seis meses de trabalho correccional ou com 500 rublos de multa, enquanto que o mesmo delito de destruição proposital de bens, sendo êstes pertencentes ao Estado ou a entidades públicas ou cooperativas, é punido com um ano de trabalho correccional.

A proteção jurídico-administrativa da propriedade encontra-se a cargo da polícia e demais órgãos encarregados da manutenção da ordem pública. Êsses organismos devem prevenir e reprimir as violações do direito de propriedade, tanto por iniciativa própria, como a pedido dos prejudicados. A proteção administrativa da propriedade é exercida unicamente quando se verifica violência ou arbitrariedade. Se o direito de propriedade é vulnerado sem violência e sem arbitrariedade (por exemplo, apropriação de bens confiados em depósito), essa proteção se realiza por processos judiciais. Compete, igualmente, à polícia a busca dos objetos roubados para serem restituídos aos seus proprietários.

Os tribunais civis estão encarregados da proteção do direito de propriedade na base das demandas apresentadas contra os violadores. O tribunal civil obriga o possuidor ilícito a entregar o objeto em litígio e restitui-lo ao seu verdadeiro proprietário. A proteção jurídica traduz-se, também, na proibição de atos que violem o direito de propriedade e na obrigação do violador indenizar os danos causados.

O proprietário tem o direito de exigir a restituição de seus bens, quando êstes se encontrem em mãos de um possuidor ilegal. Considera-se ilegal tôda posse que carece de suficiente base jurídica, inclusive a resultante da aquisição a quem tenha realizado apropriação indébita ou ao culpado de adjudicação.

Os bens do Estado podem ser reclamados a qualquer possuidor ilegal, inclusive de boa-fé, independentemente da de sua aquisição. Os bens pertencentes a entidades públicas ou cooperativas ou a particulares podem ser reclamados sempre às pessoas que conhecem ou deversem conhecer o caráter ilegal da posse e a quem os tenha adquirido de boa-fé, unicamente no caso em que o proprietário tenha deixado de possuí-los contra sua vontade, como resultado de roubo ou perda do objeto. Se as entidades públicas ou cooperativas ou as pessoas físicas entregaram, por sua própria

vontade, seus bens a uma terceira pessoa (por exemplo, em usufruto ou em depósito) e esta vendeu o objeto a um comprador de boa-fé, não existe possibilidade de reclamá-lo ao seu novo proprietário, que o tenha adquirido honestamente.

Considera-se possuidor de boa-fé toda pessoa que adquire o objeto ao seu possuidor ilegal e não sabe, nem pode saber, que o vendedor não tinha o direito de vendê-lo.

Do ponto de vista do direito soviético, carece de importância o possuidor adquirir de boa-fé o objeto em litígio em hasta pública, no mercado público ou a um particular.

Essa norma não é extensiva aos bilhetes de banco e nem aos valores ao portador, que implicam na obrigação do pagamento em dinheiro de uma quantia determinada. Não podem ser reclamados, em nenhum caso, ao possuidor de boa-fé, inclusive se foram roubados ao seu proprietário, ou se este os perdeu, ou se pertenceram anteriormente ao Estado.

O proprietário pode exigir do possuidor ilegal, ao mesmo tempo que a coisa, todos os frutos e benefícios que esta lhe teria proporcionado em circunstâncias normais. Se o possuidor ilegal procedeu de má-fé, o proprietário pode reclamar os frutos e benefícios percebidos da coisa durante todo o período em que a possuiu; se não se verificou a má-fé — assim o supondo o proprietário legal da coisa —, este é obrigado unicamente a restituir os frutos e benefícios obtidos depois de saber que a possuía ilegalmente.

O possuidor ilegal pode, por sua vez, reclamar a indenização dos gastos ocasionados pela posse da coisa, desde o momento em que o proprietário começa a perceber seus frutos e benefícios.

O direito de propriedade pode ser violado não somente privando da posse o proprietário, mas, igualmente, dificultando-o ou impedindo-o de utilizar, possuir ou dispor da coisa. Nesses casos, o proprietário pode conseguir a proteção de seu direito, demandando, juridicamente, a supressão dos obstáculos que o impedem de exercer seu direito.

O conteúdo desse tipo de demandas consiste, em geral, na reclamação de que se proíba ao demandado a realização de atos que violem o direito de propriedade. O proprietário pode exigir, igualmente, ao demandado suprimir os obstáculos que o impedem de exercer seu direito. Finalmente, pode exigir que seja autorizado a suprimir os obstáculos por seus próprios meios, à custa do demandado.

Entre os processos judiciais de proteção do direito de propriedade, figura, também, a reclamação de indenização dos danos, sofridos pelo proprietário.

Se a violação do direito de propriedade causa ao proprietário prejuízos materiais, este pode exigir do violador a indenização dos danos sofridos. Essa indenização visa ao restabelecimento da situação anterior e, como isso é materialmente impossível, visa também à compensação dos danos sofridos.

O DIREITO DE PROPRIEDADE

Como já vimos anteriormente, a propriedade pública é a forma mais importante de propriedade socialista. Por isso, sua situação jurídica distingue-se por várias particularidades de importância.

Na realidade, o alcance do direito de propriedade do Estado é ilimitado. Toda espécie de bens, sem exceção, pode pertencer ao Estado.

A terra e o subsolo, os bosques, a água e as estradas de ferro podem ser propriedade unicamente do Estado. O Estado tem, igualmente, o monopólio do comércio exterior e dos seguros.

No que diz respeito aos instrumentos e meios de produção mais importantes, para os quais não tenha sido estabelecido o monopólio do Estado, uma vez que passam a propriedade sua, não podem deixar de sê-lo nunca mais.

Este princípio aplica-se, sobretudo, às empresas industriais e de transporte e a outras semelhantes, ao material rodante das estradas de ferro, às embarcações marítimas e fluviais, centrais elétricas, instalações e serviços públicos e habitações.

Quando esses bens passam a propriedade do Estado não podem ser vendidos ou alienados a entidades cooperativas ou sociais, nem a particulares e nem, tão pouco, podem ser usados como garantia. Do mesmo modo, esses bens não podem ser atingidos por sentença judicial para pagamento de dívidas.

O Conselho dos Comissários do Povo da URSS pode fazer exceções a essa regra e autorizar, em determinados casos, a transferência de bens do Estado a entidades cooperativas e sociais.

Esta norma é extensiva, unicamente, aos instrumentos e meios de produção que fazem parte do fundo industrial do Estado. Nas empresas do Estado, a maquinária por elas fabricada não constitui instrumento de produção, mas, sim, produção ou mercadoria. Por isso, pode ser vendida a entidades cooperativas ou sociais. Mas, quando a maquinária passa a fazer parte dos meios fundamentais com que conta uma empresa do Estado fica atribuída a esta última, em caráter perpétuo, como bens integrantes do patrimônio do Estado.

A propriedade pública pertence ao Estado soviético, como único e exclusivo representante e encarnação da vontade de todo o povo. O Estado é o único sujeito do direito de propriedade pública. O Estado exerce, entretanto, seu direito de propriedade através de seus inúmeros órgãos, de instituições e empresas públicas, muitas das quais participam das transações cíveis com personalidade jurídica própria.

Todos os bens do patrimônio do Estado classificam-se em bens da União, de República e de organismos locais.

Os bens da União encontram-se à disposição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e são administrados pelo governo da URSS e pelas instituições e empresas a ele subordinadas. Sua utilização é planejada pelo governo da União e financiada por conta do orçamento da URSS.

Os resultados dessa exploração (rendimentos e gastos) refletem-se, igualmente, no fim de contas, no orçamento da União Soviética.

Os bens de República encontram-se em mãos das Repúblicas federadas que fazem parte da União Soviética.

Os bens das instituições locais estão à disposição dos Soviets de Deputados dos Trabalhadores, de Território, Região, cidade ou localidade rural.

A utilização de todos esses bens é planejada pelos governos das Repúblicas federadas ou autônomas respectivas ou pelos Soviets locais e os mesmos são administrados pela direção das fábricas e repartições subordinadas a esses governos e Soviets. O resultado da exploração desses bens reflete-se nos orçamentos de República ou de Soviets locais.

A competência da União Soviética, relativamente aos bens de República ou locais, reduz-se a planificar sua aplicação econômica (embora as diretivas correspondentes, derivadas dos planos, não sejam levadas à prática pelos órgãos da União, mas pelos governos de República e pelos Soviets locais) e a fixar que impostos gerais lhes correspondem. O direito das Repúblicas federadas sobre os bens locais que se encontram em seus territórios tem caráter análogo.

Os Soviets locais gozam do direito de velar pela manutenção da ordem pública, da segurança e da existência das condições necessárias, nas empresas da União ou da República que se encontram em seus territórios. Além disso, podem gravar essas empresas com impostos e contribuições de caráter local. Mas não podem imiscuir-se em sua atividade interna, nem fazê-las custear as despesas de suas operações financeiras e nem apropriar-se de bens a elas pertencentes. O mesmo se pode dizer dos direitos das Repúblicas federadas em relação aos bens e empresas pertencentes à União e que se encontrem situados dentro de seus limites.

A União Soviética, as Repúblicas federadas e autônomas e os Soviets locais administram os bens que se encontrem em suas mãos por dois processos. Certa parte desses bens está diretamente à sua disposição e é administrada por seus órgãos correspondentes, os quais, de acordo com o direito civil, são considerados como elementos integrantes do indivisível aparelho do Estado (da União, de Repúblicas federadas ou autônomas, ou de Soviet local) e não possuem personalidade jurídica. Esses bens denominam-se bens fazendários ou bens do Tesouro. Para a exploração dos demais bens do Estado, o governo da União Soviética, os governos das Repúblicas federadas e autônomas e os Soviets locais criam empresas especiais, entidades com base econômica própria. Cada uma dessas empresas recebe um plano de trabalho, a quantidade de bens estatais necessários ao seu cumprimento e completa autonomia econômica e liberdade de ação. As empresas com base econômica própria podem escolher, à sua vontade, o caminho e os métodos para o cumprimento do plano recebido, realizar, com esse fim, as operações e transações necessárias, dispor a distribuição dos meios recebidos e gastá-los de acordo com seu critério.

As empresas com base econômica própria não dependem do orçamento. Todas as suas operações econômicas são realizadas por conta dos bens recebidos e, com os mesmos, respondem pelas dívidas contraídas e pelos pagamentos que devem efetuar.

No final de cada exercício, entretanto, devem fazer incluir grande parte de seus lucros nos orçamentos da União, da República federada ou autônoma ou do Soviet de que dependem. Parte dos lucros fica à disposição do diretor da empresa, para utilizá-los em medidas de racionalização do trabalho, na melhoria das condições de vida dos trabalhadores que mais se distinguem em seus postos.

Como as empresas estatais com base econômica própria gozam de autonomia patrimonial e de liberdade de ação, também lhes é concedida personalidade jurídica. No Código Civil, determina-se: "As empresas do Estado e seus trustes, que atuam, independentemente do orçamento, segundo o regime de empresas estatais com base econômica própria, participam das transações como pessoas jurídicas independentes, subordinadas ao Tesouro."

Como pessoas jurídicas independentes, as empresas do Estado com base econômica própria exercem, independentemente, o direito de propriedade pública, no que diz respeito aos bens que lhes foram adjudicados. Têm direito a dispor (naturalmente, dentro dos limites fixados em lei) dos bens que lhes foram adjudicados e a realizar com eles as transações previstas pela lei ou por seus estatutos. Os bens possuídos pelas empresas do Estado com base econômica própria somente podem ser objeto de ação jurídica para o pagamento de dívidas contraídas por essas organizações ou empresas. No regulamento dos trustes industriais do Estado, diz-se: "O trustee responde por suas obrigações unicamente com os bens que lhe pertencem, os quais, segundo as leis vigentes, podem ser objeto de ação judicial. O Tesouro Público e os Soviets locais não respondem pelas dívidas contraídas pelos trustes. O trustee não responde pelas dívidas contraídas pelo Estado ou pelos Soviets locais."

VIII

A ADMINISTRAÇÃO DOS BENS DO TESOURO

Os principais bens do Tesouro são as instalações militares e o material de guerra, os meios de comunicação (instalações das repartições de correios e telégrafos e todas as instalações e aparelhos telefônicos, telegráficos e radiotelegráficos), os edifícios e o material das escolas, os hospitais e demais estabelecimentos públicos e culturais e os edifícios em que funcionam os órgãos administrativos e governamentais.

A administração dos bens do Tesouro compete aos órgãos administrativos da União Soviética, das Repúblicas federadas e autônomas e dos Soviets locais. Esses órgãos não têm personalidade jurídica. Participam das transações civis em nome da URSS, das Repúblicas federadas ou autônomas ou dos Soviets locais e por conta dos respectivos orçamentos. Todos os gastos originados pela atividade desses órgãos e, naturalmente, todos os fundos necessários à exploração dos bens do Tesouro são financiados pelos orçamentos correspondentes. Os lucros que os bens do Tesouro produzem vão parar, diretamente, nos orçamentos respectivos.

Os orçamentos, como é natural, respondem, igualmente, pelas dívidas contraídas na exploração dos bens do Tesouro.

Os direitos dos órgãos administrativos à exploração, posse, uso e disposição dos bens do Tesouro são muito restritos. Essas intuições não podem realizar outras transações a não ser "as requeridas por sua atividade ou as que sejam indispensáveis ao desempenho da missão que lhes foi atribuída". Não se deve entender, entretanto, que os atos de posse, uso e disposição permitidos a esses órgãos, para a administração dos bens do Tesouro, determinam, inclusive, as funções e tarefas que incumbem aos órgãos que executam tais atos.

É absolutamente evidente que as limitações de posse, uso e disposição dos bens do Tesouro se referem, unicamente, aos órgãos administrativos e não ao Estado como tal, para quem, como é compreensível, não existe nenhuma espécie de restrições no exercício das prerrogativas do direito de propriedade. Os órgãos supremos do Poder do Estado podem determinar às instituições públicas que lhes são diretamente subordinadas toda espécie de funções e tarefas e, por conseguinte, fixar, segundo seu critério, os limites à posse, uso e disposição dos bens do Tesouro.

Os bens do Tesouro não podem ser objeto de ação judicial para o pagamento de dívidas contraídas pelas instituições dependentes do orçamento. A execução das sentenças judiciais ditadas contra as instituições dependentes do orçamento compete aos órgãos financeiros do Estado (ao Commissariado do Povo para as Finanças da União Soviética, aos das Repúblicas federadas ou autônomas ou às secções administrativas dos Soviets locais) e não aos poderes judiciais. A sentença não atinge, tão pouco, os bens, mas as dotações que, para isso, são fixadas no orçamento.

IX

A TERRA, OS BOSQUES E A ÁGUA PERTENCEM AO ESTADO

A terra, o subsolo, os bosques e a água constituem uma categoria especial de bens, que o Estado administra diretamente (por intermédio de seus órgãos administrativos) e não entrega a nenhuma espécie de empresas com base econômica própria. Na União Soviética, prevalecem as seguintes normas, em relação a essa categoria de bens:

A terra, o subsolo, os bosques e a água pertencem ao Estado e não podem constituir propriedade de pessoas jurídicas ou físicas. A terra, o subsolo, os bosques e a água estão inteiramente à margem de toda espécie de transações civis. Não podem ser comprados, vendidos, trocados, transmitidos por herança, etc. Toda transação que, direta ou indiretamente, conduza à alienação da terra, carece de validade. O Código Penal prevê, para as pessoas culpadas da realização dessa espécie de transações, penas de reclusão até três anos, privação do direito de continuar utilizando o objeto da transação e confisco do valor em dinheiro ou em espécie.

Como a terra, o subsolo, os bosques e a água estão à margem de qualquer tipo de transação e não podem ser alienados, carecem de valor em dinheiro.

A terra, o subsolo, os bosques e a água encontram-se sob a administração dos organismos estatais. Assim, por exemplo, a terra dedicada à lavoura, os maciços florestais que não sejam objeto de exploração industrial, os rios não navegáveis, os lagos e lagoas estão sob administração dos órgãos do Commissariado do Povo para a Agricultura; as terras compreendidas nos perímetros urbanos e os bosques destinados à exploração industrial estão sob administração dos órgãos do Commissariado do Povo para a Indústria Florestal; os rios e lagos navegáveis e suas margens, os portos e estuários são administrados pelo Commissariado do Povo para a Frota Fluvial. Todas as jazidas de carvão, independentemente de quem as explore, estão sob administração do Commissariado do Povo para a Indústria Carbonífera; todas as jazidas de petróleo, sob administração do Commissariado do Povo para a Indústria Petrolífera, etc.

De um modo geral, os órgãos estatais — de que dependem os bens territoriais, florestais e hidráulicos, bem como os minerais úteis — entregam-se, para exploração, a empresas estatais com base econômica própria, a entidades cooperativas e sociais e a particulares.

Efetivamente, a administração desses bens reduz-se à sua distribuição entre aqueles que os utilizam e, bem assim, ao controle de sua exploração.

A exploração direta desses bens pelos órgãos administrativos do Estado verifica-se num número muito limitado de casos. Isto acontece, por exemplo, com os terrenos ocupados por meios de comunicação, estradas, ruas, praças e parques urbanos, maciços florestais, reservatórios de água, etc.

X

OS KOLRÓZES POSSUEM 371 MILHÕES DE HECTARES DE TERRA

A imensa maioria das terras da União Soviética foi entregue, em usufruto, aos camponeses. Em 1937, cerca de 87,5 % de todas as terras cultiváveis — aproximadamente, 371 milhões de hectares — eram possuídas em usufruto pelos kolrózes e camponeses independentes. Únicamente 12,5 % das terras cultiváveis — pouco mais de 51 milhões de hectares — eram administrados diretamente pelos órgãos competentes do Estado ou haviam sido entregues, em usufruto, às empresas do Estado com base econômica própria.

Na imensa maioria dos casos, o usufruto de terras, bens florestais, cursos d'água e jazidas de minerais entregues às empresas do Estado com base econômica própria, às cooperativas e às organizações sociais ou particulares é inteiramente gratuito. Constitui uma exceção a "renda da terra", um imposto pago aos Soviets urbanos pelas entidades ou pessoas que recebem em usufruto parcelas de terreno na cidade para a edificação ou para serviços auxiliares. As empresas e organizações que

usufruem terrenos no recinto de estações, portos e molhes, para a instalação de depósitos e lugares de carga e descarga são obrigadas a contribuir para os gastos de conservação e urbanização dessas estações, portos e molhes. Além disso, exige-se, nalguns casos, uma remuneração pelo usufruto de sectores marítimos de pesca e de jazidas de minerais úteis.

XI

OS KOLRÓZES POSSUEM A TERRA COM PERPETUIDADE

Na maioria dos casos, o usufruto dos bens mencionados no capítulo anterior carece de término. Na Constituição da URSS, estabelece-se, concretamente, que as terras destinadas ao cultivo são entregues aos kolrózes em usufruto perpétuo. A suspensão desse usufruto ou o confisco das terras kolrozianas pode efetuar-se unicamente com autorização do Conselho dos Comissários do Povo da URSS, em cada caso particular. Têm também caráter ilimitado o usufruto da terra pelos camponeses independentes, o usufruto das parcelas concedidas aos kolrozianos para suas economias auxiliares, o das terras das empresas estatais com base econômica própria e o usufruto, com fins industriais, de parcelas de terreno, de bens florestais e de sectores do subsolo.

O usufruto da terra, do subsolo, dos bosques e das águas deve ter sempre caráter utilitário. No caso do bem entregue em usufruto não ser empregado na finalidade para a qual foi recebido (por exemplo, no caso de cultivo de uma parcela de terreno destinada à edificação), pode ser anulada a concessão. Do mesmo modo, pode ser suspenso o usufruto no caso, por exemplo, de terra destinada ao cultivo não ser lavrada durante vários anos consecutivos, não serem exploradas as jazidas de minerais úteis, etc.

Se o usufrutuário não quer continuar explorando a parcela de terreno, de bosque, o curso d'água ou a jazida adjudicada, não pode, em nenhum caso, vender e nem transferir seu direito a um terceiro ou entregar-lhe os bens em arrendamento. Se deles não necessita, deve restituí-los ao órgão administrativo correspondente.

Ao adquirir uma casa, o novo proprietário adquire, automaticamente, o direito de usufruto da parcela de terreno que a rodeia.

O direito de usufruto pode ser transmitido por sucessão, quando o usufrutuário, naturalmente, é pessoa física.

Além das formas de usufruto da terra, do subsolo, dos bosques e das águas, anteriormente citadas, a legislação soviética autoriza o aproveitamento desses bens. Suas formas são muito variáveis. Entre as mais importantes, figuram: a caça, a pesca (com exceção da pesca em grande escala e da pesca em barcos especiais), a apicultura, a utilização de pastos e forragens e o aproveitamento de frutas silvestres e cogumelos. Este direito de aproveitamento pertence, em primeiro lugar, em todos os casos, aos usufrutuários, que devem exercê-lo pessoalmente e não o transferir para outras pessoas em troca de uma remuneração em dinheiro.

Os órgãos administrativos competentes podem autorizar esse aproveitamento, nalguns casos, a pessoas outras que não as usufrutuárias dos bens. Com autorização especial dos órgãos administrativos, podem proceder à caça com fins comerciais, à utilização de pastos e à colheita em grande escala de frutas silvestres. Esses direitos podem ser exercidos sempre que não prejudiquem os legítimos interesses dos usufrutuários.

Todos os cidadãos gozam, sem necessidade de autorização, do direito de utilizar a água para a satisfação de suas necessidades, colher frutas silvestres e cogumelos para seu consumo pessoal, caçar (exceto nos parques nacionais e campos de caça) e a pescar.

Os bens concedidos às empresas estatais com base econômica própria dividem-se, do ponto de vista jurídico, em duas categorias: meios fundamentais e meios de transação.

São considerados meios fundamentais os edifícios e instalações, as máquinas, tornos e demais maquinária fabril, os meios de transporte, gado de trabalho, de reprodução e leiteiro e os instrumentos de trabalho.

Ao serem criadas as empresas estatais com base econômica própria, estas recebem do Estado os bens fundamentais necessários ao cumprimento das tarefas previstas nos respectivos estatutos e nos planos de trabalho que devem realizar. Esses bens fundamentais são considerados como o capital inicial da empresa e encontram-se sob sua exclusiva administração e usufruto. Posteriormente, as empresas estatais com base econômica somente podem adquirir (construir, comprar) aqueles meios fundamentais de que necessitam para o cumprimento das tarefas fixadas por seus estatutos e unicamente sob a condição de que sua aquisição foi prevista nos respectivos planos de edificação e investimento de meios. A edificação ou aquisição de meios não previstos no plano são consideradas delito de direito comum.

As empresas estatais com base econômica própria unicamente podem adquirir (construir ou comprar) meios fundamentais utilizando verbas especiais constantes do orçamento estatal ou local. As empresas do Estado com base econômica própria não têm direito a empregar, em grandes obras de construção, os fundos destinados à sua atividade econômica ordinária.

As verbas recebidas do orçamento geral ou dos locais pelas empresas do Estado com base econômica própria para grandes obras de construção têm sempre uma finalidade concreta, a de edificar ou adquirir unicamente aquelas para as quais foram autorizadas. No caso, ao findar-se o exercício, dessas verbas não terem sido utilizadas para a finalidade prevista, retornam ao Tesouro.

As verbas orçamentárias concedidas pelo Estado às empresas com base econômica própria para grandes obras de construção são irrevogáveis.

As cifras seguintes permitem avaliar as proporções que alcançaram as verbas para grandes obras de construção: nos anos do Primeiro Plano Quinquenal (1929-1932), as verbas para grandes obras de construção e ampliação das empresas estatais ascenderam a 51 bilhões de rublos; durante os anos do Segundo Plano Quinquenal (1933-1937), haviam sido destinados a esse fim 181 bilhões de rublos.

As empresas do Estado com base econômica própria somente podem utilizar seus meios fundamentais para a consecução do objetivo fixado em seus estatutos. A utilização dos meios fundamentais pode ser feita unicamente de completo acordo com os planos da atividade econômica e industrial designados para essas empresas.

Na exploração dos meios fundamentais, as empresas são obrigadas a obter a máxima eficiência e os melhores resultados. Ao mesmo tempo, têm a obrigação de preocupar-se com a conservação de seus meios fundamentais, mantê-los em bom estado e prepará-los quando necessário.

As empresas estatais com base econômica própria podem entregar seus meios fundamentais em empréstimo ou arrendamento, quando assim o permitem seus estatutos (por exemplo, uma repartição do Estado pode alugar maquinaria de construção) ou quando devem fazê-lo pela natureza desses meios fundamentais (em particular, as empresas do Estado que possuem casas residenciais são obrigadas a alugá-las), ou, finalmente, quando obtêm a permissão competente dos órgãos de que sejam dependentes.

As empresas estatais com base econômica própria não têm direito a alienar seus meios fundamentais sem a autorização competente do órgão governamental ou administrativo de que dependem; isso refere-se tanto à empresa que entrega como à que recebe. A transferência de meios fundamentais de uma empresa para outra realiza-se sempre sob uma forma inteiramente gratuita. Quando uma empresa estatal entrega seus meios fundamentais a uma organização cooperativa ou social, todos os bens transferidos devem ser pagos dentro do prazo de cinco anos.

Não é permitida, sob nenhum pretexto, a utilização dos meios fundamentais das empresas do Estado com base econômica própria como garantia ou como objeto de ação judicial para o pagamento obrigatório de dívidas.

No caso de ser liquidada uma empresa estatal com base econômica própria, seus meios fundamentais não se incluem no fundo de liquidação, mas retornam ao órgão do qual depende a empresa, independentemente das dificuldades que possam surgir para o pagamento aos credores.

Entre os meios que podem ser objeto de transação incluem-se os estoques de matérias primas, combustível e materiais, a produção sem terminar, a produção terminada, as mercadorias nos estabelecimentos comerciais, os fundos em dinheiro (exceto as verbas para grandes obras de construção), bem como toda espécie de bens das empresas estatais com base econômica própria que não façam parte dos meios fundamentais.

Em relação aos meios que são objeto de transações cotidianas, prevalecem as seguintes normas: esses meios são entregues às empresas estatais com base econômica própria pelos órgãos dos quais dependem na escala necessária ao cumprimento das tarefas que lhes forem atribuídas. As empresas podem explorar esses fundos para a consecução dos objetivos estabelecidos por seus estatutos ou para o cumprimento das tarefas fixadas nos planos. Em todo caso, devem preocupar-se em não os desperdiçar.

Dentro dos limites estabelecidos pelos planos, as empresas podem dispor livremente dos fundos para transações cotidianas, para adquirir e vender e, inclusive, para utilizá-los como garantia. Não é necessária

nenhuma autorização especial para a realização de cada uma dessas operações.

Todas as ações jurídicas das empresas estatais com base econômica própria para a aquisição ou alienação de meios destinados às transações cotidianas somente podem ser realizadas com caráter remunerativo. As empresas estatais com base econômica própria não têm direito a transferir seus meios sem que recebam um equivalente e nem, tão pouco, o de doá-los.

Esses fundos constituem os únicos meios de que dispõem as empresas para atender às reclamações de seus credores e podem ser objeto de ação judicial por decisão dos tribunais.

Ao ser liquidada uma empresa estatal com base econômica própria, seus fundos para transações cotidianas são incluídos na massa de fundos de liquidação e utilizados para pagamento de dívidas. O ativo restante é entregue ao organismo do qual dependia a empresa.

XII

O DIREITO DE PROPRIEDADE COOPERATIVO-KOLROZIANO

A propriedade cooperativo-kolroziana constitui uma das formas da propriedade socialista, um dos esteios da sociedade soviética e contribui para o aumento da riqueza e do poderio da U.R.S.S. e para a melhoria das condições materiais e do nível de vida de seus cidadãos.

A 1.º de janeiro de 1937, as organizações cooperativas e os kolrózes possuíam 8,7 % de todos os fundos produtivos da União Soviética, e, na agricultura, a parte correspondente aos kolrózes ascendia a 20,3 %.

O direito de propriedade cooperativo-kolroziano tem limites muito amplos. As cooperativas, kolrózes e organizações sociais podem possuir todos os bens, exceto aqueles sobre os quais o Estado goza de monopólio.

A Constituição da U.R.S.S. enumera as principais categorias de bens que podem ser objeto do direito de propriedade cooperativo-kolroziano. Em geral, as empresas sociais cooperativas e os kolrózes podem possuir gado de trabalho e máquinas agrícolas, a produção por eles obtida e as edificações pertencentes a cooperativas e kolrózes.

O alcance do direito de propriedade cooperativo-kolroziano é determinado, não somente pelas leis, mas, igualmente, pela capacidade jurídica dos kolrózes e organizações cooperativas e sociais. Estas têm direito a possuir todos os bens necessários à sua atividade, bem como aqueles cuja posse é permitida pelos seus estatutos.

XIII

EXISTEM CENTENAS DE KOLRÓZES MILIONÁRIOS

A lei não estabelece nenhum limite aos bens que podem pertencer ao kolróz ou à organização cooperativa ou social. Nas mãos das cooperativas

e dos kolrózes concentram-se grandes valores patrimoniais. Em 1938, o valor global dos bens pertencentes aos kolrózes ascendia a mais de 24 bilhões de rublos ou, seja, uma média de 100.000 rublos por kolróz. Mais eloqüentes ainda são as cifras que refletem os rendimentos dos kolrózes. Naquêle mesmo ano, os rendimentos anuais por kolróz ascendiam, em média, a 70.000 rublos. Os rendimentos anuais de 8.623 kolrózes oscilavam entre 240 e 480 mil rublos; os de 3.070 kolrózes, entre 480.000 e um milhão; os de 769 kolrózes superavam a cifra de um milhão de rublos. Entre 1939 e 1941, aumentou consideravelmente o número de kolrózes milionários, isto é, de kolrózes cujos rendimentos anuais ultrapassam a cifra de um milhão de rublos (a maior parte deles é constituída de kolrózes algodoeiros da Ásia Central).

As organizações sociais e diversas sociedades políticas, sindicais, cultural-recreativas, científicas, esportivas e demais sociedades e corporações são equiparadas, sob o aspecto patrimonial, às cooperativas.

Tôdas as organizações cooperativas e sociais (exceto as uniões cooperativas) são corporações voluntárias. A fonte inicial de sua propriedade cooperativo-kolroziana são as quotas pagas por seus membros em dinheiro ou em espécie.

As uniões cooperativas são organizações constituídas por cooperativas elementares.

Tôdas as organizações cooperativas ou sociais dispõem de um patrimônio independente — tanto do Estado como das demais organizações cooperativas e sociais — e são proprietárias autônomas dos bens que lhes pertencem.

A independência patrimonial das organizações cooperativas ou sociais manifestam-se, sobretudo, em que nenhum organismo ou pessoa tem direito a imiscuir-se na administração ou utilização dos bens de propriedade cooperativo-kolroziana, nem a dar nenhuma espécie de disposições a êsse respeito e nem a designar-lhes tarefas de natureza econômica ou patrimonial fora das estabelecidas pelos planos da economia nacional.

Na lei sobre a reorganização do trabalho e a estrutura da cooperação artesanal, diz-se: “A cooperativa dispõe, a seu arbítrio, dos meios e bens que são de sua propriedade”. Na disposição relativa ao aperfeiçoamento econômico e estrutural dos kolrózes e ao desenvolvimento da agricultura, “ordena-se” acabar com a conduta — ainda muito comum em diversas regiões — das organizações soviéticas e econômicas, que se permitem dispor ilegalmente dos meios dos kolrózes, e recomenda-se aos fiscais “processar as pessoas que infringjam esta disposição”. As mesmas normas foram estabelecidas para as demais formas de cooperação.

A independência patrimonial das organizações cooperativas e sociais manifesta-se, igualmente, no fato de nenhuma organização ou pessoa ter direito de expropriá-las dos seus bens, mesmo sob indenização. A alienação obrigatória dos bens cooperativos é autorizada para o pagamento de dívidas, por sentença judicial e em casos extraordinários, quando assim o exigem as necessidades do Estado, mas sempre devendo existir uma disposição especial do Conselho dos Comissários do Povo da U.R.S.S.

Em caso de expropriação forçada dos bens cooperativos por algum outro processo procede-se à sua restituição e os infratores das leis são entregues aos tribunais.

Finalmente, a independência patrimonial das organizações cooperativas e sociais manifesta-se no fato de tôdas as transações efetuadas com sua participação terem de ser remuneradas.

Na disposição do Conselho dos Comissários do Povo da U.R.S.S. sobre as relações financeiras entre os órgãos do Estado e as organizações cooperativas (sociais), em referência às suas empresas, edifícios e instalações, estabelece-se que, mesmo nos casos de expropriação governamental dos bens cooperativos, êstes têm de ser pagos por seu valor integral. As grandes obras de construção realizadas pelas organizações cooperativas e pelos kolrózes são financiadas mediante créditos bancários reintegráveis.

O conteúdo essencial do direito de propriedade coletivo-kolroziano pode ser resumido da seguinte forma:

As organizações cooperativas e sociais podem possuir, usar e dispor livremente de seus bens, dentro dos limites estabelecidos por seus estatutos.

Nos estatutos de cada organização cooperativa, diz-se que esta deve desenvolver sua atividade econômica — e, por conseguinte, explorar seus bens —, de acôrdo com as tarefas recebidas dos planos do Estado. Assim, por exemplo, no artigo 6 do “Estatuto-módulo das cooperativas agrícolas (kolrózes)”, diz-se que “a cooperativa é obrigada a desenvolver sua atividade econômica coletiva de acôrdo com um plano, observando rigorosamente os planos de produção agrícola fixados pelos órgãos do governo operário e camponês e cumprindo suas obrigações para com o Estado”.

Os limites estabelecidos à influência dos planos, na atividade econômica das organizações cooperativas e a exploração dos bens sobre os quais exercem seus direitos de propriedade cooperativo-kolroziana apresentam certas particularidades. A atividade das empresas estatais está inteiramente subordinada ao plano. O cumprimento do plano constitui a única tarefa que se exige das empresas do Estado. Qualquer atividade das empresas do Estado não orientada para o cumprimento do plano (embora não crie obstáculos ao seu cumprimento) é ilegal.

Nas organizações cooperativas e nos kolrózes, a questão não se resolve da mesma forma. Essas entidades são obrigadas a cumprir as tarefas que lhes fixa o plano, mas, ao mesmo tempo, podem realizar operações fora dêle, sempre que não se ultrapassem os limites estabelecidos pelos estatutos em sua capacidade jurídica e sempre que não se criem obstáculos ao cumprimento do plano. São obrigadas a utilizar, em primeiro lugar, os bens de sua propriedade, para darem cumprimento às tarefas recebidas. Mas, ao mesmo tempo, sempre que a realização do plano esteja garantida, podem utilizar seus bens para o desenvolvimento de sua economia, para a elevação do nível de vida e cultural de seus membros e para a prestação de ajuda material aos necessitados.

Os frutos e benefícios dos objetos que se encontram dentro dos limites de seu direito de propriedade cooperativo-kolroziano, do mesmo modo que os lucros que obtêm as organizações cooperativas e kolrozianas com as

operações que realizam, passam à sua propriedade e não podem ser apropriados, nem pelo Estado, nem pelas federações em que se agrupam as cooperativas. Isto não exclui, evidentemente, sua obrigação de pagar todos os impostos e contribuições.

Nos estatutos dessas organizações, estabelece-se a forma de utilização dos lucros proporcionados pelos bens de sua propriedade. As organizações cooperativas e os kolrózes vendem parte de seus produtos (colheita e produção) ao Estado nas condições estabelecidas pelo plano da economia nacional.

Com os rendimentos obtidos, são formados os fundos de amortização e de reserva, estoques de sementes, fundos de ajuda aos membros da cooperativa que estejam necessitados e aos inválidos e órfãos, desenvolvem-se os meios fundamentais, e, nos kolrózes e nas cooperativas de pescadores e artesãos, é pago o trabalho realizado pelos cooperadores.

O governo soviético é interessado no incremento e no desenvolvimento dos fundos de produção das organizações cooperativas. Por isso, existem, na legislação da União Soviética, muitas normas que têm como finalidade consolidar esses fundos ou evitar sua diminuição ou dispersão.

As organizações cooperativas e sociais gozam do direito de alienar os meios de produção de sua propriedade sempre que isso não prejudique o cumprimento das tarefas que lhes são determinadas nos planos do Estado. Os meios fundamentais das organizações cooperativas e sociais unicamente podem ser vendidos a outras organizações cooperativas e sociais ou a empresas do Estado. Não está autorizada a alienação em benefício de particulares. A maquinária (tornos e instalações), bem como as matérias primas, materiais, combustível, recebidos do Estado pelas organizações cooperativas e sociais, de acordo com o plano de distribuição, e que não tenham sido utilizados, somente podem ser vendidos com autorização dos órgãos correspondentes da administração pública.

Enquanto a organização cooperativa ou social não se dissolve, seus meios fundamentais não podem ser objeto de ação judicial para o pagamento de dívidas. Somente podem ser atingidos os meios destinados às transações cotidianas. Em caso de dissolução, todos os bens, inclusive os meios fundamentais, passam a fazer parte da massa de liquidação e podem ser aplicados no pagamento de dívidas.

Em virtude do caráter especial da situação jurídica que a propriedade cooperativo-kolroziana ocupa, é necessário determo-nos nas relações das cooperativas com seus membros no que concerne às quotas.

Cada novo membro de uma organização cooperativa (kolróz, oficina, sociedade, sociedade de consumo, etc.) é obrigado a pagar uma quota de admissão e outra de contribuição. A quota de admissão é sempre paga em dinheiro. A quota de contribuição pode ser paga em dinheiro ou em espécie (meios de produção ou matérias primas). Os camponeses independentes, artifices e artesãos, que ingressam numa cooperativa de produção — kolróz, oficina industrial ou sociedade de pesca —, são obrigados a entregar, como quota de contribuição, os instrumentos e meios de produção que possuem.

A quota de admissão deve ser paga imediatamente após a admissão. O pagamento da quota de contribuição pode ser adiado pelo prazo per-

mitido pelos estatutos ou fixado pela assembléia geral de membros da cooperativa. Durante os anos de admissão em massa de camponeses nos kolrózes, verificou-se, repetidas vezes, o caso de o Estado soviético doar aos camponeses as quotas de contribuição.

A quota de admissão não é restituída em caso algum. Mesmo quando um membro da cooperativa passa para outra organização equivalente, deve pagar novamente, de seu bolso, a quota de admissão correspondente.

A quota de contribuição é restituível. Se o membro de uma cooperativa se transfere para outra organização equivalente, sua quota de contribuição também é transferida para a organização em que ingressa. Restitui-se também essa quota quando um membro da cooperativa sai voluntariamente ou quando é expulso. Mas, se a quota de contribuição foi paga em espécie, e não em dinheiro, não se restitui o objeto entregue, mas o seu equivalente em dinheiro. Em caso de falecimento de um cooperador, o valor da quota de contribuição é pago a seus herdeiros. Ao ser dissolvida uma cooperativa, as quotas de contribuição não são restituídas enquanto não forem saldadas todas as suas dívidas.

O membro da cooperativa responde, com sua quota de contribuição, pelas obrigações e perdas da cooperativa a que pertence. Se, durante a permanência de um membro na cooperativa, esta sofre prejuízos, ao abandonar a organização ele não recebe sua quota de contribuição completa, mas é-lhe descontada a parte proporcional das perdas sofridas. A reclamação dos membros da cooperativa para que lhes seja restituída a quota de contribuição não é satisfeita imediatamente, mas somente depois de terem sido saldadas as outras dívidas contraídas pela organização.

Os membros das organizações sociais pagam, além de sua quota de admissão, outra mensal, trimestral ou anual. Tanto a quota de admissão como as quotas pagas durante a permanência na organização social não são restituíveis em caso de baixa ou expulsão do filiado.

XIV

O DIREITO DE PROPRIEDADE PESSOAL

O direito de propriedade pessoal fundamenta juridicamente e assegura a proteção do Estado à propriedade dos cidadãos.

O direito de propriedade pessoal é de alcance limitado. Os particulares não podem ser proprietários da terra, dos bens florestais, jazidas de minerais, estradas de ferro, empresas, nem dos instrumentos e meios de produção cuja exploração requeria o emprêgo de mão de obra assalariada e de instrumentos e ferramentas de ofícios e profissões proibidos pela lei.

Os particulares somente podem possuir armas, explosivos, apetrechos militares, material telegráfico e radiotelegráfico, *radium*, *helium*, substâncias venenosas ativas, etc., com autorização dos órgãos governamentais competentes.

Todas as outras categorias de bens podem fazer parte do patrimônio dos particulares, sem que ninguém possa impedi-lo. Os objetos que, mais

habitualmente, constituem o patrimônio dos cidadãos soviéticos são o dinheiro, os bilhetes de banco, os valores públicos, os objetos de uso pessoal, os produtos alimentícios, os haveres domésticos, o material cultural (livros, receptores de rádio, material esportivo, obras de arte), automóveis, casa residencial, aves de curral e gado, instrumentos agrícolas e ferramentas para os ofícios autorizados que se empreguem no próprio trabalho.

XV

VINTE MILHÕES DE PROPRIETÁRIOS DE CASAS

Segundo as estatísticas de 1936, mais de um milhão de habitações urbanas e mais de 19.000.000 de vivendas rurais eram propriedade de particulares. Pertenciam, igualmente, a particulares: 1.776.000 cavalos; 36.117.000 cabeças de gado vacum; 40.756.000 ovelhas e cabras; 19.703.000 cabeças de gado suíno, e, ainda, valores públicos (obrigações dos empréstimos internos do Estado) na soma de 15 bilhões de rublos. Somente em 1938, a população rural adquiriu, nos estabelecimentos comerciais do Estado e nas cooperativas, aproximadamente meio milhão de vitrolas, mais de 300.000 bicicletas, 2.950 motocicletas, 87.000 aparelhos de rádio e cerca de 350.000 máquinas de costura.

E' ilimitado o número de objetos que podem fazer parte do patrimônio pessoal do cidadão soviético. A esse respeito, cumpre assinalar que não existe nenhuma lei que limite as economias individuais.

XVI

OS DOIS AVIÕES DE FERAPONT GOLOVATI

Existem, na União Soviética, muitas pessoas cuja propriedade individual supera, consideravelmente, os 100.000 rublos e, mesmo, um milhão. O Estado não dispõe de dados precisos sobre o valor dos bens que possuem os cidadãos soviéticos. Os bens que pertencem a cada cidadão não são registados nem pelos organismos de estatística e nem pelos fiscais e constituem assunto privado de cada um. Entretanto, pode-se apreciar a situação econômica da população soviética pelos seguintes fatos. Em 1942 e 1943, desenvolveu-se, na União Soviética, uma campanha de coleta de fundos para auxiliar o Exército Vermelho. Centenas de milhares de cidadãos soviéticos entregaram, em dinheiro, valores públicos e em jóias, somas que oscilavam entre cinco e vinte mil rublos e mesmo mais. Vários milhares de pessoas doaram de 100 a 200 mil rublos. Entre os homens que contribuíram com maiores somas para essa campanha, figuravam sábios, escritores, artistas, engenheiros, sacerdotes e também operários e korlozianos. Em 1942, por exemplo, o apicultor da região de Saratov, Ferapont Golovati, entregou ao fundo do Exército Vermelho 100.000 rublos desti-

nados a adquirir um avião, e, um ano depois, ele mesmo adquiriu, à sua própria custa, outro avião, que entregou a uma das unidades aéreas mais famosas do Exército Vermelho.

Embora a lei não estabeleça nenhuma espécie de limitações aos bens que os cidadãos podem possuir, existem algumas restrições — para objetos determinados —, estabelecidas voluntariamente por algumas categorias de cidadãos.

No estatuto-módulo de cooperativas agrícolas (kolrózes), prevê-se que seus membros se comprometem a não possuir, em seu terreno particular, mais gado e colméias do que o estipulado. A quantidade estipulada depende das características econômicas da região e oscila entre uma vaca, dois bezerros, dois porcos com suas crias, 10 ovelhas e cabras e 20 colméias, nas regiões agrícolas, até 10 vacas (sem contar os bezerros), 10 cavalos, 10 camelos, 150 ovelhas e cabras, etc., nas regiões de criação.

Essa norma obedece à necessidade de que a fonte principal de rendimentos e o lugar onde se desenvolve a atividade fundamental do camponês sejam na fazenda coletiva. O terreno particular deve ter, unicamente, caráter auxiliar.

XVII

O DIREITO DE PROPRIEDADE PESSOAL É INVIOLÁVEL

O direito de propriedade pessoal é inviolável. Ninguém pode confiscar ou alienar, pela força (mesmo sob indenização); os bens pertencentes a particulares e nem suspender ou restringir, de qualquer outra forma, o exercício do direito à propriedade particular. Na Constituição da U.R.S.S. estabelece-se que: "O direito de propriedade pessoal dos cidadãos... é protegido pelas leis".

As únicas exceções que existem a esse respeito referem-se à requisição, sob indenização, por parte dos órgãos administrativos do Estado, em caso de força maior (por exemplo, em caso de guerra ou de grandes sinistros que ameacem o bem-estar da população); ao embargo de bens por sentença judicial ou quando se trate de cobrir as obrigações fiscais não satisfeitas.

Nem todos os bens de propriedade dos cidadãos podem ser objeto de embargo para o pagamento de dívidas e contribuições. Não podem ser objeto de ação judicial determinada quantidade de peças do vestuário, calçado e roupa branca, os utensílios domésticos, a louça, os móveis, as reservas de combustíveis necessárias para atender às necessidades do lar durante três meses, as reservas de víveres necessárias para a subsistência da família camponesa até a próxima colheita e da família urbana durante três meses, as instalações industriais, instrumentos, livros e objetos indispensáveis para o trabalho habitual do devedor ou de qualquer dos membros da família, as máquinas e instrumentos agrícolas, uma determinada quantidade de gado e aves domésticas (diferente para as diversas categorias de proprietários), os edifícios de habitação e dependências, que

constituem propriedade inalienável dos kolozianos, uma determinada quantidade de sementes e forragens e a colheita ainda não recolhida. Não é permitido, tão pouco, o embargo dos depósitos nas Caixas Econômicas, as quotas de contribuição pagas às organizações cooperativas e as importâncias recebidas pelas apólices de seguros de morte e acidentes. Somente podem ser objeto de ação judicial 20 % (vinte por cento) do salário dos operários e empregados. Somente 50 % (cinquenta por cento) do salário dos operários e empregados podem ser objeto de ação judicial para cobrir os adiantamentos recebidos de acordo com o contrato firmado com empresas do Estado ou organizações cooperativas e sociais, por um trabalho não realizado, para a compensação de danos causados por delapidação, roubo e outros atos delituosos e para o pagamento de alimentos a membros da família carentes de capacidade de trabalho. Somente se autoriza a ação judicial sobre 50 % (cinquenta por cento) das pensões e subsídios e unicamente para satisfazer as necessidades de manutenção.

Existe plena liberdade de posse, usufruto e disposição dos bens individuais. Ninguém pode limitar o direito de propriedade pessoal ou impor formas determinadas de posse, usufruto ou disposição dos bens.

Existem, apenas, as seguintes exceções:

Os proprietários individuais não têm direito a empregar seus bens na exploração do trabalho alheio ou para obter lucros não provenientes de seu trabalho (especulação, usura).

Os objetos cuja posse é autorizada somente com permissão especial dos órgãos administrativos competentes podem ser alienados unicamente por seus proprietários e em benefício desses órgãos administrativos. Assim, por exemplo, os aviões de propriedade particular podem ser vendidos unicamente à Direção Geral da Frota Aérea Civil. O possuidor de uma arma de fogo de cano raiado somente pode vendê-la aos órgãos correspondentes do Comissariado do Povo para o Interior, etc..

O ouro, a prata, a platina e os metais platinicos, em moedas, lingotes ou em bruto, bem como as divisas e os valores estrangeiros só podem ser vendidos ao Banco do Estado ou às suas sucursais.

Os proprietários de objetos de valor artístico (obras de arte, monumentos de antiguidade, relíquias históricas, etc.), registados pelos órgãos do Comissariado do Povo para a Instrução Pública, não podem destruí-los e nem vendê-los no estrangeiro.

Os possuidores de gado de raça e leiteiro não podem sacrificá-lo sem prévia autorização dos órgãos da Inspeção Veterinária do Estado.

Os proprietários de habitações podem alugar os cômodos habitáveis que não estejam utilizando como residência. Entretanto, o preço pago pelo inquilino não pode superar a percentagem de 20 % (vinte por cento) do aluguel comum de casas alugadas pelo Estado.

De um modo geral, o direito de propriedade não implica obrigações especiais para o proprietário. Não presume, implicitamente, o pagamento de impostos especiais. Não existe, na União Soviética, nenhuma espécie de impostos sobre a propriedade, com exceção dos fixados sobre os cavalos pertencentes aos lavradores independentes.

Entretanto, como o Estado soviético está interessado no aumento do bem-estar de seus cidadãos e no desenvolvimento da propriedade pessoal,

obriga os proprietários dos bens de maior importância a velar por sua conservação e sua integridade. Por isso, os proprietários de habitações são obrigados a adotar as medidas necessárias para evitar que as casas se estraguem ou se destruam e, bem assim, a realizar, no devido tempo, os reparos que couberem. No caso de não cumprimento, com má fé, dessas obrigações, os Soviets locais de Deputados dos Trabalhadores podem exigir, perante os tribunais, a privação do direito de proprietário e a passagem do prédio à prioridade do Estado. A jurisprudência soviética reconhece que essa demanda pode ser satisfeita pelo tribunal unicamente quando se comprovar, claramente, que o proprietário não cumpriu suas obrigações, para a conservação da casa em bom estado, por má fé e sem causa justificada, e que, por esse motivo, a habitação ficou gravemente estragada ou mesmo foi destruída.

Além disso, os cidadãos que possuem casas residenciais e edifícios industriais, gado, lavouras e plantações de fruteiras, bem como os que possuem instrumentos e meios de produção artesanal, são obrigados a segurá-los contra acidentes, sinistros, etc..

Resumindo todo o exposto, podemos dizer que o direito de propriedade pessoal não tem outras limitações senão as indispensáveis para evitar a exploração do trabalho alheio e para garantir a conservação e a utilização mais adequada daqueles bens, propriedade de particulares, que tenham particular importância para a economia nacional (casas residenciais, gado de raça, etc.). Quanto ao mais, os proprietários gozam de liberdade ilimitada.

XVIII

O DIREITO DE SUCESSÃO

O direito de propriedade pessoal transmite-se por sucessão.

De acordo com a legislação soviética em vigor, todo cidadão soviético pode testar, independentemente de seu sexo, idade, nacionalidade, situação e origem social.

O direito de sucessão carece de restrições quanto ao volume dos bens em transmissão. O testador pode deixar a seus herdeiros todos os seus bens, por mais valiosos que sejam. Até 1942, a herança estava gravada com um imposto especial. Atualmente, esse gravame foi suprimido e não existe nenhum imposto sobre a herança.

Podem ser transmitidos por sucessão todos os bens de propriedade individual, entre os quais os contratos de crédito, direitos patrimoniais, etc.. Não podem ser transmitidos por herança os objetos para cuja posse se requer autorização especial, se o herdeiro não tem direito à permissão necessária. Tão pouco podem ser transmitidas por sucessão as coisas inseparavelmente vinculadas ao falecido (por exemplo, o direito a perceber uma pensão ou subsídio do Estado). Se o defunto é membro de uma sociedade cooperativa, herda-se não somente o direito de pertencer a ela, mas, igualmente, a quota de contribuição paga pelo finado.

A legislação soviética reconhece duas formas de sucessão: a testamentária e a legal. O direito soviético não reconhece a sucessão por contrato.

A sucessão legal verifica-se em caso de *ab intestato* ou quando o testamento não é válido. Um decreto do Presidium do Supremo Soviet da União Soviética estabelece, para esse caso, as diferentes categorias de herdeiros.

Na União Soviética, os herdeiros dividem-se em três grupos. Ao primeiro pertencem o cônjuge sobrevivente, os filhos do falecido (tanto os legítimos e naturais como os adotados), os seus pais quando tenham perdido a capacidade para o trabalho, bem como as demais pessoas sem capacidade para trabalhar, embora não sejam parentes do finado, mas tenham vivido às suas expensas, pelo menos durante um ano antes de sua morte.

Se qualquer dos filhos do defunto morre antes de receber a herança, sua parte é distribuída entre seus filhos (ou, seja, entre os netos do falecido). No caso em que também tenha falecido o neto, entre os bisnetos do finado.

Em segundo lugar, figuram os pais do defunto com capacidade para o trabalho. Recebem os bens por sucessão unicamente no caso do defunto não ter deixado nem cônjuge, nem descendentes, nem pessoas que tenham vivido às suas expensas. Os pais do defunto incluem-se no segundo grupo unicamente quando são aptos para o trabalho. Quando tenham perdido a aptidão para o trabalho, em virtude de sua idade avançada, doença ou acidente, entram no primeiro grupo de herdeiros e participam da herança em condições iguais com o cônjuge sobrevivente, os descendentes e os que viviam às expensas do finado.

No terceiro grupo de herdeiros, entram os irmãos e irmãs do defunto. Únicamente têm direito à herança quando não existem herdeiros do primeiro ou do segundo grupos.

Entre os herdeiros de um mesmo grupo, a herança é dividida em partes iguais. Isto não se refere aos netos e bisnetos que participem da herança como representantes dos filhos falecidos da pessoa que deixou a herança (da qual são descendentes). Por isso, não recebem uma parte completa dos bens da herança, mas é dividida entre eles a parte que corresponderia ao filho do proprietário se não tivesse morrido.

Os haveres domésticos incluídos na herança (por exemplo, móveis, louça, animais domésticos, automóveis, etc.) não são divididos, na herança legal, entre todos os herdeiros. Pertencem aos herdeiros que viviam em união com o defunto e que partilhavam do seu lar. Esses herdeiros recebem esses objetos, além da parte que lhes corresponde do restante dos bens.

Em caso de *ab intestato*, se a pessoa falecida viveu sozinha e não deixou testamento, todos os bens passam a ser propriedade do Estado.

XIX

O TESTAMENTO

Todo cidadão tem direito a fazer testamento e a nele dispor a forma pela qual devem ser distribuídos os seus bens.

O testamento deve ser feito por escrito e legalizado por um tabelião. O testamento dos militares em tempo de guerra pode ser legalizado pelos comandantes das unidades militares ou pelos diretores dos hospitais de sangue. Não requerem também certificação notarial as disposições testamentárias relativas aos fundos depositados nas Caixas Econômicas e as quotas de contribuição pagas às organizações cooperativas. As disposições testamentárias referentes a esses casos devem ser comunicadas por escrito às Caixas Econômicas e à administração da cooperativa.

O testador pode deixar seus bens tanto a pessoas físicas como jurídicas. Se o testador tem cônjuge, filhos, netos, bisnetos, pessoas que vivam às suas expensas, pais ou irmãos ou irmãs (isto é, sucessores legítimos), não pode deixar seus bens a outras pessoas físicas. A única coisa que pode fazer é distribuir os bens entre seus herdeiros legítimos, na forma que desejar, sem ter em conta as categorias estabelecidas para a sucessão legal. O testador pode aumentar a parte de um de seus herdeiros, diminuir a de outro, privar completamente da herança um ou vários de seus herdeiros legítimos, deixar todos os seus bens para um de seus herdeiros e não deixar nada para os restantes, etc.. O testador, entretanto, não pode deserdar menores de idade ou pessoas não aptas para o trabalho. E' obrigado a deixar-lhes, por testamento, pelo menos aquilo que receberiam em caso de sucessão legal.

Se o testador carece de herdeiros legítimos (cônjuge, descendentes, pais, irmãos, irmãs ou pessoas que vivam às suas expensas), pode deixar seus bens à pessoa que deseje. Como exceção à regra geral, o testador pode deixar os depósitos que possua em bancos ou Caixas Econômicas à pessoa que deseje, mesmo quando existam herdeiros legítimos. Esta medida tem por finalidade estimular o aumento da economia em dinheiro.

O testador pode deixar, igualmente, seus bens para pessoas jurídicas — o Estado, instituições e empresas estatais, kolrózes, organizações cooperativas e sociais, etc.. O testamento em favor de pessoas jurídicas pode ser feito independentemente de existir ou não herdeiros legítimos.

No testamento, pode ser indicada a finalidade concreta que se deve dar aos bens da herança. Além disso, o testador pode impor a um ou vários herdeiros obrigações a favor de terceiras pessoas. Na maioria dos casos, essas obrigações referem-se à sua manutenção, a facilitar-lhes morada gratuita na casa transmitida por herança, etc.. A negativa ao cumprimento dessas condições implica na renúncia à herança.

A abertura do testamento deve ser feita em presença de tabelião. Todos os litígios provocados pela interpretação do testamento são resolvidos por via judicial.

Os herdeiros podem renunciar à herança. O testador pode nomear um segundo herdeiro, caso o primeiro renuncie à herança ou faleça antes de ser aberto o testamento.

XX

A PROPRIEDADE FAMILIAR

Os objetos de propriedade individual podem pertencer a várias pessoas em comum, sendo que, nesse caso, o direito recebe o nome de direito de propriedade comunal. O direito de propriedade comunal caracteriza-se pela herança em comum de um mesmo objeto, como resultado da aquisição de uma coisa sob forma solidária, por alienação de uma parte do objeto, etc..

Cada um dos proprietários possui uma parte determinada da coisa. Esta parte pode ser simplesmente ideal. Isso significa que a parte na propriedade comunal pode referir-se não ao objeto em si, mas ao seu custo.

A posse, desfrute e disposição da coisa de propriedade comum verificam-se por acordo entre todos os proprietários e, em caso de divergências, por maioria de votos. A distribuição dos frutos e lucros trazidos pela coisa possuída em comum realiza-se segundo acordo concluído com esse fim. Os gastos da manutenção, exploração e administração da coisa possuída em comum também são pagos sob a forma estabelecida de mútuo acordo ou proporcionalmente entre os co-proprietários.

A separação da parte correspondente a um dos proprietários que se retira da propriedade em comum é estabelecida, igualmente, por acordo e, no caso dêste se tornar impossível, por decisão do juiz.

Uma forma especial de propriedade comunal é a propriedade dos cônjuges. Os princípios da propriedade comunal são extensivos a todas as famílias soviéticas, exceto às dos camponeses, ou, seja, às famílias dos kolroizianos e camponeses independentes.

A propriedade comunal dos cônjuges é integrada pelos bens acumulados (adquiridos, produzidos, etc.) pelos cônjuges, durante o matrimônio. Os bens que tenham sido propriedade de cada um dos cônjuges antes do matrimônio pertencem, unicamente, a cada um deles, sem que o outro tenha sobre eles nenhum direito.

Os bens acumulados pelos cônjuges durante o matrimônio são propriedade comum de ambos, independentemente de que tenham sido adquiridos em nome de um deles ou em nome de ambos. A jurisprudência soviética reconhece que a casa adquirida depois de contraído o matrimônio é propriedade comunal de ambos, mesmo quando tenha sido registrada em nome de um deles. A única exceção refere-se aos depósitos feitos nas Caixas Econômicas. Os depósitos feitos em nome de um dos cônjuges, durante o matrimônio, são considerados de sua propriedade, unicamente, sem que o outro cônjuge tenha qualquer espécie de direito sobre eles.

As normas que determinam quais os bens que podem ser propriedade comunal de ambos os cônjuges excluem os seguintes:

A maquinária industrial, instrumentos, livros e demais objetos necessários ao exercício da profissão de um dos cônjuges pertencem somente a ele, mesmo quando tenham sido adquiridos durante o matrimônio. Se os cônjuges têm, entretanto, a mesma profissão e os bens supramencionados foram utilizados em comum, são considerados, igualmente, objetos de propriedade comunal.

As peças de vestir e os objetos de uso de um sexo determinado são considerados de propriedade do cônjuge do sexo correspondente. Assim, por exemplo, o calçado de senhora é propriedade unicamente da esposa, o relógio de cavalheiro é propriedade do marido, etc.. Esta regra não se estende aos objetos de luxo (jóias, peles, etc.), que constituem propriedade comunal de ambos os cônjuges, quando tenham sido adquiridos depois de contraído o matrimônio.

Os presentes, condecorações e prêmios recebidos por um dos cônjuges são de sua exclusiva propriedade.

Enquanto subsiste o matrimônio, ambos os cônjuges têm igual direito aos objetos de propriedade comunal. No código que regula o direito matrimonial, de família e de tutela, estabelece-se que "os bens comunais são administrados de mútuo acordo entre os cônjuges". Isto significa que os cônjuges possuem, usam e dispõem, de mútuo acordo, da coisa de propriedade comunal.

A comunidade de bens dos cônjuges manifesta-se, sobretudo, em que todos os frutos e benefícios percebidos desses bens passam a integrar o patrimônio comum. Os gastos necessários à manutenção e exploração do patrimônio comum correm por conta de ambos os cônjuges.

Durante longo tempo, a legislação considerou discutível a questão de saber se podem ser objeto de ação judicial os bens comunais, em caso de demanda apresentada contra um dos cônjuges. Atualmente, essa questão foi solucionada da seguinte forma: se a dívida foi originada por uma transação feita por um dos cônjuges e visava benefícios para o patrimônio comum de ambos, a ação judicial pode ser dirigida contra todos os bens comunais. Mas, se a dívida foi originada por uma transação concertada no interesse de apenas um dos cônjuges e não visava a finalidade de beneficiar o patrimônio comum e nem os interesses do outro cônjuge, a ação judicial pode ser dirigida, unicamente, contra a parte da propriedade comunal pertencente ao cônjuge devedor. A parte do outro cônjuge não pode ser objeto de ação judicial.

Dessa forma é resolvido o confisco de bens por delito cometido por um dos cônjuges. Se o patrimônio comum dos cônjuges aumentou em virtude do delito, deve ser confiscado o patrimônio comum, em sua totalidade. Se o delito não contribuiu para o aumento do patrimônio comum dos cônjuges e nem visava essa finalidade, somente pode ser confiscada a parte da propriedade comum que pertence ao cônjuge delinqüente.

No código de leis sobre o matrimônio, a família e a tutela, estabelece-se que a parte da propriedade comum correspondente a cada um dos cônjuges é determinada por mútuo acordo entre ambos e, em caso de divergência, por decisão judicial.

A igualdade no patrimônio comum é obrigatória unicamente quando a parte de um dos cônjuges é objeto de ação judicial ou de confisco. Em todos os demais casos, o tribunal não é obrigado a dividir o patrimônio comum dos cônjuges em duas partes iguais. Ao determinar a proporção das partes, o juiz deve ter em conta a contribuição de trabalho de cada um dos cônjuges para o patrimônio comum. Por contribuição de trabalho considera-se não somente a atividade que proporciona salários ou lucros à casa, mas, igualmente, a administração do lar, a educação dos filhos, etc. Se a divisão de bens é motivada por divórcio o juiz deve ter em conta, além disso, com qual dos cônjuges ficam os filhos. E' bem verdade que os filhos não têm direito determinado aos bens dos pais. Mas isto permite ao cônjuge encarregado da educação e sustento dos filhos solicitar um aumento da parte que lhe corresponde do patrimônio comum.

A legislação sobre a família e o matrimônio, das Repúblicas Socialistas Soviéticas da Ucrânia e da Geórgia estabelecem que as partes de ambos os cônjuges devem ser iguais em todos os casos.

XXI

A FAZENDA KOLROZIANA

As relações patrimoniais nas famílias camponesas (kolrozianas e de camponeses independentes) regem-se por normas diferentes. O elemento fundamental da vida econômica, nessas famílias, é a propriedade rural (se a fazenda faz parte do kolróz chama-se fazenda kolroziana). No Código da Terra diz-se que "a fazenda é uma comunidade familiar de trabalho, na qual se agrupam as pessoas que se dedicam em comum à agricultura". Deve-se ter em conta que, se a fazenda não faz parte de um kolróz, o trabalho agrícola comum dos membros da fazenda é, para eles, a fonte principal de subsistência. Se a fazenda é kolroziana, o trabalho agrícola em comum dos membros da fazenda tem caráter auxiliar e serve de complemento aos rendimentos recebidos do kolróz. Além do trabalho agrícola em comum — seja fundamental ou auxiliar —, une os membros da fazenda a circunstância de que vivem no mesmo lar.

A fazenda camponesa é mais ampla do que a família das cidades. Podem ser membros da fazenda camponesa não somente os cônjuges e seus filhos menores e demais parentes próximos, mas, igualmente, outras pessoas ligadas entre si pelas relações familiares mais diversas.

Fazem, freqüentemente, parte de uma fazenda camponesa vários casais, como, por exemplo, vários irmãos e irmãs casados, com seus respectivos descendentes. Podem, também, ser admitidos na fazenda camponesa pessoas que não tenham nenhum parentesco com os demais membros da mesma.

São considerados membros da fazenda tanto os aptos para o trabalho como as pessoas para ela capazes, entre as quais as crianças de tenra idade.

As relações patrimoniais, dentro da fazenda camponesa (kolroziana), regem-se da seguinte forma:

As habitações e edificações auxiliares, os animais e as aves domésticas, os instrumentos de lavoura e demais utensílios para o cultivo da terra, as sementeiras e plantações dos sectores concedidos à fazenda familiar, as colheitas obtidas nessas parcelas, os fundos em dinheiro obtidos com a venda dos produtos agrícolas — produção fundamental ou auxiliar — colhidos pelos membros da fazenda, as reservas de sementes, forragens e víveres, os objetos de uso doméstico que sejam utilizados por todos os membros da fazenda (móveis e louca), etc. constituem a propriedade comunal da fazenda.

Os objetos de uso e os artigos culturais que são utilizados individualmente pelos diversos membros da fazenda, bem como os presentes recebidos como recompensa ou prêmios e os depósitos nas Caixas Econômicas, etc. constituem propriedade individual de cada um dos membros da fazenda.

A posse, uso e disposição da propriedade comunal da fazenda fazem-se por acôrdo de todos os membros maiores de idade e, em caso de divergência, por maioria de votos. Para a direção do patrimônio da fazenda, designa-se o chefe da fazenda, que representa a comunidade perante todos os organismos e pessoas. O chefe da fazenda pode ser homem ou mulher. Caso não justifique a confiança nêle depositada, pode ser destituído por resolução dos membros da fazenda.

Todos os rendimentos procedentes da fazenda passam a fazer parte da propriedade comunal. Todos os gastos exigidos pela exploração da fazenda e de todos os outros bens comuns são custeados por essa propriedade comunal. Pelas dívidas contraídas pela exploração da fazenda responde, em primeiro lugar, a propriedade comunal. No caso, entretanto, desta ser insuficiente para satisfazer as dívidas, a ação judicial pode ser dirigida, igualmente, contra os objetos de propriedade pessoal dos membros da fazenda.

Dos bens de propriedade individual dos membros da fazenda unicamente o seu dono pode usar, desfrutar e dispor. Os demais membros da fazenda não têm nenhum direito sobre eles.

A fazenda não responde pelas dívidas contraídas particularmente por cada um de seus membros. Quando estas forem motivadas por operações visando aumentar o patrimônio comum ou melhorar a propriedade comum da fazenda, a ação judicial pode, entretanto, recair, igualmente, sobre os objetos de propriedade comum. Da mesma forma, o patrimônio comum pode ser confiscado em caso de delito cometido pelos membros da fazenda, com intenção de aumentar a propriedade comum.

Cada membro ou grupo da fazenda pode separar-se dela. Nesse caso, pode exigir a parte que lhe corresponde do patrimônio comum. A pessoa que passa de uma fazenda para outra, particularmente em virtude de matrimônio, não goza desse direito. Mas ingressam na nova fazenda como membros com todos os direitos.

A determinação da parte do patrimônio correspondente ao membro da fazenda que sai é feita de acôrdo com todos os outros membros da comunidade. Se não se chega a um acôrdo, a questão é resolvida pelo juiz. Este deve ter em conta, ao determinar o valor da parte, os costumes observados no lugar.

O direito de pertencer à fazenda e a parte do patrimônio comum não podem ser vendidos nem transmitidos por sucessão. No caso de falecimento de um membro da fazenda, sua parte fica no patrimônio comum, com o que aumentam, proporcionalmente, as partes dos demais membros da fazenda. Os bens particulares do falecido são transmitidos por sucessão, de acordo com os princípios gerais. Se a fazenda é constituída por um único indivíduo e este falece, os bens da fazenda passam para seus herdeiros em iguais condições que os seus bens particulares.

CONCLUSÃO

O sistema jurídico que rege o direito de propriedade soviético baseia-se no concerto dos interesses de toda a sociedade com os interesses particulares.

Em virtude de todas as grandes empresas e os principais instrumentos e meios de produção constituírem bens de propriedade socialista e pertencerem a toda a sociedade, estão garantidos, plenamente, os interesses de todo o povo soviético, em seu conjunto.

A propriedade socialista torna possível o aumento da riqueza nacional e da renda do Estado soviético, com o que contribui para elevar o nível de vida de toda a população da U.R.S.S.. Graças à propriedade socialista, o povo soviético pode planificar sua economia e orientar seu desenvolvimento de acordo com seus próprios interesses. A propriedade socialista ajudou o povo soviético a derrotar os invasores hitleristas e a defender a liberdade e a independência de sua pátria.

Mas o sistema soviético de propriedade não implica na equiparação material dos cidadãos soviéticos e, por conseguinte, não os obriga a viverem em condições absolutamente iguais. Cada cidadão pode adquirir tantos bens, tanto patrimônio, quanto seja capaz de ganhar com seu trabalho. Pode utilizar os bens conseguidos com seu trabalho, sob a forma que desejar. As leis soviéticas protegem sua propriedade privada e a livre disposição de seus bens.

No concerto desses dois princípios — o coletivo e o individual —, reside a idéia básica do sistema soviético de propriedade.

● ●

MATEUS, PRIMEIRO OS TEUS... — O deputado Miguel Couto Filho, realisticamente, disse: "Sim, devemos receber livremente todos os indivíduos sadios de corpo e espírito, precisamos povoar o nosso imenso território, movimentar nossas riquezas infindas, porém, é necessário, também, ter sempre presente que o nosso dever primordial é amparar o braço nacional, aqueles que heróicamente labutam as nossas terras, quase sem nenhuma assistência".

● ●

QUE CONSEQUENCIAS ADVIRÃO DE VOLTA REDONDA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO BRASIL?

AMERINO WANICK

Para compreendermos o significado econômico-político da instalação no Brasil da indústria siderúrgica a carvão mineral por uma empresa organizada nos moldes da Companhia Siderúrgica Nacional (na qual tem o governo a maioria das ações ordinárias, dela participando também como acionistas 43.528 cidadãos brasileiros, que subscreveram 747.158 ações, além da contribuição dos Institutos e Caixas Econômicas, com Cr\$. 500.000.000,00 de ações preferenciais), é indispensável tecer algumas considerações sobre a estrutura econômica do Brasil, tanto no passado, quanto no momento excepcionalmente grave que estamos atravessando.

O Brasil foi descoberto na época do predomínio do capital comercial na Europa e sua colonização pelos portugueses processou-se como se ele fosse uma grande empresa comercial, destinada a fornecer alguns produtos ao mercado europeu e a proporcionar lucros fabulosos, tanto à Metrópole, quanto aos interessados na exploração das terras brasileiras.

Após cessar a exploração do pau-brasil, que durou poucos anos, surgiram, sucessivamente, tanto no período colonial, quanto no Império, o açúcar, a mineração, o algodão, o cacau, o fumo, e, mais tarde, o café, a borracha, etc.

Ainda agora, se bem examinarmos os principais produtos de nossa exportação, verificaremos o mesmo fenômeno: o Brasil continua, no comércio internacional, na posição de exportador de alguns produtos elementares — gêneros alimentícios e matérias primas.

Isso constata-se facilmente pela lista dos principais produtos de exportação em 1945: café, tecidos de algodão, algodão em rama, pinho, borracha, cera de carnaúba, fumo, mamona, carnes, peles e couros, cristal de rocha e diamantes.

Como se vê, têm ainda grande destaque os velhos produtos reis da Colônia e do Império.

Os novos astros que agora surgem no horizonte do nosso comércio de exportação — sobretudo os tecidos de algodão e o cristal de rocha — são o resultado de uma conjuntura de guerra.

Essa orientação de nossa política de produção e de comércio voltada para o exterior, isto é, dedicada ao fornecimento de alguns produtos-reis para o mercado internacional, sem preocupar-se com o padrão de vida do povo, relegando sempre para um plano secundário não só a chamada "agricultura de subsistência" para alimentação das populações das cidades e dos campos, como tudo o que se refere ao bem estar e à prosperidade do povo, essa orientação tem sido um dos factores de fraqueza da economia nacional.

E' certo que devemos procurar a causa fundamental desse fenômeno naqueles factores da colonização que deram lugar ao nascimento da monocultura, latifundiária e escravocrata, que foi a base, na Colônia e no Império, dessa política de produção e de comércio voltada para o Atlântico. A debilidade dessa economia colocou-nos, em tôdas as épocas, em situação de inferioridade para lutar contra tôdas as forças anti-nacionais, que sempre conspiraram contra os nossos interesses, precisamente para nos manter nessa posição de exportadores de produtos elementares e importadores de produtos manufaturados e fundamentais.

Já dissemos que o Brasil foi descoberto na época do predomínio do capital comercial e colonizador como uma vasta empresa comercial exploradora da terra virgem e das riquezas nela existentes.

Quando as principais nações européias, predominantemente a Inglaterra, entraram no caminho da industrialização, por efeito das descobertas científicas e técnicas que revolucionaram a produção e os transportes, Portugal não tinha condições para se adaptar à revolução industrial e, por isso, manteve-se como explorador comercial. O Brasil sofreu as conseqüências dessa posição, privado como foi, por imposição da Metrópole, de qualquer desenvolvimento industrial.

A pequena indústria artesã existente na colônia desapareceu com a abertura dos portos ao comércio internacional em 1808.

Não é difícil compreender-se que foi a Inglaterra a nação mais beneficiada com essa medida por ela inspirada, dada a importância de sua marinha mercante, e, sobretudo, o desenvolvimento de sua indústria, que exigia novos mercados.

Durante quasi todo o século XIX, ficou o Brasil como que alheio à revolução industrial que se iniciara na Europa no século anterior e abriu largos horizontes ao progresso em todos os ramos da atividade.

Isso deve-se ao fato de que não mudara a estrutura econômica baseada na monocultura latifundiária escravocrata, predominante durante a época colonial e, sendo assim, também não mudara o sentido do nosso comércio sempre voltado para o exterior, para o fornecimento de alguns gêneros alimentícios e de matérias primas para o mercado internacional.

O fato, porém, é que essa precária base econômica já não mais correspondia aos reais interesses do Brasil, que assim não podia desenvolver suas forças produtivas em plena época do capital industrial progressista, dominante no mundo civilizado.

Cada vez mais se aguçavam as contradições entre essa base econômica tipicamente colonial e as forças progressistas, embora ainda débeis, que aspiravam acompanhar a revolução industrial em pleno desenvolvimento da Europa e nos Estados Unidos da América do Norte.

Só seria possível, porém, vencer o atrazo de quasi um século que nos distanciava dos países industriais, levando-se a efeito uma profunda transformação agrária, que possibilitasse romper o envólucro colonial da economia nacional.

O Brasil vivia ainda, economicamente, a época do capital comercial dominante até a primeira metade do século XVIII, enquanto que o capital industrial progressista já atingira em vários países ao seu apogeu, na penúltima década do século XIX.

Para bem compreendermos os grandes acontecimentos que se processaram no Brasil em fins do século passado — a abolição da escravatura e a proclamação da República — é indispensável o exame da correlação de forças entre as classes então predominantes naquela época.

E' incontestável que os latifundiários escravocratas dominavam econômica e politicamente o país.

A fraca industrialização que se tinha podido realizar até aquela época não possibilitou o aparecimento de uma burguesia e de um proletariado industriais capazes de exercerem influência marcante no cenário econômico-político nacional.

A industrialização nascente não encontrara tradições no país, uma vez que, entre o período em que floresceu a indústria de artesanato na colônia (enfraquecida como foi pela pressão da Metrópole e aniquilada pela abertura dos portos em 1808) e o surto de industrialização e de empreendimentos das últimas décadas do século passado, houve um hiato, um vazio, uma terra de ninguém, em que se apagaram os vestígios daquela medíocre indústria colonial.

Podemos dizer que a burguesia e o proletariado industriais não haviam pisado, ainda, como classes, o palco econômico do Brasil, nas vésperas da abolição da escravatura e da proclamação da República.

Existia, sem dúvida, uma burguesia comercial estrangeira, sobretudo portuguesa, enriquecida pelo comércio de importação e de exportação, mas que, evidentemente, não aspirava, nem podia aspirar ao poder político.

Com uma tal correlação de forças de classes, em que predominavam econômica e politicamente os latifundiários escravocratas, não seria possível realizar uma transformação agrária capaz de romper a estrutura colonial da economia brasileira, e que abrisse caminho para um largo desenvolvimento da industrialização nacional.

O próprio acontecimento da abolição da escravatura, em que pese o extraordinário esforço e a luta incessante de um grupo de idealistas que pregavam a abolição baseados em princípios humanitários, deve ser interpretado à luz da política abolicionista desenvolvida pela Inglaterra com o objetivo de alargar os mercados consumidores (em nosso caso particular, o mercado brasileiro) para os seus produtos industriais.

O modo de produção, no Brasil, baseado no trabalho escravo, não mais correspondia às exigências dos países industriais (sobretudo da Inglaterra), que lutavam abertamente pela conquista de mercados.

A libertação contribuiria para resolver a contradição entre as forças produtivas que se achavam tolhidas em seu desenvolvimento e as relações de produção imperantes, na base da monocultura latifundiária escravocrata, já na época do apogeu do capital industrial progressista.

A abolição da escravatura importava no aparecimento de novos consumidores no mercado e cujo poder aquisitivo seria respaldado pelos salários desses trabalhadores, que emergiam assim dos escombros da escravidão.

Não é difícil compreender-se que a abolição não podia, evidentemente, corresponder aos interesses da classe dominante dos latifundiários escravocratas.

Embora determinada pela luta interna dos setores mais progressistas que não aceitavam, nem suportavam mais a chaga da escravidão, não se pode, entretanto, desconhecer que a abolição foi condicionada pela pressão de forças exteriores, visto como o modo de produção baseado no trabalho escravo não só era incompatível com a época do capital industrial progressista, que exigia trabalhadores livres, como também limitava o mercado interno brasileiro, restringindo-o às mercadorias produzidas nos países altamente industrializados.

Um ano e meio após a abolição da escravatura, verificou-se outro grande fato que marca época na história do Brasil: a proclamação da República.

Ambos os acontecimentos devem ser interpretados como atos da revolução democrático-burguesa, que deveria solucionar aquelas contradições já apontadas e abrir largos horizontes ao progresso do Brasil.

A falta de uma burguesia industrial capaz de assumir o poder em 15 de novembro de 1889 foi a causa de todos os insucessos que se verificaram e até hoje perduram, representando a origem de muitos dos males que afligem o povo brasileiro e do atraso econômico do Brasil.

A revolução democrático-burguesa não pôde, por isso, seguir sua marcha clássica.

O problema da terra, que era a base dessa transformação, não podia, evidentemente, ser resolvido por iniciativa dos barões e dos viscondes das casas grandes dos latifúndios, isso porque não só não existia uma burguesia e um proletariado industriais, para impulsionarem essa revolução, como também porque a burguesia comercial estrangeira, sobretudo a portuguesa, não podia aspirar ao poder político.

Nessas condições, subiram ao poder alguns idealistas bem intencionados, tanto civis quanto militares, e também aventureiros e oportunistas de toda espécie, que não representavam a base econômica do país.

Essa situação só podia gerar, como gerou, no cenário político, o caudilhismo e o aventurismo, que predominaram e ainda predominam no Brasil.

Por isso, não foi possível ainda o exercício da democracia e das instituições democráticas em nosso país; e daí os estados de sítio quasi que permanentes e os estados de guerra sem guerra alguma, meios com os quais os grupos de aventureiros que se apoderaram do poder em 1889, e os que lhes sucederam, têm podido dominar e explorar o povo brasileiro, comprometendo o progresso do Brasil.

A ÉPOCA DO IMPERIALISMO

A passagem do século XIX para o século XX, assinala outro grande acontecimento, de ampla repercussão no plano internacional.

Trata-se da concentração da produção e da acumulação de capitais, que haviam atingido já um alto grau de desenvolvimento, sobretudo nas duas últimas décadas do século XIX.

Com as guerras dos *boers* e hispano-americana, agravada a situação com a crise cíclica de 1900-1903, podemos fixar a época em que o capital

bancário se fundiu com o capital industrial, dando lugar ao nascimento do chamado capital financeiro monopolista.

O mundo entrara na época dos trustes, dos carteis, dos monopólios, das grandes concentrações da produção e de capitais, com que os grupos imperialistas dominam os países e exploram os povos.

Permanecia, entretanto, a economia nacional com sua estrutura já então tipicamente semi-colonial.

A ligeira industrialização que se processou no período do encilhamento, no princípio do século XX, não foi suficiente para alterar a correlação de forças dominantes.

O Brasil continuava ainda como simples exportador de alguns produtos-reis elementares e importador de produtos manufaturados e fundamentais.

Com essa base econômica fragilíssima, não nos foi possível, em plena época do imperialismo, defender o país da pressão das forças econômicas externas, que entravam o desenvolvimento progressista do Brasil.

O caudilhismo e o aventurismo político facilitaram às forças imperialistas manobrar com segurança e desassombro, conforme os seus interesses e sempre contra o Brasil.

Isso explica, até certo ponto, a corrupção generalizada, a desmoralização política, a falta de espírito público, o desprezo pelo contacto com o povo, que têm predominado nas esferas administrativa, financeira, econômica e política do Brasil, na sua fase republicana.

A GUERRA DE 1914-1918

A primeira guerra mundial possibilitou, como era natural, o surto de uma industrialização de bens de consumo, não só pela perturbação das importações, como também pela afluência de capitais estrangeiros que procuravam aplicação nos países semi-coloniais, à cata de lucros de monopólio, fugindo, assim, aos rigores da lei da tendência decrescente da taxa do lucro, cada vez mais acentuada nos países super-industrializados, já na época do capital financeiro monopolista. Nasceu, assim, a nossa burguesia industrial, que passou a exercer certa influência político-econômica no cenário nacional, tendo, porém, surgido em condições tais, que merecem ser aqui salientadas:

- 1.º — nasceu na fase do capitalismo decadente, isto é, na época do imperialismo, dentro das contradições e da crise geral do modo capitalista de produção, agravadas pela primeira guerra mundial;
- 2.º — como burguesia industrial nascente, produtora de bens de consumo, não podia e não pode oferecer resistência orgânica à pressão das forças imperialistas;
- 3.º — como burguesia nascente de um país de estrutura econômica semi-colonial, e na fase do imperialismo, não encontra ambiente, nem as condições específicas próprias da época do ca-

pital industrial progressista, imperante até fins do século passado, para marchar na senda da industrialização, conforme os moldes clássicos daquela época, em que predominavam os princípios da economia liberal de livre concorrência.

Tendo surgido, pois, em época anormal e de modo anormal, sem raízes no passado, nem tradições, não pôde ter a mesma formação que a burguesia da época do capital industrial progressista. Teve que se adaptar à nova situação criada pelo predomínio do capital financeiro monopolista, que só lhe facilita as sobras do banquete imperialista. Foi obrigada a adotar o lema: — produzir para especular.

A GUERRA DE 1939-1945

A segunda guerra mundial aguçou, de maneira excepcional, as contradições do modo capitalista de produção, já em processo de crise geral desde a guerra de 1914-1918, e na etapa superior e última de seu desenvolvimento.

Nessa altura dos acontecimentos mundiais, o Brasil apresenta-se ainda com sua estrutura econômica tipicamente semi-colonial, como exportador de gêneros alimentícios e de matérias primas para o comércio internacional, e atrasado de um século no seu desenvolvimento, por isso que está apenas iniciando seus primeiros passos no caminho do capitalismo industrial, quando o mundo já vive a época do imperialismo.

Agora, mais do que anteriormente, agrava-se cada vez mais a posição de nossa burguesia industrial adolescente, em presença das forças imperialistas, mais agressivas dada a situação do após-guerra.

Receiosa de lutar pelos seus próprios interesses ao lado do proletariado, que é hoje a classe dirigente, está a nossa burguesia industrial metida entre a cruz e a caldeirinha.

Por um lado, sente a necessidade de levar avante a revolução democrático-burguesa para que possa ter mercado cada vez mais amplo para seus produtos; por outro, não lhe permite o instinto de classe participar dessa transformação, por temer, nesta etapa, que a hegemonia, na revolução democrático-burguesa, passe para as mãos do proletariado, como classe dirigente, o que será inevitável.

Além do mais, essa revolução exige fundamentalmente uma profunda transformação agrária, com a liquidação do monopólio dos latifúndios improdutivos e das sobrevivências semi-feudais imperantes no campo.

Este é um ponto do problema sobre o qual nossa burguesia só deseja ouvir falar nos discursos e nos artigos de jornal, mas de cuja solução, nem de leve, pretende participar.

Daí se conclui que a nossa burguesia industrial se unirá mais do que nunca aos latifundiários e também aos agentes do capital financeiro monopolista na luta por sua sobrevivência e para auferir alguma vantagem no festim imperialista, não podendo, pois, realizar as aspirações progressistas da burguesia industrial da época do capital industrial, imperante até fins do século passado.

Nem tão pouco poderá ser progressista como classe, na época do imperialismo e em país semi-colonial, apesar da existência incontestável de industriais individualmente progressistas.

Impossibilitada de progredir e de acumular capitais exclusivamente pelos processos clássicos da época industrial, baseados na livre concorrência (que exige produtos cada vez melhores, por preços cada vez menores, pela aplicação da ciência e da técnica à indústria) debate-se hoje a nossa burguesia industrial entre o dilema dos lucros extraordinários e de monopólio e a restrição do poder de compra das amplas camadas das populações das cidades e dos campos, sacrificadas por essa política suicida, que diminui cada vez mais o salário real, e, conseqüentemente, o seu padrão de vida.

Para usufruir, entretanto, lucros extraordinários e de monopólio fora das conjunturas de guerra, tem a nossa burguesia imperiosa necessidade de leis de emergência, reacionárias e fascistas, visto como só assim poderá realizar essa política de exploração do povo. Daí, sua posição reacionária, anti-democrática e fascista para atingir tais objetivos imediatistas, mas que cava a ruína em seu derredor, agravando cada vez mais as contradições em que se debate sem saída.

Por essa razão, não lhe convém mais a democracia, porque não poderá mais viver em clima democrático na época do imperialismo decadente.

Aliada aos imperialistas, aos latifundiários, aos banqueiros e aos comerciantes, só poderá sobreviver explorando ainda mais o proletariado e o povo em geral e isso não poderá ser conseguido facilmente em regime democrático.

Sua fraqueza é tão evidente que não pôde assumir o poder, como lhe competia, por ocasião da deposição da ditadura Vargas.

Se outra fôsse a correlação de forças de classes, teria aproveitado a oportunidade para dirigir a revolução democrático-burguesa, a fim de possibilitar o amplo desenvolvimento do capitalismo nacional, o que seria de seu máximo interesse.

O poder escapou-se-lhe das mãos porque não é mais a classe dirigente nesta altura dos acontecimentos.

Nessa ocasião, não poderia, também, aspirar ao poder o proletariado ainda débil, visto como, apesar de classe dirigente, não encontra condições nem subjetivas nem objetivas no Brasil para se tornar, em futuro próximo, a classe dominante.

Assim, explica-se claramente a situação de instabilidade, de insegurança, de indisciplina geral, de incapacidade total das forças econômico-políticas que subiram ao poder após a queda da ditadura Vargas e se debatem já em franca decomposição, incapazes como são de resolver os gravíssimos problemas que estão na ordem do dia.

O futuro do Brasil apresenta-se assim sombrio, com perspectivas um tanto problemáticas de uma solução verdadeiramente democrática para o momento grave que estamos vivendo.

A burguesia industrial, os latifundiários, os agentes imperialistas, os banqueiros e comerciantes e as demais forças reacionárias fascistas, estão lutando, como classe, para impedir a estruturação democrática do

Brasil, de modo que possam, assim, manter seus privilégios e explorar cada vez mais o povo.

E' esta uma posição suicida. Qualquer governo ditatorial, reacionário e fascizante, que se estabelecer dessa forma com a missão de esmagar os anseios democráticos do povo e para satisfazer os interesses inconfessáveis de grupos dominantes, sustentará essas camarilhas e essa situação da mesma maneira que a corda sustenta o enforcado.

Uma tal ditadura não só agravará tôdas as contradições já existentes, como fará surgir novas, e os problemas gravíssimos, que já estão exigindo solução pronta, serão perturbados e comprometidos de modo tão alarmante, que o governo responsável por essa situação terá vida precária e de curta duração.

Serão criadas, então, as condições subjetivas e objetivas para o estabelecimento de uma autêntica democracia no Brasil, mas que será conquistada pelo povo, por processos necessariamente violentos e decisivos.

A culpa disso não será do povo, mas da História.

O PROBLEMA SIDERÚRGICO E A USINA DE VOLTA REDONDA

Estamos, agora, em condições de bem compreender a importância da implantação da grande siderurgia nacional a carvão mineral e em bases econômicas.

Qual a importância e que conseqüências advirão de Volta Redonda para o desenvolvimento do Brasil ?

No nosso fraco modo de entender, são as seguintes:

a) o amplo debate em torno do plano do saudoso engenheiro Raul Ribeiro para o estabelecimento da grande siderurgia, levou o governo Vargas a decretar a nulidade do famigerado contrato da Itabira Iron Ore CY, que retardou por muitos anos a solução do problema siderúrgico nacional e por meio do qual manteria essa Companhia o monopólio do nosso minério da região de Itabira, da Estrada de Ferro Vitória e Minas e do futuro porto de Santa Cruz, no Espírito Santo;

b) a nulidade desse contrato representa uma vitória do povo em sua luta anti-imperialista, criando a consciência de que é possível lutar e vencer as forças imperialistas, sempre que os problemas são amplamente discutidos e apoiados pelo povo;

c) a constituição da Companhia Siderúrgica Nacional, na qual tem o governo a maioria das ações ordinárias, dela participando também como acionistas, 43.528 cidadãos brasileiros, além da colaboração dos Institutos e das Caixas Econômicas com 500 milhões de cruzeiros de ações preferenciais, significa a possibilidade de solução dos grandes e fundamentais problemas nacionais com nossas próprias forças inicialmente, embora também com o auxílio de capitais estrangeiros que foram empregados, não como agentes do predomínio de forças externas, mas como elementos de propulsão da economia nacional, tal como no caso do emprês-

timo feito pelo Export and Import Bank, de Nova York, à Companhia Siderúrgica;

e) que o emprêgo 100 % do nosso carvão de Santa Catarina significa que o leito de fusão do alto-forno de Volta Redonda, e dos outros que vierem a ser ali instalados, serão totalmente constituídos de matérias primas nacionais; minérios de ferro, carvão mineral e fundente;

f) que a Usina de Volta Redonda, tal como foi construída, representa uma das mais modernas instalações siderúrgicas do mundo;

g) que o aproveitamento dos gases do alto forno e dos sub-produtos da destilação do carvão são factores de economia e, portanto, de redução dos preços de custo e distinguem essa Usina das demais instalações siderúrgicas a carvão de madeira existentes no país;

h) que o plano de produção da Usina, laminando chapas grossas, trilhos, etc. permitirá melhorar a via permanente de nossas estradas de ferro e criar a indústria da construção naval com o emprêgo das chapas grossas de Volta Redonda, o que representa um notável factor de industrialização pesada.

i) que o aproveitamento dos sub-produtos da destilação do carvão facilitará o estabelecimento da indústria química pesada e das indústrias químicas de guerra para as nossas Forças Armadas;

j) que um dos aspectos mais importantes do estabelecimento da siderurgia nessas bases é o de contribuir para enfraquecer e romper o envólucro semi-colonial de nossa economia;

k) que será também de maior importância o fato de que a instalação da grande siderurgia em bases econômicas determinará uma espécie de fome de ferro e de aço, que forçará a instalação de outras Volta Redonda, para satisfazer as exigências de novos mercados;

l) que a cidade construída em conseqüência da Usina constitui certamente um factor de civilização e de progresso;

m) que as instalações, tanto de Volta Redonda, quanto as de Santa Catarina (estas para o tratamento de carvão), serão uma grande escola de formação de engenheiros, contra-mestres, operários e trabalhadores qualificados, o que será da mais alta importância para o progresso do Brasil e também para fortalecer a consciência de classe do proletariado nacional;

n) que, por tôdas estas razões, devem os brasileiros ficar sempre atentos para que Volta Redonda permaneça em mãos do governo, como um patrimônio da Nação, e marco inicial que é da nova fase que se abre para o Brasil, possibilitando o estabelecimento da indústria pesada siderúrgica, à que se deverão seguir a do alumínio, da soda cáustica, da energia elétrica, de material rodante, dos metais não ferrosos, da construção naval, etc. etc. com o que romperemos definitivamente o envólucro semi-colonial de nossa economia, tendo por base a realização de uma profunda transformação agrária, e faremos a libertação econômica do nosso Brasil, embora com 124 anos de atraso em relação à sua libertação política.

(Transcrito do *Jornal de Debates.*)

Perguntas e Respostas

TRECHOS DE UMA ENTREVISTA DE STALIN COM WELLS, EM 23-7-1934

Wells — Examinai, porém, mais de perto, o que se passa atualmente no mundo capitalista. Não se trata simplesmente do naufrágio de um regime. O que se vê é uma explosão da violência reacionária, degenerando num gangsterismo franco. E parece-me que, desde o momento em que se trata de um conflito com esses opressores reacionários e ininteligentes, os socialistas deviam apelar para a lei e, ao invés de considerar a polícia como inimiga, lançá-la na luta contra os reacionários. Quer parecer-me que não podemos agir simplesmente pelos métodos do velho socialismo insurrecional e rígido.

Stálin — Os comunistas apoiam-se na rica experiência histórica a qual nos ensina que as classes, uma vez cumprida sua missão, não abandonam voluntariamente a cena histórica. Examinai a história da Inglaterra no século XVII. Não eram então numerosos aqueles que diziam que a velha ordem social estava podre? E, no entanto, não foi necessário um Cromwell para liquidá-la pela força?

Wells — Cromwell agia apoiando-se na Constituição e em nome da ordem constitucional.

Stálin — Em nome da Constituição ele recorreu à violência, executou o Rei, dissolveu o Parlamento, prendeu uns e decapitou outros!

Mas tomemos um exemplo de nossa história. Não era claro, durante um longo período de tempo, que a ordem tsarista estava podre, se estava desmoronando? E, entretanto, quanto sangue não foi necessário para derrubá-la!

E a Revolução de Outubro? Seriam pouco numerosos os indivíduos que sabiam que apenas nós, os bolcheviques, indicávamos a única saída justa? Não compreendíamos todos que o capitalismo russo estava podre? Mas vós sabeis quanto foi grande a resistência, quanto sangue foi derramado para defender a Revolução de Outubro contra todos os seus inimigos, tanto internos como externos.

Ou ainda: tomemos a França do fim do século XVIII. Muito tempo antes de 1789, eram numerosas as pessoas que viam claramente até que ponto estavam podres o poder real, a ordem feudal. Mas não foi possível dispensar, não era possível dispensar um levante popular, um choque entre as classes.

Que dizer a isso? E' que as classes, que devem abandonar a cena histórica, são as últimas a se convencerem de que sua missão está terminada. E' impossível convencê-las disso. Parece-lhes sempre ser possível tapar as brechas do edifício apodrecido do velho regime, que é

possível reparar e salvar o edifício arruinado que representa a antiga ordem de coisas. Eis a razão pela qual as classes caducas tomam das armas e começam a defender por todos os meios sua existência de classe dominante.

Wells — Mas à frente da Grande Revolução Francesa, havia um bom número de advogados.

Stálin — Será que negais o papel dos intelectuais nos movimentos revolucionários? Será que a Grande Revolução Francesa foi uma revolução de advogados, e não uma revolução popular, que se tornou vitoriosa depois de haver levantado enormes massas populares contra o feudalismo, e defendendo os interesses do "Terceiro Estado"? Os advogados existentes entre os chefes da Grande Revolução Francesa agiriam segundo as leis do antigo regime? Não é verdade que instituíram uma legalidade nova: a legalidade revolucionária burguesa?

A rica experiência histórica ensina-nos que, até o presente, nenhuma classe cedeu voluntariamente o terreno a uma outra classe. A história mundial não menciona nenhum precedente. E os comunistas assimilaram essa experiência histórica. Os comunistas ficariam muito contentes com a partida voluntária da burguesia. Mas, conforme o atesta a experiência, não é de acreditar que as coisas se passem dessa forma. Eis porque os comunistas querem estar prontos para enfrentar o pior e aconselham a classe operária para se manter vigilante e preparada para o combate. Qual a garantia que nos ofereceria um capitão que não compreendesse que o inimigo não se renderá, que é necessário abatê-lo? Ser um capitão dessa espécie é enganar, trair a classe operária. Eis por que penso que aquilo que vos parece fora de moda é, na realidade, uma medida de utilidade revolucionária para a classe operária.

Wells — Não nego inteiramente a necessidade da violência; mas acho que as formas de luta devem aproximar-se quanto possível das possibilidades que oferecem as leis existentes, as quais devem ser defendidas contra os atentados reacionários. Não é necessário desorganizar o velho regime; será apenas pela razão que ele se desorganizará num grau suficiente. Exatamente por isso, parece-me que a luta contra a ordem, contra a lei, é alguma coisa em desuso, fora de moda. De resto, estou exagerando propositadamente, a fim de pôr em foco a verdade. Poderia formular meu ponto de vista da maneira seguinte: Primeiramente, sou a favor da ordem; em segundo lugar, ataco o sistema existente, porque o mesmo não assegura a ordem; em terceiro lugar, acho que a propagação da luta de classes pode afastar do socialismo justamente os círculos instruídos que são necessários ao socialismo.

Stálin — Para realizar uma grande, uma séria obra social, é necessário que haja uma força principal, um ponto de apoio; uma classe revolucionária. E' preciso, em seguida, que a ajuda a ser dada a essa força principal seja organizada pela força auxiliar, que vem a ser o Partido, no qual entre também a elite intelectual. Acabais de vos referir aos "círculos instruídos". Mas quais são os homens instruídos que tendes em vista? Haveria, por acaso, poucos homens instruídos ao lado do antigo regime; e no século XVII, na Inglaterra; e no fim do século XVIII, na França; e na época da Revolução de Outubro, na Rússia? O velho regime

tinha ao seu lado, a seu serviço, muitos homens instruídos, que defendiam o velho regime, que lutavam contra o novo regime. Isso porque a instrução é uma arma cuja eficácia depende do seguinte: do facto de se saber quem é o homem que a possui e quem é que procuramos ferir com essa arma. Evidentemente, os homens altamente instruídos são necessários ao proletariado, ao socialismo. Porque é claro que não serão os analfabetos que poderão ajudar o proletariado a lutar pelo socialismo, a construir a nova sociedade. Não subestimo o papel dos intelectuais; pelo contrário, empresto grande importância ao mesmo. A questão consiste exatamente em saber quais são os intelectuais de que se trata: porque há intelectuais e intelectuais. (Trecho da entrevista de Stálin com H. G. Wells, em 23-7-1945.)

● ●

LÉNIN E OS MODERNISTAS... — “A revolução liberta todas as forças até então acorrentadas e faz com que elas venham à tona. Eis um exemplo entre cem: Pensem na influência exercida sobre a evolução de nossa pintura, de nossa escultura e de nossa arquitetura pela moda e os caprichos da côrte czarista, assim como pelos gostos e fantasias desses senhores aristocratas e burgueses. Numa sociedade baseada na propriedade privada, o artista cria mercadorias para o mercado, necessita de compradores. Nossa revolução libertou o artista do jugo dessas condições extremamente prosaicas. Fez do Estado Sovietico seu protetor e seu cliente. Cada artista, qualquer um que se considere como tal, tem o direito de criar, e deve criar, com toda a liberdade, conforme seu ideal, uma independência completa.

Mas, naturalmente, somos comunistas. Não devemos cruzar os braços e deixar o caos estender-se como quiser. Devemos dirigir esse “processus” segundo um plano estabelecido e dar-lhe uma forma. Estamos ainda longe, muito longe disso. Parece que temos também entre nós nossos doutores Carlstadt. Somos muito “iconoclastas”. Se uma coisa é bela, é preciso conservá-la, tomá-la por modelo, elogiá-la, mesmo se ela é “velha”! Por que dar as costas a uma coisa verdadeiramente bela, por que recusar tomá-la como ponto de partida da evolução ulterior somente por que “é velha”? Por que venerar tudo o que é novo como uma divindade à qual se obedecerá somente porque “é nova”? Isso é tolice, tolice pura e simples. Há muita hipocrisia artística, sem dúvida, muito respeito inconsciente pela moda artística que reina no Ocidente. Somos bons revolucionários mas, não sei porque, nos julgamos obrigados a demonstrar que estamos igualmente “à altura da cultura moderna”. Quanto a mim, tenho a coragem de declarar-me “barbaro”. Não consigo considerar as obras de expressionismo, de futurismo, de cubismo e outros “ismos” como a mais alta expressão do genio artístico. Não as compreendo. Não me proporcionam nenhum prazer.” (Clara Zetkin — *Meus encontros com Lênin*, pags. 41/44 — Calvino Filho, editor, 1932.)

A Filosofia ao Alcance de Todos por Cécile Augrand

SEGUNDA LIÇÃO

O PROBLEMA FUNDAMENTAL DA FILOSOFIA: IDEALISMO OU MATERIALISMO?

A principal finalidade deste curso de filosofia é explicar-vos o *materialismo dialético* de Marx e Engels. Mas, para atingirmos esse ponto, precisamos avançar por etapas. O materialismo dialético não é, como as demais realidades, criado do nada, não apareceu como um milagre, como um *Deus ex machina*, esse bom Deus de papelão andando sobre rodas, que ou autores da Idade Média faziam intervir para resolver as situações nos seus dramas, nos seus mistérios.

Marx e Engels têm um lugar definido no desenvolvimento do pensamento filosófico: eles têm pais, têm precursores, foram precedidos por eminentes filósofos que, dado o desenvolvimento científico da sua época, o desenvolvimento técnico da sua época, o regime econômico e social da sua época, pensavam o melhor que podiam, pensavam do modo mais justo que podiam.

Se se começa o estudo da filosofia pelo materialismo dialético, corre-se o risco de não o compreender bem. E' preciso, para penetrar-lhe o sentido, concebê-lo em seu lugar na história do pensamento, conhecê-lo as origens, sua descendência. E' contrário ao método de Marx o estudar-se somente o marxismo. Ele disse: “Só há idéias históricas”. A idéia da justiça nada significa se não a situarmos no tempo, se não explicarmos as etapas pelas quais a idéia de justiça passou. O marxismo nada significa se não o situarmos na história da filosofia.

A expressão *materialismo dialético* significa que o materialismo de Marx é dialético. Há dois conceitos que precisamos esclarecer preliminarmente. Precisamos saber o que é materialismo e o que é dialética. Vamos explicar uma e outra coisa. Inicialmente, explicaremos o que é materialismo sob suas diferentes formas. Antes de Marx e Engels, houve filósofos materialistas. Houve os materialistas da antiguidade greco-romana: Demócrito, Epicuro, Lucrécio. Houve os materialistas do século XVII: Descartes, Gassendi. Houve os materialistas do século XVIII: Voltaire, Diderot, Helvetius. Ora, há traços comuns a todos os filósofos materialistas: devemos conhecê-los bem, antes de penetrarmos no materialismo, que é, ao mesmo tempo, dialético.

Mas poderíamos estudar o materialismo isoladamente, como um produto do pensamento que fôsse o único? Seria ainda uma maneira errada de colocar o problema.

Através da história, desde o nascimento da filosofia até nossos dias, o materialismo apresentou-se em oposição a uma outra filosofia: o idealismo.

Compreendamos bem: não há uma filosofia idealista eterna, do mesmo modo que não há uma filosofia materialista eterna. Isso seria ressuscitar os pares de contrários que já eliminamos em nossa primeira lição com o exame da metafísica. O idealismo exprimiu-se através da história sob traços inteiramente diferentes; há uma longa distância entre o idealismo de Platão e o de Malebranche, entre o de Malebranche e o de Berkeley, entre o de Berkeley e o de Bergson. Isso não impede que haja traços comuns em toda a filosofia idealista.

Precaução preliminar a ser tomada de uma vez por todas: eliminar o sentido que se dá comumente a estas duas palavras: materialista e idealista.

Que querem dizer os que não estudaram filosofia quando falam de materialismo? Para esses, materialismo é glotoneria, embriaguez, prazeres dos sentidos, uma vida de fausto, cobiça, avareza, caça aos proventos materiais, especulação na Bolsa, mercado negro.

E' o "materialismo sórdido", que, nos tempos de miséria, se reduz modestamente à procura de alimentação e de um pouco de aquecimento.

O idealismo é a fé na virtude, a fé na humanidade, num ideal na vida, num mundo melhor.

O materialista só tem uma preocupação na vida: viver bem.

O idealista só tem uma preocupação na vida: instauração do reino da justiça.

Tenho a intenção de ensinar-vos que o idealismo é falso e que o materialismo está com a razão. Terei, então, a intenção de ensinar-vos que a vida consiste em beber bem e comer melhor? Certamente que não. (Ainda que eu não pense, como certos filósofos, que é indiferente nada ter para beber e para comer). Liquidemos todas essas falsas noções.

Idealismo ou materialismo: é o problema central da filosofia, é a escolha decisiva que se precisa fazer e sempre refazer no decorrer da vida. Escolha importante, porque, segundo pensemos como materialistas ou como idealistas, todas as nossas idéias, todas as nossas opiniões mudam. Não vivemos todos da mesma maneira, não compreendemos o mundo do mesmo modo.

Não consideramos as situações quotidianas da mesma maneira e não resolvemos do mesmo modo os problemas filosóficos.

* * *

Quando os filósofos começaram a explicar a natureza, foram levados a distinguir duas espécies de realidades, entre as realidades do universo: os objetos materiais e os pensamentos, que não são objetos materiais.

Podemos dizer, em termos que explicaremos depois, duas espécies de realidade: a *matéria* e o *espírito*.

O espírito é o que chamamos ainda pensamento, ou idéias, consciência ou alma.

A função do pensamento, que Descartes chamava poéticamente de "luz natural", é representar as coisas; as idéias são isso mesmo: representações. Tenho uma idéia, uma quantidade de idéias sobre o mar, os rios, a montanha, a coragem dos homens, sua covardia; alguns chegaram mesmo a pretender ter uma idéia de Deus: uma representação.

Direis: mas uma forma de pensamento é o sentimento; uma função da alma é sentir, sofrer, amar, odiar. Sim, mas é sempre uma representação. Por exemplo: amar é representar-se um objeto como bom, como desejável, como necessário para nós: odiar é representar-se um objeto como nocivo, pernicioso, intolerável. Enquanto que as representações da montanha nos deixam frios, tranquilamente sentados em nossas cadeiras, a representação do inimigo que odiamos nos faz enrubescer, faz nosso coração bater mais apressado, faz-nos fremir de impaciência para lutar e deixar essa cadeira onde repousamos como tranquilo espectador.

O pensamento ou espírito é, portanto, a idéia que fazemos das coisas. A matéria é tudo o que nos é perceptível, tudo o que podemos ver, tocar, é o conjunto de objetos que nos rodeiam.

O problema filosófico por excelência é a questão das relações que existem entre o espírito e a matéria, entre o pensamento e a realidade, ou, como diria Engels, entre o pensamento e a realidade.

Vejamos o que escreveu Engels na obra cuja leitura vos recomendo: *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, capítulo II, intitulado: *Idealismo e Materialismo*.

A grande questão fundamental de toda filosofia, e especialmente da filosofia moderna, é essa relação do pensamento com o ser (1).

E' esse problema das relações do pensamento com o ser que divide idealistas e materialistas.

Sob que formas se apresenta esse problema?

1. Desde os tempos mais remotos, os homens, completamente ignorantes de sua estrutura física, imaginaram que seus pensamentos, suas idéias não eram uma atividade de seu próprio corpo, mas de uma alma particular habitando esse corpo, alma que o abandonava na hora da morte. Os sonhos influíram de algum modo nessa maneira de pensar: se amigos ausentes ou parentes mortos aparecem nos sonhos como se estivessem presentes e vivos, cada homem deve ter uma dupla existência. A alma é um segundo ser que habita o corpo.

Apareceu então a idéia de que a alma, separando-se do corpo, continua a viver sua vida particular; de que a alma é imortal. E, quando se chega à Grécia antiga, no século IV antes de Cristo, no tempo de Platão, por exemplo, encontra-se uma oposição de natureza, claramente definida, entre o corpo e a alma, entre a matéria e o espírito, uma alma imaterial e, por conseguinte, imortal, posta ao corpo e à matéria.

Eis uma posição idealista, à qual se oporá a posição materialista. Não há alma imortal e imaterial. Não há dois homens num só, não há duas naturezas. Os dois termos, espírito e matéria, não designam duas naturezas opostas, irreduzíveis e que se excluem. A alma, diz Lucrecio, é feita de átomos como o corpo; apenas, não são os mesmos átomos. Não

(1) Engels: *Feuerbach...*, cap. II, pág. 13.

julgueis que dizendo isso êle desesperava os homens: originariamente, a idéia de imortalidade não aparece em absoluto como um consôlo, mas, pelo contrário, como uma fatalidade aterrorizante.

No século XVIII, o problema central da filosofia é ainda êste: a alma é ou não da mesma natureza que o corpo? Os metafísicos do século XVII afirmaram a eternidade da alma, não é verdade?

Eis, portanto, uma primeira forma de oposição: idealismo materialismo.

2. Com a Idadé Média cristã, a questão tomou nova forma.

Nas religiões primitivas, os deuses confundem-se com os objetos: há um deus para cada árvore, para cada pedra. Depois, à medida que iam evoluindo as religiões, vemos os deuses se tornarem cada vez mais abstratos: deus da floresta, deus da terra: chegamos aos deuses que nós são apresentados pelas narrativas de Homero: uma família de deuses que habitam uma montanha inacessível: êles são ainda materiais, quebram uma perna, ficam mancos, dão gargalhadas, embriagam-se espantosamente, tem amores...

Nas religiões monoteístas, como a religião cristã, os deuses sublimam-se, distilam-se, como diz Engels, num só, que não é, absolutamente, matéria, mas somente espírito. O Deus dos cristãos, o verdadeiro, o dos textos sagrados é *puro espírito*, está fora do espaço e do tempo, é eterno.

Então, uma nova relação se estabelece entre o espírito e a matéria. Foi Deus quem criou a matéria, isto é, foi o espírito puro que criou a matéria?

Se responderdes sim: idealismo.

Se responderdes não, a matéria tem uma origem natural, não há criação de Deus: materialismo (2).

3. *Terceiro aspecto de oposição* entre idealismo e materialismo.

Se existe uma alma imaterial, se existe um Deus, puro espírito que criou a matéria, o mundo, o homem, então o espírito precede a matéria e é muito mais importante do que a matéria.

Relação de prioridade para o espírito, para as idéias; o espírito existe antes da matéria, êle é que lhe dá origem: as idéias têm mais realidade do que a matéria. Eis a posição idealista: o espírito pode existir sem a matéria, a matéria não pode existir sem o espírito.

O idealismo afirma a existência das idéias puras (Malebranche no século XVII e Bergson no século XX). Sua forma extrema será negar a existência da matéria.

Os materialistas invertem essa relação.

Sustentam êles: a matéria é necessária ao espírito, o espírito puro não existe; as idéias puras não existem; não há idéias sem corpos.

Tôdas as nossas representações são formadas tendo como ponto de partida a matéria. Tôdas as nossas idéias, as mais puras, na aparência, as mais abstratas, são construídas partindo dos objetos exteriores e da impressão que êles produzem em nosso corpo. As relações de prioridade devem ser substituídas: a matéria primeiro, o pensamento depois.

(2) Engels: *Feuerbach...*, cap. II.

4. Acentuarei um quarto e último aspecto da oposição que nos interessa; uma quarta maneira de conceber as relações entre a matéria e o espírito, a realidade e o pensamento.

Qual a relação existente entre nossas idéias sobre o mundo que nos rodeia e o próprio mundo? Está o nosso pensamento em condições de conhecer o real? Poderemos nós, em nossas representações do mundo, reproduzir uma imagem fiel da realidade?

Há filósofos idealistas que admitem essa possibilidade, mas chamo, de modo geral, idealismo, ao ponto de vista que consiste em negar essa possibilidade (Kant-Bergson). O materialismo afirma o contrário e demonstra, pela experiência, pelo progresso das ciências e da indústria, a identidade do pensamento e do ser.

Resumindo: eis os problemas que dividem a filosofia em dois campos:

1. Há uma alma imaterial e eterna?

2. Há um Deus, espírito puro, criador do universo?

Essas duas questões geralmente estão ligadas: quem afirma a existência de uma alma eterna, afirma, ao mesmo tempo, a existência de um Deus eterno e criador.

3. Há idéias puras, diversas da matéria e mais reais, mais ricas que a matéria? (Aquêle que responder afirmativamente termina geralmente por chegar à solução religiosa e crer em Deus (Bergson).)

4. A idéia é a mesma coisa que o real e exprime-o integralmente?

(No próximo número: Terceira Lição — “Que é idealismo?”).

COMUNISTAS E COMUNISTAS SEM PARTIDO — “Na luta eleitoral, o Partido concorre às eleições juntamente com os que dêle não fazem parte. Nos tempos passados, os comunistas encaravam com certa desconfiança os que não pertenciam às suas fileiras. Isso se explicava pelo fato de que o lema de “não partidário” muito frequentemente mascarava certos grupos burgueses que julgavam vantajoso para si mesmos apresentarem-se abertamente aos eleitores sem máscara de espécie alguma. Mas, hoje, os tempos são outros. Os que vão fazer parte do Partido encontram-se agora separados dos burgueses por uma barreira que se chama o sistema social-soviético. Essa é a mesma barreira que une comunistas e comunistas sem partido na mesma massa coletiva dos povos soviéticos. Juntos lutaram e derramaram o seu sangue em tôdas as frentes de batalha para a salvação da liberdade e da grandeza da nossa pátria. Juntos forjaram as vitórias sobre os inimigos do nosso país. A única diferença existente, hoje, entre êles é que alguns são membros do Partido e outros não. Mas essa é apenas uma diferença de caráter oficial”. (Do discurso de Stálin, antes das eleições, 7-2-1946.)

De Tudo, um Pouco...

Marx aproveitou tôdas as ocasiões para ressaltar a importância histórica do movimento sindical.

No 1.º Congresso Internacional, reunido em Gênova, em 1866, foi aprovado e adotado o ponto de vista de Marx sobre a questão sindical, nos seguintes termos:

A única força social ao lado dos operários é a massa. Não obstante, o poder da massa é debilitado pelos desacordos. A dispersão dos operários é criada e mantida pela inevitável concorrência entre eles...

Os sindicatos nasceram por tentativas espontâneas dos operários...

O fim imediato dos sindicatos estava, pois, limitado às reivindicações quotidianas, aos meios de defesa contra as... opressões do capital, ou melhor, às questões de salário e tempo de trabalho. Esta atividade dos sindicatos não é somente justificada, pois que necessária...

VELHA MAS SEMPRE REPETIDA ACUSAÇÃO — Lombardo Tolendano, presidente da CTAL, em Varsóvia, a caminho de Moscou, deu uma entrevista à imprensa local, muito interessante, da qual destacamos os trechos seguintes: *"O imperialismo não é uma invenção dos trabalhadores nem dos povos latino-americanos. Infelizmente, o imperialismo é uma realidade hoje como o era há um século, quando os povos latino-americanos começaram a lutar por sua liberdade. A luta é a mesma; hoje, porém, ela se chama "agitação comunista". "Sabemos que todos os povos que pensam, hoje, na liberdade e na democracia, são acusados de comunistas. Lembro que Franklin D. Roosevelt era chamado de comunista pelos elementos imperialistas, poucos antes da guerra e durante a mesma". (Noticiero de la CTAL, 10-6-46).*

...SIM, COM EFEITO, acabou-se-nos a "paciência", não podemos "esperar" mais tempo os dias felizes que nos prometem há muito os "conciliadores" de toda classe e nos quais nossos economistas cessarão de lançar aos operários a culpa de seu próprio atraso, de explicar sua falta de energia por uma pretensa debilidade dos operários. (Lénin — *Que Fazer?*, pág. 141.)

Atualidades

A POPULAÇÃO BRASILEIRA, SEGUNDO A CÔR, ESTADO CONJUGAL, NACIONALIDADE, INSTRUÇÃO E ATIVIDADES PRINCIPAIS

Indicações do maior interesse são encontradas na Sinópsese do Censo Demográfico de 1940, recentemente publicada pelo Serviço Nacional de Recenseamento, sobre a composição da população brasileira, em setembro daquele ano, segundo o sexo, grupos de idades e principais caracteres individuais. Esses caracteres referem-se à côr, estado conjugal, nacionalidade, grau de instrução, crença religiosa e atividade primordial. Quanto ao primeiro dos aludidos atributos, bem fácil será de avaliar as dificuldades e tropeços que tiveram de ser vencidos para obter-se uma caracterização o mais aproximada possível da realidade, tendo sido adotado o critério mais conveniente, ou seja, o destaque dos grandes grupos étnicos — brancos, pretos e amarelos — e a inclusão, na categoria dos "pardos", de todos aqueles que declararam outra côr, na conhecida e vaga gradação de nossa mestiçagem. Assim, dos 41.236.315 habitantes encontrados no país, em 1.º de setembro de 1940, 26.171.778 eram brancos; 6.035.869, pretos; 242.320, amarelos; 8.744.365, pardos, havendo ainda a parcela relativamente inexpressiva de 41.983 sem declaração de côr.

Quanto ao estado conjugal, a situação era a seguinte: solteiros, 27.177.242; casados, 12.236.256; separados, desquitados e divorciados, 67.183; viúvos, 1.722.019; estado conjugal não declarado, 33.615. A discriminação por sexo, no concernente ao estado conjugal, oferece aspectos merecedores de destaque. Assim é que predominam os homens na rubrica dos solteiros e as mulheres em todos os outros itens. Para 6.068.333 homens casados, existiam 6.167.923 mulheres; os homens separados, desquitados ou divorciados eram em número de 25.789, enquanto as mulheres somavam 41.394. As viúvas avultavam esmagadoramente sobre os viúvos: 1.284.922 para 437.097. E entre os que não declararam o estado conjugal, as mulheres representavam quasi o dobro dos homens: 21.225 para 12.390.

A classificação por nacionalidade mostra que 39.822.487 eram brasileiros natos; 122.735, brasileiros naturalizados; 1.283.833, estrangeiros, e 7.260, de nacionalidade não declarada. Predominam, entre os estrangeiros, as seguintes nacionalidades: portuguesa, 354.311 (218.901 homens e 135.410 mulheres); italiana, 285.029 (146.812 homens e 138.217 mulheres); espanhola, 141.897 (76.950 homens e 70.947 mulheres); japonesa, 140.693 (77.200 homens e 63.493 mulheres); alemã, 88.939 (47.830 homens e 41.209 mulheres); e síria, 45.786 (27.689 homens e 18.097 mulheres).

No que se refere à instrução, apenas 13.292.605 sabiam ler e escrever, não incluídos aí os 208.570 de instrução não declarada e devendo-se levar em conta os compreendidos nas idades da primeira infância, forçosamente pertencentes à parcela dos iletrados.

Católica romana foi a crença religiosa declarada por 39.177.880. Os protestantes figuravam com 1.074.857 adeptos e os ortodoxos com 37.953, perfazendo, com os católicos, o significativo total de 40.290.690 cristãos. Afora os 101.974 de religião declarada, os restantes se achavam assim classificados: espíritas, 963.400; budistas, 123.353; de outra religião, 107.392; sem religião, 87.330; israelitas, 55.666; maometanos, 3.063; xintoístas, 2.358, e positivistas, 1.099.

As atividades principais estavam representadas da seguinte maneira: agricultura, pecuária, silvicultura, 9.453.512 indivíduos; indústrias extrativas, 390.560; indústrias de transformação, 1.400.056; comércio de mercadorias, 749.143; comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização, 51.777; transportes e comunicações, 473.676; administração pública, justiça, ensino público, 310.726; defesa nacional, segurança pública, 172.212; profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada, 118.687; serviços, atividades sociais, 899.774; atividades domésticas, atividades escolares, 11.909.514; condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas, 3.108.212.

COM DECRETO NÃO RESOLVE... — “Cresce dia a dia o descontentamento popular. E, sentindo sua ineficiência, sua falta de apoio popular, o governo entrega-se cada vez mais aos reacionários e fascistas, dando-lhes mão forte e outra não é a razão das medidas contra a democracia que vêm sendo tomadas ultimamente. Uma destas foi o decreto contra a greve, como se, através de um decreto, o governo conseguisse fazer com que o proletariado, que está passando fome e miséria, se deixasse ficar passivamente nessa situação. Eles acreditam que o operário, vendo o seu filho em casa, morrendo à fome, não tem coragem de sair à rua e lutar contra isso. Se em 1945, quando se manifestaram greves, naquela época em que o proletariado ainda não havia alcançado essa conquista, nem mesmo os juízes do Tribunal fascista de Segurança Nacional tiveram a coragem de processar os grevistas, quanto mais agora, que a situação é muito pior.” (Prestes — *Discurso na Esplanada do Castelo*, em 22-4-1946).

AS PECULIARIDADES DA POLÍTICA INTERNA E EXTERNA DOS PAÍSES CAPITALISTAS NA ÉPOCA DA CRISE GERAL DO CAPITALISMO

E. VARGA

(Diretor do Instituto de Economia e Política Mundial, de Moscou)

A política interna e externa dos países capitalistas no período da crise geral do capitalismo possui traços específicos próprios, que a distinguem da política do capitalismo anterior a este período.

O camarada Stálin, no seu discurso pronunciado no dia 9 de fevereiro de 1946, observou: “Os marxistas têm declarado, repetidas vezes já, que o sistema capitalista da economia mundial contém dentro de si próprio os elementos da crise geral e dos entrechoques militares...” E efetivamente, ainda no período em que o capitalismo se desenvolvia em linha ascendente, foi criada por Marx essa doutrina da inevitabilidade da queda do capitalismo. Ele demonstrou que o capitalismo representa, no quadro histórico, um regime social de transição apenas, estando longe de ser a forma definitiva da organização da sociedade humana, como asseguravam, nessa época, todos os economistas e políticos burgueses.

A experiência histórica demonstra que a transição de um regime social para outro requer, no mundo inteiro, um período assaz prolongado. A tal período pode ser dado o nome de *período da crise geral* do respectivo regime social. Lênin costumava chamar o imperialismo de *capitalismo moribundo*. É evidente que chamar a um regime social de *moribundo* é o mesmo que dizer que este se encontra em estado de crise, da qual não poderá salvar-se.

Para poder bem caracterizar a política interna e externa dos países capitalistas na época da crise geral do capitalismo, torna-se necessário esclarecer o momento em que tal crise começou.

Não se pode, evidentemente, indicar com precisão o ano, mês ou dia em que a crise do capitalismo começou. Tomando, porém, por base o conceito de Lênin sobre o imperialismo, como representando este o *capitalismo moribundo*, poderemos deduzir, para logo, que a crise geral do capitalismo começou — quando, nos principais países do mundo capitalista, foi concluída a transição do capitalismo livre para o monopolístico, isto é, no princípio do século XX, aproximadamente.

A Primeira Guerra Mundial — como está indicado no “Compêndio da História do P.C. (b) da URSS” — já constituía um reflexo da crise geral do capitalismo. Mas, embora esta já tivesse existido mesmo antes daquela conflagração, a manifestação da crise geral ainda não representava então um factor político de tão alta importância, para que sua influência se tornasse decisiva na política interna e externa dos países capitalistas. O marxismo ensina que, com as alterações na economia, alteram-se, também, a super-estrutura política da sociedade, a ideologia,

a consciência das massas. Mas o processo da alteração da base econômica não se realiza simultaneamente com o da super-estrutura política. O fenômeno geral — como o indicam Marx, Lênin e Stálin — é o do atraso das alterações da super-estrutura política, em relação às da base econômica. Isto, aliás, é bem fácil de compreender. Embora já sentindo as alterações que se processam na economia, a gente, todavia, não faz imediatamente as respectivas deduções políticas. As revoluções burguesas representam explosões forçadas, adaptações da super-estrutura política a uma base econômica que desde há muito já sofrera alterações.

Efetivamente, antes da Primeira Guerra Mundial, afora Lênin e os bolcheviques na Rússia, ninguém no mundo capitalista reparou que já existia a crise do capitalismo, que a questão da substituição do regime capitalista pelo socialista já constituía um problema historicamente amadurecido.

Além da tendência geral de atraso da consciência política em relação à alteração da base econômica, existiram, outrossim, causas históricas concretas para explicar o fenômeno de o facto da existência da crise geral do capitalismo ainda não ter entrado na consciência dos povos. O meio século que precedeu a Primeira Guerra Mundial constituiu o período da máxima expansão do capitalismo. Nesse meio século, a produção capitalista teve um crescimento de 4 vezes, aproximadamente; esse foi o período de grande progresso técnico, o período durante o qual os países capitalistas se apossaram de numerosas colônias, tendo-se com isto estendido muito o mercado capitalista. A burguesia aproveitara o excesso de lucro colonial para subornar a aristocracia operária. No movimento operário, o reformismo criou, nesse tempo, raízes profundas. Deve-se salientar que, no decurso desse meio século, não houve guerras entre as grandes potências. A última guerra entre essas potências foi a Guerra Franco-Prussiana. A partir de então, o que houve foi apenas uma série de guerras locais e coloniais.

Na Primeira Guerra Mundial tomaram parte países homogêneamente burgueses. Existia, sem dúvida, uma diferença entre a Inglaterra, a França e os Estados Unidos da América — países onde a revolução burguesa foi levada até o ponto culminante, e a Alemanha — onde perduravam ainda os restos do feudalismo, e também a Rússia tsarista. Mas, no fundo, todos esses países eram homogêneamente burgueses, e seus povos nutriam a convicção de que, qualquer que fosse o resultado daquela guerra, todos os países participantes permaneceriam, como o eram antes, países burgueses.

Esse conceito foi destruído pela Revolução de Outubro. Esta sobreveiu de modo totalmente inesperado, tanto para a burguesia do mundo inteiro (incluindo a própria burguesia russa), como também para as massas trabalhadoras dos países estrangeiros. A vitória da Revolução de Outubro mostrou, de uma só vez, ao mundo inteiro, a existência da crise geral do sistema capitalista, que encontrou sua expressão política no aparecimento de um país socialista, no meio dos países capitalistas. Daquele momento em diante, foi o zelo na preservação do regime capitalista que se tornou o conteúdo principal da política interna e exterior da burguesia. O perigo que surgiu diante do capitalismo apresentou-se com maior

realidade nos países vencidos, onde a burguesia, tendo perdido a guerra, era cercada de descrédito, os governos nacionais tornaram-se instáveis, ao passo que os exércitos vencidos não se prestavam mais para a manutenção da burguesia no poder. Diante da burguesia do mundo capitalista surgiu o grave problema: como preservar o regime capitalista?

A burguesia tentou solucionar este problema, recorrendo, antes de tudo, aos líderes reformistas do operariado, com os quais firmou um acordo. O método principal, empregado pela burguesia, consistiu no isolamento dos partidos comunistas, ainda jovens, das massas fundamentais do operariado. Com tal fim, fez a burguesia uma série de concessões políticas à classe trabalhadora: concedeu a liberdade de imprensa, permitiu a existência de sindicatos, introduziu o voto secreto universal, etc. Por outro lado, as exigências tradicionais dos sindicatos, tais como: a jornada de oito horas, o seguro social, etc., também foram satisfeitos pela burguesia. Concordeu, desta forma, a burguesia em satisfazer aquelas exigências da classe operária, que bem podiam coexistir com a conservação da burguesia no poder. Mas os factores básicos do poder da burguesia: a propriedade privada, no que diz respeito aos meios de produção, bem como o poder do Estado permaneceram, apesar de tudo, intactos.

A burguesia conseguiu isolar os partidos comunistas. E combinou, ao mesmo tempo, suas manobras políticas com a aplicação do mais cruel dos terrores, exterminando uma boa parte dos trabalhadores que denotavam tendências mais revolucionárias, bem como os dirigentes da esquerda da classe operária.

Com maior nitidez, patenteia-se esta política na história da Alemanha, em seguida à Primeira Guerra Mundial.

Ao mesmo tempo, organizava-se a luta contra a União Soviética. Esta guerra foi dirigida com a aplicação de vários métodos — desde as diferentes formas de luta ideológica até a intervenção direta que, como todos sabem, foi mal sucedida.

E' claro que a luta contra a União Soviética não absorveu inteiramente a política exterior daquele período: continuavam a existir conflitos muito agudos entre os interesses das várias esferas de expansão imperialista. Os principais deles, na Europa, foram os choques de interesses entre a Inglaterra e a França. Não convinha para a Inglaterra que a França se tornasse a potência mais forte do continente europeu e por isso sustentava a Alemanha contra a França. Na escala mundial, as principais foram as divergências anglo-americanas.

No período entre as duas guerras mundiais muito se aprofundou a crise geral do capitalismo. E isso encontrou sua expressão na mais profunda e na mais prolongada crise econômica — a dos anos de 1929-1933. A essa crise seguiu-se uma depressão toda especial, que se caracterizou por uma falta de trabalho generalizada e de enormes proporções. As causas econômicas da crise geral tornaram-se bem claras para as massas trabalhadoras dos países capitalistas. Como consequência política de tudo isso, tornou-se mais difícil aos reformistas a execução do seu papel de sustentáculo principal da burguesia. Em certos países, o reformismo, de modo geral, demonstrou não poder mais executar este papel. Assim, por exemplo, aconteceu na Alemanha, onde o partido comunista conquistou

para o seu lado a maioria dos trabalhadores nos centros industriais de caráter mais decisivo — em Berlim e na região do Ruhr. Em tais circunstâncias, foi obrigada a burguesia alemã, italiana e húngara a procurar um novo partido, uma nova alavanca para preservar sua influência sobre a classe operária. E esse recurso foi encontrado por eles no fascismo, no movimento fascista, no partido fascista. O fascismo não representa outra coisa senão o produto da crise geral do capitalismo, e — como frisou o camarada Stálin — a transição para o fascismo demonstra não apenas a força da burguesia, mas também a sua fraqueza. Muito característico para o movimento fascista, em correlação com a crise geral do capitalismo, é o facto de que os fascistas, em regra, não se apresentavam como sendo defensores do sistema capitalista, não diziam que propugnavam pela preservação do capitalismo, que o regime capitalista constitui o regime social perfeito. Eles apareciam, até pelo contrário, com uma demagogia anti-capitalista, pois se apresentavam, nos países europeus vencidos na guerra, com a defesa declarada do capitalismo, eles não teriam conseguido adquirir influência entre as massas trabalhadoras.

Devido a essa circunstância, desnortearam-se, temporariamente, mesmo alguns elementos da vanguarda da classe operária. Ampla divulgação teve a teoria de que o fascismo representa o domínio da pequena burguesia, o domínio dos elementos desclassificados, que ele é o bonapartismo, o governo acima das classes, etc. Tudo isso, naturalmente, de modo algum correspondia à realidade. Agora, já sabemos que tanto o fascismo italiano, como também o alemão e o húngaro, eram financiados pelos monopolistas dos seus respectivos países.

Na Alemanha, as classes dominantes nem sequer escondiam as suas relações com o partido de Hitler. Basta recordar que já em 1927 entrou ostensivamente para o partido fascista o rei da indústria pesada alemã, o velho Kirdaff, conhecido reacionário, que, antes da Primeira Guerra Mundial, nunca reconhecia os sindicatos operários nas suas empresas. Alguns anos depois, entrou para o partido nazista o filho do ex-Kaiser, Augusto Guilherme, representante dos latifundiários alemães. Schacht, o representante do capital bancário não-israelita, embora não tenha entrado formalmente para o partido de Hitler, não mediu, entretanto, esforços para ajudar a levar este partido ao poder, segundo ele próprio confessou no processo de Nuremberg. Confessaram, pois, deste modo, tanto o capital financeiro, como também os latifundiários e o capital bancário, as suas relações com o partido fascista.

O fascismo de cada país separado possui, naturalmente, seus traços específicos, pois ele se acha, em toda parte, ligado às velhas forças reacionárias do respectivo país, mas, no essencial, representa o fascismo a expressão política do aprofundamento da crise geral do capitalismo. O fascismo venceu e chegou a tomar conta do poder, em primeiro lugar, nos países que foram derrotados na Primeira Guerra Mundial ou naqueles que virtualmente se achavam em situação de países vencidos, como o era o caso da Itália, embora esta tenha tomado parte no banquete dos vencedores daquela guerra. Nesses países, onde a burguesia se empenhava em conseguir uma nova reconstituição do mundo feita à viva força, — ela prestava auxílio às hostes fascistas, pois os fascistas não eram apenas

anti-marxistas, mas também chovinistas, cuja tarefa, além da defesa do regime social capitalista, consistia, outrossim, em preparar o povo para uma nova guerra. Não devemos esquecer que, depois da Primeira Guerra Mundial, a maioria do povo de cada um dos países derrotados não queria novas guerras; a social-democracia revelava uma tendência pacifista, o que, aliás, contribuiu para diminuir seu valor para a burguesia agressiva daqueles países.

Com este artigo, não tencionamos analisar as causas da Segunda Guerra Mundial. Limitamo-nos apenas à indicação de que a Segunda Guerra Mundial, ao contrário da primeira, não começou entre países homogêneos. De um lado, estavam os agressores fascistas e, do outro, encontravam-se os países democráticos. Sucedeu ainda que, no campo dos países democráticos, se encontravam não só países capitalistas altamente evoluídos, como também a União Soviética. Tal circunstância, evidentemente, tinha que influir sumamente quer na política interna, quer na externa dos países capitalistas.

O facto de que, tanto a União Soviética, como os países capitalistas altamente desenvolvidos, se encontravam no mesmo campo das potências que se levantaram contra os agressores fascistas, indicava que a luta entre os dois sistemas fora, no campo democrático, temporariamente suavizada, paralisada, o que, todavia, não significava o término desta luta. O antagonismo entre os dois sistemas adquiriu uma forma mais aguda, quando os agressores fascistas atacaram a União Soviética. Os aliados prestaram auxílio à União Soviética, mas não se pode dizer que eles tinham então esquecido a diferença existente entre os dois regimes sociais. Como um bom exemplo disso pode servir, ao menos, a manutenção do segredo da bomba atômica. Na esfera da política interna, os partidos comunistas dos países do campo democrático — da Inglaterra, dos Estados Unidos da América, etc. — considerando o caráter justo dessa guerra, prestavam todo o auxílio aos seus respectivos governos na guerra contra os fascistas e empurravam-nos para a frente na questão da abertura da segunda frente, anulando os esforços em contrário dos círculos reacionários dos países aliados. Eles lutavam, assim, em defesa dos seus povos contra o perigo do fascismo alemão.

E' claro que as incompatibilidades anglo-americanas — os antagonismos internos decisivos no imperialismo — também foram, por sua vez, relegados, durante a guerra, para o segundo plano, enquanto que para o primeiro foi destacado o conflito entre as nações democráticas e os agressores fascistas. Mas as divergências anglo-americanas não foram totalmente eliminadas e, mesmo durante a guerra, a luta entre os interesses dos Estados Unidos e os da Inglaterra continuava acesa. Foi por isso que os americanos tanto se empenharam em controlar as mercadorias exportadas da Inglaterra durante a guerra, pois estas não deviam conter mais de 10 % das matérias que a Grã-Bretanha recebia segundo a Lei do Empréstimo e Arrendamento. O capital americano esforçava-se durante a guerra — e com bastante êxito — em expulsar o capital inglês das posições que este mantinha na América Latina, bem como em ganhar mercados na Índia e nos Domínios Britânicos. Os americanos incluíram na lista negra, isto é, no rol das empresas com as quais foram suspensas as tran-

sações comerciais, não apenas firmas genuinamente argentinas, mas também empresas com a participação do capital inglês. No Oriente Médio continuava ainda, durante a guerra, a luta pelo petróleo.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, o problema da luta pela preservação do regime capitalista tornou-se de novo o objeto principal da política interna dos países capitalistas, repetindo-se, assim, o mesmo que sucedeu depois da Primeira Guerra Mundial. A burguesia ficou sobressaltada com a tendência para a esquerda, tomada pelo movimento operário do mundo inteiro, ao terminar a guerra. As formas e os graus desse desvio para a esquerda variam de um país para outro. Tomando tais países capitalistas de primeiro plano, como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, verificamos que lá o desvio para a esquerda encontrou sua expressão, antes de tudo, no reforçamento do movimento operário reformista. Na Inglaterra, como se sabe, venceu o Partido Trabalhista nas eleições para o Parlamento. Nos Estados Unidos, realizaram-se grandes greves e maior força adquiriu o movimento sindical. Embora se tenham tornado mais fortes, nesses países, também os partidos comunistas, estes ainda não podem constituir lá um factor ponderável na política interna. O regime capitalista nesses países não ficou abalado em consequência da guerra. E isto é fácil de compreender. Nos países, que da guerra saíram como vencedores, a burguesia não foi desacreditada, a máquina governamental continua a mesma de antes, o exército tornou-se até mais forte em comparação com o período que precedeu à guerra. Um dos traços característicos da política do após-guerra é representado pelo reforçamento do militarismo nos países anglo-saxões e particularmente nos Estados Unidos, país que se transformou na mais poderosa potência militar do mundo capitalista.

Muito diferente daquela é a situação nos países da Europa continental. Nestes países, a burguesia é desacreditada. Num período correspondente à vida de uma só geração, passou a população dos países da Europa continental por duas grandes guerras. E agora está obrigada a passar fome, sendo que esta é curtida, em primeiro lugar, pelos operários industriais, pelos intelectuais, pela população urbana, e não pela burguesia, nem pelos camponeses abastados. E' inevitável, pois, em tais circunstâncias, a radicalização, o desvio para a esquerda das massas operárias, dos trabalhadores em geral. A isto devemos juntar um outro factor, constituído pela forte proletarianização na sociedade capitalista, fenómeno surgido com a guerra. Milhões de pessoas saídas das classes médias — artífices, comerciantes, a média burguesia — perderam, em consequência da guerra, a sua independência e tornaram-se operários. A inflação, que surgiu com a guerra e se agravou ao terminar esta, reduziu a nada as economias das classes médias. A tendência para a polarização da sociedade atual, para a formação de dois campos opostos — da grande burguesia, com seus círculos imediatos, de um lado, e dos operários, dos empregados, dos intelectuais, isto é, de todos os que não possuem haveres, do outro — revela-se de maneira extremamente forte. Essa tendência encontrou sua primeira expressão na derrota dos partidos típicos da média burguesia das cidades e das aldeias, podendo-se citar os casos do Partido dos Radicais Socialistas na França e do Partido Liberal na Inglaterra.

De um modo geral, ficou fortemente desmoralizada a burguesia nos países que estiveram sob a ocupação alemã, pois, considerada em conjunto, a grande burguesia, tanto da França, como da Bélgica, da Holanda, da Tchecoslováquia ou da Hungria, colaborava com as forças fascistas da ocupação. Conhecem-se, em verdade, pequenas exceções: em cada um daqueles países encontravam-se, entre os capitalistas, alguns elementos que tomaram parte no Movimento da Resistência. Mas, no fundo, a burguesia colaborava em toda parte com os invasores, e esta circunstância, ao lado da derrota militar, tornou-se factor principal do descrédito da burguesia nesses países.

Mas existe, além disso, uma série de novos graves factores políticos que tornam a situação atual diferente da verificada logo depois da Primeira Guerra Mundial. Este novo momento surgiu com a alteração do papel desempenhado pelos partidos comunistas da Europa.

Os partidos comunistas da Europa, como é do conhecimento geral, ganharam uma grande popularidade, em virtude do papel de dirigentes, que desempenharam na organização do Movimento de Resistência em todos os países europeus.

“O aumento da influência dos comunistas, — declarou o camarada Stálin na entrevista com o correspondente do jornal *Pravda* e referente ao discurso do Sr. Churchill, — não pode ser considerado mera casualidade. Ele representa um fenómeno muito natural e lógico. A influência dos comunistas cresceu, porque, nos anos difíceis do domínio fascista na Europa, se revelaram os comunistas como sendo os lutadores leais, corajosos e abnegados — contra o regime fascista e pela liberdade dos povos.”

Basta mencionar apenas os dados das últimas eleições, realizadas, depois da guerra, nos países europeus, para certificar-se do aumento da influência dos partidos comunistas na Europa. Na França, o Partido Comunista constitui quasi o maior partido político do país: nas eleições realizadas em 21-X-1945 e em 2-VI-1946 ele obteve mais de 5 milhões de votos. Na Itália, o Partido Comunista conta com cerca de 2 milhões de pessoas e representa um dos partidos políticos dirigentes do país. Muito subiu a influência dos comunistas em países como a Holanda, a Bélgica, a Noruega, o Luxemburgo. Na Tchecoslováquia, os comunistas reuniram cerca de 2,7 milhões de votos, tornando-se o partido mais forte do país. Na Hungria, votaram no Partido Comunista cerca de 800.000 pessoas. Quasi em todos os países da Europa continental participam os comunistas do governo e desempenham um papel de liderança na obra da restauração da economia nacional. Notáveis êxitos obtiveram, outrossim, os partidos comunistas na Polónia, na Iugoslávia, na Tchecoslováquia e na Bulgária, constituindo nestes países a força condutora na frente popular e na patriótica.

Em todos os países que estiveram sob a ocupação nazista, nos quais a grande burguesia colaborava com os invasores, o movimento da resistência contra as forças da ocupação dirigia-se, inevitavelmente, também contra a grande burguesia do respectivo país. Os êxitos dos comunistas foram obtidos como resultado da política, atualmente seguida pelos partidos comunistas de todos os países, da política que aproveita os ensinamentos da Primeira Guerra Mundial. Os partidos comunistas são os

defensores dos interesses de todos os trabalhadores — dos operários, dos empregados, dos camponeses e dos intelectuais. Esta política tornou inaplicável a velha tática da reação — o isolamento dos comunistas dos trabalhadores.

O outro *novo momento*, que torna a situação atual diferente daquela que se criou depois da Primeira Guerra Mundial, é representado pela mudança radical da posição da União Soviética e do seu papel na política mundial. O crescimento da influência e da autoridade da URSS, sua qualidade de potência mundial, é reconhecido mesmo pelos inimigos da União Soviética.

A linha básica da política interna e externa dos países capitalistas, também agora, depois da Segunda Guerra Mundial, como já aconteceu depois da primeira, consiste na defesa do regime capitalista.

E' preciso dizer, que essa diretriz já foi seguida pelos ingleses mesmo durante a guerra. Assim, por exemplo, encontraram asilo naquele país os governos burgueses reacionários emigrados. Tudo estava em preparação para que, uma vez libertados os respectivos países, tais elementos pudessem imediatamente voltar para lá, na qualidade de governos burgueses reconhecidos como legais.

Após a libertação de uma série de países da Europa Ocidental, levantou-se a questão do desarmamento dos guerrilheiros e, sempre que isto foi possível, da exclusão dos dirigentes do Movimento de Resistência, da participação nos governos novamente constituídos. E' evidente que na atualidade é muito mais difícil do que o foi depois da Primeira Guerra Mundial apresentar-se em declarada defesa do regime capitalista, naquele mesmo seu aspecto que possuía antes da guerra. Na América, efetivamente, existem líderes e rodas influentes, como, por exemplo, Johnstons, Vanderberg e os círculos que estão por detrás deles, que se batem pela volta ao capitalismo de antes da guerra. Mas isto são exceções. No fundo, reconhece-se, em toda parte, que se tornou necessária uma reforma profunda no regime capitalista; em toda parte podem ser encontradas correntes ideológicas, cuja tendência é para uma economia planificada compatível com o capitalismo, para a introdução do seguro social, para o fortalecimento do capitalismo estatal, etc.

Na Inglaterra, como é do domínio público, foi encetada a nacionalização de alguns sectores importantes da indústria. O facto, de que a própria burguesia se viu obrigada a encetar a nacionalização dos meios da produção, já por si mesmo vale por uma confissão de que o sistema de propriedade privada, no que diz respeito aos meios da produção, já se tornou obsoleto. Há, naturalmente, uma grande diferença entre a nacionalização, tal como se processa na Inglaterra, e a nacionalização efetuada naqueles países da Europa Oriental, que podem ser chamados de "países da democracia de novo tipo". Nesses países, foram liquidados os restos do feudalismo, representados pelos grandes latifúndios, uma grande parte dos meios da produção já constitui propriedade nacional, e o próprio Estado já não é mais o aparelho dos ricos para a opressão das massas trabalhadoras, mas está agindo nos interesses destes últimos. Nos países da democracia do velho tipo, como, por exemplo, na Inglaterra, a nacionalização não poderá modificar a distribuição da riqueza, nem da receita

nacional, pois os ex-proprietários recebem compensações que igualam, aproximadamente, os respectivos rendimentos anteriores. Ao contrário disso, a nacionalização, tal como se efetua nos países da democracia de novo tipo, significa uma mudança profunda na distribuição da receita nacional, por conta dos antigos proprietários dos meios da produção nacionalizados.

Quais são os métodos empregados na luta pela preservação do regime capitalista, antes de tudo, na Europa?

Em primeiro lugar, fazem-se tentativas para reforçar o reformismo no movimento operário, para transformar, mais uma vez, o partido social-democrático e o movimento operário reformista — na Alemanha, na Hungria, na Itália e na França — no principal sustentáculo social da burguesia.

Desenrola-se nos países europeus uma luta ferrenha pela social-democracia, entre as forças progressistas e as reacionárias. Isso constitui o principal conteúdo da política interna dos países capitalistas. E' evidente que tal luta cria, ao mesmo tempo, uma outra luta, já no próprio seio de cada partido social-democrático, — entre a ala direita e a esquerda, entre as massas operárias sociais-democratas, muito mais inclinadas a marchar junto com os comunistas, e os líderes reformistas daqueles partidos, fazendo tentativas para restaurar a social-democracia com o mesmo caráter que esta possuía antes da guerra.

O desenrolamento dessa luta pode ser acompanhado, da melhor forma, no exemplo da Alemanha. Uma grande parte da social-democracia repudiou a política anterior do seu partido e pronunciou-se pela união com os comunistas. Em 21-22 de abril de 1946 realizou-se o congresso da unificação dos partidos social-democrático e comunista, da Alemanha, no qual ficou constituído o partido unificado da classe operária — o Partido Socialista Unificado da Alemanha. A favor da unificação dos dois partidos operários declarou-se a grande maioria dos sociais-democratas na zona de ocupação soviética. Apesar dos impedimentos criados pelas autoridades inglesas e americanas de ocupação, a união dos sociais-democratas com os comunistas, efetuada na zona de ocupação soviética, encontrou uma viva ressonância também na Alemanha Ocidental.

O aparecimento, na Alemanha, de um partido único da classe operária foi um grande choque para o movimento reformista. E é natural, por isso, que todos os elementos reacionários se tenham arregimentado para a luta contra o novo partido. As rodas dirigentes da Inglaterra e dos Estados Unidos pronunciaram-se, imediatamente, contra essa união dos comunistas com os sociais-democratas e, atualmente, estão dando seu decidido apoio ao grupo dos líderes sociais-democratas reacionários, encabeçado por Schuhmacher e que tenta restaurar, nas zonas ocidentais da Alemanha, a antiga social-democracia reformista para a defesa do regime social capitalista. E' muito característico que ao grupo de Schuhmacher já tenha aderido a maior parte dos velhos líderes comprometidos da social-democracia, todos eles defensores experimentados da burguesia. A imprensa inglesa convoca abertamente para que, nesse jôgo, a parada seja feita nesta ala da social-democracia. A revista *Economist*, por exemplo, publica o seguinte trecho (no número de 26-IV-1946): "Os sociais-demo-

cratas, quer pelas suas determinações, quer pelos métodos, colocam-se mais próximos do conceito inglês sobre a democracia do que qualquer outro partido... A primeira decisão inadiável deve consistir, ao nosso ver, em oferecer abertamente todo o nosso apoio ao Partido Social-Democrata, na zona inglesa da ocupação.

Não devemos ter dúvida de que, do resultado dessa luta pela social-democracia, bem como da luta interna existente entre os sociais-democratas, depende, em boa medida, o subsequente desenvolvimento da política interna dos países capitalistas.

A segunda linha de defesa do capitalismo consiste em reforçar a influência exercida pela religião, pela Igreja. A Igreja Católica, dirigida pelo Papa, está criando algo a que podemos dar o nome de "Internacional Católica". O Vaticano, há pouco tempo atrás, elevou ao cardinalato 32 líderes católicos, pertencentes às mais diferentes nações, para reforçar sua influência nos respectivos países. A mesma tendência é revelada pela igreja protestante. E certas tentativas estão sendo feitas para a utilização da igreja muçulmana como instrumento de luta política. A expressão mais viva disso podemos encontrar nos últimos acontecimentos verificados na Índia.

Uma tática toda especial está sendo empregada pela burguesia nos países onde os partidos reacionários da extrema direita estão proibidos pela lei. Em tais países, emprega a burguesia todos os esforços para adquirir influência sobre os mais moderados dos partidos esquerdistas, pois estes têm existência legal. Visa a burguesia apoderar-se da direção daqueles partidos e, subsequentemente, ganhar para estes a maioria dos votos nas eleições de cada respectivo país. Um exemplo clássico do emprego dessa tática foi há pouco fornecido pela conduta da reação durante as últimas eleições realizadas na Hungria. Nesse país, o partido esquerdista mais moderado é o dos pequenos proprietários rurais. Pois deu-se o seguinte facto: em Budapest, nas zonas onde não se encontra um só pedaço de terra cultivável, obteve o referido partido a maioria dos votos. Votaram, portanto, nele toda a burguesia e os elementos chegados a esta.

A terceira linha de defesa do capitalismo, assumindo, por enquanto, uma forma velada, é o estímulo à rearticulação do movimento fascista. Se tomarmos por assentado que o fascismo representa a expressão política do aprofundamento da crise geral do capitalismo, podemos então prever a rearticulação desse movimento. A reação — segundo a expressão de Lênin — representa o produto inevitável do domínio do capitalismo monopolista. No seu artigo *Sobre a caricatura do marxismo*, ele escreveu: "A super-estrutura política sobre a economia, sobre o capitalismo monopolista (e o imperialismo justamente representa este capitalismo monopolista) é constituída pela volta feita da democracia em direção à reação política. A livre concorrência corresponde a democracia. Ao monopólio corresponde a reação política".

Nos países capitalistas processa-se, atualmente, sobre isto já não há mais dúvidas, uma certa rearticulação da reação política e do fascismo. Continuam existindo, ainda, países fascistas como a Espanha e Portugal. E existe, além disso, um movimento fascista subterrâneo nos países onde os fascistas já estiveram no poder: na Alemanha, na Itália, na Hungria, etc.

Mas, mesmo em países democráticos, aparecem sinais evidentes da rearticulação do fascismo, o que é denunciado pela atividade do partido fascista na Inglaterra, da Klu-Klux-Klan e de outros grupos fascistas na América, etc. Na Grécia, onde a política é virtualmente dirigida pelos ingleses, foi restabelecido, enfim, depois de dezenas de recomposições do governo do país, o poder dos reacionários monarquistas, os quais, quer objetivamente, quer subjetivamente, em nada se distinguem dos fascistas.

Nos países da democracia de novo tipo, é naturalmente dificultada a rearticulação do fascismo, e isto acontece devido ao facto de que, com a reforma agrária, veio a desaparecer a classe dos grandes proprietários de terras, tendo, por sua vez, diminuído consideravelmente o poder econômico da grande burguesia — em consequência da nacionalização dos meios básicos da produção. Se juntarmos, a isso, o facto de que o governo do Estado se encontra, nesses países, nas mãos das forças progressistas, tornar-se-á bem claro que o reaparecimento em cena dos fascistas ficou, em tais países, grandemente dificultado.

A política interna dos países capitalistas — na época atual, tal como nos períodos anteriores — está completamente entrelaçada com a política exterior.

Os métodos empregados na luta contra a União Soviética são atualmente diferentes, não há dúvida, daqueles que foram usados depois da Primeira Guerra Mundial. Já se tornou impossível recorrer à "intervenção" no estilo antigo. Mas as forças reacionárias desenvolvem uma intensa propaganda contra a União Soviética, tentam conseguir o isolamento desta e procuram formar um bloco anti-soviético. Na sua ordem do dia, por ocasião dos festejos do dia Primeiro de Maio de 1946, declarou o camarada Stálin: "Desenvolvendo a construção socialista para uma época de paz, não devemos esquecer, por um instante sequer, os empenhos da reação internacional no seu afã de preparar os planos para uma nova guerra. Devemos ter sempre gravadas na memória as recomendações do grande Lênin, de que, mesmo tendo retornado ao trabalho pacífico, devemos ainda estar permanentemente em guarda e cuidar, como da pupila dos próprios olhos, do preparo das nossas forças armadas e da capacidade do nosso país para a sua defesa."

O camarada Mólotov, na declaração feita em 27 de maio de 1946, chamou a atenção para algumas tendências, bastante características, da política inglesa e americana do após-guerra, reveladas durante os trabalhos da preparação dos tratados de paz. "Revelou-se — declarou o camarada Mólotov — que a tal "marcha sobre a paz", proclamada em tão altos brados por algumas rodas americanas, vem a ser, às vezes, simplesmente — o desejo dos governos de dois países de impor sua vontade ao governo de um terceiro país." O camarada Mólotov rebateu, assim, as tentativas das forças reacionárias de diminuir a importância da União Soviética e de desconsiderar seu papel no mundo do após-guerra. "Em algumas rodas estrangeiras — declarou ele — existe a tendência de afastar a União Soviética do lugar de honra, que lhe coube de direito, nos entendimentos internacionais e de prejudicar o prestígio da URSS. Mas assim só podem proceder os círculos reacionários de vista curta, cujas manobras estão predestinadas a um completo malôgro. Eles não podem compreender

que a União Soviética, tendo suportado o peso principal na luta pela salvação da humanidade da tirania do fascismo, ocupa atualmente, e de pleno direito, uma tal posição nas relações internacionais, que corresponde plenamente aos interesses da igualdade das grandes e das pequenas nações em suas aspirações à paz e à segurança.

É muito característico para a política da burguesia o aproveitamento pela reação inglesa da ala direita da social-democracia nos países europeus para a luta contra a URSS. É natural que o Partido Trabalhista inglês, bem como o governo por este constituído, sejam os instrumentos mais apropriados para a utilização dessa ala da social-democracia, nos interesses da realização dos fins visados pela burguesia inglesa na sua política exterior. Em tal sentido, é mais conveniente para a burguesia inglesa a existência de um governo formado pelo Partido Trabalhista, do que um governo conservador. A isso é preciso juntar o facto de que, se os partidários dos trabalhistas se erguiam, às vezes, contra a política exterior do governo conservador, existindo, dessa forma, uma oposição potencial àquela política, — o Partido Conservador, por sua vez, já não encontra motivos para se erguer contra a política exterior, tal como esta vem sendo dirigida por Bevin. Os trabalhadores ingleses, sem dúvida, não aprovam a política reacionária conduzida por Bevin e pelo governo trabalhista em geral. Uma prova de tal descontentamento encontramos na posição surgida dentro do grupo parlamentar trabalhista contra a política de Bevin.

Mesmo hoje em dia, essa luta travada entre os dois sistemas sociais não constitui a expressão única da política exterior dos países capitalistas. Renascem as incompatibilidades dos interesses imperialistas entre as grandes nações capitalistas, e, antes de tudo, entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, embora estas duas potências se tenham apresentado, numa série de questões de caráter internacional, como se formassem um só bloco diplomático. Os antagonismos anglo-americanos, que constituíam as divergências básicas do mundo capitalista até a Segunda Guerra Mundial, ou, mais precisamente, até que a agressão do fascismo alemão chegou a ameaçar a existência tanto da Grã-Bretanha, como também dos Estados Unidos, — essas contradições, com a derrota da Alemanha, vieram mais uma vez a constituir as divergências decisivas dentro do mundo capitalista. A política norte-americana visa atualmente, antes de tudo, destruir o império colonial britânico e conseguir para o capital norte-americano condições de plena igualdade na competição pelos mercados do mundo inteiro. Tal é sua meta principal. A intenção de acabar com os impérios coloniais — britânico, francês e holandês — revela-se sob formas as mais diferentes. Uma das suas expressões durante a guerra constituiu no projeto de uma "União Anglo-Americana", na tutela conjunta sobre todas as colônias, etc. Essa aspiração assume, às vezes, formas deveras cômicas. Assim, por exemplo, aconteceu quando um publicista norte-americano apareceu, há pouco tempo, com um livro no qual critica acerbamente a política colonial, quer britânica, quer francesa, quer holandesa. Depois de tal crítica, seria lícito supor que o autor fosse recomendar o oferecimento da independência aos povos coloniais. Puro engano! O autor daquele livro aparece, em vez disso, com a decla-

ração de que os povos coloniais ainda não amadureceram para a independência e, em seguida, vem com a proposta de que todos os povos coloniais escolhessem, eles próprios, seus tutores, sendo que nenhum deles teria direito de optar pela tutela da mesma potência imperialista, sob cujo domínio se encontra atualmente, isto é, as colônias britânicas não poderiam optar pela tutela da Grã-Bretanha. Presume, pois, o autor que todos aqueles povos preferissem inevitavelmente os Estados Unidos, pois estes sabem tomar conta de colônias, às quais podem assegurar uma vida florescente. O movimento contra o regime colonial está crescendo de força. Nisto desempenha um papel importante a circunstância de que tanto os ingleses, como também os franceses e os holandeses, têm perdido seu prestígio nos países coloniais: os povos coloniais já deixaram de tremer de pavor diante dos exércitos imperialistas, como acontecia antigamente. Estes povos participaram, recentemente, numa luta armada — ao lado dos exércitos de uns países imperialistas contra os de outros. E eles foram testemunhas oculares de aprisionamentos, quer de soldados americanos, quer de ingleses ou de holandeses.

Para o engrossamento do movimento anti-imperialista contribuem também causas econômicas. Uma parte das colônias muito se fortaleceu economicamente durante a guerra, sendo que alguns países coloniais chegaram, no que diz respeito às finanças, a tornar-se independentes da Inglaterra, isto é, passaram mesmo a ser credores desta. Compreende-se que a opinião pública na União Soviética seja, naturalmente, a favor da completa satisfação das justas aspirações dos povos coloniais.

Ao problema colonial fica ligado, também, o plano do "bloco ocidental". Este arranjo, no qual, num só bloco político, unir-se-iam a Grã-Bretanha, a França, a Bélgica, a Holanda e Portugal, talvez mesmo uma parte, também, dos países escandinavos, é dirigido, antes de tudo, contra a União Soviética e constitui uma tentativa evidente de ressuscitar o conhecido cordão sanitário que passaria, porém, desta vez, não pelas fronteiras da União Soviética — onde a presença de países vizinhos amistosos torna atualmente impossível a concretização disso — mas na Europa Ocidental.

Devemos, porém, considerar um outro aspecto desse "bloco ocidental", o qual — composto da Grã-Bretanha, França, Bélgica, Holanda e Portugal — teria reunido 95% do território colonial do mundo inteiro. A criação desse bloco visaria, portanto, a defesa das colônias contra as tentativas dos Estados Unidos, realizadas no sentido de quebrar o velho regime colonial e apoderar-se economicamente dos respectivos territórios; visaria, outrossim, o fortalecimento da resistência aos movimentos de libertação nacional dos povos coloniais.

Compreende-se, que, nos limites deste artigo, podem ser descritas apenas as linhas principais da política interna e da exterior da época da crise geral do capitalismo. O desenvolvimento completo deste tema, e, especialmente, a análise das conseqüências políticas da Segunda Guerra Mundial, constitui tarefa para uma série de estudos especiais.

(Traduzido diretamente de *Miróvoic Roziástvo i Miróvaia Politika*, n. 6, de junho de 1946.)

O Pensamento de Stálin



...em política, para não errar e não se converter numa coleção de vazios sonhadores, o Partido do proletariado deve tomar como ponto de partida de sua atividade não os "princípios" abstratos da "razão humana", mas as condições concretas da vida material da sociedade, que constituem a força decisiva do progresso social; não as boas intenções dos "grandes homens", mas as exigências reais impostas pelo desenvolvimento da vida material da sociedade. (Stálin — *Sobre o materialismo dialético e o materialismo histórico* — "in" *Sobre os fundamentos do leninismo*, página 281 — Edit. Calvino Ltda. — 1945.)

A força e a vitalidade do marxismo-leninismo baseiam-se, precisamente, no facto de êle se apoiar, para a sua atividade prática, nas exigências do desenvolvimento da vida material da sociedade, sem nunca se desligar da vida real. (Stálin — *Sobre o materialismo Dialético e o materialismo histórico* — "in" *Sobre os fundamentos do leninismo*, página 282 — Edit. Calvino Ltda. — 1945.)

...a história da evolução da sociedade é, antes de tudo, a história do desenvolvimento da produção, dos modos de produção se sucedendo uns aos outros no decorrer dos séculos; enfim, a história do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção entre os homens. (Stálin — *Sobre o materialismo dialético e o materialismo histórico* — "in" *Sobre os fundamentos do leninismo*, pág. 291 — Edit. Calvino Ltda. — 1945.)

"Esquecer as diferenças existentes entre a vanguarda e as massas que se sentem atraídas por ela; esquecer o dever permanente da guarda avançada de elevar camadas cada vez mais vastas até o nível da vanguarda, seria enganar-nos a nós mesmos, fechar os olhos à imensidade da nossa missão e diminuí-la!" (Stálin.)

"Sob o capitalismo, a democracia é uma democracia capitalista, a democracia da minoria exploradora, que se apoia na restrição dos direitos da maioria explorada e se orienta contra essa maioria." (Stálin.)

Ignorância e Reacionarismo

O *Diário do Congresso Nacional*, de 27-11-946, publica um discurso do deputado e coronel Afonso de Carvalho, em que a ignorância disputa ao reacionarismo a expressão maior de S. Excia.

Vamos transcrever algumas "parolas" do coronel Afonso de Carvalho: "Era o que queria o Apostolado Positivista, fiel intérprete das idéias de Augusto Comte, apóstolo ainda mais intransigente que Marx das teorias do materialismo histórico."

Onde foi, coronel, que o senhor aprendeu essa barbaridade? Coronel, c credo político do positivismo é: "Nem restauração, nem revolução"!

A certa altura do discurso do Sr. Afonso de Carvalho, há o seguinte diálogo:

O SR. JOSE CRISPIM — V. Excia. permite um aparte?

O SR. AFONSO DE CARVALHO — Creio que é ocioso permitir o aparte de V. Excia. que é da bancada comunista, porque falamos línguas completamente diferentes.

Não, coronel, a língua que V. Excia. e o deputado Crispim falam é a mesma, apenas dela se utilizam diferentemente: Crispim, como deputado democrata, tolerante; V. Excia. como fascista, intolerante. Crispim compreende V. Excia., mas V. Excia. não poderá compreendê-lo...

Não somente um democrata não pode compreender a ignorância e o reacionarismo do coronel, qualquer pessoa letrada, lendo a seguinte tirada bestialógica do Sr. Afonso de Carvalho:

A unidade política não é mais o povo, e, sim, a classe. Dentro da unidade-classe, o cidadão oblitera-se, desaparece. E, com êle, o povo. E, com o povo, a Pátria. E' o que Sorel afirma:

— "O sindicato é a unidade fundamental do sistema econômico."

Difícilmente, em tão poucas linhas, poder-se-iam dizer tantas asneiras e atribuir-se a outrem uma conclusão tão asnática como a atribuída a Sorel.

Sorel, coronel Afonso, fazia parte daquele grupo de sindicalistas que um crítico definiu como "Os cavaleiros sem cabeça da Revolução, galopando furiosamente em tôdas as direções ao mesmo tempo".

Sorel, êsse "bem conhecido embrulhão" (Lénin), foi um revisionista e ardoroso anarco-sindicalista. Nada tinha a vêr com o comunismo de Marx-Engels.

Mais adiante, o coronel prova que sabe ler, mas que nada compreende, afirmando:

"As afinidades; por exemplo, dos ferroviários do Uruguai com os ferroviários do Brasil passam a ser mais fortes que as existentes com os demais compatriotas. Para êles, a Pátria pouco ou nada interessa.

A classe é o que se tem em vista, esteja onde estiver, no país, ou no estrangeiro."

"Operários de todo mundo: uní-vos!"

Lê-se no "Manifesto Comunista:

E, resumindo tudo o que ficou dito, assim é proclamado:

... "Os operários, os trabalhadores, não têm Pátria!"

Coronel, qualquer comunista, mesmo sem o "brilho" da sua posição, sabe que "Marx escreveu no seu *Manifesto Comunista*: "O proletariado não tem pátria", querendo dizer que o país era dos latifundiários e dos industriais e não dos trabalhadores, e que a tarefa dos trabalhadores era expropriá-los." (S. Hook — *Karl Marx*.)

Ademais, não se precisa saber ler para compreender isso. Basta ter olhos: como se comportaram os comunistas brasileiros, soviéticos, franceses, ingleses, norte-americanos, tchecos, etc., na grande guerra contra o fascismo? Que trabalhadores fizeram a Revolução de Outubro, coronel?

Para que não possa restar dúvida alguma sobre as tendências evidentes e o "espírito democrático" do Cel. Afonso de Carvalho, transcrevemos, mais uma prova:

"Ainda perdura no mundo inteiro a dolorosa ressonância do caso *Michalovich*.

O general iugoslavo luta heróicamente, nas montanhas do seu país, contra o invasor nazi-fascista. São cruentas as suas guerrilhas. Pensa o bravo soldado que está cumprindo um dever, defendendo a sua Pátria, de armas na mão.

Mas para os comunistas não há Pátria. Só existe Moscou. No dia em que o comunismo consegue dominar na Iugoslávia, *Michailovich*, que, sem saber de Moscou, fizera o grande crime de defender a sua Pátria — é fuzilado!"

Ficou provado, em processo regular, que *Michailovich* traía sua pátria lutando contra os guerrilheiros comunistas, a sôlido do fascismo. Manteve contactos íntimos e permanentes com os nazistas de Hitler e fascistas de Mussolini, assim como com os *ustachi* de Pavelich.

Quem defende fascistas e para tanto não se peja de mentir só pode ser por solidariedade ideológica, por fascismo...

E para que não haja dúvida sobre a posição ideológica do Sr. Afonso de Carvalho, terminamos estas notas com o seguinte diálogo, registado no *Diário do Congresso*:

O SR. CAFE' FILHO — V. Ex. falou, particularmente, do Partido Comunista. Qual o pensamento de V. Ex. em relação ao Partido de Representação Popular?

O SR. AFONSO DE CARVALHO — Se V. Ex. apresentar contra o Partido de Representação Popular qualquer cláusula pela qual se infira "a negação da idéia de Pátria", terei contra o mesmo as palavras que agora emito contra o Partido Comunista.

O Partido de Representação Popular, todos sabem, é a nova máscara do Integralismo, de cujo seio saíram todos os espíões e traidores de nossa Pátria, que indicavam as rotas dos nossos navios para que fossem torpedeados, embora seu slogan fôsse Deus, Pátria e Família... Que Deus, que Pátria, e que Família, a dos integralistas...

O METODO SOVIETICO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

A. LEÓNTEV.

No decurso da segunda guerra mundial ficou patente ante o mundo inteiro o invencível poder conferido ao povo soviético pela organização socialista, produto da Grande Revolução Socialista de Outubro. A organização social soviética, liberta da exploração do homem pelo homem, demonstrou, no teste de provações de guerra, ter muito maior vitalidade e solidez do que os sistemas sociais não soviéticos. A vida mostrou manifestamente que a estrutura social soviética é uma forma melhor de organização social do que qualquer não soviética. A organização do Estado Soviético, liberta da desigualdade nacional e da opressão, revelou seu poder, sua vitalidade e solidez incomparáveis.

A organização soviética — da sociedade e do Estado — não é apenas a melhor forma de organização social para as condições de organização pacífica e de trabalho construtivo, mas é também, na situação de provações de guerra sem precedentes, a melhor forma de organização social para a mobilização de todas as energias do povo para a defesa do inimigo. A base econômica do Estado soviético — o sistema socialista da economia nacional ou, seja, o da propriedade coletiva dos meios de produção — mostrou ser incomparavelmente mais capaz para viver do que a economia dos Estados inimigos, baseada no domínio da indústria pelo capital monopolizador e no domínio feudal da economia rural.

A organização soviética foi vitoriosa, porque representa a forma mais progressista de organização social. Seu caráter progressista revelou-se, tanto no período anterior à guerra, como durante a própria guerra. A vitória histórica do povo soviético sobre o inimigo forte, bem armado e preparado, não poderia ter sido alcançada sem uma preparação prévia de todo o país para a defesa ativa. Os meios materiais, de que o nosso país dispunha ao entrar na segunda guerra mundial, excediam de muitas vezes os recursos do país ao tempo da primeira guerra mundial.

A diferença entre a base econômica da antiga Rússia e a base econômica da União Soviética, aplicável na guerra, é colossal. Apresentando dados estatísticos básicos, que caracterizam essa diferença, o camarada Stálin, em seu discurso histórico de 9 de fevereiro de 1946, observou que um crescimento tão grande da produção, inédito até então, não poderia ser atribuído a uma simples evolução do país para o progresso: "Isto foi um salto, com auxílio do qual nossa Pátria se transformou de um país atrasado em adiantado; de um país agrário em industrial".

Esse gigantesco salto verificou-se num período histórico mínimo. Essa transformação histórica, de proporções e significação gigantescas, realizou-se no decurso dos planos quinquenais de Stálin. O sucesso de uma obra tão grandiosa foi possível, graças à superioridade da organização soviética, em virtude das novas leis econômicas, segundo as quais se desenvolve o sistema social soviético. Essa possibilidade tornou-se realidade, graças à sábia e previdente política do partido Lênin-Stálinista.

A transformação histórica do nosso país, de um país atrasado em adiantado, de um país agrário em industrial; a elaboração de uma base econômica para uma defesa eficaz contra o inimigo, — tudo isto foi alcançado em consequência da política executada pelo partido Lênin-Stálinista nos anos da grande reconstrução: os anos dos três planos quinquenais. Essa foi, em primeiro lugar, a política da industrialização socialista do país, e, em segundo lugar, a política da coletivização da economia rural.

No seu histórico discurso de 9 de fevereiro, o camarada Stálin faz uma análise profunda e científica do método soviético de industrialização e do método soviético de incremento da produção em massa na economia rural. Essa análise, que resume todo o gigantesco processo do desenvolvimento histórico, é uma contribuição preciosa à teoria marxista-leninista, em geral, e à economia política do socialismo, em particular.

Os acontecimentos dos últimos anos mostraram, de maneira brilhante e insofismável, que a revolução soviética salvou a nossa Pátria da escravização pelos imperialistas, de ser reduzida a uma potência de segunda categoria.

Em virtude de uma série de motivos históricos, o nosso país era deveras atrasado, econômica e tecnicamente, antes da revolução. Ocupando, quanto ao território, o primeiro lugar no mundo, e, pelo número de habitantes, o terceiro — (depois dos da Índia e da China, países mais atrasados ainda e muito populosos) — a Rússia tsarista, quanto à produção industrial, ocupava o quinto lugar no mundo e o quarto na Europa. A contribuição da Rússia tsarista à produção industrial mundial era, em 1913, insignificante: apenas 2,6 %, enquanto que os EE.UU. contribuíram com 32,2 %, a Inglaterra com 12,1 %, a Alemanha com 15,3 % e a França com 6,6 %.

A Rússia pre-revolucionária possuía uma base industrial assás frágil. Seu equipamento em meios modernos de produção era quatro vezes inferior ao da Inglaterra, cinco vezes inferior ao da Alemanha e dez vezes inferior ao dos EE. UU.. Possuidora de imensos recursos naturais, a Rússia produziu, em 1913, por habitante, muito menos produtos industriais do que os países capitalistas adiantados.

Durante a administração dos proprietários e dos capitalistas, o atraso técnico-econômico da Rússia não diminuía, mas, muito ao contrário, crescia de ano para ano. Em 1900, a Rússia fundia 8 vezes menos ferro do que a América do Norte; 6 vezes menos do que a Alemanha; e 3 vezes menos do que a França. E, em 1913, a Rússia fundia 11 vezes menos ferro do que a América do Norte; 8 vezes menos do que a Alemanha; e 4 vezes menos do que a Europa.

O atraso econômico e técnico tornava a Rússia tsarista dependente do estrangeiro em todos os sentidos. Ela era obrigada a importar parte esmagadoramente grande de equipamento e outros meios de produção, a começar pelas foices para as aldeias. Grande parte das empresas encontrava-se nas mãos do capital estrangeiro; pertencia-lhe quase metade do capital das companhias por ações industriais e cerca de 3/4 do capital dos grandes bancos da Rússia. Os capitalistas estrangeiros dominavam nos importantes ramos da indústria pesada, como sejam os: da indús-

tria do carvão, metalúrgica, petrolífera, eletro-técnica e da fabricação de máquinas. Receando perder suas posições, os capitalistas estrangeiros embarçavam de todas as maneiras o desenvolvimento da indústria pesada, e, sobretudo, o da fabricação de máquinas. O governo tsarista, sempre que se encontrava em dificuldades, como, por exemplo, na ocasião da revolução de 1905-1907, recorria aos empréstimos nas bolsas estrangeiras. E os empréstimos e tratados comerciais assinavam-se em condições opressivas para a Rússia. Na forma de juros e percentagens, o capital estrangeiro sorvia anualmente, na Rússia, quase que um bilhão de rublos em ouro. O governo tsarista não era apenas tributário dos outros Estados, mas encontrava-se também numa situação de completa dependência política desses Estados.

O regime tsarista acorrentou as energias do grande povo russo; êle esmagava e sufocava os seus talentos e impedia o aparecimento das suas gigantescas capacidades criadoras. A primeira grande guerra mostrou toda a podridão dessa organização feudo-mercantil, encabeçada pelo seu maior proprietário: o tsar. Tornou-se evidente que só uma reforma radical podia salvar nossa Pátria e assegurar-lhe sua independência futura. No tempo do imperialismo, caracterizado por uma concorrência feroz entre os imperialistas, — armados até os dentes, — na sua tenaz luta pela repartição do mundo, a Rússia, rica em recursos naturais, extensão territorial e população, mas fraca no campo técnico-econômico, era um bocado cubicado pelos tubarões imperialistas. Só uma reforma radical e a liquidação do atraso secular poderiam evitar que nosso país se tornasse brinquedo nas mãos dos imperialistas e fôsse reduzido a uma potência de segunda categoria.

O destino da nossa Pátria apresentou-se de tal maneira, que, no momento em que sua existência corria perigo mortal, a classe proletária, dirigida pelo partido Lênin-Stálinista, soube unificar as grandes massas laboriosas, tomar o poder e mudar decisivamente o rumo da evolução social.

O camarada Stálin disse que nenhuma das classes que dominaram anteriormente souberam arrancar a Rússia do seu atraso secular. Só a classe proletária, que conquistou o poder em 1917, poderia realizar êsse objetivo de proporções e significação histórica gigantescas. O proletariado conduziu audaciosamente nosso país por um caminho ainda não trilhado: — o da criação de uma organização socialista, nova e superior. O partido Lênin-Stálinista quando fundou o primeiro Estado soviético do mundo, estava armado de um plano estratégico genial, que consistia, primeiro, em implantar o poder do proletariado, para, depois, utilizando-se dêsse poder como de uma poderosíssima alavanca de reforma da sociedade, destruir o atraso secular do país e levá-lo ao largo caminho do desenvolvimento socialista e progressista.

Ainda nas vésperas da Grande Revolução Socialista de Outubro, Lênin acentuava que era uma questão de vida ou de morte para a nossa Pátria alcançar e ultrapassar os países capitalistas mais adiantados, não só no campo político, mas também no técnico-econômico. Perecer ou marchar com a maior rapidez possível para o socialismo, — era a questão imposta ao nosso país pela história.

A implantação do Poder Soviético salvou nossa Pátria da catástrofe que se aproximava em 1917, quando ela se poderia tornar prêsia fácil dos imperialistas estrangeiros. A jovem República Soviética, apoiando-se numa ascensão sem precedentes das massas proletárias, despertada pela revolução, repeliu com sucesso a invasão dos imperialistas alemães e de outros imperialistas. Mas, para o partido Lênin-Stálinista, armado que estava do conhecimento das leis que regem a evolução social, tornou-se evidente que o país soviético teria de repelir golpes bem mais violentos ainda das forças agressivas do imperialismo. Daí provinha a necessidade imperiosa de, no período de pausa pacífica alcançada, reformar de tal maneira o país, que ele pudesse defender-se com tôdas as armas de qual-quer inimigo. Um problema assim não poderia ser resolvido pelo processo de desenvolvimento capitalista habitual. A Rússia estava atrasada, em relação aos países capitalistas mais adiantados, de 50-100 anos. Os anos de guerra ruïnosa, devastaram terrivelmente o país e levaram ao colapso sua base econômica já então bastante frágil.

Para eliminar o atraso técnico-econômico do país, tornava-se indispensável realizar duas reformas econômicas radicais: a industrialização do país, isto é, a criação da moderna indústria pesada, e o incremento da produção em massa na economia rural, isto é, a criação das grandes fazendas coletivas, altamente produtivas, no interior. Ambas estas reformas, conservando-se o processo capitalista de produção, exigiriam, para sua concretização, muitas dezenas de anos.

Conseqüentemente, para que nosso país se tornasse adiantado, no sentido econômico, e utilizando-se do método habitual de evolução, seria necessário, mesmo nas condições mais favoráveis, um período de tempo nunca inferior a 50 ou 100 anos. Era pois preciso um salto, para tornar possível a rápida transformação do nosso país de atrasado em adiantado; de agrário em industrial. Esse salto poderia ser dado unicamente com o auxílio do desenvolvimento socialista, baseando-se no aproveitamento das qualidades e da superioridade de que goza o processo socialista de desenvolvimento, quanto aos tempos de desenvolvimento das bases econômicas da sociedade.

Dessa maneira, o problema de liquidar o atraso secular do nosso país ligou-se ao problema de construir nêle uma sociedade socialista. De um lado, para a vitória do processo socialista de produção era indispensável acabar com o atraso técnico-econômico; e, do outro lado, para tornar a Rússia um país altamente desenvolvido, era preciso seguir o caminho da construção socialista. O partido Lênin-Stálinista reconheceu a tempo que o desenvolvimento social obedecia a essas leis fixas e tomou isso por base de seu programa, cientificamente elaborado, da construção do socialismo na U.R.S.S.. Prevendo a aproximação da guerra, o partido dirigia a construção econômica com o objetivo de criar, num período histórico mínimo, uma base econômica indispensável para — nas condições do desenvolvimento atual da técnica militar — repelir com sucesso os agressores.

Como resultado dessa política, calculada para a preparação preliminar de todo o país para a defesa ativa, e da política de industrialização socialista do país e coletivização da economia rural, o país soviético

já contava, antes de entrar na segunda guerra mundial, com os recursos materiais necessários para repelir com sucesso os agressores e obter, sobre eles, a vitória. Com a realização dos três planos quinquenais, a U. R. S. S. converteu-se numa poderosa potência socialista e industrial-kolroziana, tornando-se umã fortaleza indestrutível. Assim, a clarividente e perspicaz política do partido Lênin-Stálinista salvou o nosso país da escravização pelo imperialismo alemão.

II

Nos difíceis anos do período inicial da N.E.P. (nova política econômica), quando no corpo da nossa Pátria ainda estavam abertas as feridas produzidas pela longa guerra, Lênin já chamava a atenção sobre a necessidade de criar uma indústria socialista. No fim do período restaurador, quando a questão sobre as possibilidades do desenvolvimento da U.R.S.S. surgiu em tôda plenitude, o camarada Stálin apresentou a industrialização socialista como a base da construção econômica.

Continuando a grande obra de Lênin, o camarada Stálin lutou contra os inimigos do socialismo, fundou e desenvolveu o ensino sobre a construção do socialismo em nosso país. Armou o partido e o povo com o conhecimento exato dos caminhos e métodos da realização do socialismo. Estes caminhos ainda não tinham sido percorridos na prática. Cumpria aperfeiçoar os métodos esboçados, aproveitando a experiência e a atividade prática de milhões de seres, que eram os primeiros, em tôda a história, a construir uma nova sociedade: a sociedade socialista.

Para a solução desse problema capital era indispensável definir claramente o objetivo, possuir uma vontade férrea, uma profunda compreensão científica dos processos aplicáveis na solução das questões propostas e uma determinação inabalável de vencer quaisquer dificuldades. O partido bolchevique, dirigido pelo camarada Stálin, armou de tôdas estas qualidades o povo soviético.

Baseando-se nos ensinamentos de Lênin, o camarada Stálin desenvolveu em todos os sentidos o estudo da industrialização socialista, expôs as particularidades do método socialista soviético de industrialização e mostrou suas profundas diferenciações e sua superioridade sobre o método de industrialização capitalista. Os ensinamentos sobre a industrialização socialista constituem um dos capítulos mais importantes da economia política do socialismo fundada por Lênin e Stálin.

As grandes questões de reforma eram levantadas e resolvidas pelo partido com uma seqüência histórica predeterminada. No fim do período de restauração, todo esforço era aplicado no sentido da industrialização socialista. Depois, baseando-se nos primeiros sucessos sérios da industrialização stalinista, o partido pôs na ordem do dia a coletivização da economia rural, o que representava uma profunda transformação revolucionária e era o problema mais difícil e complexo da reforma socialista da sociedade surgido depois da tomada do poder pela classe proletária.

Por que razão a industrialização era a etapa natural pela qual deveria começar a construção da sociedade socialista na U.R.S.S. e a liquidação do atraso secular de nosso país?

Com a Grande Revolução Socialista de Outubro venceu em nosso país a organização soviética, que era a forma de organização mais evoluída. A base econômica, porém, da sociedade em que vencera era atrasada. O poder soviético venceu num país de pequenos camponeses, com uma indústria mal desenvolvida e em grande parte destruída. Assim surgiu um contraste entre a adiantada estrutura política e a base econômica atrasada da sociedade. Lênin acentuara repetidas vezes que, enquanto predominasse em nosso país a economia da pequena propriedade rural, o capitalismo encontraria nele uma base econômica mais sólida do que o socialismo. A pequena produção de mercadorias gerava ininterruptamente novos elementos do capitalismo, conservando-se assim o perigo da restauração do capitalismo. Para acabar com esse contraste, era necessário reconstruir, desde a raiz, a economia da sociedade soviética. Era exatamente o pouco desenvolvimento de sua indústria que dava à Rússia tsarista o seu caráter unilateral, agrário, e era a causa do seu atraso técnico-econômico. E, para a liquidação do atraso técnico-econômico, tornava-se necessário, antes de mais nada, criar uma sólida base industrial. Apoiando-se no desenvolvimento da indústria, a sociedade socialista realiza, então, a reforma da economia rural, tomando por princípios a produção em massa, a aplicação da ciência e da técnica moderna e a socialização do trabalho.

O camarada Stálin desenvolveu os ensinamentos de Lênin sobre a importância da grande indústria como única base material do socialismo. E' exatamente na grande indústria que se concentra a classe proletária, que é a construtora da sociedade socialista. Por esta razão, o crescimento da grande indústria significava a consolidação das posições da classe proletária e uma mudança em seu favor na correlação das forças das classes no país. Na grande indústria, realiza-se a socialização do trabalho, — que, no ambiente do capitalismo, entra em contradição com o caráter privado da apropriação capitalista —, e, em seguida, a expropriação dos expropriadores adquire uma base sólida na forma da propriedade coletiva dos meios de produção. Na economia multiforme do País Soviético, os grandes empreendimentos industriais eram, pois, empreendimentos socialistas, nos quais as relações social-industriais, se tornaram, após a liquidação da propriedade capitalista, relações de tipo socialista. E' na grande indústria que se encontram as condições técnico-econômicas necessárias para a criação do tipo de organização socialista do trabalho, mais elevado, comparado ao tipo capitalista, e que estabelece as importantes diferenciações da organização socialista. Uma importância capital para a construção do socialismo na Rússia, rodeada de países capitalistas, foi a particularidade que teve a grande indústria de ser a garantia da independência econômica e do poderio militar básico do país.

Só a organização socialista pôde assegurar a liquidação do atraso econômico no nosso país. A industrialização da URSS foi uma industrialização socialista. E, ao mesmo tempo, a industrialização foi a chave

da vitória da organização socialista na URSS. Isto porque a grande indústria foi a base e a fortaleza para as formas socialistas de economia, e conteúdo socialista da economia soviética. O crescimento e desenvolvimento da grande indústria significava a implantação das formas socialistas de economia e o desalojamento dos elementos capitalistas. O fortalecimento e crescimento da indústria significava fortalecimento e desenvolvimento da classe proletária, reconhecido dirigente de todos os trabalhadores na causa da edificação do socialismo. Essas são as causas que fizeram a industrialização socialista da U.R.S.S. tornar-se a lei econômica imutável do desenvolvimento socialista de nossa Pátria.

A industrialização do país tornou-se para o povo soviético uma necessidade objetiva, o poder que ditava todas as condições internacionais e nacionais. Para conservar sua independência econômica e política, para existir e prosseguir no caminho do desenvolvimento socialista, nosso país tinha que vencer seu atraso econômico e técnico e a chave para a vitória sobre este atraso era a industrialização. A questão era: uma vez reconhecida essa necessidade econômica objetiva, satisfazê-la por um meio consciente e organizado.

O camarada Stálin demonstrou que nem todo desenvolvimento da indústria corresponde aos problemas históricos do Estado Soviético. Para assegurar, num período mínimo, a independência econômica e a independência em geral da Pátria socialista, fazendo dela uma fortaleza inacessível para o inimigo, tornava-se indispensável criar a indústria pesada; isto é, os ramos da indústria pesada que produzem os meios de produção: a siderurgia e a metalurgia, a indústria extrativa dos combustíveis (carvão, petróleo, turfa), a energética, a química e, sobretudo, a fabricação de máquinas. A fabricação de máquinas é a medula da industrialização socialista, a alavanca de reequipamento técnico de todos os ramos da economia nacional — tanto da própria indústria, como também da economia rural e do transporte — e, além disso, era ainda um factor de suma importância no fortalecimento do poder defensivo do país.

No XIV congresso do partido, o companheiro Stálin fixou da seguinte maneira a diretriz geral do nosso partido, que tem por objetivo a industrialização socialista do país:

"A essência, a base de nossa linha geral, é converter nosso país de agrário em industrial, capaz de produzir por conta própria o equipamento indispensável. Devemos dispôr as coisas de tal maneira que os pensamentos e as aspirações dos administradores industriais se dirijam no sentido de fazer de nosso país, até agora importador de equipamento, um país produtor desse mesmo equipamento. E' nisso que reside a garantia básica de independência econômica do nosso país. E' também nisso que reside a garantia de que nosso país não se torne presa fácil dos países capitalistas".

Os inimigos do socialismo tentaram de todas as maneiras solapar a causa da industrialização do nosso país. Os trotskistas e burrârinistas, os malfetores burgueses, mencheviques e social-revolucionários, empenhavam-se em "demonstrar" a impraticabilidade do grande programa de reformas traçado pelo partido. Especulando com as dificuldades, inevitáveis na edificação de uma poderosa indústria num prazo curto,

os inimigos do povo soviético queriam restaurar o capitalismo em nosso país. Com este objetivo em mente, começaram exigindo primeiro o desenvolvimento da indústria leve, querendo assim privar o país da indústria pesada, que representava a base da vitória da nova organização social. Foram apresentados planos capitalistas e restauradores da chamada "industrialização algodoeira". Mas o partido rejeitou as maquinações dos agentes da burguesia, porque ele estava armado dos ensinamentos stalinistas sobre o papel da indústria pesada na reforma socialista do nosso país e sua transformação em país economicamente independente. O camarada Stálin acentuava:

"...A industrialização deve ser, antes de tudo, compreendida como o desenvolvimento da nossa indústria pesada e, sobretudo, como o desenvolvimento da fabricação de máquinas — esse nervo vital da indústria em geral. Sem isso, nem vale a pena falar em assegurar a independência econômica do nosso país."

E, desenvolvendo essa idéia, o camarada Stálin explicava:

"Nem todo desenvolvimento da indústria é industrialização. O centro e o fundamento da industrialização está no desenvolvimento da indústria pesada (combustíveis, metais, etc.) e, finalmente, no desenvolvimento da produção dos meios de produção; no desenvolvimento da fabricação própria de máquinas. A industrialização não tem como único objetivo influenciar a economia nacional para ampliar o lugar que lhe cabe nesta, mas é também seu objetivo assegurar, com seu desenvolvimento ao nosso país, cercado de países capitalistas, a sua independência econômica e não permitir sua conversão em presa fácil do capitalismo mundial. O país da ditadura do proletariado, encontrando-se no meio de Estados capitalistas, não poderia permanecer economicamente independente, se ele próprio não produzisse, dentro de seus limites, seu equipamento e meios de produção e se se detivesse num grau de desenvolvimento no qual seria obrigado a manter sua economia acorrentada aos países capitalistas mais desenvolvidos, que produzem e exportam armamentos e meios de produção. Deter-se nesse grau, significaria render-se ao capitalismo mundial." (*Sobre a situação econômica da URSS —* pág. 6 — 1937.)

Uma das vantagens importantes do sistema soviético de economia, que determinaram a vitória dos grandes planos de reforma elaborados pelo partido Lênin-Stalinista, é a diferença radical existente entre o método soviético de industrialização e o método de industrialização capitalista. Essa diferença foi caracterizada pelo camarada Stálin no seu histórico discurso de 9 de fevereiro de 1946. Resumindo a enorme experiência da evolução histórica, o camarada Stálin fez a seguinte distinção: geralmente, o ponto de partida, o primeiro objetivo da industrialização capitalista, é a indústria leve. A circulação do capital é mais rápida e o capital empatado é menor do que na indústria pesada, na qual a construção e o equipamento dispendioso exigem grande capital. Por isso, na indústria leve, sob o domínio das leis do mercado capitalista, a média de lucros é também mais garantida do que na indústria pesada. Na indústria leve há — no decorrer de longos períodos — a acumulação de capital, que é concentrado em bancos e, depois, gradativamente, transferido para a indústria pesada, chegando, então, a vez do seu desenvolvimento. Esse

processo habitual de industrialização capitalista exige grandes prazos, ficando assim o país privado por longo tempo da indústria pesada.

"É lógico que o partido comunista não poderia seguir por esse caminho — diz o camarada Stálin. O partido sabia que a guerra se aproximava e que não era possível defender o país sem a indústria pesada; sabia que era necessário empreender o desenvolvimento da indústria pesada e que um atraso nessa questão significaria ser derrotado. O partido lembrava-se das palavras de Lênin, ao dizer que, sem a indústria pesada, não seria possível defender a independência do país, que, sem a indústria pesada, a organização soviética poderia perecer. Por isso, o partido comunista de nosso país repudiou o processo "habitual" de industrialização e iniciou essa obra pelo desenvolvimento da indústria pesada. Isto foi muito difícil, mas não insuperável. A nacionalização da indústria e dos bancos trouxe grande auxílio a essa tarefa, permitindo uma rápida aquisição e transferência dos meios necessários para a indústria pesada. Não pode haver dúvida, que, sem isso, não seria possível a transformação de nossa Pátria num país industrial em prazo tão curto."

A marcha histórica do desenvolvimento industrial nos países capitalistas confirma as conclusões do camarada Stálin. No decurso de um longo período, que toma, em cada país capitalista, a contar do início do seu desenvolvimento industrial, várias dezenas de anos, a indústria leve tem prioridade sobre a pesada. O processo da industrialização capitalista, como é sabido, teve seu início na Inglaterra, na segunda parte do século XVIII, com o aparecimento da máquina para tecer o algodão e a máquina a vapor. No decurso de muitas décadas, que se seguiram ao despontar da revolução industrial, a indústria têxtil — a fabricação dos tecidos de algodão, de lã e de linho — foi o campo básico da aplicação das máquinas e dos métodos da grande produção fabril. Só gradativamente as máquinas foram sendo empregadas noutros ramos da indústria. Passando do motor à água para o motor a vapor, as fábricas textéis tinham um consumo de carvão sempre crescente. Por outro lado, a procura de máquinas aumentou a importância da metalurgia e conduziu à ampliação da produção de metais. Assim foi colocada a pedra fundamental da indústria pesada. Finalmente, com a mudança da produção manual de máquinas para a fabricação mecânica, surgiu e começou a desenvolver-se a indústria das máquinas.

Mas, mesmo depois de colocados os fundamentos da metalurgia, da indústria do carvão e da fabricação da máquina, a indústria leve e, em primeiro lugar, a fabricação de tecidos, continuou sendo o ramo principal da grande indústria. Apesar do ritmo relativamente acelerado do crescimento da metalurgia, o "rei algodão" continuava imperando na economia inglesa durante toda a primeira metade do século XIX. O primeiro lugar entre os artigos de exportação da Inglaterra pertencia aos tecidos de algodão. O algodão barato abria o caminho em todos os países do mundo ao capital inglês.

Os outros países, que entraram no caminho da industrialização depois da Inglaterra, não tiveram de passar por todas as fases da revolução industrial. Eles puderam trilhar por um caminho já percorrido, aproveitando os progressos e a experiência da indústria inglesa, saltando,

assim, algumas etapas do desenvolvimento da industrialização. Mas, mesmo nesses casos, nas fases iniciais da industrialização capitalista, era a produção têxtil que desempenhava o papel mais importante no desenvolvimento da indústria. Assim, por exemplo, na França, em toda a primeira etapa da industrialização — no decurso de toda a metade do século XIX, — a indústria que teve desenvolvimento mais rápido foi a têxtil. O consumo anual de algodão da França, nos anos de 1802-1805, foi aproximadamente de 8 mil toneladas, e, nos anos de 1825-1830, o consumo foi de 30-40 mil toneladas. No que diz respeito à siderurgia, esta ensaiava naqueles anos, na França, apenas os primeiros passos.

Nos E.E. U.U., no período inicial do desenvolvimento industrial — a primeira metade do século XIX — a indústria do algodão também caminhava à frente de todos os outros ramos de produção.

Nesse sentido, é característico o processo de industrialização capitalista, que teve início no Japão, em 1870. Quando, depois da chamada "Revolução Meidji", começaram a multiplicar-se as empresas industriais, o capital privado foi principalmente empregado na indústria têxtil e noutros ramos da indústria leve. A indústria pesada desenvolvia-se principalmente à custa do governo. Só mais tarde, muitas empresas, pertencentes ao governo, passaram para as mãos dos grandes monopólios.

Finalmente, sobre esse processo de desenvolvimento fala-nos claramente a experiência histórica da Rússia tsarista. Como se sabe, a Rússia tsarista entrou no caminho do desenvolvimento industrial bem mais tarde do que os outros países. Assim mesmo, no princípio da primeira guerra mundial, a indústria leve — sobretudo a têxtil — atingira na Rússia tsarista um desenvolvimento bem acentuado. No tocante à indústria pesada, as coisas encontravam-se noutro pé. A indústria pesada foi, até à revolução, o ponto mais fraco na economia de nosso país. A escassez de metais, a inexistência de uma produção própria de máquinas, eram os traços característicos da vida econômica da Rússia tsarista.

Dessa maneira, se nosso país continuasse a trilhar pelos mesmos caminhos seguidos pelo desenvolvimento capitalista, estaria condenado a arrastar-se ainda durante uma série de décadas sem a indústria pesada, conservando sua debilidade no sector técnico-econômico, e, conseqüentemente, no militar também. Do exposto, evidencia-se claramente o papel importante que desempenhou o método soviético de industrialização nos destinos de nosso país, método que tem como particularidade não ter começado o processo de industrialização pela indústria leve, mas diretamente pela indústria pesada.

Esta particularidade e vantagem do método soviético de industrialização decorrem diretamente das características fundamentais do sistema socialista da economia nacional e das leis econômicas que o regem. A análise científica das características do método soviético de industrialização, feita pelo camarada Stálin, no discurso de fevereiro, está intimamente ligada aos fundamentos teóricos da economia política do socialismo, criada por ele.

Existe uma relação estreita entre a característica fundamental do método soviético de industrialização e o caráter da ação da lei do valor, no socialismo. No sistema socialista de economia nacional, como foi de-

monstrado pelo camarada Stálin, não se anula a lei do valor, mas ela é modificada. Na economia socialista, o valor já não pode ser convertido em capital, que explora o trabalho. Nessas condições, a lei do valor já não conduz à lei do lucro médio. Muito ao contrário, a ação da lei do lucro médio interrompe-se, desaparece, com a destruição da propriedade privada dos meios de produção e da exploração do homem pelo homem. Se a lei do lucro médio tivesse conservado sua significação em nossa economia, o país permaneceria sem sua indústria pesada. A criação deste ramo da indústria exigiu imensos investimentos. Empresas, como as gigantescas de metalurgia, de fabricação de máquinas, das indústrias químicas e energéticas, não poderiam dar lucros nos primeiros tempos. E os empreendedores do capital privado não desenvolveriam ramos da indústria que não pudessem dar logo um lucro abaixo do lucro médio estabelecido. O que acabamos de expor torna evidente, em todos os seus pormenores, a inadmissibilidade de, numa análise da ação da lei do valor, na economia socialista da URSS, ignorar, como o fazem alguns economistas, a circunstância de que a ação dessa lei tem influência sobre a situação, quando se elimina a lei do lucro médio, que é, no regime capitalista, uma conseqüência inevitável da lei do valor e a forma de sua objetivação. !

A superioridade do método soviético de industrialização faz-se sentir não somente no processo da criação da indústria pesada, mas também na marcha de seu desenvolvimento posterior. Pelo facto de corresponder ao caráter social da produção na economia soviética uma propriedade também coletiva dos meios de produção, estando dessa maneira assegurada uma completa harmonia entre as forças produtoras e as condições em que se processa a produção, o sistema socialista da economia nacional desenvolve-se segundo as leis do amplo aumento de produção socialista, que exclui as crises e assegura um desenvolvimento planejado e contínuo de todos os ramos da economia. Nisso reside a superioridade e a diferença radical do sistema socialista da economia nacional em relação ao capitalismo. O aumento de produção capitalista é inevitavelmente interrompido por crises de superprodução; durante a crise, há uma queda de produção sensivelmente grande na indústria pesada. Na URSS, pelo contrário, a indústria pesada cresce e desenvolve-se incessantemente. Uma prova eloquente disso é a experiência dos três períodos quinquenais stalinistas e a curva de desenvolvimento, que orgulhosamente continua subindo, a qual foi determinada pelo novo plano quinquenal stalinista de reabilitação e desenvolvimento da economia nacional da URSS.

O camarada Stálin enriqueceu a ciência econômica com a investigação da totalidade das dissemelhanças existentes entre a industrialização socialista e o desenvolvimento industrial dos países capitalistas. Essas diferenças referem-se a todos os aspectos do processo de industrialização: o conteúdo social do processo de industrialização, as fontes de recursos para a construção da indústria pesada, a aplicação desses recursos, a marcha do desenvolvimento industrial do país, o problema da técnica e do pessoal e, enfim, as conseqüências sociais da industrialização.

O Estado Soviético realizou uma industrialização que assegura o predomínio crescente da forma socialista da indústria sobre as formas da pequena produção de mercadorias, e, sobretudo, sobre a forma capita-

lista. "O traço característico de nossa industrialização — diz o camarada Stálin — é o facto de ela ser uma industrialização socialista, uma industrialização que assegura a vitória do sector socializado da indústria sobre o sector da propriedade privada, sobre o sector da pequena produção de mercadorias e sobre o capitalista."

Desenvolvendo os estudos sobre a industrialização socialista, o camarada Stálin dedicou grande atenção à questão das fontes de recursos para a edificação da grande industrialização socialista em nosso país. Generalizando a grande experiência histórica mundial, ele caracterizou três caminhos que conduzem à criação e desenvolvimento de Estados industriais poderosos, conhecidos na história do capitalismo.

O primeiro caminho é o da conquista e pilhagem de colônias. Assim se desenvolveu, por exemplo, a Inglaterra, que conquistou colônias em todas as partes do mundo e extraía delas os capitais (lucros) "extraordinários", que empregava no desenvolvimento de sua indústria, tornando-se desta maneira a "oficina industrial do mundo".

O segundo caminho é o do aniquilamento dos outros países pela guerra e o da arrecadação de indenizações. Este foi, por exemplo, o caminho seguido pela Alemanha. Derrotando a França em 1871 e extorquindo-lhe a indenização de 5 bilhões, a Alemanha aplicou na sua indústria os recursos assim adquiridos.

O terceiro caminho é o das concessões expliadoras obtidas e empréstimos escravizadores, fornecidos pelos países capitalistas desenvolvidos aos países economicamente atrasados.

Todos estes caminhos eram inaceitáveis para o Estado Soviético. Ele iria resolver o problema da revolução industrial do país, sem possuir os recursos à custa dos quais se fundou a grande indústria dos Estados capitalistas.

O camarada Stálin sujeitou o difícil problema das fontes de recursos para a industrialização socialista a um amplo estudo, desenvolvido em todos os sentidos, abrindo nas diversas etapas da nossa construção novas fontes e novas possibilidades que decorriam das vantagens da organização socialista.

A realização da industrialização socialista exigiu imenso esforço do povo soviético. Para a criação de uma nova técnica eram necessários grandes recursos. Esses recursos só poderiam ser produzidos por um trabalho abnegado do povo soviético; dos operários, camponeses e intelectuais. Os países capitalistas mais ricos, que, justamente nessa época, distribuíam com grande liberalidade bilhões aos bancos e aos industriais alemães, recusaram empréstimos à URSS ou ofereciam empréstimos em condições evidentemente inaceitáveis e escravizadoras.

Os soviéticos tiveram que renunciar a muitas coisas para resolver os grandes problemas da reforma industrial em nossa Pátria. As dificuldades não tinham terminado com a construção das fábricas. Os primogênitos da industrialização tiveram que passar primeiro pela fase das "doenças infantis". Era preciso criar não somente uma técnica nova, mas também novos quadros de operários: as mãos inexperientes quebravam as ferramentas usadas nas primeiras vezes, até que aprendessem a manejá-las direito. E, ao mesmo tempo, os inimigos, pagando com ouro aos espíes

fascistas, executavam um trabalho nocivo de solapamento e sabotagem; produziam explosões nas minas, nas jazidas, nas fábricas, procurando desorganizar a economia nacional.

Mas o povo soviético sobrepujou todas as dificuldades e saiu vencedor dessa luta sem precedentes por uma nova técnica, por uma indústria poderosa e moderna, pela independência e o poder de nossa Pátria.

A questão dos "tempos" na reorganização industrial do nosso país ocupa lugar de grande relevo nos ensinamentos sobre a industrialização, desenvolvidos pelo camarada Stálin. A profunda análise stalinista da situação internacional e nacional mostra a necessidade dos tempos rápidos na industrialização socialista. A URSS deveria fundar uma poderosa indústria socialista no período histórico mais curto possível; as possibilidades que existiam para a solução desta questão foram expostas pelo camarada Stálin. Elas decorriam das características fundamentais do método soviético de industrialização, das suas vantagens sobre o método capitalista de industrialização.

No princípio do ano de 1931, o camarada Stálin pronunciou seu histórico discurso sobre os problemas dos administradores industriais. Acentuando que a história da Rússia tsarista se caracterizava, entre outras coisas, pelo facto de seus inimigos terem sido sempre os promotores do seu atraso, ele disse:

"Lembra-vos da palavra do poeta pre-revolucionário: "Tu és miserável e és rico; és poderoso e és impotente — mãezinha Rússia". Estas palavras do antigo poeta, apreenderam-as bem esses senhores. Eles fustigavam e repetiam: "Tu és rico" — quer dizer: pode-se enriquecer à tua custa". Eles fustigavam e repetiam: "Tu és miserável, impotente" — quer dizer: pode-se fustigar-te e pilhar-te impunemente".

O partido Lênin-Stalinista levantou em toda sua extensão a questão: liquidar, num período histórico mínimo, o atraso econômico de nosso país. O camarada Stálin dizia:

"Estamos atrasados de 50-100 anos em relação aos países adiantados. Temos que percorrer esta distância em 10 anos. Ou conseguiremos isto, ou, então, seremos esmagados."

A tarefa apresentada pelo partido Lênin-Stalinista foi executado. Foi isto que salvou nossa Pátria do destino de se tornar presa fácil dos fascistas alemães. Não fossem os metais produzidos nos planos quinquenais stalinistas e a URSS não se teria podido defender das hordas hitleristas. A escravidão e a exterminação seriam o destino do povo soviético. Os hitleristas, como o demonstrou agora com especial evidência o processo de Nuremberg, estavam convencidos que poderiam saquear impunemente nosso país; que se poderia explorá-lo facilmente. Mas estava reservado aos bandidos fascistas uma decepção completa. O povo soviético e seu Exército Vermelho, apoiando-se na poderosa base econômica criada pelos planos quinquenais stalinistas, deram aos invasores fascistas uma lição que, supomos, será por muito tempo lembrada por todos os saqueadores de bens alheios.

Analisando as distinções entre o método socialista de industrialização e o capitalista, o camarada Stálin expôs a questão das conseqüências sociais de ambos os métodos. O desenvolvimento industrial dos países

capitalistas, de um lado, fornece a base material para a propagação e consolidação das relações capitalistas; e, de outro lado, faz, inevitavelmente, crescer, aprofundar e agravar as contradições peculiares à organização burguesa. A industrialização socialista tem caráter radicalmente oposto.

Sabemos que o processo capitalista de produção não conseguiu vencer nem eliminar o processo anterior de produção, antiquado e pequeno-industrial, enquanto não fundou uma base técnica adequada na forma da grande produção.

“Cada forma de sociedade, —ensina Marx — tem uma determinada produção, a qual determina a posição e influência de todas as outras formas e cujas inter-relações determinam por sua vez a posição e influência de cada uma. Essa é a luz maior diante da qual todas as outras ficam ofuscadas e que as modifica nas suas particularidades. Esse é um éter particular, que determina o peso específico de todo ser que nele se encontra”. (*A Crítica da Economia Política* — pág. 153 — 1939.)

A grande indústria mecanizada foi a base material que correspondeu às peculiaridades fundamentais do método capitalista de produção: a sede insaciável de lucro e uma voracidade lupina de trabalho extraordinário. E, ao mesmo tempo, a grande indústria serviu de base material para o desenvolvimento da contradição fundamental contida no capitalismo; a contradição que existe entre o caráter social da produção e a forma capitalista-privada de apropriação.

A industrialização capitalista, elevando o valor específico da grande indústria e reformando, de acordo com os moldes industriais, as outras esferas da economia, amplia incessantemente o domínio do capital e agrava as contradições da organização que nele se baseia. O processo da industrialização capitalista representa, ao mesmo tempo, um amplo processo de desenvolvimento das relações capitalistas. O capitalismo constrói sua indústria em terreno semeado de ossos de muitas gerações, regado de sangue, suor e lágrimas. E, se a indústria, no capitalismo, representa a “luz maior, que ofusca todas as outras”, então essa luz ilumina a vida do proletariado com tons lúgubres e sinistros.

Diametralmente oposto é o caráter do método socialista de industrialização. Ele extirpou as raízes mais profundas das relações capitalistas em nosso país e ergueu para uma nova vida, uma vida de valorização completa, gigantescas massas de homens laboriosos. Ainda na passagem do período de restauração para o de reconstrução, o camarada Stálin caracterizou da seguinte maneira as conseqüências sociais dos dois tipos de industrialização:

“Em que consiste o defeito fundamental do método capitalista de industrialização? Este defeito reside no facto de este método conduzir ao rompimento dos interesses da industrialização com os interesses da massa proletária, à agravação das contradições internas do país, ao depauperamento de uma massa de milhões de operários e camponeses, à aplicação dos lucros, não em melhoramentos da situação material e cultural das grandes massas dentro do país, mas na transferência do capital para outros países e à ampliação da base de exploração capitalista dentro e fora do país.

Em que consiste a vantagem fundamental do método socialista de industrialização? Consiste no facto de conduzir à unificação dos interesses da industrialização e os interesses das massas formadoras das camadas laboriosas da população; consiste ainda no facto de conduzir, não ao depauperamento das massas, compostas por milhões de seres, mas, sim, ao melhoramento das condições materiais dessas massas; conduzir não ao agravamento dos conflitos internos, mas, sim, ao aplainamento e à solução das mesmas; consiste ainda no facto de ampliar incessantemente o mercado interno e multiplicar sua capacidade, criando dessa forma uma sólida base interna para o desenvolvimento da industrialização.” (Lénin e Stálin — *Coletânea das obras relativas ao estudo da história do Partido Comunista da URSS* — T. III — págs. 99-100 — 1936.)

No relatório dos resultados do primeiro plano quinquenal, caracterizando as causas da vitória do plano quinquenal, o camarada Stálin dizia:

“Isso, antes de tudo, é o resultado da atividade e da abnegação, do entusiasmo e da iniciativa de uma massa de milhões de operários e de kolrozkianos, que desenvolveram, ao lado das forças engenheiro-técnicas, uma energia colossal para o desenvolvimento da competição e do trabalho de choque socialistas. Não pode haver dúvida, que, sem isso, não teríamos alcançado o objetivo; não teríamos avançado um passo sequer.

Isso, e, em segundo lugar, a enérgica direção do partido e do governo, que conduziram as massas, vencendo todas e as mais variadas dificuldades encontradas no caminho.

Isso também, e, finalmente, os méritos e vantagens excepcionais do sistema soviético de economia, que encerra em si imensas possibilidades, necessárias para obter a vitória sobre todas as dificuldades.

Eis as três forças fundamentais, que determinaram a vitória histórica da URSS.

III

Na Grande Guerra Patriótica, a URSS teve contra si não só a gigantesca máquina de guerra alemã, que tinha por base econômica toda a indústria alemã, bem como a indústria de todos os países europeus, invadidos por Hitler. Virtualmente, a URSS estava sendo atacada por um exército que se apoiava nas potências industriais de toda a Europa ocidental. A URSS não só soube resistir a esse ataque, mas ainda derribou e, finalmente, aniquilou por completo a máquina de guerra de Hitler.

A guerra revelou o ardente patriotismo do povo soviético, o heroísmo em massa do homem soviético na *front* e na retaguarda, a perícia militar do Exército Vermelho e a genialidade da chefia estratégica stalinista. Um dos factores importantes da vitória sobre o inimigo forte e temível foi a poderosa indústria socialista e a produção socialista em massa dos kolrózes e soverrózes das adeias, resultados da concretização dos planos quinquenais stalinistas.

Os planos quinquenais de Stálin transformaram radicalmente o aspecto de nossa Pátria. Ela se libertou do grande peso do seu atraso secular. Foram criados dezenas de ramos da indústria, desconhecidos da

Rússia pre-revolucionária, como sejam: a indústria de automóveis e de tractores, a fabricação mecânica dos instrumentos, uma série de produções químicas, a fabricação de aviões, motores, combóios, poderosas turbinas e geradores, aços qualificados, a fundição de ferro, a produção da borracha sintética e da seda artificial, etc.

Nosso país atingiu o primeiro lugar na Europa e o segundo no mundo (depois dos EE. UU.), quanto à produção industrial. Quanto à construção de máquinas, a URSS passou do 4.º ao 2.º lugar no mundo; quanto à produção de energia elétrica, passou do 15.º lugar para o 3.º; na extração do carvão de pedra, passou do 6.º lugar para o 4.º. A URSS ocupa o primeiro lugar no mundo na extração da turfa, na construção de máquinas para a economia rural, na fabricação de locomotivas e combóios. A URSS tem o segundo lugar, no mundo, na extração de petróleo e de minério de ferro, na fabricação de vagões de carga, caminhões e tanques. Sobre o valor específico do aparelho de produção industrial, criado na URSS, dá-nos uma idéia o facto de que, em 1937, mais de 80 % do total da produção industrial eram provenientes de empresas construídas ou totalmente reconstruídas no decurso dos planos quinquenais stalinistas. A capacidade habitual de produção da grande indústria, no fim do segundo plano quinquenal, em 1937, ultrapassava 8,2 vezes o nível do ano de 1913. Nas vésperas da guerra, em 1940, nossa indústria produzia, no seu total, 12 vezes mais do que em 1913, e a produção dos meios de produção era 20 vezes maior. O número de operários e empregados cresceu de 11,4 milhões, em 1913, para 27 milhões, em 1937, e 30,4 milhões, em 1940.

A execução dos planos quinquenais stalinistas conduziu a URSS à sua independência económica. Já com o primeiro plano quinquenal, "a URSS transformou-se de um país fraco, incapaz para a defesa, num país poderoso sob o ponto de vista de capacidade de defesa, num país pronto para todas as eventualidades, capaz de produzir em escala gigantesca todas as armas modernas de defesa e equipar com elas o seu exército no caso de um ataque". (Stálin — *Problemas do Leninismo*, pág. 375 — 11.ª edição.)

As medidas relativas à aplicação do princípio socialista da distribuição dos centros de produção tiveram importância muito grande. Antes da revolução, os oásis industriais estavam distribuídos apenas pelo sul (bacia do Don) e pela parte ocidental e central da Rússia europeia (nos distritos industriais de Petrogrado e Moscou). Uma distribuição tão defeituosa dos centros industriais tornava o país muito vulnerável, sobretudo nas condições da guerra moderna, na qual é empregada grande quantidade de tanques e aviões. A clarividente e sábia política stalinista da industrialização socialista, garantiu a criação de novos centros industriais e bases na parte oriental do país: nos Urais, na Sibéria, em Povólch e na Ásia central. De grande valor foi a fundação — por iniciativa do camarada Stálin — da segunda base metalúrgica e carbonífera de Ural-Kuzbás.

Os magníficos resultados do método soviético de industrialização evidenciaram-se amplamente nos anos da Grande Guerra Patriótica. Sabe-se, através do plano, agora publicado, chamado "plano Barbarossa", que os chefes hitleristas contavam quebrar a resistência da URSS, desferindo-lhe um golpe traiçoeiro e inesperado: surpreendendo os exércitos soviéticos

no Ocidente e ocupando todo o território da URSS até o Volga. Constatou-se que este projeto estava construído em areia. Apesar do inesperado do ataque, os alemães não lograram vencer os exércitos soviéticos, que, não apenas resistiram ao ataque das hostes fascistas, mas ainda as esmagaram.

Verificou-se que igualmente infundados eram os planos aventureiros dos hitleristas, relativos à destruição do potencial militar e económico do País Soviético. A indústria soviética dos distritos ocidentais e sulinos foi transferida para o Oriente. Nos pontos inacessíveis aos ataques da aviação inimiga desenvolveu seu trabalho a grande oficina da vitória. O povo soviético competia, na retaguarda, em heroísmo e abnegação, com os guerreiros do *front*. E, assim como o Exército Vermelho obteve a vitória militar sobre os exércitos fascistas, os operários da retaguarda soviética obtiveram a vitória económica sobre o inimigo. Isso foi o fruto da clarividente e sábia política stalinista de industrialização, que salvou nossa Pátria nos anos de grandes provações.

IV

A guerra mostrou ao mundo inteiro a solidez e vitalidade da organização social, económica e estatal soviética. Até em círculos estrangeiros, que estão longe de ter qualquer simpatia pelos ideais socialistas, teve grande repercussão a tendência para um julgamento mais sadio e razoável do nosso país e de sua organização social. Pode servir de ilustração o exemplo seguinte: No princípio do ano de 1933, o camarada Stálin, falando, no seu relatório, dos resultados do primeiro plano quinquenal, sobre as declarações de uma série de órgãos da imprensa burguesa, que tentava negar o sucesso evidente do plano quinquenal, citou a seguinte afirmação do jornal conservador americano *Current Story*: "Um exame da situação atual dos negócios na Rússia levam-nos, pois, à conclusão de que o plano quinquenal falhou, tanto em relação aos objetivos anunciados, como também e mais plenamente ainda em relação aos princípios socialistas fundamentais".

Assim escrevia o jornal americano *Current Story*, a propósito do primeiro plano quinquenal. Mas, passados 10 anos, este mesmo jornal usou de tom bem diferente para caracterizar a situação dos negócios na URSS. Em agosto de 1943, ele escrevia:

"As vitórias russas demonstraram, de maneira irrefutável, dois factos. A economia pode existir sem a iniciativa particular e ser, ao mesmo tempo, altamente eficaz. Ao lado disso, concluímos ainda que o socialismo pôde unificar a nação no período de provações, ao tempo em que, na democracia capitalista, reinava desesperada luta intestina."

Os observadores estrangeiros geralmente fazem-se a seguinte pergunta: qual é a origem do poder invencível da URSS, que tão brilhantemente se evidenciou nesta guerra? Colocando assim a questão, qualquer pessoa de certa consciência não pode deixar de chegar à conclusão de que a origem desse poder está no grande processo de renovação do país executado pela revolução soviética.

Conhecido jornalista conservador francês, Henry de Querillisse, no seu artigo intitulado *Considerações sobre o triunfo russo*, publicado na primavera de 1944, no jornal de Argel, *Pour la Victoire*, escrevia:

"O triunfo russo surge em proporções gigantescas com uma lógica, amplitude e força inegáveis... Existe uma forte tendência de analisar a vitória russa como sendo uma simples vitória militar. Ela é mil vezes maior do que esta. A Rússia ganha, simultaneamente, em todos os jogos; ela ganha, porque compreendeu, realmente melhor do que os outros países, o profundo sentido da tragédia atual da humanidade e, conseqüentemente, melhor se adapta a ela."

Perguntando: "Quais são os motivos profundos dessa vitória do gênio russo?" — e fazendo uma reserva com a afirmação de que o futuro historiador os determinará melhor que o contemporâneo, o jornalista francês dá-nos a seguinte resposta:

"As leis que regem a sociedade humana são desconhecidas para nós... E' possível que o milagre russo seja um produto, não da Rússia, como tal, mas de uma gigantesca revolução, que despertou para a vida, das entranhas da sociedade, as novas forças do proletariado... E' bem possível que a Rússia deva êsse seu sucesso efetivo, ao facto de ter liquidado sua burguesia, assim como a França, no tempo da revolução, devia seu sucesso efetivo ao facto de ter liquidado sua aristocracia... Sim, aquilo que admiramos na vitória russa, sem submetê-la a uma análise mais precisa, pode não ser outra coisa sinão a vitória das jovens e frescas forças do proletariado. As sociedades humanas são como a nossa terra. As camadas que produzem demasiado esgotam-se e, no fim de algum tempo, começam a produzir ervas daninhas e arbustos. E as camadas cultivadas pela primeira vez dão colheitas maravilhosas."

Pronunciamentos como êste são deveras sintomáticos. Certamente, já agora qualquer observador curioso do nosso tempo, quaisquer que sejam seus pontos de vista e simpatias pessoais, não poderá negar o facto de que esta guerra evidenciou eloqüentemente as somas de vitalidade e poder da organização soviética, que testemunham sua superioridade sobre o sistema capitalista. Agora, já está bastante difundida a compreensão do facto histórico, que a vitória da URSS sobre a Alemanha hitlerista foi uma vitória das forças do progresso social sobre as forças da mais negra reação; que foi uma vitória de democracia sobre o fascismo; da liberdade sobre a escravidão. Não foi apenas uma vitória militar do Exército Vermelho sobre as hordas dos bandidos de Hitler, mas também uma vitória da economia socialista soviética sobre a economia escravizadora da "Nova Ordem" na Europa hitlerista. Foi ainda uma vitória moral-política da organização soviética, mais progressista e apta para a vida, sobre o decadente e reacionário regime fascista. Foi uma vitória ideológica de uma concepção do mundo realmente científica e humanitária, que é um mérito do povo soviético, sobre a ideologia fascista, do obscurantismo, charlatanismo e desprezo pelo homem. Daí o extraordinário crescimento da auto-riedade internacional de nossa Pátria e da força de atração exercida pela URSS nos amplos meios democráticos da opinião pública universal.

(Traduzido diretamente de *Bolchevique*, n. 7-8, de abril de 1946.)

Questões de Economia Política

INTRODUÇÃO À ECONOMIA POLÍTICA (V)

Escolas Econômicas Burguesas

Os economistas têm uma maneira singular de proceder. Não existe para eles sinão duas espécies de instituições, as da arte e as da natureza. As instituições da feudalidade são as instituições artificiais, as da burguesia são as instituições naturais. Eles se parecem nisto com os teólogos que, êles também, estabelecem duas espécies de religião. Toda religião que não é a sua é uma invenção dos homens, enquanto que sua própria religião é uma emanação de Deus. Dizendo que as relações atuais — as relações da produção burguesa — são naturais, os economistas dão a entender que se trata de relações nas quais se cria a riqueza e se desenvolvem as forças produtivas de acordo com as leis da natureza. Logo, estas relações são elas mesmas leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas que devem reger sempre a sociedade. Assim, já existiu história, mas não existe mais. Existiu história, pois que existiram instituições de feudalidade, e que nestas instituições de feudalidade se encontram relações de produção inteiramente diferentes daquelas da sociedade burguesa, que os economistas querem fazer passar por naturais e, portanto, eternas.

A feudalidade também tinha o seu proletariado — a servidão, que encerrava todos os germes da burguesia. A produção feudal tinha também dois elementos antagonicos, que se designam igualmente pelo nome de *lado bom* e *lado mau* da feudalidade, sem se considerar que é sempre o lado mau que acaba levando vantagem sobre o bom. E' o lado mau que produz o movimento que faz a história, constituindo a luta. Se, na época do reinado da feudalidade, os economistas, entusiasmados com as virtudes cavaleirescas, com a boa harmonia entre os direitos e os deveres, com a vida patriarcal das cidades, com o estado de prosperidade da indústria doméstica nos campos, com o desenvolvimento da indústria organizada por corporações, mestrados e juízos de ofício, enfim, com tudo o que constitui o lado bonito da feudalidade, se tivessem proposto o problema de eliminar tudo o que obscurece êste quadro — servidão, privilégios, anarquia — que teria acontecido? Teriam sido destruídos todos os elementos que constituem a luta, e sufocado em seu germe o desenvolvimento da burguesia. Teria sido colocado o problema absurdo de eliminar a história.

Quando a burguesia venceu, não se cuidou mais nem do lado bom nem do lado mau da feudalidade. As forças produtivas, que haviam sido desenvolvidas por ela, foram-lhe incorporadas. Todas as antigas formas econômicas, as relações civis que lhes correspondiam, o estado

político que era a expressão oficial da antiga sociedade civil, foram rompidos.

Assim, para bem julgar a produção feudal, é preciso considerá-la como um modo de produção fundado sobre o antagonismo. E' preciso mostrar como a riqueza se produzia dentro deste antagonismo, como as forças produtivas se desenvolviam, ao mesmo tempo que o antagonismo das classes, como uma das classes, o lado mau, — o inconveniente da sociedade — ia sempre crescendo, até que as condições materiais de sua emancipação tivessem chegado ao ponto de maturidade. Não será bastante dizer que o modo de produção, as relações nas quais as forças produtivas se desenvolvem nada têm de leis eternas, mas que correspondem a um desenvolvimento determinado dos homens e de suas forças produtivas, e que uma mudança sobrevinda nas forças produtivas dos homens determina necessariamente uma mudança nas suas relações de produção? Como o que importa antes de tudo é não serem os homens privados dos frutos da civilização, das forças produtivas adquiridas, torna-se necessário romper as formas tradicionais nas quais elas foram produzidas. A partir desse momento, a classe revolucionária torna-se conservadora.

A burguesia começa com um proletariado que é ele próprio um resto do proletariado dos tempos feudais. No curso de seu desenvolvimento histórico, a burguesia desenvolve necessariamente seu caráter antagonico, que, em seu início, se apresenta mais ou menos disfarçado, não existindo ainda em estado latente. A medida que a burguesia se desenvolve, desenvolve-se no seu seio um novo proletariado, um proletariado moderno: desenvolve-se uma luta entre a classe proletária e a classe burguesa, luta que, antes de ser sentida pelos dois lados, percebida, apreciada, compreendida, confessada e proclamada em voz alta, não se manifesta, a princípio, ainda por conflitos parciais e momentâneos, por factos subversivos. De outro lado, se todos os membros da burguesia moderna têm o mesmo interesse enquanto formam uma classe colocada diante de outra classe, eles têm interesses opostos, antagonicos, enquanto colocados uns diante dos outros. Esta oposição de interesses decorre das condições econômicas de sua vida burguesa. Torna-se assim cada dia mais claro que as relações de produção nas quais se move a burguesia não têm um caráter uno, um caráter simples, mas um caráter de duplicidade; que, nas mesmas relações nas quais se produz a riqueza, a miséria também se produz; que, nas mesmas relações nas quais há desenvolvimento das forças produtivas, há uma força produtora de repressão; que estas relações não produzem a *riqueza burguesa*, ou seja a riqueza da classe burguesa, ainda destruindo continuamente a riqueza dos membros integrantes desta classe e produzindo um proletariado sempre crescente.

Quanto mais claro se torna este caráter antagonico, mais os economistas, os representantes científicos da produção burguesa se atrapalham com sua própria teoria e diferentes escolas se formam.

Temos os economistas *fatalistas*, que, na sua teoria, se mostram tão indiferentes ante o que chamam os inconvenientes da produção burguesa, quanto o são os próprios burgueses na prática ante os sofrimentos dos proletários que os ajudam a adquirir as riquezas. Nesta escola fatalista, há clássicos e românticos. Os clássicos, como Adam Smith e Ricardo,

representam uma burguesia que, lutando ainda com os restos da sociedade feudal, trabalha apenas para depurar as relações econômicas das manchas feudais, para aumentar as forças produtivas e para dar à indústria e ao comércio um novo surto. O proletariado, participando desta luta, absorvido neste trabalho febril, tem apenas sofrimentos passageiros, acidentais, e ele mesmo os considera como tais. Os economistas como Adam Smith e Ricardo, que são os historiadores desta época, não têm outra missão ainda demonstrar como a riqueza é adquirida nas relações da produção burguesa, formular estas relações em categorias, em leis, e demonstrar o quanto estas leis, estas categorias são, para a produção das riquezas, superiores às leis e às categorias da sociedade feudal. A miséria não é a seus olhos ainda a dor que acompanha todo nascimento na natureza do mesmo modo como na indústria.

Os românticos pertencem à nossa época, na qual a burguesia está em oposição direta ao proletariado, na qual a miséria se engendra numa abundância tão grande quanto a riqueza. Os economistas apresentam-se, então, com ares de fatalistas enfatiados que, do alto de sua posição, atiram um soberbo olhar de desdém sobre os homens locomotivos que fabricam as riquezas. Copiam todos os desenvolvimentos conseguidos pelos seus predecessores e a indiferença que nestes era ingenuidade torna-se neles coquetismo.

Segue-se a *escola humanitária*, que se preocupa com o lado mau das relações e a produção atual. Essa escola procura, por descargo de consciência, empalidecer por pouco que seja os contrastes reais; deplora sinceramente o infortúnio do proletariado, a concorrência desenfreada dos burgueses entre eles mesmos; aconselha os operários a serem sóbrios, a trabalharem conscienciosamente e a fazerem poucos filhos; recomenda aos burgueses se entregarem à produção com um ardor refletido. Toda a teoria desta escola repousa sobre distinções intermináveis entre a teoria e a prática, entre os princípios e os resultados, entre a idéia e a aplicação, entre o conteúdo e a forma, entre a essência e a realidade, entre o direito e o facto, entre o lado bom e o lado mau.

A *escola filantrópica* é a escola humanitária aperfeiçoada. Ela nega a necessidade do antagonismo; quer transformar todos os homens em burgueses; quer realizar a teoria na medida em que esta se distingue da prática e não encerra antagonismo. Não é preciso dizer que, na teoria, é fácil fazer abstração das contradições que se encontram a cada instante na realidade. Esta teoria tornar-se-ia então a realidade idealizada. Os filantropos querem, pois, conservar as categorias que exprimem as relações burguesas, sem o antagonismo que as constitui e que não pode ser separado delas. Eles imaginam combater seriamente a prática burguesa e são mais burgueses que os outros.

Do mesmo modo como os *economistas* são os representantes científicos da classe burguesa, os *socialistas* e os *comunistas* são os teóricos da classe proletária. Enquanto o proletariado não se torna bastante desenvolvido para se constituir em classe, enquanto, por consequência, a própria luta do proletariado com a burguesia não tem ainda um caráter político e as forças produtivas não são ainda bastante desenvolvidas no seio da própria burguesia, para deixarem entrever as condições materiais necessárias à

libertação do proletariado e à formação de uma sociedade nova, estes teóricos não são senão utopistas que, para obviar as necessidades das classes oprimidas, improvisam sistemas e põem-se à procura de uma ciência regeneradora. Mas, à medida que a história marcha e que com ela a luta do proletariado se desenha mais nitidamente, eles não têm mais necessidade de procurar a ciência no seu espírito, não têm senão de se inteirar daquilo que se passa diante de seus olhos e de se tornar o órgão disso. Enquanto procuram a ciência e apenas fazem sistemas, enquanto estão no começo da luta, não vêem na miséria senão a miséria, sem ver nela o lado revolucionário, subversivo, que derrubará a velha sociedade. Desde este momento, a ciência produzida pelo movimento histórico, e nele se associando com pleno conhecimento de causa, cessa de ser doutrinária e torna-se revolucionária." (Marx — *Miséria da Filosofia*, págs. 112-16.)

— No próximo número, nesta secção: *A Economia Política na União Soviética*.

TAREFAS PREJUDICADAS PELA GUERRA — As tarefas do Partido, no terreno da política interna, são:

1. Continuar desenvolvendo a marcha ascensional de nossa indústria, o aumento da produtividade do trabalho, o aperfeiçoamento da técnica da produção, a fim de que, depois de termos superado os principais países capitalistas no terreno da técnica da produção e no do ritmo do crescimento da indústria, os sobrepujemos também economicamente, durante os próximos 10 ou 15 anos.

2. Continuar desenvolvendo a marcha ascensional de nossa agricultura e gaderia, com o fim de conseguir durante os próximos 3 ou 4 anos a produção anual de 8.000 milhões de *puds* de cereais, com a média de 12 ou 13 quintais de rendimento por hectare; aumentar a produção das culturas industriais, em média de 30 ou 25 %; duplicar a quantidade de ovelhas e porcos; aumentar a quantidade de gado maior em 40 % aproximadamente e a de cavalos em 35 %.

3. Continuar melhorando a situação material e cultural dos operários, camponeses e intelectuais.

4. Levar firmemente à prática nossa Constituição socialista; realizar até as últimas conseqüências a democratização da vida política do país; fortalecer a unidade moral e política da sociedade soviética e a colaboração fraterna dos operários, camponeses e intelectuais; fortalecer por todos os meios a amizade entre os povos da URSS, desenvolver e cultivar o patriotismo soviético.

5. Não esquecer o cerco capitalista; lembrar-se de que o serviço de espionagem estrangeiro mandará para o nosso país espíões, assassinos e sabotadores; lembrar-se de consolidar nosso serviço socialista de contra-espionagem auxiliando-o sistematicamente a esmagar e extirpar os inimigos do povo.

(Stálin — *Do Infor. ao XVIII Congr. do P.C. (b) da URSS.*)

A COMUNA DE PARIS DE 1871

I. GÁLKIN.

A Comuna de Paris completa neste ano de 1946 o seu 72.º aniversário. Durante mais de dois meses, os operários de Paris sustentaram uma luta cheia de abnegação e heroísmo contra os inimigos internos e externos, inscrevendo na história do movimento revolucionário uma das suas páginas mais vivas e gloriosas.

Os operários do mundo inteiro inclinam-se diante do heroísmo dos comunitários e honram, na Comuna de Paris, a magnífica iniciação dos operários franceses na luta pela ascensão do proletariado ao poder. A história do primeiro governo proletário serviu como um exemplo, inspirando as gerações operárias posteriores na sua grande luta progressiva pela libertação da opressão e da exploração.

Os fundadores do socialismo científico — Marx e Engels — deixaram nas suas obras uma análise científica profunda da natureza da Comuna de Paris.

Os grandes teóricos estratégicos da revolução social — Lênin e Stálin —, estudavam com afinco a experiência da Comuna de Paris. Ainda em 1905, Lênin, na sua obra *Dois Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática* (*), salientava a significação histórica da luta dos comunitários parisienses e chamava a atenção sobre a necessidade de estudar a experiência da Comuna de Paris.

Lênin voltava freqüentemente à análise da experiência da Comuna de Paris. Em 1917, assinalando no seu artigo *Sobre a Diarquia* o nascimento de um novo poder proletário — na forma de Soviets dos operários e deputados militares —, ao lado do Governo Provisório, êle acentuava: "Esse poder (os Soviets) é do mesmo tipo que o da Comuna de Paris de 1871". Em suas *Cartas do Estrangeiro* e nas famosas *Teses de Abril*, Lênin mostra a necessidade de fundar um governo proletário; um governo-comuna", cujo prototipo era a Comuna de Paris. Em sua genial obra, intitulada *O Estado e a Revolução*, Lênin faz uma análise profundíssima da essência da Comuna de Paris. Em janeiro de 1918, falando sobre o trabalho e o controle sociais no artigo *Como Organizar a Emulação*, cita novamente a experiência da Comuna de Paris, que "deu um grande exemplo de conjugação de iniciativa, independência, liberdade de movimento, energia do impulso das camadas populares e um centralismo espontâneo, estranho às regras". E ainda aqui Lênin assinala que "os nossos Soviets estão seguindo o mesmo caminho". Na sua obra *A Revolução Proletária e o Renegado Káutski* e numa série de outros trabalhos, levantando a questão da ditadura do proletariado, êle cita novamente a experiência da Comuna de Paris.

(*) Já publicada em português pela Editorial Calvino Ltda.

O companheiro Stálin dizia que Lênin "iniciou o Poder Soviético como a forma de governo da ditadura do proletariado, aproveitando-se da experiência da Comuna de Paris e da revolução russa". (*Problemas do Leninismo*).

O companheiro Stálin aponta a Comuna de Paris como o embrião da forma política em cujos moldes deve ser realizada a libertação econômica do proletariado. O Poder Soviético é o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dessa forma, assegurando a vitória completa do socialismo.

A Comuna de Paris não deveria, no entanto, vencer a luta desigual contra os inimigos da revolução. A Comuna de Paris foi "a primeira, brava e heróica tentativa do proletariado, — embora sem sucesso, — de mudar o rumo da história contra o capitalismo". (J. Stálin, *Problemas do Leninismo*). Sua derrota foi o resultado de uma correlação — desfavorável ao proletariado francês, — existente àquela época entre as forças das classes sociais, e foi, sobretudo, o resultado da falta de um partido proletário dos operários parisienses, capaz de dirigir o movimento revolucionário.

A grande Revolução socialista de outubro, continuando a obra da Comuna, abriu novo caminho na história da humanidade. Em nosso país, sob a crença Lênin-Stálin do partido, a ditadura do proletariado levou o socialismo à vitória.

* * *

Pode-se compreender os acontecimentos do ano de 1871 só em lembrar — mesmo que resumidamente — a história da França no período do Segundo Império.

A 2 de dezembro de 1871, Luis Bonaparte, eleito presidente da República Francesa, operou uma mudança no governo, dissolveu a Assembléia Nacional e, dentro de um ano, proclamou-se imperador sob o nome de Napoleão III. Luis Bonaparte tomou em suas mãos toda a máquina do governo: o exército, a polícia e o aparelho administrativo. Os banqueiros e especuladores, aos quais Napoleão dispensava uma proteção toda especial, tornaram-se as figuras centrais do governo, dominando toda a economia nacional. Houve uma luta desesperada na Bolsa, em consequência da qual se arruinaram e pereceram milhares de industriais e comerciantes médios e pequenos. A agiotagem na Bolsa, a especulação desenfreada e a pilhagem franca eram completados pelo luxo exorbitante da corte do imperador e da classe dos exploradores.

Marx escrevia: "Tudo o que há de abominável na estrutura capitalista, a cujas tendências inferiores foi dada completa expansão, exteriorizou-se com uma violência desmedida. E ao mesmo tempo reinavam a orgia da devassidão afogada em luxo, o esplendor da corrupção e uma satisfação diabólica de todas as baixas paixões das classes dominantes". (Arquivo de Marx e Engels).

Desnudando as misérias da burguesia francesa ao tempo de Napoleão III, o célebre poeta Victor Hugo exclamou indignado:

Ei, depressa! — Trapaceiro, bandido, cretino, lacaio, gatuno, — Sentem-se em torno da mesa; apinchem-se em volta do dinheiro!... Negociem todo o país...

O brilho exterior encobria a podridão interior: a decomposição do Segundo Império. Toda a ilusão e falsidade de sua suposta grandeza desnudaram-se após a crise de 1857. A indústria entrou numa fase de estagnação. Para o governo de Napoleão III, tornava-se cada vez mais difícil equilibrar-se entre a burguesia e o proletariado. Todas as tentativas demagógicas de enfrentar a luta tensa entre o trabalho e o capital falharam. De nada serviram as medidas liberais tardias, tomadas em fins de 1860 pelo gabinete Ollivier. Napoleão resolveu então endireitar os negócios e consolidar o trono, dando impulso à política exterior. Participou da guerra italo-austriaca. Sua expedição colonial ao México terminou num estrondoso escândalo: os franceses foram expulsos pelo povo mexicano rebelado e Maximiliano, o protegido de Napoleão, fuzilado. As guerras e as expedições mal sucedidas abalaram ainda mais a economia do país e o prestígio do grupo dirigente. O império napoleônico era um cadáver em decomposição e a crise revolucionária amadurecia cada vez mais.

Bismark achou a época muito favorável para começar uma guerra com a França. Ainda em 1867 ele assegurava à opinião pública, que a Prússia nunca faria uma guerra contra a França e nunca pretenderia a Alsácia, pois que os alsacianos eram franceses. Mas passaram-se apenas três anos e Bismark começou a mudar de tom. A guerra contra a França, havia muito planejada, colocava-se agora em primeiro lugar nos planos agressivos de Bismark. A Prússia começou então uma aberta provocação de guerra.

Em julho de 1870, irrompeu a guerra franco-prussiana. Bismark triunfava; ansiava por uma guerra com a França e soubera provocá-la.

O exército francês, arrastado a uma guerra sangrenta e comandado por generais inativos, começou a ser derrotado no primeiro choque com o exército prussiano. A coragem e a bravura dos soldados franceses não conseguiram salvar a situação no *front*. Na batalha de Sedan, a 2 de dezembro de 1870, o bem equipado exército prussiano infligiu aos franceses um golpe esmagador. Sedan caiu e o exército de centenas de milhares de soldados, junto com o seu comando e o imperador Napoleão III, foram feitos prisioneiros. A derrota de Sedan indicava a queda do regime falido do Segundo Império. A 4 de setembro, a burguesia concentrou em suas mãos todo o poder, estabelecendo "o governo da defesa nacional". Mas, atrás desse nome pretencioso, ocultava-se apenas um grupinho de especuladores políticos e traidores.

A guerra continuava. A 17 de setembro, o exército prussiano aproximou-se de Paris e começou a sitiá-la.

E enquanto o exército francês lutava, demonstrando grande bravura e espírito de sacrifício, — pois os heróicos filhos do povo francês preferiam a morte a deixar o inimigo penetrar na capital da França, — os traidores, os generais Trochu e Julio Favre, mantinham — às costas do povo francês — negociações de armistício com Bismark.

Os operários e artífices parisienses, que, no climax da luta, organizaram os batalhões da Guarda Nacional, marcharam numa ação unificada em defesa da cidade natal, contra os exército alemães que a sitiavam.

Este movimento elevado e patriótico contagiou o povo francês. Os representantes das camadas sociais mais diversas lançavam-se na luta contra os alemães. Os melhores filhos do povo francês — Auguste Blanqui, Victor Hugo — dirigiam-se com apelos ardentes à população francesa. “Que cada casa dê um soldado, que cada cidade se converta num exército!... — escrevia Hugo em 20 de setembro. — “Que as cidades produzam enxames de lanças, reünam enxames de baionetas!... Que as aldeias peguem nos forcados!... Faremos guerra de dia e de noite; guerra nas cidades, nas planícies, nos bosques! Levantai-vos!... Não dai ao inimigo trégua, descanso, nem sono! Sustentaremos pela pátria uma batalha terrível! Franco-atiradores! Atravessai o matagal... aproveitai a penumbra... atravessai, apontai, atirai, exterminai os invasores... Sede impiedosos, patriotas!”

Em toda a França, organizaram-se destacamentos de guerrilheiros. Em Paris, sobretudo, apresentou-se grande número de voluntários. Os destacamentos de guerrilheiros não entravam na Guarda Nacional, nem faziam parte das tropas regulares; eram conhecidos por diversos nomes: voluntários, guerrilheiros, franco-atiradores. À frente destes destacamentos de guerrilheiros, colocavam-se pessoas das mais diversas camadas e profissões. O organizador e comandante dos carabineiros parisienses foi Djenaro Pierelli, pianista e compositor; o escritor Ponson du Terrail tornou-se comandante do batalhão de “franco-atiradores de Orleans”. Figuras preeminentes de outros países também combateram pela independência da França. Assim, o patriota-democrata italiano, Garibaldi, organizou o “exército dos Vosges”, quasi totalmente composto de franco-atiradores. Desde 19 de setembro, os jornais franceses estavam repletos de notícias dos destacamentos dos franco-atiradores e sobre suas operações bem sucedidas contra os prussianos. Com audácia fóra do comum combatiam os guerrilheiros na área de Paris, atacavam os alemães de surpresa, inflingindo-lhes golpes sensíveis.

Desde outubro, as guerrilhas desenvolveram-se amplamente nas áreas ocupadas pelos alemães. Os guerrilheiros do “exército dos Vosges” apresentavam um acampamento ininterrupto de franco-atiradores. Um dos muitos exemplos do heroísmo desses homens foi a defesa da cidade de Châteaudun, onde 1.300 franco-atiradores conseguiram conter o exército prussiano de dezenas de milhares. O exército alemão aplicava medidas excepcionalmente drásticas para reprimir o movimento crescente das guerrilhas; para cada soldado alemão morto, eram fuzilados centenas de cidadãos pacíficos, incendiadas aldeias inteiras e quarteirões de cidades. “... Os alemães são bárbaros e vangloriam-se disso. Orgulham-se de ter recuado 15 séculos, tornando-se novamente os germanos do tempo do barbarismo”, — escrevia o jornal *Liberté*, a 9 de janeiro de 1871.

Em resposta à ferocidade e à pilhagem dos alemães, as guerrilhas aumentaram. Os destacamentos dos guerrilheiros tornavam-se tão fortes, que chegavam a tomar cidades. A 27 de dezembro, Garibaldi tomou a cidade de Dijon e a 31 do mesmo mês a cidade de Gray. Os guerrilheiros

faziam voar pelos ares as pontes das estradas de ferro, capturavam os cavalos e destruíam os veículos do exército alemão.

Após a traição de Trochu e a capitulação de Paris a 28 de janeiro de 1871, os destacamentos dos franco-atiradores foram dissolvidos; mas alguns deles, tendo conservado suas armas, tomaram parte ativa na defesa de Paris, após a insurreição popular de 18 de março. A intrépida resistência e a luta heróica dos franco-atiradores fizeram sua parte: adiaram o dia da derrota definitiva da França, infligiram danos materiais ao exército prussiano e demonstraram a capacidade do povo francês de lutar pela sua independência e liberdade. As gloriosas tradições dos franco-atiradores chegaram até nossos dias e manifestaram-se no grande desenvolvimento da luta de guerrilhas contra a ocupação dos fascistas alemães. Os destacamentos dos guerrilheiros, que foram criados e agiram no território da França ocupada, eram chamados pelo nome histórico de “franco-atiradores”.

O governo da “defesa nacional” receiava, em 1871, que os operários, vencendo os prussianos, levantassem em seguida as armas contra a burguesia do seu país. “Obrigado a escolher — disse Marx — entre o dever nacional e os interesses de classe, o governo da “defesa nacional” não hesitou um minuto: — tornou-se o governo da traição nacional” (*Guerra Civil na França*).

A 28 de janeiro de 1871, o traidor dos interesses nacionais — Julio Favre — chegou a um acordo com os alemães sobre a rendição de Paris e o armistício. Concluído o armistício, a burguesia apressou-se em fortificar seu poder para a luta contra o povo. Em duas semanas, foram feitas as “eleições” para a Assembléia Nacional. A 13 de fevereiro, foi instalada a Assembléia Nacional, sendo composta em 2/3 de monarquistas. Em sua primeira sessão, a Assembléia Nacional recusou-se reconhecer a República na França. Para chefe de governo, foi eleito Thiers, o violento inimigo do povo.

“Antes de se tornar um homem de Estado, êle já tinha exteriorizado seu talento de mentiroso, na qualidade de historiador” — dizia Marx, referindo-se a Thiers. Sob Napoleão III, Thiers foi membro do corpo legislativo e encabeçava o reacionário “Partido da Ordem”.

“Thiers, êsse anão-gigante, — dizia Marx — fascinou durante mais de meio século a burguesia francesa, porque representava a expressão ideal mais completa da corrupção dessa classe... Thiers só era fiel à sua sede insaciável de riqueza e ao seu ódio pelos que produziam essa riqueza. Era pobre como Job quando, ao tempo de Louis Felipe, entrou pela primeira vez na direção do ministério e, ao deixá-lo, era milionário.” (*A Guerra Civil na França*).

Temendo o povo armado, a Assembléia Nacional reunia-se, não na Paris revolucionária, mas na cidade provincial de Bordéus, transferindo-se depois para Versalhes.

A burguesia francesa enveredou pelo caminho da traição dos interesses nacionais. Essa traição evidenciou-se primeiro na sabotagem, mais tarde, na recusa direta de defender a França contra a invasão alemã, e, finalmente, na capitulação vergonhosa diante do inimigo.

Aos verdadeiros filhos de França, tornou-se evidente que só a classe operária, chefiando todas as massas populares, tinha capacidade de resolver realmente os problemas democráticos; que justamente a classe proletária, unida aos camponeses e aos intelectuais esclarecidos, podia defender os direitos democráticos das massas populares contra os abusos da reação.

Essa verdade também é confirmada pela experiência atual do povo francês na luta pelas conquistas democráticas, contra a reação e contra os traidores dos interesses nacionais da França, — Daladier, Pétain, Laval, — que entregaram o povo francês aos imperialistas alemães.

Os reacionários franceses, e o seu fiel servidor — o mestre da perfídia e da traição, Thiers — preparavam-se para o ato final da traição, para a destruição de todas as forças revolucionárias da França, para a assinatura da paz vergonhosa com os prussianos, para descarregar, depois, nas costas do proletariado francês todo o peso da indenização de 5 bilhões de francos! Mas isso era irrealizável, enquanto existisse a Paris revolucionária, prosseguindo na sua luta heróica e inspirando o povo francês na abnegada defesa da pátria; a Paris revolucionária, que tinha resistido a um cerco de 5 meses, apesar da traição e da fome, permitindo assim a organização de uma obstinada guerra defensiva no interior, Paris era o único obstáculo sério no caminho da conspiração anti-nacionalista e contra-revolucionária de Thiers.

Eis a razão por que os traidores se apressavam em atacar os operários parisienses e a Guarda Nacional. A 15 de fevereiro, foi publicada uma ordem, suprimindo os ordenados dos guardas nacionais. O governo burguês recusou-se a prolongar o prazo do pagamento dos aluguéis das casas dos parisienses. Quasi 3/4 da população de Paris — não só os operários, mas também a pequena burguesia — estavam ameaçadas de despêjo por falta de pagamento dos aluguéis. Em princípios de março publicou-se um decreto, ordenando a liquidação, num prazo de duas semanas, de todos os pagamentos atrasados. Esse decreto atingiu muito a pequena e média burguesias; muitos pequenos estabelecimentos abriram falência e fecharam. Foi proibida a circulação dos jornais democráticos e começaram as prisões dos revolucionários. A 17 de março, prenderam Blanqui e encarceraram-no já condenado à morte.

O governo começou a concentrar as tropas em Paris. Em meados de março, a Assembléia Nacional tornou pública a resolução de dissolver a Guarda Nacional. Para este fim, Thiers veio pessoalmente a Paris.

Pairava sobre Paris a ameaça direta da vitória da reação. A queda de Paris equivaleria à queda de toda a França. "... Cabia a Paris, — escrevia Marx — lutar abnegadamente pela causa da França, que só poderia ser salva de uma completa decadência e renascer para uma nova vida, através de uma revolução, através da destruição da estrutura política e social que a levou ao Segundo Império..." (*A Guerra Civil na França*).

Tendo suportado um cerco de cinco meses, agravado pela fome, os parisienses e, sobretudo, os operários, estavam dispostos a realizar novos milagres de heroísmo na luta contra os prussianos e os traidores da França. Para esse momento, os operários prepararam-se melhor. Em

fevereiro, organizaram o Comité da Federação dos Guardas Nacionais. No meio dos eleitos, havia alguns socialistas preeminentes, membros da Primeira Internacional, um dos quais era o operário Varlin. O Comité central gozava de grande confiança por parte dos guardas nacionais e da população laboriosa da capital.

A maior falha do Comité Central, na direção da luta, era sua tática defensiva; residia no fato de não querer iniciar uma ofensiva contra o governo de Thiers. Em compensação, este não se deteve diante do desenvolvimento da guerra civil. Thiers apressava-se em aniquilar os parisienses. Na noite de 17 para 18 de março, as tropas do governo chegaram até às alturas de Montmartre. Avançando inesperadamente, Thiers tentava tirar os canhões dos operários. No entanto, seus planos falharam: não conseguiu desarmá-los!

O Comité Central da Guarda Nacional tomou a si a tarefa de dirigir a defesa de Paris contra os alemães. Armava o povo, nomeava e substituiu os comandantes. A Guarda Nacional tornou-se a única força armada de Paris.

Com a chegada da Guarda Nacional, houve a confraternização dos soldados de Thiers com os guardas nacionais. Muitos soldados passaram-se para o lado do povo e fuzilaram, aí mesmo, o general Lecômte, que tinha dado ordem de atirar contra as massas desarmadas, nas quais havia muitas mulheres e crianças. O general Clément Thomas também foi executado, por ter elaborado, ainda antes de 18 de março, um projeto de execução em massa de operários parisienses. A audácia e a investida revolucionária dos operários fizeram sua parte: aos operários insurretos reuniam-se os pequenos funcionários, os professores, os médicos. Na tarde de 18 de março, foram ocupadas todas as repartições do governo pela Guarda Nacional. Nos edifícios do Conselho Municipal e do ministério da Guerra, flutuavam as bandeiras vermelhas. Thiers e seus ministros fugiam covardemente para Versalhes, conseguindo, no entanto, uma divisão das tropas regulares.

* * *

A insurreição de 18 de março foi uma resposta natural das massas proletárias ao avanço da burguesia reacionária.

Um traço característico da insurreição em Paris foi a fusão dos dois problemas — nacional e de classe —: a luta pela libertação da França da invasão alemã e a luta pela libertação do proletariado da opressão do capitalismo.

O Comité Central da Guarda Nacional, que era composto principalmente de operários e artífices da capital, tornou-se governo provisório.

A passagem do poder para as mãos do proletariado, a burguesia respondeu com a guerra civil. Nesta luta, o proletariado francês sentiu duramente a falta de um partido revolucionário unido, que pudesse dirigir com perícia a sua luta. O Comité Central não soube aproveitar até o fim a vitória de 18 de março e não impediu a retirada das tropas regulares de Paris. Cometeu um erro maior ainda: o de não ter avançado em direção de Versalhes para esmagar o foco contra-revolucionário,

enquanto Thiers não tivesse tido tempo de reunir forças militares e restaurar a disciplina entre os soldados.

O Comitê Central da Guarda Nacional declarou que considerava temporários os seus poderes, isto é, vigentes apenas até a eleição da Comuna. Seus membros recebiam ser acusados de usurpação do poder.

A 26 de março, foram feitas as eleições para o Conselho da Comuna. A maioria dos operários de Paris participaram dessas eleições. Dos 86 membros eleitos da Comuna, 28 eram operários e 18 destes membros da Primeira Internacional. O resto do Conselho era composto principalmente por intelectuais — médicos, professores, jornalistas, etc.. A Comuna, na sua maioria — conforme disse Marx, — era composta “de operários ou de reconhecidos representantes da classe proletária”. (*A Guerra Civil na França*). O proletariado era a força vencedora da Comuna. A 28 de março, com a presença de grande massa popular, realizou-se a solene proclamação da Comuna.

Em relação ao partido, a Comuna dividia-se em minoria e maioria. E' verdade que não eram organizações partidárias, no exato sentido do palavra. A minoria do Conselho da Comuna era composta pelos proudhonistas. Parte deles — os proudhonistas da direita — era contrária à repressão dos inimigos da revolução proletária; os proudhonistas não admitiam, de maneira geral, a necessidade de uma luta política e a organização de um forte poder revolucionário. Os outros proudhonistas, os “proudhonistas-coletivistas da esquerda”, apesar dos ensinamentos de Proudhon, consideravam indispensável lutar pela coletivização da propriedade dos meios de produção, ligando-se às massas proletárias, às organizações profissionais e aos clubes democráticos. A maioria dos “proudhonistas da esquerda” eram membros da Internacional e mantinham contacto com ela. Vinte e cinco dos oitenta e seis membros da Comuna formavam a “minoria”. Um dos mais preeminentes e ativos componentes da “minoria” era o encadernador Varlin, eleito para membro da Comuna simultaneamente por três distritos. Além de Varlin, pertencia à “minoria” também o operário húngaro Leo Frankel, membro da Primeira Internacional e organizador do movimento profissional parisiense.

A “maioria” do Conselho da Comuna era composta de democratas da pequena burguesia; os “novos jacobinos” (36 membros) e os “blanquistas” (12 membros). Os “novos jacobinos” consideravam-se continuadores da revolução burguesa do fim do século XVII. Eles não compreendiam que a revolução de 18 de março de 1871 diferia fundamentalmente de todas as revoluções anteriores. Os “novos jacobinos” desejavam consolidar a pequena propriedade e só “limitar” o grande capital. Na luta contra os inimigos do povo eles agiam com indecisão. O mais preeminente deles era Charles Delescluze.

A “maioria” era, no entanto, liderada pelos blanquistas e não pelos jacobinos. Dirigiram a defesa de Paris, mas quase não tomaram parte nas medidas social-econômicas da Comuna. Os blanquistas eram partidários de um poder forte e centralizado — a ditadura revolucionária. Mas, não estando ligados às massas proletárias, aspiravam estabelecer a ditadura de um grupo de revolucionários e não a ditadura da classe proletária. Entre os blanquistas, ocupava lugar de destaque o jornalista

Raoul Rigault, que ocupava o cargo de procurador da Comuna. Ainda que tardiamente, Rigault iniciou uma luta inclemente contra os inimigos da revolução. Em resposta às atrocidades dos versalhenses, implantou o regime do terror de classe e, pela sua sentença, foram fuzilados dois grupos de contra-revolucionários.

Enquanto se procediam às eleições para a Comuna, Thiers reuniu o exército em Versalhes e, nos primeiros dias de abril, iniciou suas hostilidades contra a Comuna. Começou um novo cerco da Paris revolucionária. Os comunistas sitiados levantaram-se como um só homem em defesa de Paris.

Em circunstâncias extraordinariamente difíceis, a Comuna deveria criar uma nova máquina do poder governamental. Ela não poderia aproveitar a velha organização burguesa, que era uma arma nas mãos das classes exploradoras para a opressão dos operários.

Marx, baseando-se ainda na experiência da revolução de 1848, mostrava em sua obra *O 18.º Brumário de Luis Bonaparte*, que os operários, tomando o poder em suas mãos, devem destruir, demolir o aparelho governamental burguês e criar sua nova máquina governamental.

O proletário Theisz, nomeado pela Comuna para o cargo de diretor do departamento dos Correios, encontrou quasi todas as suas seções paralisadas. Nas outras repartições, a situação também era idêntica. A sabotagem dos funcionários e empregados colocou praticamente diante da Comuna o problema da criação de uma nova máquina governamental. E, realmente, a Comuna de Paris fez a primeira tentativa da história de destruir a velha máquina governamental burguesa e criar uma nova, proletária. Essa tarefa teve início pelo exército: “... O primeiro decreto da Comuna foi a dissolução do exército permanente e sua substituição pelo povo armado”. (K. Marx — *A Guerra Civil na França*).

O mais alto órgão governamental — a Comuna — foi eleito pelo sufrágio universal. Todo membro da Comuna, que não cumpria a vontade do povo, era afastado do seu posto. Muitos organizadores admiráveis destacaram-se das fileiras da classe proletária. Assim, por exemplo, o operário Varlin, que dirigia a Intendência; o operário Frankel, encabeçando a Comissão do Trabalho. Milhares de operários e de operárias ocuparam postos de direção na administração subalterna e nos batalhões da Guarda Nacional. O mais surpreendente — dizia o comunitário Serrailleur — é que todos executam suas tarefas de tal maneira, como se isso fosse a coisa mais natural do mundo. “A Comuna — escrevia Marx — devia ser um órgão laborioso e não parlamentar, e, ao mesmo tempo, um corpo legislativo e executivo (*A Guerra Civil na França*)”.

A Comuna aboliu a polícia burguesa. Os próprios operários armados se encarregavam da guarda da cidade. Estabeleceu-se em Paris uma ordem admirável, nunca antes vista.

A Igreja foi separada do Estado e a Escola da Igreja. Foram abertas novas escolas. Os ordenados dos professores foram aumentados. A Comuna elaborou um plano de construção de creches e de jardins de infância para os filhos das operárias. Os juizes eram eleitos pelo povo, podiam ser substituídos e eram responsáveis perante a Comuna.

“Assim, desmembrando a máquina governamental — dizia Lênin —, a Comuna substituiu-a como que “sòmente” por uma democracia maior: a dissolução do exército permanente, a completa elegibilidade e removibilidade de todos os funcionários. Mas, na realidade, isto significa “apenas” uma substituição em proporções gigantescas das instituições existentes por outras de natureza radicalmente diversa. Aqui se observa justamente um dos casos de “transformação da quantidade em qualidade”: uma democracia, realizada com a maior perfeição e seqüência possíveis, transforma-se de burguesa em democracia proletária...”

As medidas tomadas pela Comuna testemunham que ela era o embrião de um novo tipo de Estado, com a forma política da ditadura do proletariado.

A República dos Soviets — disse o companheiro Stálin — representa, pois, a forma política procurada e, afinal, encontrada, nos moldes da qual deve ser realizada a libertação econômica do proletariado e a vitória completa do socialismo.

A Comuna de Paris foi o embrião dessa forma. O Poder Soviético é o seu desenvolvimento e aperfeiçoamento”. (*Problemas do Leninismo* (*)).

A Comuna de Paris existiu sòmente durante 72 dias e no decurso desse tempo manteve luta inexorável contra os versalhenses. O período tão exíguo como foi o da existência da Comuna, a inexperiência e, sobretudo, a inexistência de um partido realmente revolucionário, não lhe permitiram desenvolver, em toda amplitude, as medidas social-econômicas. Ao lado disso, as atividades da Comuna oferecem um interesse excepcional e têm uma grande significação histórica.

“A grande realização socialista da Comuna foi a sua própria existência e o seu trabalho” — escrevia Marx. Suas realizações concretas testemunham brilhantemente que toda a atividade do poder popular era aplicada no interesse dos operários. As fábricas dos burgueses fugidos foram entregues aos operários. A Comissão do Trabalho restaurava nelas a produção e distribuía o trabalho entre os desempregados. Os operários, juntamente com a administração, esboçavam os planos de produção e estabeleciam os regulamentos internos. Nas oficinas em que permaneceram os proprietários, a Comuna controlava a taxaço das tarefas. A Comuna proibiu os proprietários de aplicar penalidades; foi também proibida a entrega dos pedidos do Estado aos operários através de contraentes, que enriqueciam à custa daqueles.

Aos pobres, foram devolvidos os objetos depositados nas casas de penhor. Os operários foram transferidos dos porões úmidos e escuros para as casas dos ricos. Em todas as ações da Comuna transparecia a preocupação pelas massas proletárias.

A Comuna, porém, não foi coerente em todas as suas medidas. Cometeu um grande erro, não expropriando o Banco Nacional e perdeu com isto a oportunidade de aumentar os seus recursos materiais e de destruir o apoio econômico da reação versalhense.

(*) Parte do livro *Fundamentos do Leninismo*, de Stálin. Editorial Calvino Ltda.

Apesar disso, a política social-econômica da Comuna tinha uma orientação socialista. “...Na sociedade atual — disse Lênin — o proletariado, escravizado economicamente pelo capital, não pode dominar politicamente, sem romper as correntes que o prendem ao capital. Eis por que o movimento da Comuna tinha de ter, forçosamente, matizes socialistas...”

Em todas as suas obras, a Comuna apoiava-se nas massas. Foram organizadas associações profissionais e clubes proletários. As mulheres operárias que se tinham ligado ativamente à vida política auxiliaram com entusiasmo a Comuna. Foi fundado o Comitê Central das Cidadãs, do qual fêz parte a revolucionária russa, Elisabeth Dmitrieva, que vivia àquele tempo em Paris. As mulheres também participaram ativamente da defesa de Paris. Foi organizado um batalhão feminino, sob o comando da comunitária Louise Michel. As massas populares apoiavam o seu poder e o auxiliavam de todas as maneiras possíveis, descobrindo danos, sabotagens, especulações e denunciando os bens ocultos dos contra-revolucionários.

Com a Comuna — escrevia Marx — venceu “...a primeira revolução, na qual o proletariado foi abertamente reconhecido como a única classe ainda capaz de uma iniciativa popular. Isto foi admitido até por grandes camadas da classe média parisiense: os pequenos comerciantes, os artifices, os lojistas; todos, com exceção dos grandes capitalistas.” (*A Guerra Civil na França*.)

A Comuna atraiu essas camadas não sòmente por ter resolvido sàbiamente o problema dos credores e devedores, mas também porque ela diferia radicalmente de todas as formas de governo, que não deram à classe média nada além de ruína e opressão política.

A Comuna fêz também tentativas de atrair para seu lado os camponeses.

Desde os primeiros dias da revolução, foram publicados na imprensa de Paris artigos, nos quais se chamava a atenção sòbre a necessidade da união da Paris revolucionária com os camponeses.

Em abril, a Comuna imprimiu 100 mil folhetos, nos quais se dirigia aos camponeses. O apêlo dizia que a Comuna queria dar as terras aos camponeses. Os folhetos eram lançados de balões sòbre as aldeias, pois, estando Paris sitiada, a Comuna não tinha outro meio de se comunicar com os camponeses.

“...Irmão... — diziam os comunitários em seu apêlo. Nossos interesses são idênticos... Paris não quer... (guarde bem isto, você, trabalhador rural, pobre diarista, pequeno proprietário, roído pelo usurário; fazendeiro, arrendatário, sitiante — todos vocês que semeiam, colhem e trabalham com o suor de vossas faces)... que a melhor parte dos frutos de vosso trabalho caiba a um ocioso qualquer. Paris quer... terras para os camponeses; instrumentos para os operários e trabalho para todos.”

Mas a Comuna não conseguiu fazer dos camponeses seus aliados. Apenas em regiões isoladas houve levantes de camponeses; mas eram impotentes sem a direção dos operários, e logo foram reprimidos.

Paris estava separada da província, cercada pelos prussianos e as tropas de Thiers, e isolada do mundo pela muralha chinesa das mentiras

e calúnias dos versalhenses. Os reacionários versalhenses compreendiam perfeitamente que, quanto mais tempo a Comuna vivesse, tanto mais popular se tornariam suas idéias entre os camponeses, e que os camponeses não tardariam em eleger o proletariado da cidade para seus dirigentes e considerá-lo o seu irmão mais velho.

Lénin e Stálin indicaram como uma das causas mais importantes da derrota da Comuna de Paris a circunstância da burguesia reacionária francesa "ter conseguido indispor os incultos camponeses e a pequena burguesia provincial contra o proletariado parisiense..." (Lénin.)

A indecisão da Comuna e sua recusa de tomar uma atitude ofensiva foram aproveitadas por Thiers para ordenar e reorganizar seu exército. No decorrer do mês de abril, os versalhenses conseguiram aproximar-se das muralhas de Paris, trazendo cêrca de 100 mil soldados e centenas de canhões. A superioridade numérica estava do lado de Thiers. Assim mesmo, os versalhenses não se decidiam a desferir um ataque geral contra Paris.

Os comunitários não souberam aproveitar o tempo, nem os recursos disponíveis para fazer uma guerra revolucionária. A Comuna tinha nos seus arsenais 285 mil rifles do novo sistema "Chassepot", sem aproveitamento. Não havia um regulamento revolucionário adequado, nem disciplina militar nas hostes da Guarda Nacional.

O comando não estava bastante centralizado, encontrando-se ao mesmo tempo nas mãos da Comissão Militar da Comuna e do Comitê Central da Guarda Nacional. Entre a Comuna e o Comitê surgiam atritos.

Além de tudo isso, a Comuna lutava com pouca energia contra os contra-revolucionários, os espíões e os conspiradores; e o número deles não era pequeno em Paris. A Comuna fechou muito tarde os jornais reacionários e só em fins de abril foi que aprisionou alguns partidários de Versalhes.

A Comuna estava também muito debilitada pela luta interna, travada entre a "maioria" e a "minoría". Assim, por exemplo, quando, em maio, a Comuna criou o Comitê da Salvação Pública, para lutar contra os inimigos do povo, a "minoría" manifestou-se contrária às atividades desse Comitê. 22 membros da "minoría" chegaram a declarar que se retirariam da Comuna, em sinal de protesto contra as atividades do Comitê da Salvação Pública. Mas os operários obrigaram os dissidentes a voltar para a Comuna.

Os comunitários parisienses lutavam herôicamente contra os versalhenses. Os proletários do mundo inteiro acompanhavam com grande interesse a luta desigual dos seus companheiros franceses. A Comuna recebia também cartas e apelos dos operários de outros países. Assim, por exemplo, a reunião dos operários, realizada em Gênêbra, a 15 de abril de 1871, dizia assim na sua mensagem à Comuna de Paris: "Na revolução comunitária de 18 de março, saudamos o aparecimento da classe proletária na arena política, e o despontar da era das reformas sociais... Irmãos e irmãs de Paris! Aconteça o que acontecer, vossa causa não perecerá, porque é a causa da libertação universal dos operários... O grande entusiasmo e as vivas simpatias que despertastes nos operários

de todos os países, mostra que vossa causa não pode perecer..." A secção da Primeira Internacional escrevia à Comuna: "Os corações de todos os operários estão convosco". O Congresso proletário belga afirmou que a Comuna ressurgiria das cinzas como vencedora.

Para aniquilar a Comuna de Paris, a pandilha da burguesia reacionária francesa entrou em entendimentos vergonhosos com o exército alemão. Thiers apressou-se em concluir a paz pérfida e odiosa. Em maio de 1871, foi assinado em Frankfurt o tratado da paz. De acôrdo com este tratado, a França cedeu à Alemanha a Alsácia e metade da Lotharingia, comprometendo-se também a pagar 5 bilhões de francos de indenização.

Thiers e Bismarck entenderam-se logo na luta contra a Comuna. Bismarck não temia o exército de Napoleão III; o que êle mais temia era o povo revolucionário de Paris, que tinha criado um poder realmente democrático. Segundo êle próprio confessa, Bismarck só teve uma noite de insônia durante toda a guerra franco-prussiana: foi a noite em que chegou a primeira notícia da proclamação da Comuna.

Bismarck libertou 100 mil prisioneiros de guerra franceses, que foram mandados por Thiers contra os comunitários. Então, Bismarck passa do pretexto de auxílio (o regresso urgente dos soldados e a permissão dada aos exércitos versalhenses de atravessar as posições alemãs), para a intervenção direta. Ele propôs um novo acôrdo a Thiers: o de um sítio comum de Paris, com o fim de criar um bloqueio da fome para a cidade. Bismarck perdeu a calma quando os versalhenses não conseguiram realizar seu plano de tomar Paris em "alguns dias", dizendo que não podia concordar com novas protelações do pagamento da indenização. Até as ações sangüinárias do carrasco Thiers pareciam muito suaves à reação prussiana.

Seu auxílio patente na repressão à Paris revolucionária, Bismarck o apresentava cinicamente por "neutralidade".

O cêrco dos soldados de Versalhes apertava-se cada vez mais em tórno da Paris revolucionária.

A 21 de maio, após um sítio prolongado, os versalhenses penetraram em Paris. Iniciou-se uma luta obstinada, violenta e desigual nas ruas da cidade, que ainda durou 7 dias. A 28 de maio, caiu a última barricada. Um pequeno grupo de comunitários, os heróicos sobreviventes que a defendiam, foi fuzilado junto às paredes do cemitério de Père-Lachaise. Teve início um terror nunca visto dos vencedores contra os vencidos.

O carrasco de Versalhes, general Galliffet, dirigia a desforra sanguinolenta. Fuzilava todos em cujas mãos encontrava pólvora, e todos os que tinham aspecto de operários. Fuzilavam-se os homens de cabeça grisalha, porque êstes "lembravam a revolução de 1848" e poderiam ter sido participantes da mesma. A burguesia dispensava aos chefes do proletariado um tratamento especialmente rigoroso.

A comunitária Louise Michel descreve em suas recordações a vingança dos versalhenses contra um dos magníficos dirigentes dos comunitários, o operário Varlin:

"Varlin, com as mãos amarradas, teve que subir a colina, sob os gritos, apupos e golpes de uma multidão de patifes, em número aproximado de 2.000. Avançava com andar firme e cabeça erguida. Um soldado

qualquer tomou inesperadamente do fuzil e pôs termo aos seus sofrimentos. Outros lançaram-se em sua direção para acabar de matá-lo, porém êle já estava morto.”

Milhares de comunitários foram fuzilados, centenas de milhares jogados em cárceres e desterrados para trabalhos forçados, perecendo a maioria em consequência de trabalho excessivamente pesado e de doenças malignas. Os versalhenses fuzilavam também mulheres e crianças; entre os prisioneiros encontravam-se 600 crianças.

“A civilização e a justiça da estrutura burguesa, — escrevia Marx — revelam seu verdadeiro e sinistro aspecto, quando os escravos e os oprimidos se levantam contra seus senhores. Então, essa civilização e essa justiça mostram ser barbarismo sem disfarce e vingança iníqua. (*A Guerra Civil na França.*)

A Comuna de Paris não existiu muito tempo, mas o proletariado jamais esquecerá seus heróicos feitos. Todos os anos, os operários parisienses reúnem-se no cemitério de Père-Lachaise, junto à “parede dos federados”, onde foi executado o último punhado de heróicos defensores da Comuna, e deitam coroas sobre os túmulos dos comunitários.

A Comuna de Paris sofreu a derrota, porque a classe proletária da França não estava ainda unificada. Eles ainda não tinham seu partido proletário marxista e revolucionário capaz de dirigir sem hesitação os operários contra a burguesia. E, no entanto, “...a chefia do partido é o principal na ditadura do proletariado, quando se tem em vista uma ditadura sólida e completa e não uma ditadura como o foi, por exemplo, a Comuna de Paris, que não foi uma ditadura completa nem sólida” (J. Stálin — *Problemas do Leninismo*).

Os blanquistas e proudhonistas, que entravam na composição da Comuna, apegavam-se a teorias errôneas e utópicas; vacilavam freqüentemente, mostrando-se indecisos na luta. Em Paris, no ano de 1871 “...a direção da revolução era dividida entre dois partidos e nenhum deles pode ser chamado de partido comunista”. (J. Stálin — *Problemas do Leninismo*.)

A experiência da Comuna de Paris mostrou com evidência extraordinária à classe proletária da França e de outros países tôda a importância e a indispensabilidade da criação e fortalecimento de um partido político-proletário, realmente revolucionário.

* * *

Marx, avaliando a luta dos comunitários parisienses, escrevia que, apesar da Comuna ter sido derrotada, os “princípios da Comuna são eternos e não podem ser aniquilados; êles sempre voltarão à ordem do dia, até a classe proletária conseguir sua libertação”.

Marx entusiasmava-se com o heroísmo dos parisienses que “investiam contra o céu”, e tinham levado o movimento revolucionário a uma nova e superior etapa. Mostrava que a luta do proletariado pela ditadura é um processo longo. A classe proletária “terá de suportar uma luta

tenaz, passar por uma série de processos históricos, que transformarão por completo as condições e os homens”.

Apesar da derrota sofrida pela Comuna de Paris, a causa defendida pela Comuna demonstrou ser imortal, pois é a causa da completa libertação política e econômica da opressão e da exploração do proletariado.

A Comuna de Paris de 1871 favoreceu o movimento revolucionário em todos os países. As lições da Comuna de Paris foram aproveitadas pela heróica classe proletária da Rússia em sua luta armada de 1905 contra o tsarismo e, sobretudo, na luta pela vitória da grande revolução de outubro de 1917, que consolidou o Poder Soviético em 1/6 do globo terrestre.

Analisando a experiência da Comuna de Paris de 1871, Marx mostra que a organização política do tipo da Comuna de Paris é a da ditadura do proletariado. Esta conclusão não sofreu, no entanto, maior desenvolvimento nas obras de Marx e Engels. Numa época histórica nova, em novas condições de lutas de classe do proletariado, Lênin e Stálin, partindo da teoria marxista, e estudando a experiência da revolução russa de 1905 e 1917, que gerou uma nova forma de organização política da sociedade — os Soviets de deputados, operários e camponeses —, chegaram à conclusão de que justamente os Soviets representam a melhor forma política da ditadura do proletariado, que assegura a construção de uma sociedade nova e socialista.

Os povos da grande URSS honram a memória dos heróis da Comuna de Paris e orgulham-se de ter continuado vitoriosamente a grande causa comunitária. Sob a direção Lênin-Stálin do partido bolchevique, êles realizaram a grande Revolução Socialista de Outubro e criaram em seu país um Estado de tipo novo — o Estado Soviético. Destruindo todos os meios de exploração do homem pelo homem, construíram o socialismo e marcham, confiantes, em direção ao comunismo. (I. Galkin — *Parijskaiá Komuna 1871 goda* — Traduzido diretamente de *Bolchevique*, n. 5, março de 1946.)



EM AGONIA — “O regime capitalista, definhando lentamente, entra na fase da agonia, vítima de suas contradições intrínsecas, enquanto se levantam, na pujança da vida nova, as massas proletárias que êle mesmo criou e contra êle se organizaram.

E a democracia formal, exteriorizada nas liberdades civis e políticas, não mais ilude, nem sequer amortece, as privações e angústias da classe média e do proletariado — da imensa massa humana, sofredora e faminta, num mundo repleto de bens e transbordante de confortos e prazeres, quinhão que o Estado burguês reserva aos ricos, que se opulentaram com o trabalho mal pago dos pobres.” (João Mangabeira).

De Tudo, um Pouco...

É PRECISO UM HEROÍSMO BOLCHEVIQUE — “Não basta ter temperamento de revolucionário. Não basta estar pronto para combater nas barricadas e fazer o sacrifício de si mesmo. Isso é preciso, porém não basta. O que é ainda absolutamente preciso possuir são os métodos bolcheviques de luta, um heroísmo bolchevique”. (Dmítrov — Carta aos *Schutzbundler* austríacos).

QUE É AUTOCRÍTICA? — “A autocrítica, como já disse um companheiro, é arma de vigilância de classe. Mas, para fazermos autocrítica, precisamos ser sinceros para com os outros e para com nós mesmos; precisamos buscar as causas dos nossos erros, porque, se não as encontramos, não aceitamos a crítica. A busca das suas causas é útil para aquele que erra e para todo o Partido, porque é uma experiência que reverte em benefício de todo o Partido. A autocrítica é a crítica do revolucionário, que dela faz uso para que esse erro sirva de experiência a todos do Partido”. (Prestes — *Tribuna Popular*, 16-7-46).

Na Rússia, os operários mais conscientes, por volta de 1870, começaram a compreender que, para lutar com êxito contra o capitalismo, era necessário que se organisassem. Assim, surgiram as primeiras associações operárias. Em 1875, em Odessa, organizou-se a “União dos Operários do Sul da Rússia”. Esta União, a primeira de todas, não viveu mais que 8 a 9 meses, sendo dissolvida pelo governo tsarista.

“Não temos dúvidas de que os senhores “chefes” do oportunismo recorrerão a todos os métodos da diplomacia burguesa, ao concurso dos governos burgueses, dos padres, da polícia, dos tribunais, para impedir a entrada dos comunistas nos sindicatos, para expulsá-los daí por todos os meios possíveis, para tornar sua atuação nos sindicatos a mais desagradável possível, para ofendê-los, insultá-los e perseguí-los.”. (Lénin — *A Doença Infantil do “Esquerdismo” no Comunismo*, pág. 53, Vitória, 1946.)

Para Compreender e Interpretar Marx por Sidney Hook

IV

A CANONIZAÇÃO ORTODOXA

As construções teóricas do marxismo “ortodoxo” eram baseadas em frases e sentenças tiradas das obras do próprio Marx. Na verdade, Kautski, Hilferding e outros negaram que a ortodoxia constituísse uma interpretação. Segundo eles, nada mais era que uma exposição fiel da doutrina. Havia, entretanto, uma mudança determinada no caráter definido da sua exposição. O marxismo não era mais considerado essencialmente como teoria e prática da revolução social, mas como ciência do desenvolvimento social. A teoria oficial frizava, com ênfase, que não constituía tanto uma maneira de fazer a história, mas um meio de compreendê-la uma vez feita. Foi apresentada como qualquer coisa de *sachlich* (real) e de livre de todo o julgamento de valor, determinando a ação da mesma maneira que o declive de uma montanha delimita o movimento de uma geleira. Era objetiva e científica num sentido muito estreito. Não somente a força, mas também a ciência, deu-lhe autoridade. Procurou provar a justeza da sua posição popularizando as deduções tiradas da *teoria do valor do trabalho* de *O Capital*, ao invés de frisar a filosofia revolucionária do *Manifesto Comunista*, no qual a teoria do valor do trabalho, na forma particular que lhe deu Marx, nem mesmo é mencionada.

A persistência da estabilização e da expansão capitalista, juntamente com os métodos pacifistas e evolucionistas de reforma social projetados pelos social-democratas alemães, fez da concepção do socialismo, como ciência objetiva do desenvolvimento social, um argumento não somente plausível mas até efetivo, para conquistar adeptos do lado da ordem e da lei. Pouco a pouco, a confiança no progresso gradativo converte-se em linguagem mística sobre a “fatalidade” da transformação do capitalismo em socialismo. As necessidades, a evolução e a ação humanas, que Marx tomara como ponto de partida, tornaram-se, então, teoricamente, — em rigorosa lógica, — porque não confessá-lo abertamente — suplemento supérfluo de um sistema de mecânica social bastando-se a si mesmo. Achavam que os homens têm pouca influência sobre o destino da sociedade na qual vivem. Os marxistas “ortodoxos” podiam perfeitamente protestar diante desta interpretação do marxismo, que confundia o *determinismo* social com o fatalismo social; decorria dessas teorias que a luta de classes era um facto tão independente quanto a força da gravi-

dade; a revolução social tão inevitável quanto um eclipse. Não é de estranhar-se que essa necessidade natural disfarçada tenha acabado por chamar de socialismo "astronômico" o marxismo "ortodoxo".

Aconteceu então uma coisa espantosa: os teóricos afirmaram que não era mais necessário a um marxista ser socialista. O marxismo era *Wissenschaft* (ciência) e o socialismo *Waltanschauung* (concepção do mundo). O marxismo era a ciência que demonstrava a vinda do socialismo como estado da sociedade. Toda oposição e toda submissão ao socialismo como ideal eram geralmente epifenomênicas. O socialismo viria. Se você o acolhesse com prazer, tanto melhor, poderia chegar um pouco mais cedo. Se não, seria estabelecido de qualquer forma, talvez um pouco mais tarde. Em nenhum caso, sua atitude poderia ter influência, ao menos influência sensível. Essa interpretação pan-objetivista de Marx não podia levar sinão a uma doutrina também paralisante.

A citação que se segue foi tirada de uma obra básica de um marxista "ortodoxo" e revela claramente essa posição. Rudolf Hilferding prefacia assim seu importante tratado *Das Finanzkapital* (O capital financeiro):

"A teoria do marxismo, como sua prática, está livre de todo o julgamento de valores. É, portanto, errôneo assimilar, como se faz frequentemente *intra* e *extra muros* (dentro e fora do partido), o marxismo ao socialismo. Porque, logicamente, considerando-o como um sistema científico e deixando de parte seu trabalho histórico, o marxismo é apenas uma teoria das leis da evolução da sociedade, formulada em termos gerais, na concepção marxista da história; a economia política marxista aplica-se, em particular, ao período da sociedade produtora de mercadorias. Mas o conhecimento da validade do marxismo, que inclui o conhecimento da necessidade do socialismo, não é, de maneira alguma, um processo de julgamento de valores, mas apenas uma indicação de ação prática. Porque reconhecer uma necessidade é uma coisa e trabalhar para seu advento é outra. É muito possível para qualquer um, convencido da vitória final do socialismo, combatê-lo ainda assim" (pág. X, 1910, grifado por S.H.)

É esta uma teoria revolucionária bem estranha. Ela pode explicar o passado e predizer o futuro, mas não tem função alguma no presente. Experimentalmente, não se pode distingui-la de uma teodicéia (1) que, recusando sondar as estradas divinas em todo o acontecimento do presente, lia toda a história do passado *ad hoc* e não previa para o futuro mais do que o dia revolucionário do julgamento.

É assim que esta forma de marxismo "ortodoxo" se torna uma religião de consolação para os que desejam a vinda do socialismo e uma doutrina de desespero para todos os que a temem. É a ideologia da social-democracia alemã e da Segunda Internacional, dominada pelo partido alemão (2).

(1) Parte da filosofia que trata da natureza de Deus. (N. do T.)

(2) A posição de Kautski e de outros líderes da direita e do centro do partido era equívoca e freqüentemente contraditória. Suas contradições não provinham somente das obras teóricas, mas também dos folhetos

Até 1895, os teóricos oficiais tentavam justificar-se fazendo apelos a Friedrich Engels, que tão estreitamente colaborara com Marx e fôra encarregado por este de publicar suas obras póstumas. Foi Engels quem, durante a vida de Marx, interpretou suas doutrinas, e, depois de sua morte, publicou seus manuscritos. Não se pôde ainda estabelecer exatamente as relações intelectuais entre esses dois homens (3). Não há, certamente, quem possa justificar a afirmação dos que se chamam a si mesmos "ortodoxos" de que as posições e as doutrinas políticas de Marx e Engels foram *absolutamente idênticas* desde o princípio da sua amizade. O facto indiscutível de que eles eram dois espíritos de ordem diferente basta para tornar essa afirmação inaceitável. Não se pode, também, sustentar, com Masaryk, Arturo Labriola, Mondolfo e outros críticos, que havia entre eles uma diferença essencial. A verdade parece ser que Engels deu à doutrina de Marx uma expressão característica, que teve consequências profundas sobre o seu desenvolvimento pelos teóricos oficiais do partido. Já no seu *Eugen Dühring — Umwälzung der Wissenschaft* (4) (do qual parte foi escrita por Marx), encontramos uma forma de discutir os problemas de metafísica, de ciência e de moral prática mais do ponto de vista de um sistema monista que do ponto de vista de um método unificado. Mas, o que é mais importante, Engels, completando e publicando o segundo e terceiro tomos de *O Capital*, consagrou a noção de que as

consagrados às questões de política revolucionária. Kautski, por exemplo, pôde escrever no seu *A caminho do poder*: "O partido socialista é um partido revolucionário, mas não um partido que faz a revolução. Sabemos que nossa meta só pode ser atingida por uma revolução. Sabemos também que está tão pouco nas nossas forças criar essa revolução como nas dos nossos adversários impedi-la. Nosso trabalho não consiste em instigar a revolução nem prepará-la". Mais tarde, Kautski *deslisa* mais e mais para a direita. Na sua crítica ao *Programa de Gotha*, Marx escreveu: "Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista há um período de transformação revolucionária. A êle corresponde um período de transição política no qual o Estado não pode ser outra coisa sinão a *ditadura revolucionária do proletariado*". Em 1922, Kautski escreveu: "Entre a época do Estado burguês puro e a época do Estado proletário puro, governado democraticamente, acha-se um período de transformação de um no outro. A isso corresponde um período de transição política, no decorrer do qual o governo será um governo de *coalizão*". (*Die proletarische Revolution und ihre Programm*, p. 196) (A revolução proletária e o seu programa.)

(3) Para os que se iniciam nos estudos políticos, pode-se aconselhar sobre o assunto as conferências de Riazanov, publicadas na França, sob o título *Marx e Engels* (Editions Sociales Internationales).

(4) *Engen Dühring revolucionaria a ciência*. Conhecido mundialmente como *O Anti-Dühring*. Marx escreveu o Cap. X da segunda parte — *Economia Política* — que leva o título: *Sobre a "História Crítica"* — Há uma tradução brasileira da Edit. Calvino.

teorias econômicas de Marx constituem um sistema hipotético-dedutivo, no qual as teorias científicas nos dão *überhaupt* um exemplo, em lugar de ser a ilustração de um método de crítica revolucionária.

Fazendo isso, Engels não desenvolveu apenas as importantes consequências sociológicas e práticas da doutrina de Marx, do "fetichismo da mercadoria". Dedicou-se à tarefa de explicar como a teoria da queda da taxa de lucro podia enquadrar-se, seja com o facto empírico de que a taxa de lucro se mantinha constante sem respeito à composição orgânica do capital, seja com a definição do valor de troca pela força de trabalho. Em parte alguma, que eu saiba, Engels comenta convenientemente as palavras do próprio Marx no prefácio da segunda edição do primeiro volume de *O Capital*, de que a economia política "pode continuar uma ciência somente enquanto a luta de classes fôr latente ou se manifestar unicamente nos fenômenos isolados ou esporádicos". Jamais será suficientemente assinalado o facto de Marx não conceber *O Capital* como uma exposição dedutiva de um sistema natural objetivo de economia política, mas como uma análise crítico-sociológica e histórica de um sistema que se pretende, êle próprio, objetivo. O sub-título de *O Capital* é: *Crítica da economia política*. A crítica exige um ponto de vista, uma posição. O ponto de vista de Marx era o ponto de vista do proletariado da Europa ocidental, provido de consciência de classe.

Sua posição consistia em que um sistema econômico tem sempre, na sua base, um sistema econômico de classe. Um julgamento implícito do valor torna-se uma das abscissas (5) contendo suas equações analíticas.

Que Engels tenha interpretado as doutrinas econômicas de Marx como um sistema dedutivo fechado não tem sinão importância relativa. Sua interpretação era controlada, nos pontos cruciais, pelo seu instinto político revolucionário e corrigida nas suas cartas tão importantes sobre o materialismo histórico. Mas Engels morava em Londres, e, por causa de necessidades políticas mais ou menos imaginárias, os líderes queriam revisar tudo o que era seu tanto quanto de Marx. Na realidade, Engels viveu bastante para ver seus trabalhos censurados e alterados de maneira a parecerem que sustentavam a linha do partido. A revisão de sua introdução à *As lutas de classe na França*, de Marx, último trabalho publicado por Engels, é um caso típico. Seu protesto, quando o designam como um "calmo adorador da legalidade a todo preço", foi friamente ignorado (6).

(5) A abscissa é uma parte qualquer do eixo ou do diâmetro de uma curva, compreendida desde um ponto fixo, onde começam tôdas as abscissas, até à curva. (N. do T.)

(6) Mais um exemplo ilustrativo: quando Guilherme Liebknecht editou, em 1870, a obra de Engels *A guerra dos camponeses na Alemanha*, afirmou, nas notas que acompanhavam o texto, que Hegel era partidário da Prússia monárquica, partidário da idéia prussiana do Estado. Engels ficou tremendamente indignado, escrevendo a Marx no dia 8 de maio de 1870: "A idiotice chegou a tal ponto que não há como tolerá-la. Este homem (Liebknecht) fez a seguinte observação, adiante do nome de Hegel: 'E' conhecido de um público maior como o pensador que desco-

Ao mesmo tempo, passa-se, em filosofia, do ativismo naturalista de Marx a um materialismo simplificado, chamado dialético, mas, na realidade, mecânico. Aqui, as fórmulas de Engels trouxeram apoio a uma teoria do conhecimento que diferia muito nitidamente do pensamento de Marx, tal como êle o exprimira nas suas *Teses sobre Feuerbach* e na *Die Deutsche Ideologie* (A ideologia alemã). Nesses trabalhos, Marx, fiel à tradição hegeliana, formulava um julgamento esmagador sobre todos os materialismos mecânicos que consideravam as sensações e o pensamento do homem como o resultado automático da ação do meio sobre o organismo animal. Sustentava que o defeito principal de todos os materialismos precedentes consistia na sua inabilidade ao explicar a atividade consciente em geral e o discernimento cultural em particular. A passividade política da "política do amor", de Feuerbach, tinha uma de suas raízes na crença de que as sensações eram imagens reais e cópias exatas do mundo objetivo.

Segundo Marx, as sensações são formas de atividade prática sensorial (*Praktische menschlich-sinnliche Tätigkeit*). Elas não são um conhecimento, mas um estimulante do conhecimento que se completa na ação. Não podem ser outra coisa senão a ação social recíproca, sem a qual o mundo não pode ser transformado, pois o conhecimento seria impossível. Se os homens não podem reagir contra o meio que os domina e transforma, as revoluções sociais não podem mais ser consideradas como uma forma de atividade humana e reduzem-se a simples incidentes em quaisquer esquemas de mecânica ou de energética racional. Mas tôda a ação e tôda a transformação sociais são realizadas por intermédio das idéias humanas. As idéias não podem ser, portanto, imagens passivas; devem ser instrumentos ativos. No seu *Ludwig Feuerbach und der Ausgang der klassischen Philosophie* (Luis Feuerbach e o fim da filosofia clássica), Engels, embora procurando salvaguardar a base materialista do materialismo dialético, não frisa suficientemente o lugar e a importância deste elemento prático ativo na tese marxista do conhecimento. Aceita a fórmula de Feuerbach, segundo a qual as sensações são imagens e cópias (*Abbilder* e *Spiegelbilder*) do mundo exterior, sem explicar como é possível às idéias, se elas são um simples reflexo, ajudarem a transformar ou a revolu-

briu (!) e glorificou (!! a idéia monárquico-prussiana do Estado" (!!!). Passei-lhe um bom carão por isto e dei à publicidade uma declaração cujos termos são — dadas as circunstâncias — extremamente suaves. Este ignorante tem o topete de crer que basta a palavra "prussiano" para definir um homem como Hegel e ainda por cima comete a impertinência de fazer crer ao público que fui eu quem o disse. Mais vale nada publicar de alguém do que fazê-lo passar por asno, como Liebknecht fez comigo". (Marx e Engels, *Obras*, t. XXIV, pág. 335, ed. russa.) Dois dias depois, Marx respondia: "Escrevi-lhe dizendo que se é apenas capaz de repetir as velhas bobagens de Rottek Welker sobre Hegel, seria melhor ficando calado. A isso êle chama "acabar com Hegel sem demasiada cerimônia"... Decididamente, êsse homem é excessivamente torpe". (Idem, pág. 336.) In G. Alexandrov, *A "medula racional" da Dialética de Hegel* — (N. do T.)

cionarem as coisas. Em lugar de considerar as sensações como guias materiais para o conhecimento, assimila o conhecimento às sensações e define a verdade como o acôrdo entre essas sensações e o mundo exterior. Mas, então, se os homens não podem sair do círculo mágico das suas sensações, como podem determinar se elas correspondem ao mundo exterior, e como podem, mesmo, saber que esse mundo exterior existe?

Para falar a verdade, Engels procura resolver esse mistério recorrendo à experiência e à prática. Mas, visto que a experiência (como êle o constata) consiste em sensações que, por sua vez, se tornam uma causa de conhecimento imediato, Engels não se aproxima mais de um critério não-sensualista da verdade e da existência que os discípulos modernos de Hume, contra os quais êle empregava o "argumento derivando da experiência". Recorrer à experiência e à prática era legítimo para Marx, uma vez que, como todo o que estudou de muito perto a *Fenomenologia do Espírito*, de Hegel, tinha já repellido a crença no conhecimento imediato. Êle considerava como a contribuição principal da filosofia clássica alemã — na proporção em que ela se opunha ao materialismo metafísico — o facto de ter insistido sobre a atividade do espírito e êle próprio se consagrou a corrigir o desvio idealista desta filosofia.

Em 1892, no seu prefácio à edição inglêsa do *Socialismo utópico ao Socialismo científico*, Engels retornou a Marx; manifestou ali opinião definitivamente experimentalista e abandonou sua antiga teoria das sensações. Mas os socialistas alemães "ortodoxos" não se basearam, na sua teoria do conhecimento, nas conclusões finais de Marx e de Engels. Transformaram em dogma sistemático e acentuação relativa que o próprio Engels abandonara. Suas citações não provinham nunca de sua última obra. O materialismo dos socialistas alemães não se tornou dialético, mas sensualista e mecânico, ignorando a *praxis*.

Assim, a filosofia e a economia dos social-democratas fundiram-se com sua política. Na nova síntese, as frases revolucionárias ficaram como elemento estranho — êco de dias heróicos, em que as idéias de Marx eram princípios de ação.

(No próximo número — Capítulo V: *A exegese revisionista*).

• •

SÃO BONZINHOS OS CAPITALISTAS... — "O capitalista não quer saber qual é o limite da força de trabalho. O que lhe interessa é, unica e exclusivamente, o maximo de força de trabalho que pode ser mobilizado e posto em ação durante uma jornada. E, para conseguir esse rendimento maximo, não vê nenhum inconveniente em abreviar a vida da força de trabalho, da mesma forma que o agricultor ambicioso faz com que a terra dê um rendimento intensivo, despojando-a, portanto, de sua fertilidade... Produz, além disso, o esgotamento e a morte prematuras da força de trabalho. Amplia o tempo de produção do operario durante certo prazo baseando-se, por outro lado, na diminuição do seu tempo de vida." (Marx, *O Capital*, Livro I, vol. I.)

Questões de História

BONDADE CRISTÃ

"O protestantismo é essencialmente uma religião burguesa. Para fazer ressaltar seu "espírito" basta um exemplo. Foi ainda no tempo de Elisabeth: alguns proprietários de terras e alguns ricos arrendatários do sul da Inglaterra reuniram-se em conciliábulo para aprofundar a lei sobre os pobres recentemente promulgada. Depois, resumiram os resultados de seus estudos comuns num escrito contendo dez questões arrazoadas, que submeteram em seguida ao parecer de um célebre juriconsulto da época, o sargento Snigge, elevado à categoria de juiz no reinado de Jacques (Jacob I). Eis aqui um extrato do escrito:

"Questão nona: — Alguns ricos arrendatários da paróquia projetaram um plano eficiente, por meio do qual se pode evitar toda sorte de perturbação na execução da lei. Propõem a edificação de uma prisão na paróquia. A todo pobre que não se queira deixar encerrar na prisão, negar-se-á assistência. Far-se-á saber, em seguida, nos arredores, que, se alguma pessoa desejar alugar os pobres desta paróquia, deverá remeter, no prazo fixo de antemão, propostas seladas indicando o preço mais baixo pelo qual quer adquiri-los. Os autores deste plano supõem que nos condados vizinhos existem pessoas que não têm nenhuma vontade de trabalhar e não têm fortuna nem crédito para comprar, seja uma fazenda, um barco, etc., a fim de poder viver sem trabalhar ("so as to live without labour"). Estas pessoas estariam inteiramente dispostas a fazer propostas mui vantajosas à paróquia. Se por isto ou por aquilo algum dos pobres venha a morrer, estando a serviço do contratador, a culpa recairá sobre si próprio, pois a paróquia terá cumprido todos os seus deveres para com êsses pobres. Não obstante, receíamos que a lei de que se trata não permita medidas prudentes deste gênero ("prudential measures"). Mas convém que saibais que os demais *freeholders* (proprietários de terras) deste condado e dos vizinhos se unirão a nós para compelir os seus representantes na Câmara dos Comuns a promulgar uma lei que permita aprisionar os pobres e obrigá-los a trabalhar, a fim de que todo indivíduo que resista ao seu aprisionamento perca o direito de assistência. Esperamos que isto impedirá que as pessoas, no estado de miséria, necessitem ser socorridas, ("will prevent persons in distress from wanting relief" (1).

(Marx — *A Expropriação da População Primitiva* — "in" *A Origem do Capital* — págs. 24-27 — Ed. Guaira Ltd.)

(1) R. Blakey: *The History of political literature from the earliest times*, Lond., 1855, vol. II, págs. 83 e 84 — Na Escócia, a abolição da servidão efetuou-se alguns séculos mais tarde do que na Inglaterra. Ainda

em 1689, Fletcher de Salhon fez à Câmara dos Comuns da Escócia, esta declaração: "Calcula-se que, na Escócia, o número de mendigos não é inferior a 200.000. O único remédio que eu, republicano de princípios, reconheço para esta situação é o restabelecimento do antigo estado de servidão e escravizar a todos os que estão incapacitados de prover o próprio sustento". Do mesmo modo Eden, I c. vol. I, ch. I: "O pauperismo data da liberdade dos agricultores... As manufaturas e o comércio são os verdadeiros pais de nossos companheiros pobres". Eden, do mesmo modo que o nosso escocês "republicano por princípio", enganava-se num só ponto: não foi a abolição da servidão, mas a abolição do direito ao solo, que ela concedia aos cultivadores, que os fez proletários, e, em último termo, pobres. Na França, onde a expropriação se realizou de outro modo, a ordenação de Moulins em 1571 e o edito de 1656 correspondem às leis dos pobres na Inglaterra.

FARRAPOS DE PAPEL — Depois da primeira guerra imperialista, os Estados vencedores, principalmente a Inglaterra, a França e os Estados Unidos, criaram um novo regime de relações entre os países, o regime de paz do após-guerra. As bases principais desse regime eram: no Extremo Oriente, o Tratado das Nove Potências, e, na Europa, o Tratado de Versalhes e uma série de outros tratados. A Liga das Nações era destinada a regular as relações entre os países dentro dos limites deste regime, na base da frente única de Estados, na base da defesa coletiva da segurança dos Estados. Mas os três Estados agressores e a nova guerra imperialista, que eles iniciaram, levaram à breca todo o sistema de regime de paz do após-guerra. O Japão fez em pedaços o Tratado das Nove Potências e a Alemanha e a Itália o Tratado de Versalhes. A fim de ter os movimentos livres, estes Estados saíram da Liga das Nações.

A nova guerra imperialista já é um facto.

(Stálin — Do *Infor. ao XVIII Congr. do P.C. (b) da URSS.*)

A REVOLUÇÃO COMERCIAL — "No século XVI, a produção de ouro e prata do mundo já se elevava à importância de 250 bilhões de libras; no XVII, a mais de 300 milhões. Esta invasão de metais, ocorrendo juntamente com a formação dos grandes Estados, com as descobertas marítimas, com as invenções técnicas e com a consequente intensificação das relações comerciais, provocou uma profunda mudança na mentalidade européia e a organização social e política, caracterizando uma época que os historiadores classificam de Revolução Comercial. Coincidiu o seu início com o descobrimento do Brasil". (Simonsen — *Hist. Ec. do Brasil*, pág. 42).

EXPLORAÇÃO DE JAZIDAS NO BRASIL COLONIAL

Vejamos como se organizava e funcionava a exploração das jazidas. "Encontramos aí dois tipos de organização: o primeiro é o das *lavras*, que se emprega nas jazidas de certa importância. As lavras são estabelecimentos fixos, que dispõem de algum aparelhamento, e onde, sob direção única e trabalhando em conjunto, se reúnem vários trabalhadores cujo número pode ir desde uns poucos até várias dezenas (1). A este sistema, que corresponde ao período áureo da mineração, quando ainda havia grandes recursos e produção abundante, tornando possível empresas em larga escala e obras de vulto, opõe-se a pequena extração realizada por indivíduos isolados que não empregam senão a *batéia*, o *corumbê* e umas poucas ferramentas. Em regra, não se fixam num ponto determinado, como na lavra: são móveis e nômades, indo catar o outro indiferentemente neste ou naquele lugar não ocupado por outro. Reunem-se às vezes em grande número num mesmo ponto franqueado a todos, como se dá em alguns distritos de Vila Rica; porém cada qual trabalha por si e isoladamente. Parte é livre, fazeando por conta própria; outros são escravos, aos quais os senhores fixam uma certa medida de ouro que devem entregar, guardando o excesso que serve para sua manutenção e para redimir-se da servidão se são bastante felizes nos seus achados (2).

Em maior ou menor proporção, a faiscação sempre existiu na indústria aurífera da colônia. Quando o ouro se concentra nas próprias areias do rio, ou mesmo no cascalho (3), não sendo o rio muito volumoso, casos em que se dispensa trazer de grandes distâncias a água empregada na lavagem, ou desviar o curso; e quando o teor do metal é muito baixo para pagar instalações de vulto ou mão de obra numerosa, o trabalho do faisgador é tão produtivo como o da lavra, e a extração não paga aparelha-

(1) A maior lavra de Minas Gerais, o que quer dizer da colônia toda, não vai além de 100. No quadro de Eschwege, encontra-se a relação de todas as lavras da capitania, com o número respectivo de trabalhadores. E' de notar que há bastantes livres, assalariados, sendo que numa lavra todos o são, em número de 34.

(2) O jornal de cada trabalhador livre regulava na mineração por 1/4 de oitava de ouro; o mais comum eram 4 a 6 vintens — isto é, o vintem *pêso* de ouro, igual a 1/12 de oitava. O escravo que trabalhava nas faisqueiras devia ao senhor, em média, uma oitava por semana, mais comumente, 3/4. (Joaquim Felício dos Santos, *Memórias do Distrito Diamantino*, 260.)

(3) Chama-se *cascalho*, nos distritos mineradores, a camada de seixos mais ou menos aglomerados subjacentes à areia e materiais móveis da superfície. Quando o cascalho se apresenta em conglomerado compacto e perfeitamente cimentado, diz-se que está "gelado". E' no cascalho que se acha a maior parte do ouro.

mentos dispendiosos. O número de falcadores tende por isso a crescer com o esgotamento das jazidas. O mesmo se dá quando começam a faltar recursos para aquêles aparelhamentos ou para reunir um número avultado de trabalhadores e instalar uma lavra de grandes proporções. Aparece então o falcador. Quando êste avulta, portanto, é sinal de decadência da mineração. Grande parte da população aparece dedicando-se exclusivamente a esta atividade precária, "falcando" o seu sustento de cada dia nos lugares impróprios para trabalhos em grande escala, ou abandonados por falta de recursos de seus antigos exploradores. Aquêles que ainda dispõem de algum escravo, mandam-no por êles efetuar o trabalho e esperam cômodamente em casa o seu produto." (Prado — *Formação do Brasil Contemporâneo*, pág. 173.)

AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES NA INGLATERRA ENTRE FINS DO SÉCULO XVIII E COMEÇOS DO SÉCULO XIX — A terrível exploração da fábrica era acompanhada por condições semelhantes na casa do trabalhador inglês. O excesso de população dos novos centros industriais deu como resultado uma crise de habitações, crise que atingiu, totalmente, aos operários. As boas casas eram caras e os trabalhadores tinham com freqüência que definir em casas velhas e semi-desmoronadas ou em edificios construídos para animais (estábulo, cavalariças, etc.). As novas casas edificadas pelos especuladores em bens de raiz careciam ainda das mais elementares comodidades. Os operários viviam aglomerados no meio da umidade e da imundície. Engels descreveu do modo seguinte as habitações dos trabalhadores ingleses: "Não é raro encontrar um homem com sua mulher e quatro ou cinco filhos, e algumas vezes, também os avós, vivendo todos num quarto de dez a doze pés de lado, onde comem, dormem e trabalham. O arranjo interior destas habitações revela os diversos graus de miséria, que chega, com freqüência, até a falta completa dos móveis mais indispensáveis e a substituição das camas por farrapos sujos". "Estas habitações — escreveu um dos funcionários de Glasgow —, são geralmente tão sujas e úmidas que não servem nem para estábulo".

A má nutrição e as condições anti-higiênicas da fábrica e das habitações, somadas às árduas condições do trabalho, produziram muitas epidemias. A chamada "febre das fábricas" levou ao túmulo nos distritos fabris a 16 % dos enfermos. O tifo e a tuberculose fizeram também grandes estragos entre os trabalhadores. "Quase todos os operários — escreveu Engels — são débeis, deformados, delgados, pálidos e seus músculos são flácidos, com exceção dos que se exercitam no trabalho". A mortalidade infantil entre as famílias dos trabalhadores atinge cifras fabulosas. Morrem 75 % dos filhos dos operários antes dos cinco anos de idade." (Efimov e Freiberg — *Hist. Ep. Cap. Ind.*, págs. 41-42 — Vitória).

Páginas de Lênin

PARA OS REACIONÁRIOS LEREM

"Quando os kadetes russos e Keriénski iniciaram uma perseguição furiosa contra os bolcheviques — sobretudo depois de abril de 1917 e mais ainda em junho e julho do mesmo ano — ultrapassaram os limites. Os milhões de exemplares dos periódicos burgueses, que gritavam em todos os tons contra os bolcheviques, ajudaram-nos a conseguir que as massas valorisassem o bolchevismo, e mesmo sem contar com a imprensa, tôda a vida social, graças ao "zêlo" da burguesia, impregnou-se de discussões sobre o bolchevismo. No momento atual os milionários de todos os países conduzem-se de tal modo na escala internacional, que lhes devemos estar reconhecidos de todo o coração. Perseguem o bolchevismo com o mesmo zêlo com que antes o perseguiu Keriénski e companhia e, como êste, também ultrapassam os limites e nos ajudam. Quando a burguesia francesa converte o bolchevismo em ponto central da campanha eleitoral, injuriando por seu bolchevismo a socialistas relativamente moderados ou vacilantes; quando a burguesia norte-americana, perdendo completamente a cabeça, detém milhares e milhares de indivíduos suspeitosos acusados de bolchevismo e cria um ambiente de pânico propagando por tôdas as partes a notícia de conspirações bolcheviques; quando a burguesia inglesa, a mais "sólida" de tôdas as burguesias do mundo, com todo o seu talento e sua experiência, comete inverossímeis tolices, funda riquíssimas "Sociedades para a luta contra o bolchevismo", cria uma literatura especial sobre êste último, toma a seu serviço, para a luta contra o bolchevismo, a um quadro pessoal suplementar de sábios, agitadores, padres, devemos nos inclinar e agradecer aos senhores capitalistas. Eles trabalham para nós, ajudam-nos a interessar as massas na questão da natureza e da significação do bolchevismo. E não podem agir de outro modo, porque já fracassaram em seus intentos de "silenciar" em tôrno do bolchevismo e afogá-lo.

Porém, ao mesmo tempo, a burguesia vê no bolchevismo quasi que unicamente um dos seus aspectos: a insurreição, a violência, o terror; por isto prepara-se particularmente para resistir e rechazar o bolchevismo neste terreno. E' possível que em casos isolados, nalguns países, em tais ou quais períodos breves, consigam êste objetivo; é preciso contar com esta possibilidade, que para nós nada tem de temível. O comunismo "brota" em todos os aspectos da vida social, manifesta-se decididamente por tôdas as partes, o "contágio" (para empregar a comparação favorita da burguesia e da polícia burguesa, e a mais "agradável" para elas) penetrou profundamente em todos os poros do organismo e o impregnou por completo. Se se "obtura" com um cuidado particular uma das saídas, o "contágio" encontrará outra, às vezes completamente inesperada; a vida

triunfa por cima de tudo. Que a burguesia se sobressalte, se irrite até perder a cabeça, que ultrapasse as medidas, que cometa absurdos, que se vingue de antemão dos bolcheviques e se esforce para aniquilar (na Índia, na Hungria, na Alemanha, etc.) centenas, milhares, centenas de milhares de bolcheviques de amanhã ou de ontem; — ao agir assim procede como procederam tôdas as classes condenadas pela história a desaparecer. Os comunistas devem saber que, em todo caso, o futuro lhes pertence, e por isto podemos (e devemos) unir o máximo de paixão na grande luta revolucionária, com a mais fria e serena consideração das furiosas sacudidas da burguesia. A revolução russa foi cruelmente derrotada em 1905; os bolcheviques russos foram esmagados em julho de 1917; mais de quinze mil comunistas alemães foram aniquilados por meio da provocação engenhosa e das manobras hábeis de Scheidmann e Noske, aliados da burguesia e dos generais monarquistas; na Finlândia e na Hungria, o terror branco faz estragos, porém em todos os casos e em todos os países, o comunismo está se temperando e cresce; suas raízes são tão profundas que as perseguições não o debilitam, não o desarmam, e sim o reforçam. A única coisa necessária para que marchemos rumo à vitória com mais firmeza e mais segurança, é que os comunistas de todos os países atuemos em tôdas as partes e até o fim, guiados pela convicção da necessidade de uma *flexibilidade* máxima em nossa tática. (Lénin — *A doença infantil do "Esquerdismo" no comunismo*, págs. 118-120, Edit. Vitória, 1946.)

• •

COMO SE EXTENDEU A GUERRA — Em 1935, a Itália atirou-se contra a Abissínia e ocupou-a. No verão de 1936, a Alemanha e a Itália organizaram a intervenção armada na Espanha, firmando-se a Alemanha no norte espanhol e no Marrocos espanhol e a Itália no sul da Espanha e nas ilhas Baleares. Em 1937, o Japão, depois de ocupar a Mandchúria, invadiu a China do Norte e a Central, ocupou Pequim, Tientsin e Changai e começou a desalojar da zona ocupada os competidores estrangeiros. Em princípios de 1938, a Alemanha apoderou-se da Áustria e no outono de 1938 da região dos sudetos da Tchecoslováquia. Em fins de 1938, o Japão ocupou Cantão e em princípios de 1939 apoderou-se da ilha de Hainã.

Dêste modo, a guerra, que se abateu de forma tão ardilosa sobre os povos, arrastou para dentro de sua órbita mais de 500 milhões de seres humanos, estendendo o campo de ação ao imenso território, que vai de Tientsin, Changai e Cantão, passando pela Abissínia, até Gibraltar.

(Stálin — *Do Infor. ao XVIII Congr. do P.C. (b) da URSS.*)

ABALO NA REPUTAÇÃO DA ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA

A *Enciclopédia Britânica* goza do renome de ser um dos mais completos, fidedignos, exatos e minuciosos dicionários enciclopédicos do mundo. Mas, como diz o provérbio: "Cada sábio tem dentro de si um tolo", assim, agora, a reputação dessa conceituada edição está correndo o perigo de se abalar. A *Enciclopédia Britânica* pregou uma peça num dos seus clientes, o correspondente do jornal inglês *Daily Telegraph and Morning Post*.

Este correspondente, segundo suas próprias palavras, conta que "ficou pérflexo" ao ler um despacho telegráfico no qual se dizia que na União Soviética se comemorava o aniversário da invenção do rádio pelo famoso cientista russo Alexander Stepanovitch Pópov. Se bem que não fôsse essa a primeira vez que o inventor do rádio era homenageado, o nome dêsse cientista, ao que parece, era desconhecido do correspondente. Para preencher essa lacuna nos seus conhecimentos sobre a história da técnica, êle recorreu à autoridade da *Enciclopédia Britânica*. Mas, ai! esperava-o uma completa decepção. Na *Enciclopédia Britânica* citavam-se, relacionados com a invenção do rádio, os nomes de cientistas alemães e do italiano Marconi, mas não se fazia nenhuma referência ao nome do cientista russo Pópov.

"A *Enciclopédia Britânica*, — escreve o correspondente curioso — não me auxiliou nesse sentido. Encontrei lá os nomes de dezenas de indivíduos que deram uma modesta contribuição a essa causa, como, por exemplo, Faraday, Maxwell e Hertz — no campo teórico, e, Marconi — no campo prático. Mas nenhuma menção havia lá sobre o "inventor do rádio" e, absolutamente, nenhuma referência a Pópov."

A autoridade da *Enciclopédia Britânica* aos olhos dêsse correspondente que recorreu ao seu auxílio é tão grande, que, a julgar pelo tom de sua nota, êle está disposto a admitir que o inventor do rádio seja uma personagem lendária. Para tirar dessa situação incômoda o infelizmente correspondente e os redatores da *Enciclopédia Britânica*, podemos informá-los de que o cientista russo, destacado físico e eletrotécnico, A. S. Pópov, nasceu em 1859 e faleceu em 1905. A 7 de maio de 1895, na sessão aberta da Sociedade Russa de Físico-Química, êle fez uma demonstração do aparelho por êle construído e que era o primeiro rádio receptor do mundo. Para essa invenção, Pópov obteve patente na Rússia e na Inglaterra!

Os trabalhos de Pópov, naquêle tempo, eram largamente conhecidos além das fronteiras do seu país, pois não os mantinha em segredo. E quando, logo depois, apareceu na Inglaterra o italiano Marconi como suposto inventor do telégrafo sem fio, foi, sem demora, publicada na imprensa, inclusive na inglesa, a carta de Pópov, na qual provava que Marconi não inventara nada de novo, mas tinha apenas reproduzido exatamente o seu aparelho. Em 1908, um inquérito internacional, especialmente organizado para tal fim pela Sociedade Russa de Físico-Química, estabeleceu a prioridade de Pópov como o inventor do rádio.

Eis os fatos. Eles não se encontram na *Enciclopédia Britânica*. Mas nem por isso os fatos se alteram. A *Enciclopédia Britânica* iludiu, nesse caso, o correspondente do jornal *Daily Telegraph and Morning Post*, que confiava na exatidão e na objetividade de suas informações.

(*Nóvoie Vriémia* — n. 10, 15-5-1946).

• •

COMO SE DEVERÁ AGIR? — “Os métodos soviéticos de industrialização diferem radicalmente dos que são empregados nos países capitalistas. Nesses países, a industrialização começa habitualmente com a indústria leve, que exige menores capitais e na qual é mais fácil obter lucros que nas indústrias pesadas. Apenas depois de um considerável tempo decorrido é que chega a vez da indústria pesada. E’ claro que o Partido Comunista não podia adotar essa diretriz. O Partido sabia que a guerra se aproximava cada vez mais, que era impossível defender o país sem a indústria pesada, cujo desenvolvimento era preciso iniciar o mais depressa possível.

Assim, em nosso país, o Partido Comunista subverteu inteiramente os métodos habituais e começou a industrialização da Rússia com o desenvolvimento da indústria pesada. Um grande auxílio que tivemos nesse terreno foi a nacionalização da indústria e dos bancos, o que permitiu a rápida inversão de capitais na indústria pesada. Sem isso, teria sido impossível conseguir a transformação do nosso país numa nação industrial e num tão curto período de tempo. Além disso, outro fator que contribuiu para a rápida execução da nossa política foi a coletivização da economia rural. Nesse terreno, o nosso objetivo era o de dar ao país mais pão e mais algodão. E para isso precisávamos passar da economia rural em pequena escala para outra, em escala bastante maior, pois somente a agricultura em grandes proporções se encontra em condições de aplicar os novos métodos técnicos e de lançar mão de todos os seus recursos para o aumento da sua produção.

O Partido Comunista não poderia adotar os métodos capitalistas de desenvolvimento da economia rural não apenas pelos motivos implícitos nos nossos princípios, como também porque o tipo capitalista de economia significa o desenvolvimento lento e implica na ruína dos camponeses. Foi por isso que o Partido Comunista adotou a mais larga coletivização da economia rural, unindo as propriedades agrícolas individuais numa nova forma — o “kólróz”. Essa coletivização provou ser uma experiência benéfica não somente porque não envolve a ruína dos camponeses como também, e sobretudo, porque forneceu a oportunidade necessária para cobrir todo o país — e dentro de poucos anos — com uma verdadeira rede de grandes fazendas coletivas.

Não resta a menor dúvida que foi apenas graças à sua firmeza e à decisão inabalável que o Partido Comunista conseguiu os resultados conhecidos não apenas na industrialização como também na coletivização da nossa agricultura.” (Do discurso de Stálin, antes das eleições, 7-2-1946.)

BIOLOGIA E MARXISMO

por Marcel Prenant

(Com o intuito de ajudar aos leitores que dêe necessitarem, no fim deste trabalho, pág. 146, publicamos um elucidário, versando sobre alguns termos técnicos, nomes científicos e autores citados.)

INTRODUÇÃO

O marxismo é, no momento atual, uma força ideológica essencial. Impôs-se à atenção pela justeza de suas previsões sobre o declínio do capitalismo e por seu triunfo cada vez mais decisivo na U.R.S.S.. Pode-se odiá-lo e combatê-lo; pode-se limitá-lo; porém, não se pode mais desprezá-lo. Penetra nas massas operárias e intelectuais e já lá se foi o tempo de pre-guerra em que não se encontraria, no grupo dos estudantes socialistas de Paris, um só leitor de *O Capital*.

Os progressos realizados foram-no, principalmente, no terreno econômico. Para muitos intelectuais, daqueles mesmos que admiram sinceramente as realizações comunistas, a filosofia materialista dialética (1) do marxismo continua a ser um espantinho, como se não fôsse inseparável dessas realizações no domínio social e no domínio científico. Acusam-na de tirania sobre o espírito; queixam-se de que prejudica a objetividade do conhecimento.

Não é aqui o lugar para se examinar se a ciência jamais é objetiva ou se, ao contrário, numa época dada, suas concepções não dependem, em larga medida, da técnica e da estrutura social e se, por conseguinte, a afirmação da independência do Espírito não é um erro, hipócrita ou não, que mascara um estado de fato inevitável (2).

O objetivo deste trabalho é mostrar, com o exemplo da biologia pelo menos, que o materialismo dialético não pode ser tirânico para a ciência porque é a própria ciência, prolongada sem solução de continuidade, com a ajuda de seus métodos experimentais e com a vontade de não recuar diante de nenhuma de suas conseqüências. E’ pasmoso ver como os melhores de nossos biólogos empiristas, quando se esforçam por uma síntese, são levados, em momentos rápidos, ao pensamento dialético, mas não o sabem sustentar.

(1) Para a definição do materialismo dialético, ver os capítulos I, II e, sobretudo, o capítulo V.

(2) Ver a respeito: “*À luz do marxismo*”, E. S. I., 1935.

Pode-se, dizia Engels (3), chegar a ela (à concepção dialética da natureza) pelos fatos acumulados da ciência da natureza e a ela se chega mais facilmente quando se põe à frente do caráter dialético dessas leis a consciência das leis do pensamento dialético.

* * *

Na primeira parte deste trabalho, procura-se destacar da biologia moderna os fatos essenciais sobre os quais repousa em parte o materialismo marxista. Reforçou ou enfraqueceu a ciência essas bases, a partir da época em que escreveram Marx e Engels? Estamos mais ou menos certos do que então da evolução das espécies vivas, fragmento da dialética do mundo? Estamos mais ou menos certos da origem animal e recente do homem, peça essencial do materialismo? Que sabemos da origem da sociedade humana? Qual é, enfim, a posição atual do homem em relação ao mundo vivo?

Esta primeira parte, com seus quatro capítulos, é, manifestamente, incompleta. O materialismo dialético só adquire senso filosófico completo quando tira de todo o conhecimento os elementos de sua síntese. Quanto ao domínio humano, os acontecimentos sociais que vivemos justificam diariamente e cada vez com maior nitidez, a filosofia marxista. Esperemos que, no domínio das ciências físicas e da matéria inanimada, um especialista qualificado se decida a dar-nos um bosquejo dialético das prodigiosas descobertas recentes, rejuvenescendo o capítulo V de *Materialismo e empiriocriticismo* e justificando a seguinte frase de Lênin: "A nova física desviou-se para o idealismo principalmente porque os físicos ignoravam a dialética". (4). Aqui, devemos limitar-nos ao mundo da vida.

Na segunda parte, serão examinados, em função do materialismo, os principais problemas da biologia. Não se trata apenas, aqui, de mostrar que as interpretações marxistas concordam com os dados científicos atuais. A tanto pode pretender também qualquer vitalismo esclarecido. Ao que não pode aspirar é a facilitar um progresso novo da biologia, é a ser a hipótese de trabalho justa e frutuosa. Ora, o bosquejo de todos os problemas biológicos recentes mostrará que a consciência do pensamento materialista e dialético lhes teria ajudado a evolução e ainda pode ajudá-la.

Se nossos biologistas empiristas repelem o vitalismo, é, precisamente, porque o sabem ineficaz e infecundo ou até esterilizante. A repugnância

(3) Engels: *O Sr. E. Dühring subverte a ciência (Anti-Dühring)*, t. I, prefácio, p. XXI (Edição Costes). Daqui por diante, designaremos esta obra pelo nome de *Anti-Dühring* — (Há uma edição brasileira desta obra).

(4) *Materialismo e empiriocriticismo*, p. 226, E. S. I.. Ver P. Langevin: *Corpúsculos e átomos*, Hermann, A.S.I., 1933. — (Há uma edição brasileira desta obra).

que por ele sentem é a ilustração implícita das célebres teses de Marx sobre Feuerbach (5):

A questão de saber se o pensamento humano pode atingir uma verdade objetiva não é questão teórica, mas questão prática. E' na prática que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade, a força, a precisão de seu pensamento.

Devo desculpar-me, perante os biologistas especialistas, no caso deste trabalho lhes cair nas mãos. Não lhes é destinado. Por isto, não encontrarão nele nem resultados experimentais novos, nem mesmo fixação de objetivos. Por falta de espaço, foi mister limitá-lo, quanto a cada problema, a uma exposição muito sucinta de fatos importantes, clássicos ou recentes, e fazer remissão, quanto ao restante, a obras de valor de língua francesa ou traduzidas para o francês, às quais como que serve de introdução. Isto não quer dizer que cada questão não mereça ser, novamente, tomada e meditada em detalhe, com o método materialista (6). Antes de mais nada, isto não significa que a experiência de laboratório e, melhor ainda, a experiência fornecida pelo uso social da técnica, não sejam a fonte viva em que se alimenta, quotidianamente, a ciência marxista e que, disse Engels, deve modificar, incessantemente, a forma do materialismo. A necessidade, todavia, mais urgente, experimentada e expressa recentemente, por certos biologistas (7), é pôr em ordem a massa de materiais que o empirismo nos forneceu.

Desde 1932, tôdas as semanas, meus alunos da Universidade operária de Paris e eu refletimos, em comum, sobre a biologia. Com eles, aprendi muito, tanto, pelo menos, quanto eles aprenderam comigo. Sempre me impressionei com a facilidade e a segurança com que um marxista esclarecido, posto em presença de uma questão científica inteiramente nova para ele, encontra a objeção justa, precisa o problema ou o resumo em síntese correta. Das nossas discussões cordiais, este trabalho se beneficiou largamente. Possa ele, em retribuição, ser útil aos alunos da Universidade operária e a quantos, como eles, se interessam pelo estudo do marxismo!

Devo, contudo, desculpar-me também, ante os marxistas, pelas lacunas certas desta exposição. As dificuldades de língua impediram-me, em particular, de utilizar suficientemente os trabalhos soviéticos sobre a biologia e suas relações com o marxismo. Com o tempo, tais defeitos teriam podido ser atenuados, mas, considerando que este trabalho pode ser útil, mesmo como está, pareceu-me preferível que aparecesse sem muito tardar.

(5) *Deutsche Ideologie*, p. 533. (Texto alemão).

(6) Foi o que tentei fazer, alhures, quanto a uma delas. Ver: Prentant, *Adaptação, ecologia e biocientífica*, Hermann, O.S.I., 1933.

(7) Ver, principalmente, Tzanck: *Presse médicale*, setembro, 1933.

PRIMEIRA PARTE
AS BASES BIOLÓGICAS DO MARXISMO

CAPÍTULO PRIMEIRO

Transformismo e dialética

Contrariamente à idéia reinante... que representa a natureza como um todo que permanece idêntico a si mesmo, que se move em círculos estreitos e tendo corpos celestes eternos, como ensinava Newton, e espécies invariáveis de seres organizados, como ensinava Linné, éle (o materialismo moderno) resume os últimos progressos das ciências naturais, segundo as quais a natureza também tem sua história no tempo.

Engels: *Anti-Dühring*, t. 1, p. 15.

Se a filosofia marxista é revolucionária, é que, por um lado, é dialética, vale dizer, estabelece, de acordo com Hegel, a mutação como lei essencial do mundo. Nada é definitivo, nem no universo inanimado, nem no mundo vivo, nem na sociedade humana, nem no domínio da atividade mental. Tudo isso contém, pelo contrário, as causas de sua própria destruição e o regime capitalista não se beneficia, a este respeito, de privilégio algum.

Na natureza, diz Engels, impõem-se, em meio à confusão das mutações sem número, as mesmas leis dialéticas do movimento que, na história igualmente, dominou a aparente contingência dos acontecimentos; as mesmas leis que, formando, de igual modo, o fio que corre, de ponta a ponta, através da história da evolução realizada pelo pensamento humano, chegam, pouco a pouco, à consciência do homem pensante (1).

A concepção dialética que tinham do mundo, Marx e Engels fundamentavam-na, acima de tudo, no estudo científico da história, mas também em certos progressos, então bastante recentes, das ciências naturais.

Era, em primeiro lugar, a teoria de Kant, matematicamente desenvolvida por Laplace e confirmada pelo emprêgo do espectroscópio em astronomia, segundo a qual o sistema solar proveiu da transformação de uma nebulosa. Por essa teoria, diz Engels, "foi abalada, pela primeira vez, a idéia de que a natureza não teria história no tempo." (2).

Eram, depois, as descobertas geológicas, em virtude das quais, "sem cessar, durante milhões de séculos, camadas novas se formam, são destruídas em grande parte e tornam a servir de materiais para novas camadas" (3) e em virtude das quais a configuração geográfica do globo mudou, sem cessar, durante êsses milhões de séculos.

Era, enfim e principalmente, a doutrina da evolução das espécies vivas, muito esquecida desde Lamarck, mas à qual, no tempo de Marx e

(1) Engels: *Anti-Dühring*, t. 1, prefácio, p. XXV.

(2) *Ibidem*, t. 1, p. 70.

(3) *Ibidem*, t. 1, p. 211.

Engels, calorosamente saudado por êles, Darwin dava forma e impulso novos. De que essa forma não fôsse definitiva e de que contivesse até, conforme a expressão de Marx, muitas "grosserias", Engels também estava perfeitamente convencido:

A teoria da evolução, disse êle, é ainda muito nova e, por conseguinte, está fora de dúvida que as pesquisas ulteriores devem modificar muito notavelmente as idéias atuais, inclusive as que são estritamente darwinistas, sobre a marcha da evolução das espécies (4).

Mas o essencial não era a forma: o essencial era que a vida, como a terra, como o sistema solar e como o universo, tinha uma história, que não era simples repetição cíclica indefinida, mas evolução verdadeira e criadora. O essencial era o golpe novo e particularmente rude desferido contra a fixidez e a imutabilidade do mundo. Que as descobertas científicas recentes não o tenham em coisa alguma atenuado, muito pelo contrário, eis o primeiro ponto a estabelecer, quando se encaram as relações da biologia e do marxismo.

* * *

A transformação das espécies vivas não é mais uma hipótese a demonstrar, nem uma teoria a fazer triunfo: passou a ser facto inconteste, para qualquer sábio esclarecido, sejam quais forem suas idéias filosóficas. Num livro recente de Vialleton, dirigido contra o transformismo e todo impregnado de preconceitos religiosos, o autor não ousou negar que espécies vizinhas possam haver nascido por modificações de um tipo comum, segundo leis naturais.

Sem possibilidade de dúvida, verificou-se, desde Darwin, que já conhecia alguns, que se multiplicaram os casos, com efeito, de formas vivas novas. Em seu livro sobre a *Variação*, Guyénot consagra mais de 70 páginas (capítulos III a V) a enumerá-las e descrevê-las rapidamente.

Muitas dessas formas novas, chamadas *mutantes*, porque resultam de mutações, diferem muito pouco da espécie antiga de que provieram, mas o fato capital é que os caracteres novos se transmitem por hereditariedade, em conjunto e completamente, de acordo com regras precisas (5).

E' assim que uma só espécie de pequena mosca, a drosófila, deu, em vinte anos, nas mãos de Morgan e de seus colaboradores, mais de 400 mutações diferentes, relacionadas com a forma das asas, com a disposição das respectivas nervuras, com a forma e a cor dos olhos, com a forma e a disposição dos pêlos que cobrem o corpo, com a forma da cabeça, do tórax e do abdômen, com as patas, com a cor geral do corpo ou até com caracteres fisiológicos, como a fecundidade e a vitalidade. Por outro lado, uma planta muito conhecida, a *bóca de lobo*, deu ao botânico Baur várias centenas de mutações, que se diferenciaram do tipo ordinário pela forma ou pela cor das flores, pelas das folhas, por um tamanho anão, etc..

(4) *Anti-Dühring*, t. 1, p. 101-102.

(5) Ver capítulo X.

Se bem que estes caracteres sejam hereditários, poder-se-ia, dado que são, muitas vezes, mínimos, recusar-se considerar as mutações como outras tantas espécies. Conhecem-se, porém, casos inteiramente semelhantes, em que o caráter novo, hereditário também, é muito mais aparente. Em 1763, encontrou-se numa cultura de morangueiros, um *mutante* cujas folhas tinham, apenas, um folíolo, e não três, como os morangueiros comuns. Em 1855, uma acácia deu, do mesmo modo, um *mutante* cujas folhas tinham só um folíolo, em vez de diversos. Essas formas novas perpetuaram-se a partir daí. Não há dúvida que, se houvessem encontrado essas plantas sem terem idéia de sua origem, os botânicos as teriam considerado como pertencentes a espécies diferentes. Mais ainda, Bouvier mostrou, há uns trinta anos, que certos camarões de água doce dos países quentes podiam dar, numa mesma postura, descendentes tão diferentes, que os zoologistas os classificariam, sem dificuldade, não só em espécies, mas até em gêneros distintos; seja qual for o modo por que se interprete semelhante observação em suas minúcias, é impossível deixar de concluir que uma *mutação* pode produzir uma espécie inteiramente nova.

Este último exemplo responde a outra objeção. A maior parte das mutações conhecidas, realmente, foi observada no laboratório ou em culturas experimentais, em animais domésticos ou plantas cultivadas. Poder-se-ia indagar se elas se realizam também na natureza, longe da ação humana. As observações de Bouvier provam que assim se dá. Não são, aliás, as únicas: muitas mutações da drosófila produzem-se no estado selvagem, do mesmo modo que nos laboratórios; o mesmo facto foi observado em mais outros casos.

Ainda não sabemos, de maneira certa, se existem ou não outros modos de transformações das espécies que não sejam as mutações, mas é indubitável que as mutações são, para a transformação das espécies e para o aparecimento de espécies novas, um processo muito mais freqüente do que se pensa em geral. Limitar-nos-emos, aqui, a esta verificação, reservando para o capítulo XI a questão das condições suplementares que permitem a fixação de uma espécie estável.

* * *

Não é sobre este ponto, pois, que os adversários do transformismo podem dirigir suas críticas. O que eles negam é que uma série de mutações, por longa que seja, haja podido permitir que *todas* as espécies vivas atuais surgissem a partir de uma espécie inicial ou mesmo de pequeno número de espécies iniciais. Vialleton, por exemplo, julga dever admitir a criação divina para grande número de tipos (o que chama "tipos formais"), cada um dos quais teria podido, mais tarde, transformar-se de modo limitado nalgumas espécies diferentes.

Em que se distingue um tipo formal de uma espécie, no dizer de Vialleton? Para esclarecê-lo, escolheremos um exemplo. Na asa de um morcego, com formas diferentes, encontram-se todos os ossos, todos os músculos que caracterizam o membro anterior de um mamífero quadrúpede e só eles. São quatro dedos, muito alongados, que sustentam a membrana da asa, ao passo que o polegar é curto, livre, com uma garra; é o músculo peitoral habitual que, muito forte aqui, faculta o vôo. O que se

poderia dizer, assim, de tôdas as partes da asa, se poderia repetir de toda a organização do morcego, que é, dizem os anatomistas, homóloga a de um mamífero quadrúpede.

Isto Vialleton é obrigado a admitir. O que ele repele é a conclusão que os transformistas tiram: os morcegos são derivados de mamíferos quadrúpedes, cuja anatomia sofreu diversas modificações. Objeta, com efeito, que o modo de ação da asa é inteiramente diferente do de uma pata, que as articulações de uma pata não podem permitir os movimentos que convêm a uma asa e, por conseguinte, que uma pata nunca pode ter sofrido as transformações que haveriam feito dela uma asa.

Semelhante argumentação lembra a dos filósofos que negavam o movimento porque era impossível a um corpo passar do repouso ao movimento. Não passa de sofisma, ou, se quiserem, não é mais do que o modo de pensar "metafísico", que Engels estigmatizou, opondo-lhe o pensamento dialético:

Para o metafísico, as coisas e suas cópias no pensamento, os conceitos, são objetos de estudo isolados, a considerá-los depois do outro, fixos, rígidos, dados de uma vez por tôdas. Ele só pensa em antítese sem intermediários. Diz: sim, sim; não, não; e tudo que existe a mais é um mal. Para ele, de duas uma: um objeto existe ou não existe; uma coisa não pode mais ser ela própria e outra (6).

A argumentação "metafísica" de Vialleton levou-o até o desconhecimento dos fatos correntes. E' impossível refutá-lo, no que diz respeito aos morcegos, mostrando quadrúpedes que voam: as condições mecânicas do vôo são, realmente, demasiado estritas. Vialleton negou, todavia, pelas mesmas razões, que uma nadadeira pudesse servir de pata; ora, conhecemos peixes, como os perióftalmos, cujas nadadeiras, com modificações anatómicas muito fracas, funcionam como patas na terra úmida. Negou também que uma pata pudesse servir de nadadeira; esqueceu-se, ao que parece, de que os cães e os cavalos nadam com as patas e de que são as mesmas patas que servem a uma rã, em terra e nágua, e as mesmas nadadeiras que servem a uma *xotária*, em ambas essas circunstâncias. Tem-se aí a *concepção metafísica... exclusiva, restrita, abstrata, perdida em contradições insolúveis, porque os objetos que ela considera isoladamente a fazem esquecer suas relações reciprocas, seu ser a faz esquecer seu futuro e seu fim, o seu repouso a faz esquecer seu movimento; porque as árvores a impedem de vêr a floresta (7).*

Uma transformação de espécie só é, portanto, possível, segundo Vialleton, se os caracteres modificados não tiverem importância prática, do ponto de vista da respectiva função: se, por exemplo, se tratar de caracteres de côr ou de ornamentação. Os diversos felinos (gatos, leões, tigres, etc.) podem ter aparecido por transformação de um tipo inicial, mas as famílias dos felinos, dos ursos, dos cães, das martas, dos almiscares, das hienas não podem ter antepassados comuns e representam

(6) *Anti-Dühring*, t. 1, p. 9. Cumpre notar que, para Marx e Engels, o termo "metafísico" significa, simplesmente, "não dialético".

(7) *Ibidem*, t. 1, p. 10.

outros tantos tipos formais (8). A pensar, assim, dado que o número de espécies vivas atuais vai quasi a um milhão, é em várias dezenas de milhares que se têm de avaliar os tipos formais correspondentes; se se levarem em conta as espécies extintas, é aos milhões que eles deveriam ter sido criados.

Esta conclusão, cuja extrema debilidade acabamos de ver, representa a posição mais reacionária do momento atual em face do transformismo. Cientificamente insustentável, não teve sucesso sinão entre publicistas sem competência e, se nos pareceu útil discutí-la, aqui, foi, unicamente, a fim de pôr em guarda contra ela leitores desavisados.

Nalguns biólogos atuais, dentre os melhores, pode-se observar, entretanto, tendência muito mais séria para o desânimo científico. Homens como Caullery e Guyénot acham que as mutações, tais quais as conhecemos e por numerosas que as suponhamos, não podem explicar tôda a evolução da vida. As mutações, dizem eles, nunca fazem mais do que modificar órgãos existentes, ou, a rigor, extingui-los; não conhecemos, porém, casos em que elas criem novos. Por isto, é impossível que mutações hajam feito aparecer, por exemplo, os membros tão característicos da maior parte dos vertebrados ou as asas dos insetos, ou, ainda, tenham formado um olho funcional ou um cérebro com suas inúmeras conexões. Puderam, apenas, trazer variações a êsses diversos órgãos inteiramente constituídos.

Tal objeção lembra um pouco a de Vialleton. Leva, igualmente, a admitir que a variabilidade por mutações é limitada, em redor de certos tipos de organização, como seja o do vertebrado de quatro membros, o do inseto alado, etc. A origem dêsses tipos nos seria desconhecida.

Esta objeção, contudo, contrariamente à de Vialleton, permanece no terreno científico. Em primeiro lugar, não se afirma aqui, absolutamente, que a origem dos tipos de organização seja sobrenatural e incognoscível. De mais a mais, muito extensa, entretanto, a variabilidade admitida, não seriam mais uns tantos milhões, mas algumas dezenas ou centenas de tipos, que subsistiriam, provisoriamente, como enigmas para os biólogos.

Este problema só poderá ser discutido de maneira completa no capítulo XI, depois do exame de questões na aparência inteiramente diversas. Podem-se fazer, porém, desde já, algumas observações a seu respeito.

Antes de mais nada, há diferença entre a modificação de um órgão e sua formação? Essa diferença não estará um pouco nas palavras e não seria muito atenuada se se pensasse, dialéticamente, nas realidades que as mesmas palavras representam? Quando, por exemplo, um órgão é modificado por uma mutação, não significa isso que algumas de suas partes desapareceram, ao passo que outras, que não existiam antes, foram surgindo? A mutação não criou, pois, digam o que disserem, alguma coisa?

Mas não é só. Quando falamos de um órgão modificado ou criado, pensamos, muito naturalmente, no estado adulto e definitivo dêsse órgão, aquêle no qual funciona. Ora, haveremos de ver, ao estudar o desenvolvimento da forma nos seres vivos, que êsse estado nada tem de comum, na

(8) Vialleton, p. 201.

aparência, com as particularidades do ovo que o trazem à realização, de modo que uma "criação" de órgão pode resultar perfeitamente de uma "modificação" do ovo. Aqui também, o pensamento dialético, que acompanha o objeto na sua transformação, talvez permita evitar oposição verbal entre conceitos excessivamente rígidos.

Sem desconhecer, em suma, o valor da objeção que aqui discutimos, não se deve tomá-la demasiado literalmente. Ela corresponde muito mais a uma lacuna dos nossos conhecimentos do que a uma dificuldade de princípio.

Provas paleontológicas do transformismo

Vimos, atrás, que numerosas formas novas têm aparecido desde que os naturalistas as observam, isto é, há dois ou três séculos, no máximo. E' claro, contudo, que as modificações muito mais consideráveis, que o transformismo generalizado exige, excedem, largamente, êsse curto período e até tôda a época histórica. Não se deve, pois, argumentar, como fizeram certos fixistas, com o facto de que os animais não mudaram nada desde o Egito antigo, mas também não se deve exprimir o transformismo, à maneira comum de seus vulgarizadores, com frases dêste jaez: "O homem descende do macaco." A grande maioria das espécies vivas descendem, efetivamente, não de outras espécies atuais, senão de espécies desaparecidas e é mister fazer estas intervirem para determinar qualquer descendência.

As espécies desaparecidas são-nos conhecidas pelos fósseis que encontramos nas camadas do subsolo. São restos (conchas, dentes, ossos, na maior parte das vezes), que se descobriram enterrados no lodo, na areia, na terra, petrificados e assim conservados até nós, quando êsses depósitos se consolidaram em rochas.

Conhecemos, assim, fósseis, os mais antigos, os quais, na opinião dos geólogos, remontam a vários milhões de séculos. Os físicos, por meio de processos inteiramente diversos, calculam-lhes a idade em mais de um milhão de anos (9). As duas estimativas concordam de maneira suficiente, porque nem uma e nem outra podem ser feitas com muita precisão e não dão senão uma ordem de grandeza, que é a mesma.

Desde essa época, a mais antiga em que se conhece a vida, o estudo dos fósseis mostra-nos que as faunas e as floras se renovaram muitas vezes. Não só espécies inúmeras, mas também grupos muito importantes apareceram e desapareceram. Tais alterações, juntas às que se processaram, ao mesmo tempo, na configuração do globo, permitiram subdividir a história geológica dêste, a partir-dos primeiros fósseis conhecidos, em quatro grandes eras, cuja duração é muito desigual.

A mais antiga, a era primária, excede muito, em duração, as demais e ocupa, sozinho, milhões de séculos. Viu a formação de duas enormes cadeias de mentanbas sucessivas, o desaparecimento de grupos, como os

(9) Ver a respeito: Vernadski, *Os problemas da radiogeologia*, Hermann, A.S.I., 1934.

trilobitas, que faziam parte dos mais antigos que se conhecem, mas também o aparecimento dos primeiros peixes, muito diferentes dos nossos e, já para o fim, dos primeiros batráquios e dos primeiros reptis conhecidos, assim como de plantas superiores, análogas aos fetos.

A era secundária, que se segue, durou, apenas, algumas dezenas de milhões de anos. Durante êsse tempo, dominavam, nas terras, reptis muito numerosos, muitas vezes gigantes e de formas estranhas. Alguns dentre eles (pterossáurios) voavam como os nossos morcegos. Outros reptis (ictiosáurios, por exemplo) nadavam nos mares, à maneira das nossas baleias, mas os oceanos eram povoados, principalmente, por amonitas, espécies de moluscos análogos aos polvos, cujas primeiras espécies haviam surgido no curso da era primária. Ora, em fins da era secundária, os amonitas desapareceram de todo. Quanto aos grandes reptis, também desapareceram e, daí por diante, não restará mais dêsse grupo senão formas mais ou menos vizinhas dos nossos lagartos, das nossas serpentes, das nossas tartarugas e dos nossos crocodilos atuais. De outro lado, porém, é na era secundária que surgem os primeiros mamíferos, as primeiras aves e as primeiras plantas de flores.

A era terciária, mais curta ainda, durou apenas alguns milhões de anos (10). Foi então que se formaram as cadeias de montanhas chamadas alpinas, que compreendem, particularmente, os Alpes e os Pirineus. Foi então que se estabeleceu, pouco a pouco, uma geografia vizinha da que hoje conhecemos. Nos mares terciários também, as espécies animais, distintas, embora, das nossas, não diferiam fundamentalmente delas. Nos continentes, eram os mamíferos que dominavam, com abundância e exuberância de formas muito superiores às que têm atualmente.

Vem, enfim, a era quaternária, na qual vivemos hoje. Não lhe excede a duração uns tantos milhares de séculos. Bastou, no entanto, para o aparecimento e desaparecimento de muitas espécies animais. A bem dizer, a era quaternária não faz mais do que prolongar a era terciária e, se se distingue uma da outra, é, sobretudo, porque a era quaternária viu, senão, talvez, o aparecimento, pelo menos o desenvolvimento do homem.

A história precedente, esquemática, toma em consideração, apenas, os grupos mais importantes, mas dela podem tirar-se várias conseqüências para a evolução da vida.

Em primeiro lugar, os diversos grupos aparecem, desenvolvem-se e desaparecem. E' o que acontece, por exemplo, com os amonitas, que se apresentam em meados da era primária, adquirem desenvolvimento enorme durante toda a era secundária, mas não lhe sobrevivem. Os reptis, aparecidos no fim da era primária, têm história semelhante, principalmente se lhes considerarmos separadamente os diversos grupos, como os pterossáurios ou os ictiosáurios. No próprio conjunto, eles não sobrevivem, do fim da era secundária até nossos dias, senão em número restrito e com formas reduzidas. Poder-se-iam citar muitos outros exemplos.

(10) Dez milhões, no máximo, segundo Vernadski, ob. citada. Trata-se, aqui também, de uma ordem de grandeza.

As espécies têm duração mais limitada ainda. Cada uma aparece, se desenvolve e declina, dentro de um tempo que, em média, não excede pequeno número de milhares de séculos. Daí resulta que, desde os primórdios da era primária, há lugar para várias centenas de gerações de espécies, pelo menos.

Os grupos não se apresentam, enfim, em qualquer ordem. Aquêles, cuja organização é a mais complexa, aparecem, em geral, tardiamente. Se, por exemplo, considerarmos as plantas, só se conhecem, até fins da era primária, plantas inferiores, análogas a algas. Depois, surgem plantas mais complexas, bem próximas dos nossos fetos. Em seguida, são, nos limites das eras primária e secundária, as primeiras coníferas e, por fim, em fins da era secundária, as plantas de flores superiores. Esta ordem é, exatamente, a que poderiam imaginar biólogos que argumentassem, simplesmente, de acôrdo com seus conhecimentos anatômicos. O mesmo se dá no que respeita aos vertebrados. Os primeiros conhecidos dentre eles são os peixes, em meados da era primária. Depois, vêm os batráquios, em seguida, os reptis, nos fins dessa era e, após, os mamíferos e as aves, na era secundária.

Esta complicação crescente, incontestável em certos grupos, é argumento para o transformismo. Para explicá-la, de seu lado, Vialleton é obrigado a admitir que a criação das espécies se faz conforme a um plano de conjunto do criador, que iria do mais simples ao mais complexo, de modo que haveria, sim, uma evolução, porém sob influência sobrenatural. Aqui, também, sai-se das explicações científicas.

De onde provém, inversamente, que esta complicação não se faça sentir em todos os grupos? De onde provém, por exemplo, que os seres vivos mais amigos, conhecidos, os do início da era primária, não sejam seres muito simples e haja entre eles alguns tão complexos quanto crustáceos ou moluscos? Semelhante objeção parece embaraçar até biólogos dos mais avisados. Ora, a resposta é evidente. Os geólogos sabem perfeitamente, e há muito tempo, que os terrenos dos primórdios da era primária não são os mais antigos que puderam encerrar fósseis. Todos aquêles, porém, que os precederam sofreram, desde então, as modificações que os geólogos chamam metamorfismo: arrastados os fósseis a grandes profundidades da crosta terrestre, foram submetidos, em seu interior, a altas temperaturas, a pressões pavorosas e à ação de vapores diversos. Sob essas influências, cristalizaram e mudaram de natureza, transformaram-se em granitos, gneiss, micachistos. Aliás, mesmo nesses terrenos, ainda acontece encontrarem-se, excepcionalmente, vestígios de vida que, em certa medida, escaparam à destruição, isto é, fósseis que não foram transformados e se conservaram como tais.

E' impossível dizer, mesmo aproximadamente, quantos milhões de séculos duraram êsses tempos, anteriores à era primária, e que são, por assim dizer, a prehistória da terra e da vida. Nos terrenos que lhes correspondem, os estudos pacientes dos geólogos reconheceram, no entanto, vestígios de seis grandes cadeias de montanhas sucessivas. Se tivermos em mente que três, apenas, se formaram desde o início da era primária, poderemos cogitar se essa prehistória, mesmo considerando, somente, a parte cujos vestígios conhecemos, não durou duas vezes mais que o

conjunto das eras que se seguiram até os nossos dias. Os físicos também fazem remontar a dois bilhões de anos a idade dos terrenos metamórficos mais antigos que se conhecem. Ora, nada prova que hajam sido os mais antigos que se formaram; e tudo leva até a pensar o contrário.

Há um século, tôdas as descobertas dos geólogos têm concorrido para alongar, enormemente, a avaliação dos tempos durante os quais se pôde fazer a evolução da vida. Não temos que nos espantar de que, no início da era primária, haja sido a fauna tão rica e tão variada. Não temos também que dizer, com certos biólogos, que a evolução é, hoje, menos rápida que no passado. De quatro entroncamentos de plantas e oito de animais, que os naturalistas distinguem, três apareceram no período de tempo que conhecemos bem, isto é, no último bilhão de anos. É, exatamente, o que se pôde esperar, se se tiver sólida noção científica sobre a duração da vida e sobre o facto de que o conhecimento humano não lhe abrange mais do que reduzida parte.

De acôrdo com o que precede, nada sabemos dos primeiros seres vivos que povoaram a terra. Não só eram, com tôda certeza, seres muito pequenos e muito moles, muito difíceis de fossilizar, como também os terrenos em que teriam podido conservar-se desapareceram, sem dúvida, completamente.

Esquemáticamente, a descendência das espécies e dos diversos grupos vivos pode ser representada por uma espécie de árvore genealógica, de ramificações mais ou menos regulares. Em que medida, com a ajuda dos fósseis, se pode acompanhá-la nas minúcias, de galho em galho dessa árvore? E' possível, particularmente, passar de uma espécie à outra, por diferenças suficientemente tênues para que uma mutação as possa transpor?

Sim, em certos casos! E' o que acontece com os amonitas e muitos outros moluscos, cujas transformações se podem seguir, passo a passo, de camadas mais antigas a camadas mais recentes. E' o que acontece, nos terrenos terciários, com os antepassados dos cavalos, dos elefantes e também de outros mamíferos.

Do início da era terciária até nossos dias, por exemplo, vale dizer, em alguns milhões de anos, pode-se estabelecer, pela estrutura das patas, pela do crânio e das mandíbulas, pela dos dentes, pelo tamanho dos animais e outras particularidades mais, uma série de uns doze estádios que unem os mamíferos primitivos aos cavalos atuais, cujos caracteres são muito especiais. Nesta série, as patas, por exemplo, têm, primeiramente, cinco dedos, depois quatro, depois três, sendo que os laterais se tornam cada vez menores até desaparecerem, enquanto a pata se desenvolve cada vez mais à custa do dedo médio. Além desta série, que se prolongou até nossos dias, entroncam-se nela ramos laterais, digamos, mas as espécies correspondentes desapareceram tôdas antes da época atual.

Tem-se objetado, muitas vezes, que as séries assim reconstituídas, coisa alguma provava que elas fôssem, de veras, séries de descendência. Claro que nos é impossível voltar atrás alguns milhões de anos para assistir, realmente, à origem de uma espécie da série. Mas o problema deve ser formulado de outro modo: a hipótese transformista exige que, entre os mamíferos primitivos e os cavalos atuais, se tenham escalonado

formas intermediárias em número assás grande. O facto de encontrarmos essas formas regularmente repartidas no tempo deve ser considerado como verificação do transformismo.

Evidentemente, tôdas as séries genealógicas não foram reconstituídas com a mesma precisão de detalhe. Muitas dentre elas apresentam lacunas. O contrário seria de admirar. Na massa dos animais e das plantas que existem em um momento dado, muito poucos se fossilizam; quasi todos desaparecem sem deixar vestígio algum. Pensemos, apenas, em tôdas as conchas que, à beira-mar, se despedaçam ou se dissolvem, em todos os esqueletos que se pulverizam à superfície do solo e, principalmente, nos animais moles, como os vermes ou as medusas, que apodrecem inteiramente, salvo em condições absolutamente excepcionais. Se acrescentarmos que encontramos os fósseis em lugares relativamente pouco extensos (em pedreiras, minas, escavações, ao longo das penedias, etc.) e que, assim mesmo, é uma sorte encontrá-los, compreender-se-á que haja, em nossos conhecimentos, enormes lacunas.

E' bom fazer idéia nítida dessas lacunas porque se discute sobre elas sem precisões. Os transformistas dizem-nas enormes e os anti-transformistas, confessos ou não, afirmam que aquêles as exageram.

Os anti-transformistas dizem (é um dos seus argumentos) que, no início da era primária, a fauna e a flora eram tão variadas quanto agora. Vimos que têm razão, provavelmente, neste ponto. Vimos, porém, igualmente, que, desde aquela época, as espécies se renovaram várias centenas de vezes. Como existe perto de um milhão de espécies atualmente vivas, quer dizer que deveriam existir várias centenas de milhões no estado fóssil. Quanto a isto, na realidade, conhecemos duzentas mil, apenas, ou, seja, cerca de uma por mil.

Poder-se-ia objetar que, neste cálculo, se levam em conta animais moles, que não deixam fósseis e que a proporção é muito diferente se só se encararem, por exemplo, moluscos ou vertebrados. Consideremos, todavia, os peixes. Existem, atualmente, dez a quinze mil espécies. O grupo já era muito disseminado em meados da era primária e pode-se presumir que, há um ou dois milhões de séculos, já fôsse tão rico em espécies quanto agora. De acôrdo com nosso cálculo, pois, devem ter existido, desde então, 500.000 espécies de peixes, aproximadamente, que se deveriam encontrar no estado fóssil. Ora, conhecem-se, no máximo, 15.000, isto é, cerca de uma por trinta.

Há, por conseguinte, em nossos conhecimentos, enormes lacunas ou, melhor, só temos informações aqui e ali, graças a acasos felizes. E' o que se dá com muitas espécies fósseis, conhecidas por um só exemplar. Das primeiras aves fósseis da era secundária, do gênero *Archaeopteryx*, aves estranhas providas de dentes e lembrando os réptis por quase tôda sua anatomia, conhecemos, tão somente, três exemplares. A primeira ave, que se lhes segue, é-lhes posterior vários milhões de anos e só é conhecida, por sua vez, por uma amostra única. Quem ousaria afirmar não ter existido nenhuma ave no longo período intermediário?

Cumpre admirar, na verdade, que, apesar dessas enormes lacunas, se tenham podido reconstituir algumas séries genealógicas quase completas e esboçar grande número de outras. Vialleton canta vitória porque

elas não formam uma árvore genealógica contínua. Pretende até provar, assim, que cada um dos seus "tipos formais" foi objeto de criação especial. Sem chegarem a esta conclusão teológica, outros biólogos o acompanham em suas críticas. Nem um, nem outros parecem perceber que elas se resumem, no fundo, em duas verdades primeiras: uma genealogia incompletamente conhecida apresenta lacunas e essas lacunas limitam, necessariamente, as séries genealógicas que se podem tentar reconstituir. Eis os únicos argumentos que, no momento atual, se podem opor ao transformismo triunfante.

(No próximo número: Capítulo Segundo — *Transformismo e Materialismo*.)

INFORMAÇÕES SOBRE ALGUNS TERMOS E NOMES CIENTÍFICOS E DE AUTORES REFERIDOS NESTE TRABALHO

AMONITAS — Grupo inteiramente fóssil de moluscos, próximos dos polípos e das síbas atuais. Este grupo apareceu nos fins da era primária e extinguiu-se no fim da secundária.

ANATOMIA — Ciência que tem por objeto dissecar os corpos organizados, animais ou vegetais, para conhecer e estudar a estrutura e as relações dos diferentes órgãos ou tecidos que os compõem.

ARQUEOPTERIX — A ave mais antiga que se conhece; ainda muito próxima dos réptis; data da era secundária.

BIOLOGIA — Ciência que estuda os seres vivos e suas relações, para conhecer as leis de sua organização e dos seus atos.

CONIFERAS — Ordem de plantas dicotiledoneas, que, como o pinheiro e o cedro, produzem frutos em forma de cone.

DARWIN (Charles Robert) — (1809-1882). Célebre naturalista inglês, o mais notável teórico da *evolução* nas ciências da natureza, no século passado. Darwin diz expressamente, na penúltima página da *Origem das Espécies* (6.ª edição) que ele considera "todos os seres, não como criações especiais, mas como descendentes em linha direta de um pequeno número de seres".

DIALÉTICA — A palavra dialética significa, principalmente, na antiguidade, a arte ou a ciência da discussão. Depois de Marx e Engels, significa a ciência das leis universais do desenvolvimento da natureza, da sociedade humana e do pensamento.

DIALÉTICO (Pensamento) — O desenvolvimento dialético do pensamento processa-se, digamos, apenas para exprimir o seu dinamismo, em progressão geométrica, enquanto o da natureza, em progressão aritmética, mas condicionando aquê. Só reconhece esta tese como verdadeira o revolucionário marxista. Quantos atribuem apenas à natureza o desenvolvimento dialético, não sendo o pensamento senão a expressão de meros reflexos do mundo exterior objetivo, não passam de simples mecanicistas e evolucionistas. Por isso, afirmam, que a consciência política de um país não pode ser mais madura do que seu desenvolvimento econômico. Argumentando contra essa subestimação do pensamento revolucionário,

Lénin escreveu: "Eles não compreendem que um ideólogo é digno dêse nome quando marcha à frente do movimento espontâneo, quando aponta o verdadeiro caminho a seguir, e quando é capaz de resolver, antes de todos os outros, os problemas teóricos, políticos e táticos encontrados nos elementos materiais do movimento... E' necessário criticar o movimento, mostrar seus perigos e defeitos e aspirar a elevar a espontaneidade à consciência. Dizer que os ideólogos não podem afastar do seu caminho o movimento criado pela ação recíproca do meio e dos elementos, significa ignorar a verdade elementar de que a *consciência participa* dessa ação recíproca e dessa criação." Não foi por acaso, pois, que os reformistas afirmaram que a luta política não era senão um reflexo automático do desenvolvimento econômico e o partido político deveria *seguir* e não *dirigir* o movimento, de acôrdo com o conceito de seu teórico — Bernstein — que pronunciara o aforismo famoso: "O que é geralmente considerado como o fim do socialismo nada é para mim; o movimento é que é tudo." O pensamento dialético, que é revolucionário por excelência, precipita a evolução da sociedade, realizando sínteses antecipadas, que não são senão as previsões das sínteses sociais que se realizarão, e, dessa forma, "aponta o verdadeiro caminho a seguir" à sociedade no seu processo de desenvolvimento.

EMPIRISMO — Doutrina filosófica que considera a sensação como a fonte única de nossos conhecimentos. Há um empirismo idealista e um empirismo materialista. O empirismo idealista (Berkeley, Hume, Mach, Avenarius, Bogdanov), reduz o conhecimento ao conjunto das sensações ou representações, negando o facto de que, na base do conhecimento, se encontra a natureza material. O empirismo materialista (Bacon, Hobbes, Locke e os materialistas franceses do século XVIII) afirma que, na base das sensações, se encontram os objetos que constituem a natureza material. O materialismo dialético repele o empirismo idealista e considera como verdadeiros os pontos de vista do empirismo materialista. Apesar disso, o materialismo dialético rejeita as limitações do empirismo unilateral, peculiares ao materialismo premarxista, que subestimava o papel das teorias gerais e das abstrações científicas. Reconhecendo que, na base de todo o conhecimento, se encontra a sensação, o materialismo dialético, ao mesmo tempo, admite a grande importância das teorias, das idéias e dos conceitos.

ERA — Tempo que designa as grandes épocas da história geológica: eras primária, secundária, terciária e quaternária.

ESPÉCIE — Categoria que reúne todos os seres vivos que possuem caracteres comuns, que os torna semelhantes entre si, e que os transmitem, por via da reprodução, aos seus descendentes, os quais conservam êsses caracteres fundamentais, embora com variações secundárias individuais.

ESPECTROSCÓPIO — Instrumento que permite a análise da natureza dos elementos de um foco luminoso e a determinação da constituição química dos corpos.

FAMÍLIA — Em história natural significa agrupamento de gêneros ou tribos, animais ou vegetais, ligados por caracteres comuns.

FAUNA — Conjunto de animais próprios de uma região ou de um período geológico.

FETOS — Nome dado a diversas plantas criptogâmicas da série das filicales.

FLORA — Conjunto das plantas que crescem em determinada região ou de um período geológico.

FÓSSIL — Resto ou vestígio de plantas ou de animais que se encontram nas camadas terrestres anteriores ao atual período geológico.

GENEALOGIA — Parte da História que trata da indagação da origem e sucessão das famílias.

GÊNERO — Em história natural significa um conjunto de espécie que apresentam um certo número de caracteres comuns, menos gerais que os que servem para constituir famílias e mais gerais que os que servem para determinar as espécies.

GEOLOGIA — Ciência que tem por objeto o estudo da história natural da terra, dos diferentes terrenos que a compõem, sua formação e sua situação atual.

HEGEL (Georg Wilhelm Friedrich) — (1770-1831). O mais notável filósofo idealista da Alemanha. Célebre, sobretudo, pelo método dialético que concebeu sob forma idealista, mas justa no fundo.

ICTIOSSÁURIO — Grande réptil marinho e nadador da era secundária.

KANT (Emmanuel) — (1724-1804). Um dos maiores filósofos dos tempos modernos. "O traço fundamental da filosofia de Kant é a conciliação do materialismo com o idealismo, uma íntima ligação entre este e aquele". (Lénin.) Kant fez muito em favor do desenvolvimento da ciência das leis da formação do sistema solar.

LAPLACE (Pierre-Simon, marquês de) — (1749-1827). Geômetra, físico e astrônomo francês. Autor de certo número de obras científicas, das quais as mais importantes são a *Exposição do sistema do mundo* (1796) e o *Tratado da mecânica celeste*, nelas expõe a fundamentação da hipótese de Kant, atualmente adotada da origem do sistema solar.

MAMÍFEROS — Classe de vertebrados, que ocupa o primeiro lugar na escala zoológica e cujo característico são as mamas.

MATERIALISMO — É o sistema filosófico que nos leva ao reconhecimento da existência do mundo material exterior à nossa consciência e da possibilidade de conhecê-lo. As idéias, do ponto de vista materialista, não são senão o reflexo no cérebro do mundo material. A unidade do mundo reside na sua materialidade. O materialismo é a filosofia do marxismo. O materialismo atinge sua forma suprema na doutrina filosófica de Marx. Lénin escreveu que: "A filosofia de Marx é o materialismo filosófico acabado, que deu à humanidade e, em particular, à classe operária, uma arma formidável de conhecimento." (Lénin — *Três fontes e três partes integrantes do marxismo*.) "O materialismo filosófico marxista é a base científica para o desenvolvimento das ciências naturais. Esse materialismo não se diferencia, todavia, do anterior de Marx, só por seu ponto de vista dialético sobre a natureza. Todas as formas anteriores do materialismo coincidiam numa concepção idealista sobre a sociedade, sobre as leis pelas quais se rege sua evolução. Os velhos materialistas, embora sendo materialistas em seus pontos de vista sobre a natureza, eram idealistas no terreno dos problemas sociais. O materialismo filosó-

fico marxista considera a matéria, a natureza, como realidade objetiva, como o primário. A matéria, por sua vez, é inseparável do movimento. O movimento é a forma de ser da matéria, a forma de sua existência. Todo o processo histórico do desenvolvimento da natureza é o processo de desenvolvimento da matéria, seu trânsito de uma forma de movimento para outra. O próprio raciocínio do homem não é senão produto desse processo histórico de evolução da matéria, produto da matéria altamente organizada."

Por isso, "a cada nova grande descoberta no estudo da natureza, o materialismo filosófico adquire nova forma. O materialismo, por oposição ao idealismo, foi enorme factor progressista no desenvolvimento das ciências naturais. Não se concilia com o clericalismo, luta contra a superstição e contra o obscurantismo, impele a ciência para adiante." (Rosental — *O método dialético marxista* — "in" *Divulgação Marxista*, pág. 122, n. I, de 1-7-946.)

MATERIALISMO DIALÉTICO — Doutrina filosófica sobre as leis mais gerais da evolução da natureza, da sociedade humana e do pensamento. O materialismo dialético é a concepção filosófica dos comunistas. "Chama-se materialismo dialético porque o seu modo de examinar os fenômenos da natureza, seu método de estudar esses fenômenos e de concebê-los é dialético, e sua interpretação desses mesmos fenômenos, sua maneira de focalizá-los, sua teoria, é materialista." (Stálin — *Sobre os fundamentos do leninismo*, pág. 261 — Edit. Calvino Ltda.)

MATERIALISMO E EMPIROCRITICISMO — Trabalho genial de Lénin, no qual desmascarou os *machistas*, demonstrando que, sob a bandeira de sistemas filosóficos "mais novos", ressuscitava, na realidade, a filosofia idealista de Berkeley. Esse livro serviu de base à preparação teórica de um partido marxista de novo tipo — o *Partido Comunista (b) da URSS*. Foi escrito em 1908 e publicado em maio de 1909.

METAFÍSICA — Originariamente: a parte da filosofia que estudava a ontologia (ciência do ser) e a cosmologia (ciência das causas fundamentais). Mais tarde, a metafísica foi considerada a ciência do Super-sensível. Foi chamada por Albertus Magnus a ciência Transfísica. Aquinas considerava-a ligada ao conhecimento de Deus. A filosofia escolástica considerava-a apenas como a ciência do ser (ontologia). Bacon definia a metafísica como sendo o estudo das causas finais. Kant, na sua *Crítica*, apresentava-a como a parte da ciência que trata da razão pura. Hegel identificou-a com a lógica. E os positivistas, parece que mais acertadamente, negando a possibilidade de um verdadeiro conhecimento metafísico, estabeleceram que a mesma constitui a "parte da filosofia, que abrange a fenomenologia ainda não experimentada, isto é, ainda não submetida à experiência prática". A ciência seria, assim, o conhecimento resultante da parte da natureza submetida à experiência; e a metafísica, as hipóteses estabelecidas sobre a parte da natureza ainda não experimentada, sendo o estudo dessas duas partes abarcado pela filosofia.

Engels diz: "Para o metafísico, as coisas e suas imagens no pensamento, os conceitos, são objetos isolados pela investigação, objetos fixos, imóveis, observados um após o outro, cada qual de per si, como algo determinado e perene. O metafísico pensa em toda uma série de antíteses

desconexas: para êle, há apenas o *sim* e o *não* e, quando sai desses moldes, encontra somente uma fonte de transtornos e confusão. Para êle, uma coisa existe ou não existe. Não concebe que essa coisa seja, ao mesmo tempo, o que é e uma outra coisa distinta. Ambas se excluem de modo absoluto, positiva e negativamente. Causa e efeito se revestem da forma de uma antítese rígida. A primeira vista, êsse método especulativo parece-nos extraordinariamente plausível, porque é o do chamado senso comum. Mas o verdadeiro senso comum, personagem bastante respeitável dentro de portas fechadas, entre as quatro paredes de sua casa, vive peripécias verdadeiramente maravilhosas, quando se arisca pelos amplos campos da investigação. E o método do pensamento metafísico, por justo e necessário que seja em vastas zonas do pensamento, mais ou menos extensas, de acôrdo com a natureza do objeto de que se trata, tropeça sempre, cedo ou tarde, com uma barreira, que, franqueada, faz com que êle se torne um método unilateral, limitado, abstrato; perde-se em condições insolúveis, uma vez que, absorvido pelos objetos concretos, não consegue enxergar as suas relações. Preocupado com sua própria existência, não reflete sobre sua gênese e sua caducidade; concentrado em suas condições estáticas, não percebe a sua dinâmica; obcecado pelas árvores, não consegue ver o bosque. Na realidade de cada dia, sabemos, por exemplo, e disso podemos dizer ter tóda a certeza, se um animal existe ou não. Mas, se investigarmos mais detalhadamente, veremos que o problema pode complicar-se, e de facto se complica, às vêzes consideravelmente, como não o ignoram os juristas que, em vão, se atormentam para descobrir um limite racional, a partir do qual deve ser considerado como um assassinato a morte de um feto no útero materno. Tãopouco é fácil determinar fixamente o momento da morte, uma vez que a fisiologia demonstrou que a morte não constitui um acontecimento automático, instantâneo, mas faz parte de um longo processo. Do mesmo modo, pode-se afirmar que todo o ser orgânico é, no mesmo momento, êle mesmo e um outro. Surpreendido em qualquer instante, estará assimilando materiais absorvidos do exterior e eliminando outros do seu seio. Em qualquer momento que o observarmos, veremos que em seu organismo morrem umas células e nascem outras. E, no transcurso de um período mais ou menos longo, a matéria de que está formado se renova radicalmente e novos átomos de matéria ocupam o lugar dos antigos, de onde se pode concluir que todo o ser orgânico é, ao mesmo tempo, o que é e um outro. Mesmo assim, se observarmos as coisas detidamente, veremos que os dois polos de uma antítese, o positivo e o negativo, são antitéticos e que, apesar de todo seu antagonismo, êles se completam e se articulam reciprocamente. E veremos, também, que a causa e o efeito são representações que só vigoram como tais na sua aplicação ao caso concreto, mas que, situando o facto concreto em suas perspectivas gerais, articulado com a imagem total do universo, se diluem na idéia de uma trama universal de ações recíprocas, onde as causas e os efeitos trocam constantemente de lugar e o que, antes, era causa, toma, logo depois, o papel de efeito e vice-versa.

Nenhum desses fenômenos e métodos de investigação se enquadra nos limites das especulações metafísicas. O contrário acontece com a dialética, que encara as coisas e as suas imagens conceituadas, substancialmente,

em suas conexões, em sua filiação e concatenação, em sua dinâmica, em seu processo de gênese e caducidade, como os fenômenos que acabamos de expor, que nada mais são do que outras tantas confirmações do método experimental que lhe é próprio. A natureza é a pedra de toque da dialética e não temos outro remédio senão agradecer às modernas ciências naturais nos terem oferecido um acervo de dados extraordinariamente copioso e que vem enriquecendo todos os dias, demonstrando, assim, que a natureza se move, em última análise, pelos canais da dialética e não sobre os trilhos metafísicos. (*Anti-Dühring*, págs. 23 a 24, Editorial Calvino Ltda.)

METAMORFISMO — Conjunto de fenômenos físicos e químicos que alteram, mudam e transformam animais e plantas no curso do seu desenvolvimento ontogenético e filogenético, bem como a alteração e transformação de rochas sedimentares, tais como a argila, em rochas cristalinas, como os micachistos, os gneiss e os granitos.

MICACHISTO — Rocha cristalina que provém do metamorfismo das argilas, mas que é menos transformada do que o gneiss.

MOLUSCOS — São assim chamados os animais sem vértebras nem articulações, de corpo mais ou menos mole, bilateralmente simétricos e envolvidos total ou parcialmente por uma concha calcária. Constituem a terceira das grandes classes em que se divide o reino animal.

MUTAÇÃO — Ação ou efeito de mudar de forma ou de essência. Variação repentina. A mutação, do ponto de vista biológico, é sempre uma mudança brusca de forma ou essência, de que resulta, finalmente, um novo ser, uma nova espécie. Alteração brusca e logo transmissível hereditariamente.

MUTANTE — Indivíduo que provém de uma mutação

PALEOLÍTICO — Período do início da prehistória, no qual os homens não sabiam ainda polir a pedra.

PERIOFTALMO — Gênero de peixes das costas tropicais que pode andar em terra, saltitando à custa das respectivas nadadeiras.

PTEROSSAURIOS — Grupo de reptis voadores da era secundária, que se assemelhavam a morcegos.

TEOLOGIA — Os deístas designam por teologia a “ciência” que pretende estudar Deus e as coisas divinas.

TRANSFORMISMO — Sistema biológico, segundo o qual as espécies derivam umas das outras, por uma série de transformações, determinadas pelas condições de vida, mesológicas, etc.

TRILOBITA — Grupo de fósseis da era primária, próximo dos crustáceos.

VITALISMO — Doutrina que explica as funções dos órgãos pela ação de um suposto princípio imaterial — a *força vital*.

● ●
O PAPEL DO PROLETARIADO — “O marxismo — escrevia Lênin — não ensina o proletariado a ficar à margem da revolução burguesa, a não participar dela, a entregar sua direção à burguesia, mas sim, ensina, pelo contrário, que deve dela (revolução) participar do modo o mais energético e mais decidido na luta para levar até o fim a revolução.” (*Hist. del Part. Com (b) de la URSS*, pag. 77 — ELE, Moscou, 1938.).

Correspondência dos nossos leitores

GASTÃO TERLANDI (E. do Rio) — Ótima a sua sugestão. Temos já tratado desse assunto em diversos números anteriores, em páginas diversas. Voltaremos a êle, sempre que possível, por ser realmente fundamental. Aconselhamo-lo a ler de preferência a *Economia Política*, de Lapidus e Ostrovitianov e também a de Luis Segal. Por que não toma uma assinatura? Assim economizará, pois os números da revista lhe custarão menos do que os comprando avulsos. E a assinatura trimestral custa apenas Cr\$ 25,00.

MÁRIO PINTO (Minas) — Inicialmente, aconselhamo-lo a estudar metódicamente o marxismo, pois, ao fim de algum tempo, não terá necessidade de formular muitas perguntas. Leia, desde logo, *Introdução ao Estudo do Marxismo*, de Engels, Segal, Harari e Talheimer. Depois, aconselha-lo-emos outros livros, à medida do preciso. Quanto às suas perguntas: 1.^a — Não; 2.^a — O socialismo científico é a primeira fase do comunismo. Está demonstrado, provado, que não é possível passar diretamente do capitalismo para o comunismo, fase superior, sem passar, previamente, pela fase inferior, ou seja, o socialismo científico; 3.^a — Trotskismo não é uma doutrina ou ciência, é, apenas, um desvio, a princípio, que, aprofundado, leva à negação do marxismo, do ponto de vista teórico, e à tração do movimento proletário, na prática; 4.^a — Os clássicos do marxismo não pregam o fim senão do Estado burguês, e reconhecem a necessidade do Estado proletário como etapa necessária para que o Estado, por fim, "pereça", desapareça. Os anarquistas é que pregam, utopicamente, a abolição do Estado, mesmo quando tal acontecimento não é possível. Todas suas perguntas têm sido exaustivamente respondidas em páginas diversas desta revista. Tem todos os números já publicados? Por que não toma uma assinatura? É mais prático e econômico.

D. NOCOLAIEVICH (Belo Horizonte) — Acompanhe a série de trabalhos sobre o 4.^o plano quinquenal que estamos publicando, que encontrará o que deseja saber.

LUIS TADDEO (São Paulo) — Obrigado pela colaboração. Chamamos sua atenção para o trabalho sobre a mulher soviética, publicado no número 10, desta revista. Seria interessante que fizesse uma investigação sobre as condições de vida da mulher trabalhadora em São Paulo. Considerações gerais sobre a emancipação da mulher não têm tanto interesse e utilidade como informações concretas sobre as condições de sua existência entre nós.

M. FERREIRA (Boa Esperança) — Muito bom o trabalho enviado, que só deixamos de publicar por ter caráter literário e fugir, assim, à orientação desta revista. Agradeceríamos se nos enviasse uma relação, com o maior número possível, de amigos ou conhecidos que se interessem pela leitura de *Divulgação Marxista*.

Pegueno Dicionário Marxista

"QUESTÕES DE DIALETICA" — "Trabalho de Lênin, incluído em seus "Cadernos filosóficos" e no tomo XIII da coleção completa de suas obras. Foi impresso, pela primeira vez, em 1925, na revista "O Bolchevique" (Ns. 5-6). Em forma resumida, Lênin fez uma profunda análise das questões fundamentais da dialética marxista. Nesse trabalho, Lênin analisa a oposição entre a dialética e a metafísica, mostrando as diferenças das duas concepções fundamentais da evolução: a teoria dialética e a teoria metafísica. Lênin faz, nesse ensaio, uma análise genial das raízes teórico-cognoscitivas do idealismo. Particularmente valiosas são as observações de Lênin sobre a unidade e a luta dos contrários, e sobre o movimento espontâneo.

"QUESTÕES DO LENINISMO" — Trabalho de Stálin, escrito em 1926. Foi dirigido contra os inimigos do bolchevismo, isto é, a camarilha trotskista-zinovietista que, sob a chefia de Trotski e seus sequazes Kamenev, Zinoviev e Burrárin, procuravam cindir o partido bolchevique, contagiá-lo da incredulidade na vitória do socialismo na URSS, e fundar outro partido destinado à restauração capitalista. Desfazendo a calúnia trotskista sobre a limitação nacional do leninismo e de que o principal, neste ultimo, é a questão camponesa, Stálin demonstra que o mais importante no leninismo é a questão da ditadura do proletariado; que o leninismo é uma doutrina internacional "que serve e é obrigatória para todos os países, sem exclusão, até mesmo para os de forma capitalista

desenvolvida" (Stálin). Mostra ele a essência menchevique da teoria trotskista da "revolução permanente" e demonstra que a doutrina de Marx sobre a revolução permanente encontrou sua verdadeira encarnação e desenvolvimento ulterior na ideia leninista sobre a transformação da revolução democrático-burguesa em uma revolução socialista. Tendo analisado os traços fundamentais e a profundidade dos problemas da revolução proletária, apontando as diferenças que a distinguem da revolução burguesa, Stálin mostra que a ditadura do proletariado constitui o conteúdo básico da revolução proletária; que a revolução proletária é uma simples continuação da luta de classes, sob uma nova modalidade, como uma forma especial da aliança de classe entre o proletariado, os camponeses e outras camadas de trabalhadores não proletários. Desenvolvendo a doutrina leninista a respeito dos tres aspectos fundamentais da ditadura do proletariado, sobre a unidade e a correlação nos tres periodos de seu desenvolvimento, Stálin ressalta, especialmente, a necessidade de conservar e fortificar os órgãos da ditadura do proletariado, sob as condições do cerco capitalista e do perigo de intervenção. Grande atenção consagra Stálin à questão do Partido Comunista e de seu papel dirigente no sistema da ditadura do proletariado e da edificação socialista; desmascara as tentativas trotskistas de identificar a ditadura do proletariado com a ditadura do Partido, demonstrando que identificar o papel dirigente do Partido com a ditadura do proletariado é suplantiar a classe pelo Partido e constitui uma grosseira de-

formação da doutrina leninista sobre a correlação entre a vanguarda e a classe. As questões sobre a vitória do socialismo em um só país e a luta pela vitória do socialismo na URSS constituem o conteúdo dos dois últimos capítulos (VI e VII) do trabalho "Questões do Leninismo". Neles, Stálin põe a descoberto a negação restaurativa trotskista (1) sobre a possibilidade da vitória do socialismo em um só país, esclarecendo a doutrina leninista sobre a possibilidade da edificação socialista pelas forças de um só país. Stálin demonstra que a vitória definitiva do socialismo só é possível como resultado da vitória da revolução em todos ou, pelo menos, em uma série de países, eliminadas as ameaças de intervenção e restauração. Defendendo e fundamentando a teoria leninista sobre a edificação do socialismo, Stálin destruiu as posições trotskistas, hostis ao leninismo, tais como: a negação da possibilidade de orientar o desenvolvimento dos camponeses pelo caminho do socialismo, a negação da natureza socialista da indústria do Estado, a consideração da N. E. P. (Nova Política Económica) como uma forma de capitalismo, etc. O trabalho de Stálin "Questões do Leninismo" desempenhou um imenso papel na destruição e desmascaramento do trotskismo, dando ao Partido, em sua luta pela vitória do socialismo, a arma poderosa da teoria marxista-leninista. Nisto consiste a importância teórica e política dessa obra.

RABÓTCHAIÁ MISL (O Pensamento Operário) — Órgão do economismo mais descarado, publicado de outubro de 1897 a dezembro de 1902.

(1) Restaurativa do Capitalismo.

RADICHTCHEV (A. N.) — (1749-1802). Escritor. Um dos homens progressistas ao tempo do reinado de Catarina II. Foi o primeiro, aliás, a erguer-se abertamente contra a servidão, na sua obra "Viagem de S. Petersburgo a Moscou", pela qual foi condenado à morte; depois, a pena de morte foi comutada em desterro por dez anos para a Sibéria. Ao voltar do exílio, em 1801, foi feito membro da comissão de redação das leis e aí propôs a imediata abolição da servidão e a igualdade de todas as classes perante a justiça. O banimento tornou a ameaçá-lo; adoeceu e pôs fim à própria vida.

RAKOVSKI (K. G.) — (nascido em 1873). É médico. Social-democrata bulgaro. Emigrou da Rumania para Genebra em 1891. Compareceu à Internacional, em Londres, em 1896, como delegado bulgaro. Desposou uma russa; visitou a Rússia em 1897 e em 1900, sendo imediatamente expulso. Mais tarde foi preso em Jassy e libertado por tropas soviéticas, em 1917, quando se filiou ao Partido, tornando-se, em 1919, presidente do *Sovnarkon* da Ucrânia. Esta República decidiu filiar-se à União Soviética em 1922. Mais tarde, Rakovski foi feito embaixador em Londres, em 1925-1926. Envolveu-se na facção trotskista e foi expulso do Partido, sendo nomeado presidente de uma universidade provincial. Retratou-se dignamente de sua oposição, em carta, em 1933, tendo sido nomeado para o Comissariado da Saúde. Em 1937 foi afastado do cargo.

RALTÚRIN (S. W.) — (1856-1882). Operário. Um dos principais organizadores da "União Operária da Rússia Setentrional" (1878-79); pôs todas as suas forças ao ser-

viço da luta contra o absolutismo. Em 1880, por incumbência do comité executivo da "Naródnaiá Vólia", colocou uma mina no Palácio de Inverno, afim de matar Alexandre II. Em 1882, por causa do assassinato do procurador geral de Odessa, Strelnikov, foi Raltúrin executado.

RARISOMENOV (S.A.) — (1854-1917). Um dos primeiros zemstvo-estatísticos. Nos anos de 1870-1880, membro da sociedade "Zemliá e Vólia" ("Terra e liberdade"). Levou a cabo o seu primeiro trabalho, a descrição dos ramos industriais do governo de Vladimir, à custa do fabricante Assaf Baránov. Dirigiu, no serviço zemstista, os recenseamentos do governo de Tauris e as investigações zemstvo-estatísticas dos governos de Sarátov, Tula (1898-1901) e Tver (1901). Ocupou-se, nos últimos anos do século XIX, em sua fazenda, com trabalhos práticos de agricultura.

RASSVIET (A Alvorada) — Periódico liberal burguês, publicado em S. Petersburgo, de 14 de março a dezembro de 1905.

REVOLUÇÃO PERMANENTE — "A ideia da revolução "permanente" não é nova. Quem primeiro a enunciou foi Marx, no fim da década dos 40, em sua conhecida "Mensagem à Liga Comunista" (1850). Foi nesse documento que os "permanentistas" foram buscar a ideia da revolução ininterrupta. Convém notar que, ao adotarem a ideia de Marx, nossos "permanentistas" modificaram-na levemente e, ao modificá-la, "estropiaram-na", tornando-a inútil à prática. Foi preciso que a mão experimentada de Lênin corrigisse esse erro, tomasse a ideia da revolução permanente de Marx em sua forma pura e fizesse dela uma das pedras angulares

de sua teoria da revolução. Vejamos o que diz Marx, em sua *Mensagem*, sobre a revolução ininterrupta, depois de ter enumerado uma série de reivindicações revolucionário-democráticas, cuja conquista encarece aos comunistas: "Enquanto os democratas pequeno-burgueses querem pôr fim à revolução o mais rapidamente possível, com a consecução do maior número possível das reivindicações acima enumeradas, nossos interesses e tarefas consistem em fazer a revolução de forma ininterrupta até que se descarte a dominação das classes mais ou menos possuidoras, até que o proletariado conquiste o poder do Estado, até que as associações dos proletários se desenvolvam, não só num país, mas em todos os países predominantes do mundo, em proporções tais que cesse a concorrência entre os proletários desses países e até que, pelo menos, as forças produtivas decisivas se concentrem nas mãos do proletariado". Noutros termos: a) Marx não propunha, de modo algum, iniciar a obra da revolução, na Alemanha da década dos 50, diretamente pelo poder proletário, contrariamente aos planos de nossos "permanentistas" russos; b) Marx propunha apenas que se coroasse a obra da revolução com o poder do Estado proletário, desalojando a pouco e pouco das alturas do poder, uma após outra, as frações da burguesia, com o fim de, uma vez instaurado o poder do proletariado, lançar a chama da revolução em todos os países, concepção que está em completa consonância com tudo o que Lênin ensinou e levou à prática no decorrer de nossa revolução, conforme sua teoria da revolução proletária sob as condições do imperialismo. Vemos, pois, que nossos "permanentistas" russos não só desdenhavam o papel dos camponeses na revolução russa e a importância da ideia da hegemonia do

proletariado, como também modificavam (para torna-la pior) a ideia de Marx sobre a revolução "permanente", tornando-a inútil à prática. Essa a razão pela qual Lênin ridicularizava a teoria de nossos "permanen-tistas", qualificando-a de "original" e "magnífica" e acusando-os de não quererem "refletir sobre as causas que faziam com que a vida passasse indiferente, durante dez anos, a essa magnífica teoria". (Veja-se o artigo de Lênin *Sobre as Duas Linhas da Revolução*, escrito em 1915, dez anos depois de aparecer na Rússia a teoria da "revolução permanente". Lênin, t. XVIII, pag. 317). Eis porque Lênin considerava essa teoria semi-menchevique, dizendo que "aproveita dos bolcheviques o apelo à luta revolucionária resoluta do proletariado e à conquista do poder por este, e, dos mencheviques, a "negação" do papel dos camponeses". (Lugar citado). Assim estão colocadas as coisas com respeito à ideia de Lênin sobre a transformação da revolução democrático-burguesa em revolução proletária, sobre o aproveitamento da revolução burguesa para passar "imediatamente" à revolução proletária. Continuemos. Antes, considerava-se impossível a vitória da revolução num só país, entendendo que para alcançar o triunfo sobre a burguesia era necessária a ação conjunta dos proletários de todos os países adiantados, ou, pelo menos, da maioria deles. Atualmente, este ponto de vista já não corresponde à realidade. Hoje, é preciso partir da possibilidade desse triunfo, pois o desenvolvimento desigual, por saltos, dos diversos países capitalistas, sob as condições do imperialismo, o desenvolvimento dentro do imperialismo de contradições catastróficas que conduzem a guerras inevitáveis, o incremento do movimento revolucionário em todos os países do mundo, tudo isso con-

duz não só à possibilidade, mas inclusive à necessidade da vitória do proletariado em diferentes países tomados separadamente. A história da revolução russa é uma prova concreta disso. Basta recordar que a derrocada da burguesia só poderá ser levada a cabo com êxito se se produzirem condições absolutamente indispensáveis, sem as quais não se pode pensar sequer na tomada do poder pelo proletariado. Vejamos o que, no livro *Extremismo, Doença Infantil do Comunismo*, diz Lênin sobre essas condições: "A lei fundamental da revolução, confirmada por todas elas, e em particular pelas três revoluções russas do século XX, consiste no seguinte: para a revolução não basta que as massas exploradas e oprimidas tenham consciência da impossibilidade de viver como antes e reclamem transformações; para a revolução é necessário que os exploradores não possam viver nem governar como antes. Somente quando as "camadas baixas" não quiserem o antigo regime e as "camadas altas" não o puderem manter como antes, então poderá triunfar a revolução. Noutras palavras, esta verdade é expressa assim: a revolução é impossível sem que haja uma crise nacional geral (que afete explorados e exploradores) (*). Por conseguinte, para a revolução é preciso conseguir, primeiro, que a maioria dos operários (ou em todo o caso a maioria dos operários conscientes, refletidos, politicamente ativos) compreenda profundamente a necessidade da revolução e esteja disposta a sacrificar a vida por ela; em segundo lugar, é preciso que as classes governantes atravessem uma crise governamental que arraste à política as massas trabalhadoras mais atrasadas. . . , que reduza à impotência o governo e torne possível sua

(*). Grifado por Stálin.

derrocada rápida pelos revolucionários". (Lênin, t. XXV, pag. 222). Mas derribar o poder da burguesia e instaurar o poder do proletariado num só país não significa afinal garantir a vitória completa do socialismo. Depois de ter consolidado seu poder e arrastado consigo os camponeses, o proletariado do país vitorioso pode e deve edificar a sociedade socialista. Mas, significará isso que, assim, o proletariado logrará o triunfo completo, definitivo, do socialismo, isto é, significará isso que o proletariado pode, com as forças de um só país, consolidar definitivamente o socialismo e garantir completamente o país contra uma intervenção e, por conseguinte, contra a restauração? Não. Para isto é necessário que a revolução triunfe pelo menos em alguns países. Por isso, desenvolver e apoiar a revolução noutros países é tarefa essencial da revolução vitoriosa. Por isso, a revolução do país vitorioso não deve ser considerada como algo que se basta a si mesmo, mas como um ponto de apoio, um meio de acelerar a vitória do proletariado nos demais países. Lênin exprimiu este pensamento em duas palavras, quando disse que a missão da revolução triunfante consistia em levar a cabo "o máximo realizável num só país para desenvolver, apoiar e despertar a revolução em todos os países". (Lênin). (Stálin — *Sobre os Fundamentos do Leninismo*, pags. 49-53 — Edit. Calvino Ltda. — 1945). Para melhor compreendermos a tese de Lênin, devemos remontar-nos a julho de 1849, depois da derrota da revolução na Alemanha e na França, congregaram-se novamente, em Londres, os membros do Comitê Central da Liga Comunista. Reataram aí seus trabalhos com renovada energia. Numa famosa proclamação do Comitê Central da Liga

Comunista, editada em março de 1850, Marx explica o que fôra a norma de conduta para a *Nova Gazeta Renana*, a base da tática do proletariado na revolução democrático-burguesa, e sua doutrina sobre a transformação desta numa revolução socialista proletária. A proclamação pedia a organização e o fortalecimento de um partido proletário independente. A atitude deste partido revolucionário de trabalhadores para a democracia pequeno-burguesa podia resumir-se assim: o partido do proletariado prestará seu apoio à democracia pequeno-burguesa enquanto esta luta contra aquelas classes que o proletariado trata de destruir, porém lutará contra a democracia pequeno-burguesa em todos aqueles casos em que esta trate de fortalecer sua própria situação. Ainda nas ocasiões em que os democratas pequeno-burgueses lutem contra o feudalismo e o absolutismo, o proletariado deve ter seu próprio partido independente se não deseja ir atrás dos democratas burgueses e converter-se em instrumento em mãos destes. "Marchar separados e golpear juntos", foi assim como descreveu Lênin mais tarde a tática do proletariado com relação à pequena burguesia enquanto esta trava uma luta contra a autocracia e a sobrevivência do feudalismo. Na seguinte fase da revolução, na luta revolucionária imediata que dá o triunfo aos democratas pequeno-burgueses, a luta do proletariado está muito longe de cessar. O proletariado continua combatendo para levar até seu fim a revolução democrático-burguesa e transformá-la numa revolução socialista proletária. "Enquanto que os democratas pequeno-burgueses, depois de obter o maior número possível das reivindicações atrás enumeradas, desejam pôr fim à revolução com a maior brevidade possível, nossos interesses exigem e nossa

tarefa é fazer da revolução um processo permanente, até que todas as classes possuidoras em maior ou menor escala tenham sido substituídas de sua posição dominante, até que o proletariado haja conquistado o poder do Estado, até que a união dos proletários, não só de um país senão de todos os principais países do mundo, haja progredido o suficiente para pôr fim à concorrência entre os proletários dos diversos países, e até que, quando menos, as forças de produção mais importantes estejam concentradas em mãos do proletariado. Para nós, não se trata de transferir a propriedade privada senão de destruí-la; não se trata de obscurecer as contradições de classes senão de acabar com elas; não se trata de melhorar a sociedade existente senão de criar uma completamente nova", disse a proclamação. Na luta pelo ulterior desenvolvimento da revolução, os comunistas devem "estabelecer imediatamente seu próprio governo revolucionário de trabalhadores", paralelo a um governo oficial novo. "De maneira que o governo democrático-burguês, não somente perca imediatamente o apoio dos trabalhadores, senão que se ache deso- o princípio sob a vigilância e ameaça do poder apoiado por todas as massas trabalhadoras". Ao mesmo tempo deve levar-se a efeito o armamento de todo o proletariado. Os comunistas devem denunciar a democracia pequeno-burguesa; devem levar a limites extremos as propostas dos democratas e transforma-las em ataques diretos contra a propriedade privada, infiltrando-se assim cada vez mais no regime existente para destruí-lo. Assim prepararão os comunistas as premissas para a transformação da revolução democrático-burguesa na revolução socialista proletária, porque só esta última pode ser considerada pelos revolucionários comunistas como ver-

dadeira vitória. "Sua palavra de ordem deve ser a revolução permanente". "Para nós, os acontecimentos de fevereiro e março teriam podido ter a significação de verdadeira revolução se em lugar de ser o fim houvesse sido o ponto de partida de um prolongado movimento revolucionário em que... o proletariado se fortalecesse na luta e conquistasse gradualmente uma posição atrás de outra numa série de batalhas". (Engels). "Marx não propôs, de maneira alguma, iniciar a revolução na Alemanha da quinta década com o estabelecimento direto de um governo do proletariado. Este passo seria o coroamento da revolução, depois de afastar passo a passo do poder a um setor atrás do outro da burguesia, com o objetivo de acender o facho da revolução em todos os países, depois do que o proletariado tomaria o poder..." (Stálin). O conceito marxista da revolução permanente foi genialmente desenvolvido e levado à prática por Lênin e os bolcheviques na revolução russa. "Lênin foi o único marxista que entendeu e desenvolveu corretamente o conceito da revolução permanente... O conceito da transformação da revolução democrático-burguesa numa revolução socialista, defendido por Lênin desde 1905, é uma das formas de realização da teoria marxista da revolução permanente" (Stálin). *A Teoria Trotskista Contra-revolucionária da Revolução Permanente*. — Ao mesmo tempo, os mencheviques afirmam que "entre a revolução democrático-burguesa e a revolução socialista proletária há um abismo ou, quando menos, uma muralha chinesa que separa uma da outra por um período mais ou menos prolongado em que a burguesia, tendo subido ao poder desenvolve o capitalismo, enquanto que o proletariado acumula forças e se prepara para a luta de-

finitiva contra o capitalismo. Este intervalo estende-se geralmente por varias decadas, se não mais. "Que esta teoria da muralha chinesa carece por completo de fundamento científico sob o imperialismo, quase não precisa demonstração; é e só pode ser um meio de ocultar e disfarçar as aspirações contra-revolucionárias da burguesia" (Stálin). A teoria da revolução permanente, proposta por Trotski, é uma das variantes do menchevismo, que desvirtua radicalmente a doutrina de Marx. Trotski não enfrenta o problema de transformação da revolução democrático-burguesa em revolução proletária. Omite ou salta o período democrático-burguês da revolução. Contrariamente a Marx e Lênin, que propunham o estabelecimento de um governo proletário como culminação da revolução, Trotski e seus partidários desejam começar imediatamente por estabelecer o governo do proletariado, sem entender que, ao fazê-lo, fechavam os olhos a uma coisa tão "banal" como a sobrevivência da servidão e passavam por cima, em seus calculos, uma força tão importante como o campesinato russo..." (Stálin). A deformação da teoria marxista por Trotski e seus partidários consistia "não somente em subestimar o papel do campesinato, senão também em conceder pouca importância às forças e aptidões do proletariado para dirigir o campesinato e na falta de fé no conceito da hegemonia do proletariado" (Stálin). "A revolução permanente de Trotski subestima a tal ponto as possibilidades revolucionárias do movimento camponês que conduz à negação das teorias de Lênin sobre a ditadura do proletariado". (Stálin). Já na revolução de 1905, Trotski, ao propor seu lema "sem o tsar e por um governo de trabalhadores", considerava ao mesmo tempo que a posição de um governo de trabalhadores

está perdida se não tem o apoio da revolução simultânea dos mais importantes países capitalistas. Ao negar a possibilidade da vitória do socialismo num só país, Trotski condena a classe operária à inatividade, a esperar a revolução simultânea nos países mais importantes. Na prática, esta teoria de Trotski serve como arma à burguesia contra-revolucionária na luta contra a URSS. "Quem deu à burguesia contra-revolucionária uma arma teórica contra o bolchevismo com a tese de que é impossível edificar o socialismo em nosso país; com a tese da inevitável degeneração dos bolcheviques, etc.? Foi Trotski. Não é por casualidade que todas as agrupações anti-soviéticas da URSS, em suas tentativas de basear o argumento da inevitabilidade da luta contra o governo soviético, esgrimem a bem conhecida tese trotskista da impossibilidade de edificar o socialismo num só país, da inevitável degeneração do governo do Soviet, do provável retorno ao capitalismo" (Stálin). Ao vencer o trotskismo, que se havia convertido em vanguarda da burguesia contra-revolucionária, o proletariado do nosso país, sob a direção do P. C. U. S. (Partido Comunista da União Soviética) e seu Comitê Central, com o camarada Stálin à frente, está saindo vitorioso de todas as dificuldades e está edificando a sociedade socialista. Nesta luta, o proletariado está guiado pela teoria marxista-leninista". (Efimov e Freiberg — *Hist. da Ep. do Capit. Ind.*, pags. 381-8 — Vitória). "A luta de Lênin contra os partidários da revolução "permanente" não girava em torno do problema da continuidade da revolução, pois o próprio Lênin sustentava o ponto de vista da revolução ininterrupta, mas em torno do facto de que aqueles partidários menosprezavam o papel dos camponeses, que formam a reserva

mais importante do proletariado". Até estes últimos tempos, gozava de aceitação geral esta caracterização dos "permanentistas" russos. Embora seja certa, entretanto, de modo geral, não pode essa caracterização ser considerada como completa. A discussão de 1924, de um lado, e o estudo minucioso das obras de Lênin, de outro, demonstraram que o erro dos "permanentistas" russos não consistia apenas em menosprezar o papel dos camponeses, mas também em subestimar a força e a capacidade do proletariado para arrastar atrás de si os camponeses, ou, seja, na falta de confiança na ideia da hegemonia do proletariado. Por isso, em meu folheto *A Revolução de Outubro e a tática dos comunistas russos* (dezembro de 1924), ampliei esta caracterização e substituí-a por outra mais completa. Eis o que diz esse folheto a respeito dos "permanentistas": "Até agora, costumava-se assinalar somente uma face da teoria da 'revolução permanente': a falta de confiança nas possibilidades revolucionárias do movimento camponês. Agora, para se fazer justiça, deve-se completar essa face com a outra: a falta de confiança nas forças e na capacidade do proletariado da Rússia". Isto não significa, naturalmente, que o leninismo tenha estado ou seja contrário à ideia da revolução permanente, sem aspas, como foi proclamada por Marx, na década dos 40 do século passado. Lênin, ao contrário, foi o único marxista que soube compreender e desenvolver de modo acertado a ideia da revolução permanente. A diferença entre Lênin e os "permanentistas", nesta questão, consiste em que os "permanentistas" falseavam a ideia da revolução permanente de Marx, convertendo-a em sabedoria inerte, livresca, enquanto que Lênin a tomou em sua forma pura e a converteu num dos funda-

mentos de sua teoria da revolução. Convem recordar que a ideia da transformação da revolução democrático-burguesa em socialista, que Lênin já esboçara em 1905, é uma das formas por que aparece a teoria marxista da revolução permanente. Eis o que Lênin escrevia, já em 1905, sobre esse assunto: "Da revolução democrática começaremos a passar, imediatamente, e de acordo com a medida de nossas forças, das forças do proletariado consciente e organizado, para a revolução socialista. Nós somos partidários da revolução ininterrupta. (*) Não haveremos de parar na metade do caminho... Sem cair no aventureirismo, sem trair nossa consciência científica, sem pretender a popularidade barata, podemos afirmar, e de facto afirmamos uma coisa somente: ajudaremos, com todas as forças, a todos os camponeses, a fazer a revolução democrática, para que, a nós, o partido do proletariado, seja mais fácil passarmos, o mais depressa possível, a enfrentar a tarefa nova e superior — a revolução socialista" (Lênin, t. VIII, páginas 186-187, *A Atitude da Social-Democracia Frente ao Movimento Camponês*). Eis o que escreve Lênin, a propósito desse assunto, 16 anos mais tarde, depois da conquista do poder pelo proletariado: "Os Kautski, os Hilferding, os Márto, os Tchernov, os Hillquit, os Longuet, os Mac Donald, os Turati, e os demais heróis do marxismo da 'Internacional II e meia' não souberam compreender... a correlação entre a revolução democrático-burguesa e a revolução socialista proletária. A primeira transformase na segunda. (*) A segunda resolve, no seu desenvolvimento, os problemas da primeira. A segunda consolida a obra da primeira. A luta, somente a luta, determina até que pon-

(*) Grifado por Stálin.

to a segunda consegue superar a primeira". (Lênin, t. XXVII, pag. 26, *Em Comemoração ao IV Aniversário da Revolução de Outubro*). Chamo especialmente a atenção para a primeira citação extraída do artigo de Lênin, *A Atitude da Social-Democracia Frente ao Movimento Camponês*, publicado em 1.º de setembro de 1905. Lembro isso para conhecimento dos que continuam afirmando Lênin não ter concebido a ideia da transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista, a ideia da revolução permanente, a não ser depois de começada a guerra imperialista, aproximadamente no ano de 1916. Esta citação não deixa lugar a dúvidas a respeito do equívoco profundo em que incorre essa gente. (Stálin — *Em torno dos problemas do leninismo*).

RÍKOV (Aleksêi Ivanóvitch) (nascido em 1888). Ingressou no Partido em 1902. Preso varias vezes. Membro do Comité Central do Partido, em 1905; mas tornou-se conciliador e se opôs ao levante de outubro de 1917. Depois da Revolução dedicou-se à administração economica. Membro do *Politbureau* de 1919 a 1929. Envolvendo-se na "Oposição de Direita" foi expulso do Partido, em 1929, mas, retratando-se, foi prontamente readmitido. Em 1930 foi transferido da presidência do *Sovnarkom* da URSS para o cargo de Comissário do Povo para os Correios e Telegrafos.

SOCIAL DEMOCRATA — Foi um jornal menchevique ilegal, em língua georgica, que apareceu de 20 (7) de abril a 26 (13) de novembro de 1905, em Tiflis, sob a direção de Noem Jordania. Foi fundado pelos mencheviques, como órgão de oposição do Partido *Brdsola* (Luta), de-

pois da declaração da greve geral e da rebelião do comité de Tiflis, por eles dominado, contra o C. C. do Partido caucasico, em sua maioria bolchevique. O artigo *O Zemski Sobor e a nossa tática* foi também escrito, provavelmente, por Jordania.

SOKÓLNIKOV (Grigóri Iákovlevitch) — (n. 1888). Natural da provincia (*gubernia*) de *Poltavskaiá*, mas recebeu educação secundaria em Moscou. Entrou para o Partido em 1905. Preso e exilado para a Siberia em 1907; fugiu para Paris. De 1910 a 1911 pertenceu ao grupo dos conciliadores e mais tarde trabalhou no jornal de Trotski, mas reuniu-se ao grupo de Lênin e voltou com este à Russia, em 1917. Em 1918, presidiu a delegação para assinar o tratado de paz de Brest-Litovsk. Foi preeminente no trabalho militar durante a Guerra Civil. No VI Congresso do Partido, em 1917, foi eleito para o Comité Central. De 1922 a 1925 foi Comissário do Povo para as Finanças, tendo reabilitado o meio circulante. De 1925 a 1927 ligou-se a grupos oposicionistas, com os quais rompeu definitivamente neste ultimo ano. No XVI Congresso do Partido foi eleito candidato ao Comité Central. Passou, depois, a professor universitario de finanças. De 1929 a 1933 foi embaixador sovietico em Londres. Em 1937 foi julgado e preso.

SOVIET — A palavra Soviet, que, originariamente significava qualquer especie de Conselho, deve ser hoje compreendida como um Conselho de delegados ou deputados, escolhidos pelos trabalhadores das varias fabricas e outros estabelecimentos de uma cidade ou municipios; ou pelos soldados das varias unidades de um exercito; ou pelos camponeses de uma

vila, distrito agrícola ou comunidade; ou, ainda, por qualquer combinação desses grupos constituintes. Sua mais evidente diferença de outra qualquer entidade política consiste em que os mesmos, confessadamente, excluem a representação de empregadores capitalistas, proprietários de terras, donos de lojas, qualquer pessoa, enfim, que não se ocupe num trabalho produtivo, mesmo quando pertençam à mesma tribo, raça ou nacionalidade e residam dentro da área considerada. As palavras de Lênin, a respeito, merecem ser citadas. "Os Soviets — diz ele — são a espinha dorsal do novo Estado, representando, em primeiro lugar, as forças armadas dos trabalhadores e camponeses, força essa que não viverá divorciada do povo tal como acontecia com o antigo exercito. Em segundo lugar, esses órgãos representam a conexão com as massas, com a maioria do povo, de maneira tão íntima, tão indissolúvel, que nada existiu semelhante aos mesmos no antigo Estado. Em terceiro lugar, pelo facto de serem eleitos, esses órgãos e os elementos que os constituem podem ser destituídos de acordo com o desejo do povo, sem qualquer formalidade burocrática, o que é muito mais democrático do que qualquer organização anterior. Em quarto lugar, representam eles uma firme conexão com as mais diversas ocupações, facilitando assim toda a espécie de reformas radicais, sem qualquer burocracia. Em quinto lugar, significam a forma de organização da vanguarda, isto é, dos elementos mais conscientes, mais energicos, mais progressistas das classes oprimidas, por meio dos quais pode ser elevada, educada e conduzida a massa gigantesca dessas classes que, até agora, haviam permanecido absolutamente à margem da História. Em sexto lugar, eles tornam possível combinar as vantagens do parlamenta-

rismo com as vantagens de uma democracia direta, isto é, unificar, através dos representantes do povo, as funções legislativas e executivas. Comparado com o parlamentarismo burguês, isso representa um passo à frente no desenvolvimento da democracia, tendo uma significação histórica de importância mundial". (*Poderão os Bolcheviques Manter o Poder Estatal?*, escrito durante outubro de 1917 e publicado no primeiro e unico numero da nova edição de *Provietchenie*, jornal mensal. Incluído em *Works*, de Lênin, vol. XXI, livro II, pp. 26-27, da edição inglesa).

STÁLIN — Ióssip Vissariónovitch Stálin (Djugachvili), o grande continuador da causa de Lênin e lider dos povos da URSS, nasceu a 21 de dezembro de 1879, na cidade de Gori, na Georgia. Seu pai era um operario de origem camponesa. Com a idade de 15 anos, Stálin aderiu ao movimento revolucionario. De 1898 a 1900, dirigiu os circulos marxistas de operarios e liderou a ala marxista revolucionaria da primeira organização social-democrata da Georgia, conhecida por Messameh Dassy. Sua atividade como revolucionario profissional data de 1901. Fundou as organizações revolucionarias da Transcaucasia, que defendiam a politica de Lênin e seu jornal *Iskra*. Em 1903, no exilio da Siberia, estabeleceu contacto com Lênin. Encontrou-se pessoalmente com Lênin pela primeira vez na Conferencia do Partido Bolchevique realizada em Tammerfors, na Finlandia, no ano de 1905. Durante a Revolução de 1905-1907, Stálin, à testa dos bolcheviques da Transcaucasia, dirigiu a luta revolucionaria dos operarios e camponeses transcaucasicos. Defendeu e brilhantemente desenvolveu os principios de Lênin sobre organização e tática, bem

como os principios teóricos do Partido Bolchevique. Stálin manteve uma luta sem treguas contra os mencheviques, anarquistas e demais inimigos do marxismo. De 1907 a 1910, dirigiu as atividades da organização bolchevique de Baku. Em 1912, foi eleito membro do Comité Central do Partido Bolchevique e dirigiu os trabalhos revolucionarios da Russia. No curso de suas atividades, Stálin foi constantemente perseguido pelos gendarmes e pela policia. Foi preso oito vezes e sete vezes exilado. Seis vezes escapou do exilio. Depois da Revolução de Fevereiro de 1917, foi libertado de seu ultimo exilio e rumou para Petrogrado, onde dirigiu as atividades do Comité Central e do Comité de Petrogrado do Partido Bolchevique, bem como dirigiu o jornal *Pravda*. Desde maio de 1917, Stálin é membro do Bureau Politico do Comité Central. Em agosto de 1917, redigiu pessoalmente as atas do VI Congresso do Partido. Durante os dias de outubro de 1917, encontrava-se à frente do Centro do Partido que dirigia a insurreição. Juntamente com Lênin, Stálin foi o inspirador e dirigente da Grande Revolução Socialista de Outubro. De 1917 a 1923, Stálin foi Comissario do Povo para as Nacionalidades e, de 1919 a 1922, Comissario do Povo para a Inspeção dos Operarios e Camponeses. Durante a guerra civil, Stálin, juntamente com Lênin, organizou o Exercito Vermelho e levou a derrota aos intervencionistas estrangeiros e à guarda branca russa. Em 1922, Stálin foi eleito Secretario Geral do Comité Central do Partido Bolchevique, posto que até hoje ocupa. Desde a morte de Lênin, Stálin tem dirigido os povos da URSS pela estrada aberta por Lênin. Stálin foi dedicado discipulo de Lênin, seu intimo colaborador e amigo. Juntamente com Le-

nin, fundou e organizou um novo tipo de partido revolucionario dos operarios: o Partido Bolchevique. Defendeu os principios do leninismo na luta contra os traidores trotskistas, burrarinistas e outros inimigos do povo. Teórico profundo, que defendeu e posteriormente desenvolveu as teorias de Marx, Engels e Lênin, Stálin elaborou depois os ensinamentos de Lênin relativos à vitoria do socialismo num só país, à industrialização socialista, à coletivização da agricultura, ao Estado socialista e à construção do socialismo e do comunismo na URSS. Elaborou tambem os principios do Partido Bolchevique na questão nacional e, mais tarde, a politica nacional do Poder Sovietico. Stálin desdobrou terrivelmente o seu trabalho na formação das Republicas Socialistas Sovieticas nacionais e depois na união delas num Estado federado, a URSS. Stálin é o autor da nova Constituição da URSS. Foi Stálin quem animou e organizou a reconstrução fundamental de toda a economia nacional da URSS dentro das linhas socialistas. Sob sua direção, o Partido Bolchevique e a classe operaria da URSS transformaram o país numa terra de industria socialista em larga escala, garantiram o exito do sistema de fazendas coletivas e construíram o inexpugnável poderio defensivo das terras soviéticas. Stálin é o organizador das forças armadas da União Sovietica. Foi ele que instruiu o Exercito Vermelho com grande zelo, supriu-o com armas e equipamento de primeira classe, treinou seus quadros de officiais e armou-os com a adiantada ciencia militar por ele construída. Stálin é o grande estrategista e chefe do Exercito Vermelho. O povo soviético elegeu Stálin como primeiro deputado do Supremo Soviet da URSS. Foi galardoado tres vezes com a Ordem

da Bandeira Vermelha. Por ocasião da passagem de seu 60.º aniversário natalício, foi-lhe conferido o título de Herói do Trabalho Socialista, juntamente com a Ordem de Lênin. Desde 6 de maio de 1941, é Presidente do Conselho de Comissários do Povo da URSS. Depois da eclosão da Guerra Patriótica, Stálin foi eleito Presidente do Comitê de Defesa do Estado, Supremo Comandante em Chefe das Forças Armadas da URSS e Comissário do Povo, para a Defesa da URSS. Em março de 1943, foi promovido a Marechal da União Soviética. Em novembro de 1943, Stálin foi condecorado com a Ordem de Suvorov de Primeira Classe. A 20 de julho de 1944, Stálin recebeu

a Medalha da Defesa de Moscou. Em 29 de julho de 1944 foi entregue a Stálin a Ordem da Vitória "por serviços excepcionais prestados à organização e direção das operações ofensivas do Exército Vermelho, que causaram a maior derrota do exército alemão e uma radical mudança a favor do Exército Vermelho na situação da frente de luta contra os invasores fascistas alemães". Sob a liderança do grande Stálin, os povos da União Soviética, nos dias da Guerra Patriótica, uniram-se para combater e derrotar os invasores fascistas alemães. Stálin é o Lênin de hoje. Ao nome de Stálin, o povo soviético associa seu presente e seu futuro e todas as suas realizações e vitórias.

ECONOMIA COLONIAL — ...“o caráter fundamental da nossa economia, isto é, da produção extensiva para mercados do exterior, e da correlata falta de um largo mercado interno solidamente alicerçado e organizado. De onde a subordinação da economia brasileira a outras estranhas a ela; subordinação aliás que se verifica também noutros sectores. Numa palavra, não completamos ainda hoje a nossa evolução de economia colonial para a nacional.” (Prado — *Formação do Brasil Contemporâneo*, pág. 7.)

OS PRIMEIROS ESCRAVOS NA AMÉRICA — ...“até que se adotasse universalmente nos trópicos americanos a mão de obra escrava de outras raças, indígenas do continente ou negros africanos importados, muitos colonos europeus tiveram de se sujeitar, embora a contragosto, àquela condição. Ávidos de partir para a América, ignorando muitas vezes seu destino certo, ou decididos a um sacrifício temporário, muitos partiram para se engajar nas plantações tropicais como simples trabalhadores. Isto ocorreu particularmente, em grande escala, nas colônias inglesas: Virgínia, Maryland, Carolina. Em troca do transporte, que não podiam pagar, vendiam seus serviços por um certo lapso de tempo. Outros partiram como deportados; também menores abandonados ou vendidos pelos pais ou tutores eram levados naquelas condições para a América a fim de servirem até a maioridade. E' uma escravidão temporária que será substituída inteiramente, em meados do século XVII, pela definitiva de negros importados.” (Prado — *Formação do Brasil Contemporâneo*, pág. 23.)

ÍNDICE GERAL

(Ns. 1 a 12 — 1-7-46 a 15-12-46)

A

Abalo na reputação da Enciclopédia Britânica (Novóie Vriémia) — XII/131.
 Adaptação — III/128.
 Agressão — III/128.
 Agricultura Soviética (A) — Stálin) — VI/38.
 Ainda o açúcar (Carlos Pinto) — III/25.
 Aksákov (esboço biográfico) — III/129.
 Alexéiev (P.A.) — (esboço biográfico) — III/129.
 Alvará de criação de um Banco Nacional no Rio de Janeiro de 12-10-1808 — III/44.
 Alves (Aluizio)
 Qanta desgraça! — XI/114.
 Amaral (Gurgel do)
 Esse Plínio Barreto! — III/25.
 Amoroso Lima (Alceu)
 Proletariado avança... (O) — III/95.
 ANGRAND (Cécile)
 Filosofia ao Alcance de Todos (A) — XI/45 — XII/57.
 1.ª Lição — XI/45:
 Definição da filosofia, 45: 1) A filosofia é impopular, 45;
 2) definição da filosofia. 46:

a) um método para pensar sobre o mundo, 48; b) a filosofia facilita-nos a aquisição de um método de pensar sobre o homem, 49; c) só a filosofia nos permite adquirir um método de pensar sobre a sociedade humana, 49.

2.ª Lição — XII/57:

O problema fundamental da filosofia: Idealismo ou materialismo?, 57.

Antonil

Brasil Colônia — I/101.

Aparício (Henrique Gonzalez)

Estudemos o Marxismo, XII/169.

Arianos — III/169.

Asilo (direito de) — III/133.

Assim não é democracia (B. Condé) — III/33.

Até o Benedito! — III/35.

Atayde (Tristão de)

Catolicismo reacionário — 1/85.

ATUALIDADES

Carta a um burguês “progressista”... (Calvino) — I/5.

Ingenuidade burguesa (Cierpi) — IX/69.

População brasileira, segundo a côr, estado conjugal, nacionalidade, instrução e atividades principais (A) — XII/63.

Primeiros milhões de americanos

desempregados (Os) (Lesnov)
— V/29.
Ausentismo — III/127.

B

Babeuf
Manifesto dos Iguais — I/14.
Barbosa Lima Sobrinho
Ainda o açúcar — III/25.
Barbusse (H.)
Esperanto — IX/73.
Barreto (Plínio)
Ignorância e reacionarismo —
V/103.
Barros (Agrícola de)
E não há exploração... — X/128.
Bastos (Abgvar)
Educação, saúde e alimentação
— XI/25.
Belo (José Maria)
Ignorância e reacionarismo —
XI/50.
Berdiaiev (N. A.) — (esboço bio-
gráfico) — III/134.
Bezerra (Gregório)
Quem são os patriotas — III/34.
Biblioteca Lênin (A) — VI/23.
Biologia e Marxismo (Marcel Pre-
nant) — XII/133.
Bolcheviques — XI/117.
Bontch-Bruevitch
— Lênin e o folclore — V/90.
Brito (Caires de)
Um bom conselho — III/27.

C

Cada qual segundo o seu trabalho
(A) — (Mangabeira) — X/124.
Calabar (Domingos Fernandes) —
(esboço biográfico) — III/136.
CALVINO FILHO.
Carta a um burguês "progres-
sista"... — I/5.
Estudemos o marxismo — III/47
Introdução, 47; Não se estudou

marxismo, 49; Da burguesia
ao proletariado, 50; Função
da pequena burguesia, 52;
E' imperioso o estudo do
marxismo, 56.

Gilberto Freire e sua defesa dos
criminosos de Nüremberg —
X/1.

*Imperialistas pretendem uma
nova guerra (Os)* — XI/1.

Os imperialistas estão descon-
tentes, 1; Como dar marcha
à ré no mundo? 2; A URSS
deseja a guerra?, 3; No ce-
nário mundial, 4; Mas a
guerra não virá, 5; Esqueci-
mentos fatais dos imperia-
listas e fascistas, 6.

Mais um crítico do marxismo das
Arábias — V/22.

Mentindo sobre a Rússia — I/104.

Padre Arlindo Vieira — um fas-
cista e amoral (O) — IX/1.

Razão de ser... — I/5.

Socialismo em construção — VI/1.

Stálin — Revolucionário e cons-
trutor — IV/3.

*URSS é uma potência imperia-
lista?* (A) — XII/1.

Como tem agido a URSS em
face das agressões imperia-
listas?, 2; Pode a URSS ser
imperialista?, 3; Na prática,
age a URSS imperialistica-
mente?, 4; E que garantias
são essas?, 5; Como proce-
deu a URSS para liquidar o
imperialismo tsarista?, 8.

Camorra — III/137.

Cançado (Lopes)

E' preciso educar o govêrno —
III/30.

Capitalismo (Essencia do); (Lênin)
— V/66.

Capitalismo, um obstáculo (J. Man-
gabeira) — V/75.

Cardoso (Dario)

E a exploração continua — V/34.
Caridade à custa alheia (Rui San-
tos) — III/24.

Cartas Históricas

De um marinheiro a um general
(Marty) — I/21.

Carvalho (Afonso de)

Ignorância e reacionarismo —
XII/79.

Catolicismo reacionário (O) —
I/85.

Chateaubriand (Assis)

Chateaubriand confessa... —
III/97.

Ciência na URSS (A) — VI/39.

Ciência filosófica na URSS (A)
(Mitim) — VI/87.

CIERP

Ditadura do proletariado — V/38

Falsos amigos do povo (Os) —
XI/69.

Ingenuidade burguesa — IX/69.

Sindicalismo — VII/1.

Um crítico do marxismo das
Arábias (carta aberta ao se-
nhor deputado G. Teles) —
I-102.

Com decreto não resolve... (Pres-
tes) — XII/64.

Com o mercado mundial aparece
uma literatura universal (Marx
e Engels) — V/127.

Compton (A. H.)

— Cooperação (A) — IX/49.

Conceito de ditadura (O) — Alírio
Meira Wanderley) — I/81.

Conceito de liberdade é vário (O)
— (Vichinskii) — V/91.

CONDÊ (BERTO)

Assim não é democracia — III/33

Igualdade jurídica não basta —
III/33.

Constituição mais democratica do
mundo (A) — (Stálin) — VI/86.

Constituição da URSS (A) —
VI/13.

CORRESPONDÊNCIA DE
NOSSOS LEITORES

Aderson Azevedo — XI/96.

Admirador — XI/96.

Afonso Teixeira Muniz — V/52.

Antônio Maximiano Filho —
X/126.

Benedito de Aguiar Moreira da
Silva — IX/80.

Carlota Wolff — IX/80.

Célso Rosa — III/104.

Cromwell — III/104.

D. Nicolaievich — XII/152.

E. Corrêa — IX/80.

Felicitações — III/104.

F. Polipo Ferreira — XI/96.

Gastão Terlandy — IX/80 —
XII/152.

Geraldo Pereira Lima — X/126.

Incógnito — X/126.

João Vicente dos Santos — X/126.

João Palma Neto — X/126.

Josaphat Falcão, Moderno Sousa
e Luis Soares — V/52.

Jorge Moreira — V/52.

José Miranda Pinto — XI/96.

José de Oliveira e Silva — V/52.

J. Ribeiro — IX/80.

G. Vasconcelos — IX/80.

Lamartine Castro Dias — XI/96.

Las Rosas — XI/96.

Leon Hochman — V/52.

Luiz Taddeo — XII/152.

Luiz S. Guerreiro Filho — V/52.

Manuel Ribeiro da Costa — V/52.

Manuel Soares Júnior — V/52.

Mário Pinto — XII/152.

Maval — III/104.

Orlando Rodrigues — XI/96.

Paulino Recch — X/126.

Renato de Alencar — IX/80.

Silveira Brasil — IX/80.

Um admirador — III/104.

Wilson de São Mauro — XI/96.

Walteno Barb. Cunha — X/126.

Crianças no País do Socialismo
(As) — VI/51.

Crispim (José)

Informando — III/25.

D

- De que falam os homens soviéticos — VI/95.
- De Ricardo a Marx (Engels) — II/120.
- Deslocamento de classes (Lénin) — IX/31.
- DIALÉTICA**
- Categorias da dialética materialista (As) — (Rosental) — II/75.
- Conexão universal e a interdependência dos fenômenos (A) — (Rosental) — II/3.
- Contradição (Engels) — IX/99.
- Crises (Engels) — I/79.
- Dialética (Stálin) — IX/58.
- Dialética (Lénin) — X/127.
- Diderot e Rousseau dialéticos (Engels) — III/64.
- Em agonia (J. Mangabeira) — XII/117.
- Em grandes épocas históricas (Marx) — XI/52.
- Estado (O) — (Engels), XI/36.
- Evolução (Engels) — IX/99.
- Evolução como conversão das mutações quantitativas em mutações qualitativas (A) — (Rosental) — II/32.
- Evolução como luta entre tendências contrapostas (A) — (Rosental) — II/51.
- Fôrças produtivas (Marx) — IX/127.
- Idealismo filosófico (Lénin) — V/65.
- Método dialético marxista (O) — (Rosental) — I/110.
- Movimento e a mutação, a renovação e a evolução dos fenômenos (O) — (Rosental) — II/20.
- Qualitativas (Engels) — IX/99.
- Que é particular é geral (O) — (Lénin) — XI/90.
- Questões de dialética — XII/153.
- Salto na natureza e na história — (Pleurránov) — III/152.
- Socialismo (Lénin) — X/127.
- Terceira lei fundamental da dialética (A) — IX/43.
- Discurso de Luiz Carlos Prestes — II/121.
- Ditadura do Proletariado (Stálin) — XII/9.
- Ditadura do Proletariado — XI/101.
- Ditadura do Proletariado na URSS — XI/117.
- DMÍTROV**
- Basta saber querer — IX/30.
- Morte e o comunista (A) — IX/80.
- Que é necessário para ser um revolucionário (O) — IX/70.
- DOCUMENTOS CÉLEBRES**
- Aliança Anglo-Soviética (Tratado de) — III/129.
- Balfour (declaração) — III/133.
- Carta do Atlântico — II/118.
- Declaração de princípios da Confederação de Trabalhadores da América Latina — V/63.
- Declaração de princípios da Liga Materialista da Bélgica — V/64.
- “Declaração dos direitos do homem e do cidadão” (Paine) — III/146.
- Manifesto dos Iguais (Silvano Marechal) — I/14.

E

- Ecletismo — I/130.
- ECONOMIA POLÍTICA**
- Absorção da pequena pela grande produção (A) — (Segal) — III/112.
- Abstração (Marx) — X/123.
- Acumulação do Capital (Engels) — X/125.
- Balança Comercial — III/133.
- Boom — III/134.

- Capital (Transfusão de) — III/137.
- Capitalismo agora é reacionário (O) — (J. Mangabeira) — IX/70.
- Capitalista (Processo) — III/137.
- Carestia — III/138.
- Ciência Econômica Vulgar (Engels) — X/125.
- C.I.F. — III/134.
- Contradição básica (Engels) — V/76.
- Contradição fundamental do capitalismo (A) — III/145.
- Como era a nossa moeda (Simonsen) — V/80.
- Crise do Capitalismo (A) — (J. Mangabeira) — VI/68.
- Crises (Engels) — I/79.
- Crises (Marx) — IX/127.
- De Ricardo a Marx — II/120.
- Direito de propriedade na União Soviética (O) — (M. Lipetsker) — XII/11.
- Economia capitalista em tempos de guerra (A) — (E. Varga) — XII/10.
- Economia monetária — I/130.
- Economia planificada da URSS (A) — (Kurski) — VIII/115 — IX/83.
- Economia Socialista x Capitalista (Stálin) — XI/112.
- Econômica (Base) — I/131.
- E' preciso... (Stálin) — VI/118.
- Esmagamento da pequena produção (Lénin) — V/38.
- Exploração Agrícola (Lénin) — X/122 — X/127.
- Expropriação (Marx) — III/58.
- Fôrça de trabalho — I/50.
- História dos exércitos (A) — V/5.
- A história se repete — I/99.
- Holding — I/133.
- Imperialismo (Lénin) — X/122.
- Impossível o salário integral — V/6.

- Kolröz — I/140.
- Kolrózes — I/140.
- Konzerns — I/143.
- Lamentável a situação econômico-financeira do Brasil (A) — (Agostinho Monteiro), III/113.
- Lei da fertilidade decrescente do sólo (A) — I/143.
- Leis fundamentais do desenvolvimento da economia socialista (As) — (K. Ostrovitianov) — VIII/19.
- Lei de Gresham — I/144.
- Lei do plano quinquenal de restauração e fomento da economia nacional da URSS para 1946 a 1950 — VIII/35:
- As tarefas fundamentais do plano quinquenal de restauração e fomento da economia nacional da URSS, 35; plano de crescimento da produção e das construções principais, 41; metalurgia, 41; combustíveis e energia elétrica, 41; material rodante, 41; automóveis, 41; maquinária, 42; maquinária agrícola, 42; compostos químicos e adubos minerais, 42; madeira e materiais de construção, 42; produtos da indústria têxtil e leve, 42; na agricultura, 61; no transporte, 67; plano para elevação do nível material e cultural de vida do povo, 72; plano de restauração e fomento da economia nacional das Repúblicas federadas, 77; República Socialista Federativa Soviética da Rússia, 77; República Socialista Soviética da Ucrânia, 83; República Socialista Soviética da Bielo-Rússia, 87; República Socialista Soviética de Uzbequia, 89; República Socialista Soviética da Geórgia, 94; República Socialista Soviética do Azerbadjão, 97; Re-

pública Socialista Soviética da Lituânia, 99; República Socialista Soviética da Moldávia, 100; República Socialista Soviética da Letônia, 102; República Socialista Soviética de Kirguísia, 103; República Socialista Soviética da Tadjiquia, 105; República Socialista Soviética da Armênia, 107; República Soviética da Turcmênia, 109; República Socialista Soviética da Estônia, 111. Liberdade (J. Mangabeira) — VIII/114. Libra esterlina (A) — II/60. Livre concorrência (Teoria da) — I/145. Mais-valia — (Lénin) — X/124. Método Soviético de industrialização (O) — (A. Leóntiev) — XII/81. Mir — I/149. Moeda Colonial... (Caio Prado) — V/42. Não fosse esta última guerra... (Stálin) — XI/95. Origem e Desenvolvimento dos Planos Quinquenais (Sidney e Beatrice Webb) — VIII/1. Pior cego é aquele que não quer ver (O) (Saint Hilaire) — IX/60. Pobreza absoluta — I/153. Porque sobrevive o pequeno camponato (Lénin) — V/102. Poupança — I/153. Produção anárquica — I/154. Produto — I/155. Progredia aceleradamente (Stálin) — VI/118. Propriedade privada — I/155. Que acontece quando se trabalha sem um plano (Iline) — I/24. Que conseqüências advirão de Volta Redonda para o desenvolvimento econômico do Brasil? (Américo Wanick) — XII/45.

Que é a riqueza? (Marx) — XI/44. Que pobreza (Simonsen) — I/23. QUESTÕES DE ECONOMIA POLÍTICA (I) *Introdução* — III/77. Economia política clássica, 78; relações de produção, 80; Economia política de classe, 82; (II) *Introdução* — V/81. O caráter histórico da economia política, 81; Método de estudo da economia política, 84; Crítica à economia política, 87; (III) *Introdução* — IX/53. Ciência de uma economia anárquica, 53; Limitação da economia política burguesa, 54; (IV) *Introdução* — XI/37. Economia e política, 37; Primeira obra de economia política, 37; A importância da economia marxista, 38; O caráter classista das escolas econômicas, 40; (V) *Introdução* — XII/99. Escolas econômicas burguesas, 99. A realidade industrial brasileira através dos números — V/107. Regime de produção (Engels) — X/122. Reprodução do Capital (Marx) — X/123. Revolução Comercial (A) — (Simonsen) — XII/126. Ricardo e o valor (Marx) — III/60. Salariado (Marx) — X/122. São bonzinhos os capitalistas... (Marx) — XII/124. Somos um país industrial? (Armando Vidal) — V/32. Stálin, guia esclarecido — IX/44. Superando (Stálin) — VI/118. Trabalho — I/45.

Trabalho (Marx) — IX/127. Único regime socialista (O) — (Stálin) — VI/98. Educação, saúde e alimentação (Abgvar Bastos) — XI/25. E a exploração continua (Dario Cardoso) — V/34. EFIMOV e FREIBERG Comuna (A) — I/29. queda da Comuna (A) — II/120. rebeliões dos cipaios (As) — III/63. ruína do camponato chinês (A) — II/117. Einstein (Albert) — (esboço biográfico) — I/131. Eisenhower quasi foi prêsno no Brasil — XI/35. Eleáticos — I/131. Eletricidade nos kolrózes (A) — VI/97. E não há exploração... (Agrícola de Barros) — X/128. ENGELS Ação da Ideologia — I/96. Ação do Estado — III/110. Acumulação do Capital — X/125. Amor cavalheiresco e o casamento burguês na literatura (O) — V/45. Ciência econômica vulgar — X/125. Concepção materialista da história — I/99. Concepção materialista do mundo — X/125. Contradição — IX/99. Contradição básica — V/76. Crises — I/79. De Ricardo a Marx — II/120. Diderot e Rousseau dialéticos — III/64. E a revolução resolveu — III/86. Estado (O) — XI/36. Evolução — IX/99. Homem-Burguês — V/44. Igualdade — I/134.

Impossível o salário integral — V/6. Metafísico — IX/99. Nada é bastante bom para os operários — I/92. Ordem e Progresso — V/62. Origem das espécies — V/37. O Partido operário e os literatões — I/20. Pequeno-burguês (O) — XI/67. Pobreza de Marx — I/128. Princípios do comunismo — V/7. Proletariado inglês e a literatura (O) — V/80. Qualitativas — IX/99. Que é a ciência? — I/36. Que são os grandes homens? — I/57. Questão fundamental — XI/42. Regime de produção — X/122. Revolução burguesa — V/94. Sim e não — V/94. Teoria — X/125. E' preciso educar o governo (Lopes Cançado) — III/30. E são os bolcheviques que perseguem os religiosos... — XI/35. Esperanto (Romain Rolland) — IX/73. Esperanto (Górki M.) — IX/73. Esperanto (H. Barbusse) — IX/73. Esperanto a serviço do proletariado (O) (Sinclair Upton) — IX/73. Esse Plínio Barreto! (Gurgel do Amaral) — III/25. Estabelecimentos de ensino na URSS — VI/119. Estudantes Soviéticos (Os) — VI/61. E a tuberculose vai matando! — III/30. Exemplos de dignidade proletária (Willard) — IX/57. Exploração agrícola (Lénin) — V/66. F Favor, não! (Stálin) — VI/104. Fédorov (F.)

Religião e a igreja na URSS (A) — XI/9.

FILOSOFIA

Abstração científica — III/127.

Antinomia — III/130.

Categoria — III/140.

Concepção materialista do mundo (Engels) — X/125.

Consciência do homem (Marx) — X/122.

Ego — I/131.

Egocentrismo — I/131.

Filosofia ao alcance de todos (A) — (Angrand) — XI/45.

Filosofia não está fora do mundo (A) — (Marx) — XI/82.

Filósofos (Marx) — X/122.

Fim em Hegel e fins em Marx (Hook) — I/86.

Hegelianismo (Evolução do) — I/131.

Injustiças e infâmias sociais — I/139.

Igualdade (Engels) — I/134.

Liberdade (Lénin) — III/64.

Liberdade e necessidade — I/145.

Metafísico (Engels) — IX/99.

Objetivismo burguês — I/150.

Pensamento — I/151.

Pensamento humano e verdade eterna — V/120.

Processo — I/154.

Sim e não (Engels) — V/94.

Filósofos (Os) — (Marx) — VI/54.

Fischer (Louis)

Stálin no conceito de um reporter norte-americano — IV/132.

Física na União Soviética (A) — VI/105.

Fôrça política (Lénin) — V/66.

Freyre (Gilberto)

O índio e o negro — I/101.

G

CAK (G.)

Sociedade socialista e a pessoa humana (A) — III/3.

A concorrência, 4; A cisão em classes, 5; Conseqüências da coletivização dos meios de produção, 6; Interesses do indivíduo e da coletividade, 9; A função dos sindicatos, 11; Uma educação democrática, 12; Uma democracia econômica, 13; A liberdade política nas democracias burguesas, 14; Partido único, 16; O Estado burguês e a autonomia da pessoa humana, 17; A moral burguesa e o espírito de coletividade, 19; O socialismo — condição da libertação do indivíduo, 20; Os deveres do cidadão da URSS, 21.

Gálkin (I.)

Comuna de Paris de 1871 (A) — XII/103.

Garcia (Rodolfo)

Como eram os engenhos... — V/90.

Generoso o capitalismo nos Estados Unidos — V/62.

GLASSER

Ciência (A) — I/65.

Importância dos resumos — I/36.

Marx estudou russo — V/48.

Górki (M.)

Esperanto — IX/73.

Górki, mau marxista (Lénin) — V/62.

Govêrno opressor é pior que um tigre (O) — (Elpidio Pessanha) — I/80.

Grandes explorados (Os) — (J. Mangabeira) — III/104.

GRANDES LIVROS (Os)

“Cadernos filosóficos” — II/135.

“O Capital” — I/30.

“Em tórno dos problemas do leninismo” — IV/159.

“Marxismo e o problema nacional” (O) — IV/2.

“Quem são os amigos do povo e como lutam contra os Social-Democratas” — I/160.

“Situação da classe trabalhadora na Inglaterra” (A) — I/32.

“Sôbre o materialismo dialético e o materialismo histórico” — IV/160.

“Sôbre os fundamentos do leninismo” — IV/44.

H

Hermes (Lima)

Que resulta da revolução proletária? — III/96.

HERÓIS PROLETÁRIOS

Rosa Luxemburgo em Francfort (Willard) — IX/41.

Sofrimento e a visão da morte não quebram a têmpera do lutador (O) — (Jurdan Luti-brodski) — I/11.

Hersen (S.O.)

Razão de Ser... — I/1.

Hilaire (A. de Saint)

Pior cêgo é aquêle que não quer ver (O) — IX/60.

HISTÓRIA

Abertura dos portos brasileiros (J. M. Pereira da Silva) — I/33.

Amor cavalheiresco e o casamento banguês na literatura (O) — (Engels) — V/45.

Bondade Cristã — (Marx) — XII/125.

Brasil colônia (Antonil) — I/101.

Casamento por grupo — III/139.

Cem Anos (Guerra dos) — III/141.

Como eram os engenhos... (R. Garcia) — V/90.

Como se faz a história? (Marx) — V/6.

Comuna (A) — (Efimov e Freiberg) — I/29.

Comuna de Paris de 1871 (A) — (I. Gálkin) — XII/103.

Decembristas — IX/71.

Despistamento, mal antigo — V/51.

E os ingênuos caíram (Stálin) — VI/106.

Emancipação de servos — I/95.

E a revolução resolveu (Engels) — III/86.

Exploração de jazidas no Brasil colonial (Prado) — XII/127.

Fome, velho problema brasileiro (Prado) — V/100.

Fundação do Banco do Brasil e as causas de sua falência (J. M. Pereira da Silva) — III/41.

Grande revolução socialista de Outubro (A) — VI/11.

Hetairismo — I/132.

História (Marx) — IX/127.

Índio e o Negro (O) — (Gilberto Freire) — I/101.

“Jus primae noctis” — I/139.

Legislação de minas do Brasil Colonial (Prado) — III/40.

Liga dos Três — I/145.

Neoisksrismo — I/150.

Período feudal (No) — II/160.

Por que Manifesto Comunista e não Socialista? (Marx e Engels) — V/89.

Portugueses progressistas — II/160.

Quatorze pontos — I/158.

Queda da Comuna (A) — (Efimov e Freiberg) — II/119.

Que fez a burguesia? (Marx e Engels) — I/96.

Rebeliões dos Cipaios (As) (Efimov e Freiberg) — III/61.

Revoluções dos escravos (Max Beer) — I/39.

Ruina do campesinato chinês — II/117.

Socialismo em construção (Calvino Filho) — VI/1.

Tempo do Brasil colônia (Ao) — (Prado) — V/105.

Vela quadrada (A) — (Simonsen) — V/100.

HOOK

Fim em Hegel e fins em Marx — I/86.

Para compreender e interpretar Marx:

(1) A procura de Marx — V/97

(2) Da compreensão histórica — IX/75

(3) A luta em torno de Marx — XI/97

(4) A canonização ortodoxa — XII/119.

Humanitarismo — I/133.

I

Icária (Viagem à) — I/133.

IGNORÂNCIA E REACIONARISMO

Afonso de Carvalho — XII/79.

Carlos Peña Botto — III/109.

José Maria Belo — XI/50.

Melo Viana — IX/51.

Plínio Barreto — V/103.

Iline

Que acontece quando se trabalha sem um plano — I/24.

Imbecis e exploradores tudo se espera (Dos) — (J. Mangabeira) — V/75.

Imperialismo (Lénin) — V/66.

Importância dos resumos (Glasser) — I/36.

Imprensa "sadia" foi sempre assim... (A) — XI/68.

Informando (J. Crispim) — III/25.

Interesse pelos órfãos dos combatentes do Exército Vermelho (O) — VI/34.

Internacional (A) — III/37.

Instrução no Brasil (A) — (Brígido Tinoco) — V/53.

Instrução pública na URSS (A) — VI/113.

Isto é que é patriotismo! — III/63.

J

JORNAIS HISTÓRICOS

Action Française — III/127.

Biloie (o passado) — III/134.

"Iskra" — I/37.

Nova Gazeta do Reno (A) — I/150.

Osvobodjienie (Emancipação) — I/151.

Rabótchaia Misl (O Pensamento Operário) — XII/154.

Rabótcheie Dielo (A Causa Operária) — I/160.

Rassviet (A Alvorada), XII/155.

Social Democrata — XII/161.

Juraci diz-se democrata! (O) — III/35.

Juventude Soviética trabalha e diverte-se (A) — VI/55.

K

Kadetes — XI/121.

Kámeniev (esboço biográfico) — XI/121.

KAUTSKI

Concepção materialista da história — V/106.

Consciência Socialista — V/28.

Kautski (esboço biográfico) — V/118.

Keriénski (esboço biográfico) — XI/122.

Kírov (S.N.) — (esboço biográfico) — XI/122.

Kollontal (A.M.) — (esboço biográfico) — I/140.

Kolróz (granja coletiva) (O) — VI/69.

Koltchak (esboço biográfico) — XI/122.

Kurnakoff (S.)

Qual foi, realmente, a ajuda material anglo-americana à URSS nesta última guerra? — V/49.

KURSKI (A.)

Economia Planificada da URSS (A) — VIII/115.

Organização e princípios da planificação da economia nacional da URSS, 115;

Economia planificada da URSS (A) — IX/83

Desenvolvimento da economia planificada na URSS, 83;

A importância da organização planificada na economia nacional no período da grande guerra patriótica, 89.

Kusinin

Negros Ianques — II/31.

L

LAFARGUE (PAUL)

Porque a burguesia crê em Deus — IX/7

I — Religiosidade da burguesia e irreligiosidade do proletariado, 7;

II — Origens naturais da idéia de Deus no selvagem, 9;

III — Origens econômicas da crença em Deus, 10;

IV — Evolução da idéia de Deus, 18;

Causas da irreligião do proletariado, 23.

Trabalhar para o mundo — V/42.

La Guardia e a imprensa "sadia" americana — XI/36.

Larin (Y) — (esboço biográfico) — I/143.

Lavrov (P.L.) — (esboço biográfico) — I/143.

Legislação social na URSS (A) — X/7

PRIMEIRA PARTE: Introdução, 7 — *Capítulo I*: A Constituição da URSS e os princípios da legislação social soviética, 7;

Capítulo II: A competência da legislação social, 12; *Capítulo III*: Como se garante a mão

de obra na economia nacional e formas legais para consegui-lo, 14; SEGUNDA PARTE: *Regulamentação legal do trabalho dos operários e empregados*, 20 — *Capítulo IV*: Início, mudança e cessação das relações de trabalho, 20; Admissão no trabalho, 22; Mudança de trabalho, 23; Dispensa, 24 — *Capítulo V*: A jornada de trabalho e o descanso, 27; duração da jornada de trabalho, 28; trabalhos em horas extraordinárias, 30; Regulamentação da jornada de trabalho, 31; Férias, 32; — *Capítulo VI*: O salário, 34; sistemas de salários, 36; Normas de trabalho e de avaliação, 36; Retribuição do trabalho pelo tempo nele empregado, 40; sistema de prêmios, 40; Garantia de um salário mínimo, 41; Métodos de regulamentação do salário, 42; — *Capítulo VII*: O abastecimento dos operários, 44; — *Capítulo VIII*: A proteção do trabalho, 45; — *Capítulo IX*: O trabalho das mulheres e dos menores, 48 — *Capítulo X*: A disciplina no trabalho, 51 — *Capítulo XI*: — Dissídios de trabalho, 56 — *Capítulo XII*: O seguro social a cargo do Estado, 60; Pensões, 63 — TERCEIRA PARTE: *Regulamentação legal do trabalho nas cooperativas de produção* — *Capítulo XIII*: Regulamentação do trabalho nos Kolrózes, 67; Auxílio mútuo, 73; dissídios de trabalho, 74; — *Capítulo XIV*: Regulamentação do trabalho nas cooperativas de produção e de inválidos, 74; O trabalho nas cooperativas de produção de inválidos, 78.

Lei — I/143.

LÉNIN

Aproveitemo-la... — I/18.
Basta a cultura atual... — I/20.
Bolcheviques — X/127.
Capitalis (Essência do) — V/66.
Deslocamento de classes — IX/31.
Dialética — X/127.
Esmagamento da pequena produção — V/38.
Expropriação — III/58.
Exploração agrícola — V/66 — X/122 — X/127.
Fôrça política — V/66.
Górki, mau marxista — V/62.
Herança cultural do passado (A) — I/18.
Idealismo filosófico — V/65.
Imperialismo — V/66 — X/122.
Kautskistas — X/127.
Lénin (esbôço biográfico) — XI/122.
Lénin e os intelectuais — I/13.
Liberdade — III/64.
Liberdade de imprensa — III/98.
Luta de classes — IX/100.
Mais-valia — X/124.
Mais-valia (Teoria da) — V/66.
Marxismo e revisionismo — I/59.
Marxismo revolucionário e suas deformações (O) — I/93.
Materialismo militante — I/98.
Movimento proletário — IX/42.
Oportunismo — XII/118.
Partido — IX/50.
Para os reacionários lerem — XII/131.
Porque da vitória do marxismo (O) — III/2.
Proletariado — IX/100.
Proletariado e Campesinato — V/23.
Que é particular é geral (O) — XI/90.
Que é preciso? — I/23.
Que exprime o partido? — VI/96.
Revolução — IX/50 — IX/100.

Revolução cultural — V/28 — V/90.
...sim, com efeito — XII/62.
Socialismo — X/127.
Socialismo pequeno-burguês e socialismo proletário — XI/61.
Vanguarda — V/66.
Vendamos barato — II/160.
Lénin e Stálin — IV/12.
Leóntiev (A.)
Método soviético de industrialização (O) — XII/81.
Lesnov (E.)
Primeiros milhões de americanos desempregados (Os) — V/29.
Liberdade de cátedra — III/28.
Libra esterlina (A) — (Warren and Pearson) — II/160.
LIPETSKER (MIRRAIL)
Direito de propriedade na União Soviética (O) — XII/11
I — Princípios proclamados pela Constituição da URSS, 11
II — A renda pública aumentou em mais de 5 vezes, 13
III — A propriedade socialista é sagrada, 14
IV — O trabalho individual, 16
V — O alcance do direito de propriedade, 17
VI — A proteção do direito de propriedade, 18
VII — O direito de propriedade, 21
VIII — A administração dos bens do Tesouro, 23
IX — A terra, os bosques e a água pertencem ao Estado, 24
X — Os kolrózes possuem 371 milhões de hectares de terra, 25
XI — Os kolrózes possuem a terra com perpetuidade, 26
XII — O direito de propriedade cooperativo-kolrozião, 29
XIII — Existem centenas de kolrózes milionários, 29.

XIV — O direito de propriedade pessoal, 33
XV — Vinte milhões de proprietários de casas,
XVI — Os dois aviões de Ferapont Golovati, 34
XVII — O direito de propriedade pessoal é inviolável, 35
XVIII — O direito de sucessão, 37
XIX — O testamento, 39
XX — A propriedade familiar, 40
XXI — A fazenda kolroziãna, 42
Conclusão, 44
LUDWIG (EMIL)
Constituição de Stálin (A) — IV/132.
Início da carreira revolucionária — IV/159.
LUNATCHARSKI
Lénin e a arte — V/46.
Lénin e a ópera — XI/52.
LUTA DE CLASSES
Abolição das classes — V/106.
Aliança Internacional da Democracia Socialista — V/106.
Antagonismo de classes — V/117.
Classe — V/109.
Classe e condição, V/112, 113.
Classe "em si" e classe "para si" — III/143.
Classes fundamentais — V/115.
Classes intermediárias — V/116.
Classes de transição — V/116.
Classificação das classes, V/111.
Desclassificados — V/116.
Estado (Marx) — IX/100.
Luta de classes (Lénin), IX/100.
Manifesto inaugural (O) — V/106.
Origem das classes — V/116.
Profissão — V/114.
Quem "inventou" a luta de classes? — Marx — I/58.
Revoluções dos escravos (Max Beer) — I/39.

Lutibrodski (Jurdan)
O sofrimento e a visão da morte não quebram a têmpera do lutador — I/11.

M

Machado (Augusto Alexandre)
Estado e o indivíduo (O) — IX/52.
MALON
A situação das mulheres na sociedade cristã — I/19.
A moral judaica — XI/85.
MANGABEIRA (JOÃO)
Cada qual segundo o seu trabalho (A) — X/124.
Capitalismo agora é reacionário (O) — IX/70.
Capitalismo, um obstáculo — V/75.
Crise do capitalismo (A) — VI/68.
Desempregados "yankees" (Os) — V/126.
Dos imbecis e exploradores tudo se espera — V/75.
Grandes exploradores (Os) — III/104
Lei anti-greve (A) — VI/94.
Libertação — VIII/114.
Que é democracia? — XI/53.
Salário do industriário (O) — III/107.
Maréchal (Silvano)
Manifesto dos Iguais — I/14.
Marighella (Carlos)
Separação entre a igreja e o Estado, casamento — divórcio — família — III/65.
Marty (André)
De um marinheiro a um general — I/21.
MARX
Abstração — X/123.
Bondade cristã — XII/125.
Cessa tuas lutas — I/85.

Como produzem os homens? — V/34.

Como se faz a história? — V/6.

Consciência do homem — X/122.

Crises — IX/127.

Êles se repetem — I/96.

Em grandes épocas históricas — XI/52.

Estado — IX/100.

Evolução — X/123.

Expropriação — III/58.

Filosofia não está fora do mundo (A) — XI/82.

Filósofos (Os) — VI/54 — X/122.

Fôrças produtivas — IX/127.

Greves e as coalisões dos operários (As) — V/43.

História — IX/127.

História dos exércitos (A) — V/5.

Marx (esbôço biográfico) — XI/124.

Marx poeta, criticado por êle mesmo — III/111.

Movimento sindical — XII/62.

Nada é bastante bom para os operários — I/92.

Produção capitalista — VIII/18.

Quando desaparecerão as religiões? — III/59.

Que é a riqueza? — XI/44.

Quem "inventou" a luta de classes? — I/58.

Religião — X/123.

Religião, produto social — V/76.

Reprodução do capital — X/123.

Ricardo e o valor — III/60.

Salariado — X/122.

São bonzinhos os capitalistas... — XII/124.

Shakespeare, Goethe e o dinheiro — V/47.

Sindicatos — XII/62.

Teoria — III/86.

Trabalho — IX/127.

Marx a Stálin (De) — I/146.

MARX E ENGELS

Com o mercado mundial aparece uma literatura universal — V/127.

Idéias dominantes são as da classe dominante (As) — V/35.

Isto é com o inglês... — I/27.

Literatura Universal — III/108.

Operários-Mercadoria — I/13.

Por que Manifesto Comunista e não Socialista? — V/89.

Que fez a burguesia? — I/96.

Sistema burguês (O) — VIII/18.

MARXISMO

Estudemos o Marxismo (Calvino Filho) — III/47.

Estudemos o Marxismo (Enrique Gonzalez Aparicio) — XII/169.

Marxismo (Como se deve estudar o) — III/150.

Marxismo-Leninismo (Stálin) — XII/78.

Para que serve o marxismo? (Prestes) — III/23.

Princípios do comunismo (Engels) — V/7.

"Questões do leninismo" — XII/153.

Socialismo e comunismo — IX/61.

MARXISMO E REVISIONISMO

Consciência socialista (Kautski) — V/28.

Da 2.^a Internacional (Os) — V/21.

Marxismo e Revisionismo (Lénin) — I/59.

Marxismo revolucionário e suas deformações (O) — (Lénin) — I/93.

Trotskismo (Stálin) — IX/81.

MATERIALISMO HISTÓRICO

Ação da ideologia (Engels) — I/96.

Chave do estudo das leis da história (A) — (Stálin) — VI/68.

Como produzem os homens? (Stálin) — V/34.

Concepção geral da história (M. N. Pokróvski) — V/67.

Concepção materialista da história (Engels) — I/99.

Desenvolvimento das fôrças produtivas modela as sociedades (Mario Schenberg) — III/92.

Evolução (Marx) — X/123.

História da evolução da sociedade (Stálin) — XII/78.

História (O papel do indivíduo na) — (Pleránov) — IX/101.

Homem-burguês (Engels) — V/44.

Idéias dominantes são as da classe dominante (As) — (Marx e Engels) — V/35.

Justiça eterna (Stálin) — IX/58.

Que são os grandes homens? (Engels) — I/57.

Um novo Estado (Stálin) — VI/76.

MATOS PIMENTA

Que é guerra de libertação? — III/89.

Hipocrisia — III/91.

MAURER (ROSE)

Mulheres soviéticas (As) — X/79

Introdução, 79

Mulher soviética na vida econômica (A), 80

No passado próximo, 81

Mulher ganha posições (A), 82

Persuasão e obrigatoriedade, 83

Horizontes mais amplos, 84

As oportunidades para se construir, 85

Participação crescente na economia, 86

Participação da mulher soviética na economia nacional, 87

Salvaguardando o direito das mulheres, 88

Padrões de trabalho para as mulheres, 89

A fábrica como centro educativo, 90

As modernas mulheres das fazendas, 91

Redução da diferença entre a cidade e o campo, 93

Efeito sobre a saúde, 94

Mulheres pioneiras, 95

As mulheres soviéticas como cidadãs, 96

"Todos os varredores de rua devem aprender a dirigir o Estado", 96

O "movimento das donas de casa", 100

As mulheres soviéticas e o lar, 101

Os primeiros pontos de vista sobre a família, 101

Robustecimento da vida familiar, 103

Abolição da prostituição, 104

Casamentos prematuros, 106

A evolução das leis sobre o casamento e o divórcio, 107

Auxílio do Estado às famílias grandes, 108

Assistência à família, 104

As mulheres soviéticas na guerra, 112

Os preparativos de defesa, 112

Heroínas da retaguarda e das linhas de frente, 113

O domínio de novos ofícios, 116

Progresso nas esferas científica e cultural, 117

A mulher e os esportes, 118

As heroínas também são bonitas, 120

Trabalhos saudáveis, 119

Cooperação entre as mulheres norte-americanas e soviéticas, 121.

Max Beer

Revoluções dos escravos — I/39

McAVOY (T. Clifford)

Sindicatos na União Soviética (Os) — VII/61

I — Sindicatos soviéticos — 61

Papel e função, 61

Como trabalham os sindicatos soviéticos, 61

Os sindicatos e os planos quin-

qüenais, 63
 Como são fixados os ordenados e as fichas de produção, 64
 Iniciativas dos trabalhadores, 65
 Os sindicatos e o seguro social, 65
 Nível de vida dos operários soviéticos, 66
 Pouco antes dos nazistas atacarem, 67
 II — Os sindicatos soviéticos e a guerra, 68
 Enfrentando o prolongamento das horas de trabalho, 68
 Evacuação da indústria, 69
 Os duzentos por cento, 70
 Recrutamento de novos trabalhadores, 71
 Treinamento de novos trabalhadores, 72
 Competição, estilo sindicalista, 73
 Conversão da indústria pesada, 74
 Atividades de guerra, 75
 Para uma união sindical anglo-americana-soviética, 76
 Medeiros Neto
 Verdade vai aparecendo (A) — III/29
 Melhor mãe, porque comunista! (Willard) — IX/42
 Melo (Silva)
 Problemas de alimentação, — V/39
 Mencheviques — XI/126
 Mentindo sobre a Rússia (uma citação parcial e mentirosa do Sr. Segadas Viana) — I/104
 Miliukóv (Paul) — (Esbôço biográfico) — XI/126
 MIRSKI
 Como age você? — XI/60
 Único mal (O) — V/106
 Mitin (M.)
 Ciência filosófica na URSS — VI/87
 Modelos de trajes infantis para a primavera e o verão de 1946 na URSS — VI/46
 Molotov
 Lênin e Stálin — IV/2
 Momento — I/149
 Monogamia — I/150
 Monteiro (Agostinho)
 Lamentável a situação econômico-financeira do Brasil (A) — III/113
 Moral Judaica (Malon) — XI/85
 MOVIMENTO OPERÁRIO
 Advertência (Prestes) — III/99
 Agente Provocador — I/130
 Aristocracia operária — III/131
 Associação de Ourives de Paris — III/133
 Associação de política social — III/133
 Basta saber querer (Dmitrov) — IX/30
 Boicote — III/134
 Bolcheviques (Lénin) — X/127
 Chomage — III/141
 Ciência viva (A) — (Stálin) — V/44
 Como age você? (Mirski) — XI/61
 Comunistas e comunistas sem partido (Stálin) — XII/61
 Concepção materialista da história (Kautski) — V/106
 Consolidemos a Democracia (Prestes) — IX/40
 Desempregados "Yankees" (Os) — (J. Mangabeira) — V/126.
 Encerra-se o Congresso Sindical Brasileiro — VII/126.
 Greves e as coalisões dos operários (As) — (Marx) — V/43.
 Igualdade de salários (Segal) — V/108.
 Kautskistas (Lénin) — X/127.
 Ledo engano! (Prestes) — V/76.
 Lei anti-greve (A) — (J. Mangabeira) — VI/94.

Lei para inglês ver... (Osvaldo Pacheco) — III/29.
 "Lumpenproletariat" — I/146.
 Mencheviques — I/149.
 Movimento operário no conceito de Stálin (O) — IV/33.
 Movimento proletário (Lénin) — IX/42.
 Operários — Mercadoria (Marx e Engels) — I/13.
 Organização do Povo (A) — (Prestes) — III/122.
 Partido (Lénin) — IX/50.
 Política (Stálin) — IX/58.
 Prática revolucionária — I/154.
 Primeiro de Maio — I/3.
 Proletariado e Campesinato (Lénin) — V/23.
 Proletários de todos os países, uni-vos! (Engels) — I/4.
 PCB nos meios rurais (O) — (Prestes) — IX/79.
 Que exprime o partido? (Lénin) — VI/96.
 Quem são os patriotas? (Gregório Bezerra) — III/34.
 Que pretendemos? (R. Comunista) — I/10.
 Revolução Bolchevique (Etapas da) — I/159.
 Revolução cultural (Lénin) — V/28.
 Salário do Industriário (O) — (J. Mangabeira) — III/107.
 ...sim, com efeito (Lénin) — XII/62.
 Sindicalismo (Cierp) — VII/1.
 Sindicatos na União Soviética (Os) — (McAvoy T. Clifford) — VII/61.
 Sindicatos na URSS (Os) — (Sidney e Beatrice Webb) — VII/3.
 Socialismo (Lénin) — X/127.
 Sofrimento e a visão da morte não quebram a têmpera do lutador (O) — (Jurdan Lutibrodski) — I/11.

Tática — IX/59.
 Teoria (Engels) — X/125.
 Teoria revolucionária — III/86.
 União dos operários do sul da Rússia — XII/118.
 Valor da teoria — V/5.
 Vendamos barato — II/160.
 Mulher e a criança na União Soviética (P. Pichugina) — VI/127.
 Mulheres soviéticas (As) — (Rose Maurer) — X/79.
 Mulheres soviéticas na guerra patriótica (As) — VI/83.

N

Não querem compreender — I/78.
 Negros Ianques (Kusinin) — II/31.
 Nogueira Filho
 Direção de governo — I/74.
 Nos Estados Unidos também há injustiça (H. Wallace) — X/5.
 Nova Intelectualidade (Stálin) — VI/128.
 Noveli Júnior
 Pobre interior brasileiro — I/78.
 Novóie Vriêmia
 Abalo na reputação da Enciclopédia Britânica — XII/131.

O

Olímpio (Matias)
 Temos vivido sob opressão — XI/115.
 Oliveira (Américo Barbosa de)
 Reforma Agrária — III/92.
 Origem das espécies (Engels) — V/37.
 Ostrovitianov (K.)
 Leis fundamentais do desenvolvimento da economia socialista (As) — VIII/19.

P

PACHECO (OSVALDO)
 Lei para inglês ver... — III/29.

Não querem compreender — III/28.
 Paciência dos pobres (A) — I/80.
 Pápián (M.)
 Progresso industrial das Repúblicas Soviéticas das nacionalidades não russas (O) — VI/107.
 Para compreender e interpretar Marx (Hook) — V/95 — IX/75 — XI/97 — XII/119.
 Partido Constitucional Democrata (Kadetes) — XI/126.
 Parvus (esboço biográfico) — XI/126.
 Pediatra Vera Vlassova (A) — VI/26.
 PEREIRA DA SILVA (J.M.)
 Abertura dos portos brasileiros — I/33.
 Fundação do Banco do Brasil e as causas de sua falência — III/41.
 Pequeno burguês (Engels) — XI/67.
 Perguntas e respostas — III/101 — V/77 — XI/43 — XII/54.
 Período feudal (No) — (Simonsen) — II/160.
 Pessanha (Elpídio)
 Governo opressor é pior que um tigre (O) — I/80.
 Petição de princípio — I/153.
 Pichuguina (P.)
 Mulher e a criança na União Soviética (A) — VI/121.
 Pimenta (Joaquim)
 Não há mais milagres — III/88.
 Pinto (Carlos)
 Ainda o açúcar — III/25.
 Pires (Jurandir)
 Liberdade de cátedra — III/28.
 PLERRANOV
 Saltos na Natureza e na História — III/152.
 O papel do indivíduo na História — IX/101.
 POKRÓVSKI (M.M.)
 Concepção geral da História — V/67.
 Pokróvski (esboço biográfico) — XI/127.
 POLÍTICA
 Acôrdo — I/129.
 Ação do Estado (Engels) — III/110.
 Aprismo — III/130.
 Aproveitemo-la... (Lénin) — I/18.
 Arditi — III/130.
 Basta a cultura atual... (Lénin) — I/20.
 Cagoulards (C. S. A. R.) — III/135.
 Câmara dos Comuns — III/136.
 Câmara dos Lords — III/136.
 Cooperação (A) — (Compton H. Artur) — IX/49.
 Democracia (Stálin) — XII/78.
 E' preciso desmascarar (R. Comunista) — I/10.
 Estado e o indivíduo (O) — (A. Machado) — IX/52.
 Estratégia da fome (A) — XI/81.
 Falsos amigos do povo (Os) — (Cierp) — XI/69.
 Farrapos de papel (Stálin) — XII/126.
 Herança cultural do passado (A) — (Lénin) — I/18.
 Igualdade jurídica não basta (Berto Condé) — III/33.
 Imperialistas pretendem uma nova guerra (Os) — (Calvino Filho) — XI/1.
 Nacionalização do Banco de Inglaterra e da Indústria Carbonífera (A) — (M. Smith) — IX/33.
 Ordem e progresso (Engels) — V/62.
 Para os reacionários lerem (Lénin) — XII/131.
 Partido — I/151.
 Peculiaridades da política interna

e externa dos países capitalistas na época da crise geral do capitalismo (As) — (E. Varga) — XII/65.
 Política (Stálin) — XII/78.
 Que é Democracia? (J. Manguabeira) — XI/53.
 Que é preciso? (Lénin) — I/23.
 Que são secretários? (Prestes) — V/101.
 Separação entre a Igreja e o Estado — Casamento — Divórcio — Família (Carlos Marighela) — III/65.
 Socialização da medicina (Rui Santos) — III/23.
 Tarefas prejudicadas pela guerra (Stálin) — XII/102.
 Teoria (Marx) — III/86.
 Teoria revolucionária — III/86.
 Um bom conselho (Caires de Brito) — III/27.
 Um reacionário (Coelho Rodrigues) — III/35.
 Vanguarda (Stálin) — XII/78.
 Voto para os religiosos (G. Silveira) — IX/68.
 Porque da vitória do Marxismo (O) — III/2.
 Portugueses progressistas (Simonsen) — II/160.
 Povo compreende (O) — II/1.
 PRADO (CAIO)
 Exploração de jazidas no Brasil Colonial — XII/127.
 Fome, velho problema brasileiro — V/100.
 Legislação de Minas do Brasil Colonial — III/40.
 Moeda Colonial... — V/42.
 Tempo do Brasil Colonial (Ao) — V/105.
 Prenant (Marcel)
Biologia e Marxismo — XII/133.
 Introdução — XII/133
 Primeira parte — As bases biológicas do marxismo — XII/135
 Transformismo e dialética — XII/135
 Provas paleontológicas do transformismo — XII/141.
 Preparação técnica em massa na URSS — VI/77.
 PRESTES
 Advertência — III/99.
 Com decreto não resolve... — XII/64.
 Comunistas e a religião (Os) — I/89.
 Consolidemos a Democracia — IX/40.
 Discurso de Luiz Carlos Prestes — II/121.
 Ledo engano! — V/76.
 Organização do povo (A) — III/122.
 Para que serve o marxismo? — III/23.
 PCB nos meios rurais (O) — IX/79.
 Porque da onda anti-comunista (O) — XI/100.
 Que é autocrítica? — XII/118.
 Quem é traidor? — III/29.
 Que são secretários? — V/101.
 Razão de ser dos partidos (A) — III/32.
 Ser comunista... — III/31.
 Problemas de alimentação (Silva Melo) — V/39.
 Produção capitalista (Marx) — VII/18.
 Progresso industrial das Repúblicas soviéticas das nacionalidades não russas (O) — (M. Pápián) — VI/112.
 Proletariado inglês e a Literatura (O) — (Engels) — V/80.
 Pseudo liberdade de pensamento — III/1.
 Q
 Qual foi, realmente, a ajuda material anglo-americana à URSS,

nesta última guerra? (S. Kurnakoff) — V/49.

QUE DIZEM NOSSOS JORNAIS

Burocracia x Ciência (L. S. Lopes) — III/90.

Catolicismo reacionário (Tristão de Ataíde) — I/85.

Crateaubriand confessa... (Assis Chateaubriand) — III/97.

Conceito de Ditadura (O) — (Alírio Meira Wanderley) — I/81.

Desenvolvimento das forças produtivas modela as sociedades (O) (Mário Schenberg) — III/92.

Eisenhower quase foi prêso no Brasil — XI/35.

É, mas apoiam-no... (Padre Roberto Sabóia de Medeiros S.J.) — III/92.

Em palavras, atacam; em ação, defendem (Domingos Velasco) — III/95.

E são os bolcheviques que perseguem os religiosos... — XI/35.

Governo opressor é pior que um tigre (O) (Elpídio Pessanha) — I/80.

Hipocrisia (Matos Pimenta) — III/91.

La Guardia e a imprensa "sadia" americana — XI/36.

Não há mais milagres (Joaquim Pimenta) — III/88.

Paciência dos pobres (A) — I/80.

Proletariado avança (O) — (Alceu Amoroso Lima) — III/95.

Que é Guerra de Libertação? (Matos Pimenta) — III/89.

Que é que visa, no fundo, a legislação social burguesa? (Alírio Meira Wanderley) — III/87.

Que resulta da revolução proletária? (Hermes Lima) — III/96.

Reforma Agrária (Américo Barbosa de Oliveira) — III/92.

Revolução Russa (A) — (Scrutador) — III/90.

Subnutrição infantil (A) — III/28.

Trabalhadores, uni-vos! (Alírio M. Wanderley) — XI/35.

QUE DIZEM NOSSOS PARLAMENTARES

Ainda o açúcar (Carlos Pinto) — III/25.

Assim, não é democracia (Berto Condé) — III/33.

Até o Benedito! — III/35.

Bomba atômica (A) — III/36.

Caridade à custa alheia (Rui Santos) — III/24.

Direção de governo (Paulo Nogueira Filho) — I/74.

E a tuberculose vai matando! — III/30.

E' preciso educar o governo (Lopes Cançado) — III/30.

Esse Plínio Barreto! (Gurgel do Amaral) — III/25.

Igualdade jurídica não basta (Berto Condé) — III/33.

Informando (José Crispim) — III/25.

Juraci diz-se democrata! — III/35.

Lei para inglês ver... (Osvaldo Pacheco) — III/29.

Liberdade de cátedra (Jurandir Pires) — III/28.

Não querem compreender (Osvaldo Pacheco) — III/28.

Para que serve o marxismo? (Prestes) — III/23.

Pobre interior brasileiro (Noveli Júnior) — I/78.

Prestes e o ministro Macedo Soares — III/34.

Quanta desgraça! (Aluizio Alves) — XI/114.

Que é democracia burguesa? (Sampaio Dória) — XI/113.

Quem é traidor? (Prestes) — III/29.

Quem são os patriotas? (Gregório Bezerra) — III/34.

Razão de ser dos partidos (A) — (Prestes) — III/32.

Ser comunista... (Prestes) — III/31.

Socialização da Medicina (Rui Santos) — III/23.

Temos vivido sob opressão (Matias Olímpio) — XI/115.

Um bom conselho (Caires de Brito) — III/27.

Um reacionário (Coelho Rodrigues) — III/35.

Verdade vai aparecendo (A) — (Medeiros Neto) — III/29.

Que dirigem a indústria soviética (Os) — (N. Smetánin) — VI/99.

Que está certo e o que está errado (O) — I/28 — III/123 — V/33 — IX/30 — XI/83.

Que é traidor (Prestes) — III/29.

R

Radichtchev (A.N.) (esboço biográfico) — XII/154.

Rakovski (K.G.) (esboço biográfico) — XII/154.

Raltúrín (S.W.) (esboço biográfico) — XII/154.

Rarisomenov (S.A.) (esboço biográfico) — XII/155.

Redação — II/2 — III/2.

Reed (John)

Dez dias que abalaram o mundo — XII/178.

RELIGIÃO

Anti-clericalismo (Lénin) — XI/82.

Brasil é um país católico? (O) (G. Vargas) — XI/8.

Como foram os papas (Guaraci Silveira) — IX/29.

Comunistas e a religião (Os) — (Prestes) — I/89.

Desprestígio da religião (O) —

(Simonsen) — I/32.

Divórcio e a família (O) — (Guaraci Silveira) — IX/74.

Estado leigo e ensino leigo — XI/80.

Materialismo militante (Lénin) — I/98.

Padre Arlindo Vieira é um fascista e amoral (O) — (Calvino Filho) — IX/1.

Porque a burguesia crê em Deus (Lafargue) — IX/7.

Por que decaiu a Espanha? (Simonsen) — I/38.

Quando desaparecerão as religiões? (Marx) — III/59.

Religião (Marx) — X/123.

Religião e a igreja na URSS (A) — (F. Fédorov) — XI/9.

Religião, produto social (Marx) — V/76.

Separação entre a igreja e o Estado — Casamento — Divórcio — Família (Carlos Marighella) — III/65.

Situação das mulheres na sociedade cristã (A) — (Malon) — I/19.

Remoçando (Stálin) — VI/25.

Revista Comunista — I/10.

REVOLUÇÃO

Dez dias que abalaram o mundo (John Reed) — XII/178.

Ditadura do Proletariado (Ciérp) — V/38.

E' preciso um heroísmo bolchevique (Dmítrov) — XII/118.

Erros (Stálin) — IX/100.

Morte e o comunista (A) — (Dmítrov) — IX/80.

Prestes já o dizia! (Willard) — XI/8.

Proletariado (Lénin) — IX/100.

Que é necessário para ser um revolucionário (O) — (Dmítrov) — IX/70.

Revolução (Lénin) — IX/50 — IX/100.

Revolução burguesa (Engels) — V/94.
Revolução cultural (Lénin) — V/90.
Revolução permanente — XII/155
Teoria revolucionária — III/86.
Rikov
(Alekséi Ivanóvitch, esboço biográfico) — XII/161.
Rodrigues (Coelho)
Um reacionário — III/35.
Rolland (Romain)
Esperanto — IX/73.
ROSENTHAL (M.)
O método dialético marxista — I/110 — II/3
As categorias da dialética materialista — II/75.
A conexão universal e a interdependência dos fenômenos — II/3
A evolução como conversão das mutações quantitativas em mutações qualitativas — II/32
A evolução como luta entre tendências contrapostas — II/51
O movimento e a mutação, a renovação e a evolução dos fenômenos — II/20
Ruína do campesinato chinês (A) — (Efimov e Freiberg). — II/117.

S

Sabóia de Medeiros (Pad. Roberto)
É, mas apoiam-no — III/91.
Sampaio Dória
Que é democracia burguesa? — XI/113.
Santos (Rui)
Caridade à custa alheia — III/24.
Socialização da medicina — III/23.
Schenberg (Mário)
Desenvolvimento das forças produtivas modela as sociedades (O) — III/92.

Scrutador — III/90.
SEGAL
Absorção da pequena pela grande produção (A) — III/112.
Igualdade de salários — V/108.
Shakespeare, Goethe e o dinheiro (Marx) — V/47.
SILVEIRA (GUARACI)
Divórcio e a família (O) — IX/74.
Como foram os papas — IX/29.
Uma verdade e um equívoco — X/124.
Voto para os religiosos — IX/68.
SIMONSEN
Como era a nossa moeda — V/80.
Desprestígio da religião... (O) — 1/32.
Eles estão evoluindo... — I/23
No período feudal — II/160.
Por que decaiu a Espanha? — I/38.
Portugueses progressistas — II/160.
Que pobreza... — I/23.
Revolução comercial (A) — XII/126.
Vela quadrada (A) — XII/126.
Sinclair (Upton)
Esperanto a serviço do proletariado (O) — IX/73.
SINDICALISMO
Encerra-se o Congresso Sindical Brasileiro — VII/126.
Firmada a opinião do Proletariado Brasileiro sobre os vinte pontos do Temário do 1.º Congresso Sindical — VII/116
Liberdade, unidade e autonomia sindicais, 116; Liberdade e autonomia sindical, 117; Recomendações, 119; Atividade político-partidária no seio dos sindicatos, 120; Direito de greve, 121; Fixada como máxima a jornada de 8 horas, 123; Sobre a jornada máxima de trabalho, 123;

Sobre redução de horas de serviço em casos especiais, 124; Sobre a jornada de trabalho noturno, 125.

Movimento Sindical (Marx) — XII/62.

Oportunismo (Lénin) — XII/118.

Resoluções do Congresso da Federação Sindical Mundial, realizado entre 25 de setembro e 8 de outubro de 1945, em Paris VIII/106

Resolução da comissão de regimento interno da Federação Sindical Mundial, levadas em consideração pela Assembléia Plenária do Congresso e submetidas ao Bureau executivo, 106; Resolução sobre a representação do mundo do trabalho nas instituições e organizações internacionais, 111; Resolução sobre os informes da atividade dos centros sindicais nacionais para a aplicação das decisões da Conferência de Londres, 113.

Segundo Congresso da CTAL — VII/77

Explicação, 77; Comissão de cultura e propaganda da V.G.T. do Uruguai, 77: I. O atraso histórico da América Latina, 77; 1. O caráter semi-colonial dos países latino-americanos, 77; A América Latina como zona de inversão do capital estrangeiro, 79 — B — A América Latina como fonte de matérias primas e como mercado de produtos manufaturados, 81 — 2. O atraso e a deformação no desenvolvimento da América Latina, 82 — 3. A sobrevivência do sistema escravista e feudal na América Latina, 85 — 4. O nível de

vida da população da América Latina, 87 — II — Bases gerais para o novo programa do progresso da América Latina, 89 — Resoluções — Sobre assuntos políticos — Sobre manutenção e aperfeiçoamento dos regimes democráticos, 94 — A C.T.L. ante a religião, as igrejas, os católicos e o sacerdócio, 96 — Sobre assuntos econômicos — inversão de capitais, 97 — Sobre industrialização da América Latina, 98 — Sobre o desemprego no pós-guerra, 99 — Sobre a reorganização econômica de pós-guerra, 99 — Sobre assuntos sociais — Informe da Comissão de Assuntos Sociais, 100 — Extensão dos direitos da legislação social aos trabalhadores do campo, 100 — Sobre especulações — Sobre seguro social — Sobre aplicação da legislação social — Sobre cultura popular — Sobre sindicatos industriais internacionais.

Sindicalismo (Cierp) — VII/1.
Sindicatos na União Soviética (Os) — McAvoy T. Clifford) — VII/61.

Sindicatos na URSS (Os) — (Sidney e Beatrice Webb) — VII/3.

Sindicatos (Marx) — XII/62.

Sínteses — III/105.

Sistema burguês (Marx e Engels) — VIII/18.

Smetánin (N.)

Que dirigem a indústria soviética (Os) — VI/99.

Smith (M.)

Nacionalização do Banco da Inglaterra e da indústria carbonífera (A) — IX/33.

Sobre a educação da mocidade soviética — XI/71.

SOBRE LÊNIN

Como Stálin travou relações com Lênin — IV/8.

Contra uma cultura de estufa (Yakovlev) — III/58.

Discípulo de Lênin, apenas... — IV/2.

Lênin e a arte (Lunatchárski) — V/46.

Lênin e o folclore (Bontch-Bruevitch)

Lênin, no julgamento de Stálin — IV/8.

Lênin e os modernistas... (Clara Zetkin) — XII/56.

Lênin e a ópera (Lunatchárski) — XI/52.

Por motivo da morte de Lênin (Stálin) — IX/3.

Que se exige de um chefe proletário? — III/121.

SOBRE MARX

Ciência (Glasser) (A) — I/65.

De Ricardo a Marx — II/120

Marx estudou russo (Glasser) — V/48

Pobreza de Marx e Engels — I/128

Porque da vitória do marxismo (O) — (Engels) — III/2.

Que é a ciência? (Engels) — (Engels) — I/36.

Trabalhar para o mundo (Lafargue) — V/42

SOBRE STÁLIN

Bernard Shaw (Tansome) — V/22.

Como trabalha Stálin — IV/132.

Constituição de Stálin (A) — IV/132.

Destruindo teorias falsas — IV/34.

Dois discursos decisivos — IV/34.

Doutrina do Estado socialista — IV/158.

Início da carreira revolucionária — IV/159.

Onde se encontraram Stálin e Lênin — IV/148.

Prisões de Stálin — IV/34.

Stálin (dados biográficos) — XI/95.

Stálin como teórico — IV/158.

Stálin, no conceito de Bela-Kun V/48.

Stálin no conceito de um repórter norte-americano — IV/132.

Stálin e a imprensa soviética (Ana Louise Strong) — V/46.

Stálin, organizador de greves — IV/148.

Stálin sucede a Lênin — IV/159.

Uma previsão acertada — IX/160.

Velho e sábio costume — IV/159.

Socialismo e a paz (O) — (Entrevista de Stálin com H. Roy Howard) — I/66.

Socialismo — Fascismo

Comparação esquemática — I/8.

Socialismo pequeno-burguês e socialismo proletário (Lênin) — XI/61.

Sociedade socialista e a pessoa humana (A) — (G. Gak) — III/3.

Sokolnikov (Grigori Iákovlevitch) Soviet — XII/161.

STÁLIN

Agricultura soviética (A) — VI/38.

Ano da grande viragem (O) — IV/34.

Ateu — X/6.

Arte da direção (A) — IV/88.

Caráter internacional da revolução de outubro (O) — IV/53.

Capitalismo e socialismo — V/1.

Carta famosa — XI/95.

Chave do estudo das leis da história (A) — VI/68.

Ciência viva (A) — V/44.

Como produzem os homens? — V/34.

Como Stálin travou relações com Lênin — IV/8.

Comunistas e comunistas sem partido — XII/61.

Constituição mais democrática do mundo (A) — VI/86.

Contradição — X/6.

Dialética — IX/58.

Democracia — XII/78.

Ditadura do proletariado — XII/9.

Economia socialista por capitalista — XI/112.

E está cumprindo a promessa — IV/158.

E os ingênuos caíram — VI/106.

Emulação socialista (A) — IV/160.

Entrevista com H. Roy Howard — I/66.

E' preciso... — VI/118.

Erros — IX/100.

Evolução social — X/6.

Exitos sobem-nos à cabeça (Os) — IV/78.

Exposição do problema nacional — XI/91.

Farrapos de papel — XII/126.

Favor, não! — VI/104.

História da evolução da sociedade — XII/78.

História se repete... (A) — IV/160.

Homem, o capital mais precioso (O) — III/103.

Justiça eterna — IX/58.

Lênin e o problema da aliança com os camponeses médios — IV/69.

Lênin, no julgamento de Stálin — IV/8.

Marxismo-Leninismo — XII/78.

Marxismo e o problema nacional (O) — IV/2.

Movimento operário, no conceito de Stálin (O) — IV/33.

Não fôsse esta última guerra... — XI/95.

No sector do trigo — IV/59.

Nova intelectualidade — VI/128.

Partido se fortalece, depurando-se (O) — XI/49.

Perguntas e respostas — V/77.

Perigo do desvio de direita no Partido Comunista (bolchevique) da URSS (O) — IV/79.

Política — IX/58.

Política — XII/78.

Por motivo da morte de Lênin — IX/3.

Primeiro batismo revolucionário — IV/159.

Primeiro Congresso dos Soviets (No) — IV/78.

Progredia aceleradamente — VI/118.

Qual o pior desvio? — IV/148.

Que realizou a revolução bolchevique? — IV/160.

Remoçando — VI/25.

Revolução de outubro e a tática dos comunistas russos (A) — IV/88.

Revolução de outubro e a tática dos comunistas russos (A) — IV/9

A situação interna e externa na revolução de outubro — 9

Sobre duas particularidades da revolução de Outubro, ou outubro e a teoria da revolução permanente de Trotski — 11

Sobre algumas particularidades da tática dos bolcheviques, no período da preparação de outubro — 21

A revolução de outubro, começo e premissa da revolução mundial — 30.

Segundo batismo revolucionário — IV/2.

Sobre o desvio direitista do Partido Comunista (bolchevique) da URSS — IV/89.

1 — Mudanças de situação das

classes e as nossas divergências — 89

2 — Divergências no que se refere à Internacional Comunista — 94

3 — Divergências em matéria de política interna — 98

a) sobre a luta de classes, 99

b) sobre o recrudescimento da luta de classes, 102

c) sobre os camponeses, 105

d) sobre a Nep e sobre o mercado, 107

e) sobre o ritmo do desenvolvimento da indústria e as novas formas de aliança, 110.

f) Burrão como teórico, 117

g) Plano quinquenal ou plano bienal? 123

h) o plano superfície de cultivo, 125

i) sobre o aproveitamento de cereais, 127

4 — Sobre a luta contra o desvio direitista — IV/130.

Sobre a palavra de ordem da ditadura do proletariado e dos camponeses pobres no período de preparação da revolução de outubro — IV/45.

Sobre o problema da China — IV/133.

Sobre as três palavras de ordem fundamentais do partido, referentes ao problema camponês — IV/35.

Stálin (esboço biográfico) — XII/162.

Stálin e alguns problemas de organização — IV/149.

Seleção e distribuição dos quadros no trabalho — 149

O controle dos militantes — 150

Instrução dos quadros — 151

E' preciso conhecer os quadros — 155.

Superando — VI/118.

Tarefas prejudicadas pela guerra — XII/102.

Terceiro batismo revolucionário — IV/52.

Trotskismo — IX/81.

Uma imbecilidade — XII/9.

Um bom conselho — V/46.

Um novo Estado — VI/76.

Único regime socialista (O) — VI/98.

URSS, brigada de choque — IV/68.

Vanguarda — XII/78.

STRONG (ANA LOUISE)

Stálin e a imprensa soviética — V/46.

Uma previsão acertada — IV/160.

Velho e sábio costume — IV/159.

Struve (Piotr Bernardovitch) — (esboço biográfico) — XII/164.

Sverdlov (Iacov Mirraïlovitch); (esboço biográfico) — XII/165.

Tansome

Bernard Shaw — V/22.

Tchernov (Victor Mirraïlovitch) — (esboço biográfico) — XII/166.

Teatros dramáticos de Moscou — VI/43.

Temos vivido sob opressão (Matias Olímpio) — XI/115.

Teoria da mais-valia (Lénin) — V/66.

TÉRMINOS CIENTÍFICOS E AUTORES REFERIDOS IN BIOLOGIA E MARXISMO

Amonitas — XII/146

Anatomia — XII/146

Arqueopterix — XII/146.

Biologia — XII/146.

Coníferas — XII/146.

Darwin — XII/146.

Dialética — XII/146.

Dialético — (pensamento) — XII/146

Empirismo — XII/147.

Era — XII/147.

Espécie — XII/147.

Espectroscópio — XII/147.

Família — XII/147.

Fauna — XII/147.

Fetos — XII/147.

Flora — XII/147.

Fóssil — XII/148.

Genealogia — XII/148.

Gênero — XII/148.

Geologia — XII/148.

Hegel — XII/148.

Ictiossáurio — XII/148.

Kant (Emmanuel) — XII/148

La Place (Pierre Simon, Marquês de) — XII/148.

Mamíferos — XII/148.

Materialismo — XII/148.

Materialismo dialético — XII/149.

Metafísica — XII/149.

Metamorfismo — XII/151.

Micachisto — XII/151.

Moluscos — XII/151.

Mutação — XII/151.

Mutante — XII/151.

Paleolítico — XII/151.

Perioftalmo — XII/151.

Peterossáurios — XII/151.

Teologia — XII/151.

Transformismo — XII/151

Trilobita — XII/151.

Vitalismo — XII/151.

Trabalhadores, uni-vos! (Allyrio Meira Wanderley) — XI/35.

Trotski — (Leon D.) — (esboço biográfico) — XII/167.

Uma imbecilidade... (Stálin) — XII/9.

Uma verdade e um equívoco (G. Silveira) — X/124.

Um bom conselho (Stálin) — V/46.

Único mal (O) — (Mirski) — V/106.

Universidade de Moscou (A) — VI/19.

URSS é uma potência imperialista? (A) — (Calvino) — XII/1.

Vanguarda (Lénin) — V/66.

VARGA (E.)

Economia capitalista em tempo de guerra (A) — XII/10

Peculiaridades da política interna e externa dos países capitalistas na época da crise geral do capitalismo (As) — XII/65.

Vargas (Getulio)

Brasil é um país católico? (O) — XI/8.

Velasco (Domingos)

Em palavras, atacam; em ação, defendem — III/95.

Velha mas sempre repetida acusação (Lombardo Toledano) — XII/62.

Vendamos barato (Lénin) — II/160.

Verdade vai aparecendo (A) — III/29.

Viana (Melo)

Ignorância e reacionarismo — IX/51.

Vichinskii

Conceito de liberdade é vários (O) — V/91.

Vidal (Armando)

Somos um país industrial? — V/32.

Voks — VI/35.

Wallace (Henry)

Nos Estados- Unidos também há injustiça — X/5.

VANDERLEY (ALLYRIO MEIRA)

Conceito de Ditadura (O) — I/81.

Que é que visa, no fundo, a legislação social burguesa — III/87.

Trabalhadores, uni-vos! — XI/35.

WANICK (AMERINO)

Que conseqüências advirão de Volta Redonda para o desenvolvimento econômico do Brasil? — XII/45.

A época do imperialismo — 48.

A guerra de 1914-1918 — 49.

A guerra de 1939-1945 — 50.

O problema siderúrgico e a Usina de Volta Redonda — 52.

Warren and Pearson
 Libra esterlina (A) — II/160.

WEBB (SIDNEY E BEATRICE)
 Sindicatos na URSS (Os) — VII/3.

O homem com produtor, 3.

Secção I: Sindicalismo Soviético, 3.

A estrutura do sindicalismo na URSS, 15.

O comitê Sindical de fábrica, 25.

Convenções coletivas na URSS, 27.

O conselho regional dos sindicatos, 37.

O conselho sindical de República, 38.

O congresso geral de cada sindicato, 37, 38.

O congresso geral dos sindicatos, 39.

Estruturas colaterais do sindicalismo na URSS, 42.

Os funcionários sindicais, 43.

As transferências do Comissariado do Trabalho aos sindicatos, 44.

O trabalho de escritório do sindicalismo da URSS, 49.

Brigadas de choque e Comitês de contabilidade de custos, 51.

Associações profissionais no sindicalismo da URSS, 53.

Comparação entre o sindicalismo soviético e o da Grã-

Bretanha, 581.

Origem e desenvolvimento dos Planos Quinquenais — VIII/1.

Como surgiu o planejamento, 1.

O episódio do controle operário, 2.

O resultado do controle operário, 3.

O supremo conselho econômico, 4.

O despontar de um plano geral, 5.

Desenvolvimento experimental do planejamento, 7.

O Gosplan como autoridade de planejamento, 9.

Como é feito o plano, 11.

O plano provisório, 12.

O objetivo geral do planejamento, 15.

O plano final, 16.

WILLARD (MARCEL)
 Exemplos de dignidade proletária — IX/57.

Melhor mãe, porque comunista! — IX/42.

Prestes já o dizia! — XI/41.

Rosa Luxemburgo em Francfort — IX/41.

Sofrimento e a visão da morte não quebram a tempera do lutador (O) — I/11.

Yakovlev
 Contra uma cultura de estufa — III/58.

Yaroslavski
 Como trabalha Stálin — IV/132.

Zinóviev (Gregori Evseiévitch) — XII/168.

INFLAÇÃO — “A inflação é devida ao fato de o crescimento dos meios de pagamento não corresponder ao da produção.” (Carlos Prestes, — *Diário da Assembléia*, 30-5-1946.)

ÚLTIMAS EDIÇÕES

HISTÓRIA DO SOCIALISMO E DAS LUTAS SOCIAIS, por Max Beer, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$25,00

PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLÍTICA, por Lapidus e Ostrovitianov, 2 vols. Preço de cada vol. Cr\$25,00

LENINE, SUA VIDA E SUA OBRA, por D. S. Mirski Cr\$25,00

CARLOS MARX, SUA VIDA E SUA OBRA, por Max Beer (Com um resumo d'O CAPITAL) .. Cr\$25,00

A QUESTÃO SOCIAL E OS CRISTAOS SOCIAIS, por Lisandro de la Torre Cr\$25,00

TRÊS PRINCÍPIOS DO POVO, por Sun Yat Sen Cr\$25,00

A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO, por F. Engels (Como Apêndice, “O Código Soviético da Família”) Cr\$25,00

ANTI-DUHRING, por Frederico Engels Cr\$30,00

CAUSAS ECONÔMICAS DA REVOLUÇÃO RUSSA, por M. N. Pokrovski (Como Apêndice, “Preço, Salário e Lucro”, por Marx) Cr\$25,00

URSS, UMA NOVA CIVILIZAÇÃO, por Sidney e Beatrice Webb, 5 vols. Preço de cada volume Cr\$25,00

A MEDICINA NA RUSSIA SOVIÉTICA, pelo Dr. Lelio Zeno .. Cr\$25,00

O GÊNIO DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA, pelo Instituto M. E. L., de Moscou Cr\$25,00

DEMOCRACIA DE HOJE E DE AMANHÃ, por Edvard Benes .. Cr\$25,00

TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX, ENGELS, LENINE E STALIN SOBRE LITERATURA E ARTE, por Jean Freville Cr\$25,00

TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX SOBRE FILOSOFIA, seleção de J. Duret Cr\$25,00

TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX SOBRE ECONOMIA POLÍTICA, seleção de P. Y. Nizan Cr\$25,00

O PODER SOVIÉTICO, pelo Deão de Canterbury Cr\$25,00

O CRISTIANISMO E A NOVA ORDEM SOCIAL NA RUSSIA, pelo Deão de Canterbury Cr\$25,00

MISSÃO EM MOSCOU, por Joseph E. Davies Cr\$25,00

MISSÃO EM TÓQUIO, por Joseph C. Grew Cr\$30,00

DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO, por John Reed Cr\$25,00

SANTA RUSSIA, por Maurício Hindus Cr\$30,00

O SEGREDO DA RESISTÊNCIA RUSSA, por Maurício Hindus .. Cr\$25,00

A RUSSIA ESMAGARA O JAPÃO, por Maurício Hindus Cr\$25,00

A RUSSIA NA PAZ E NA GUERRA, de Anna Louise Strong .. Cr\$25,00

A CHINA LUTA PELA LIBERDADE, de Anna Louise Strong .. Cr\$25,00

RIO SELVAGEM (Romance da construção socialista), de Anna Louise Strong Cr\$25,00

ENTRE DOIS MUNDOS, memórias de Anna Louise Strong Cr\$30,00

ÁSIA SOVIÉTICA, por Davies & Stelger Cr\$25,00

A VERDADE SOBRE A RELIGIÃO NA RUSSIA, pelo Patriarca Sergio e outros Cr\$25,00

STALIN, por Emil Ludwig .. Cr\$25,00

PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA NA UNIÃO SOVIÉTICA, pela Dra. Ester Conus .. Cr\$25,00

A QUESTÃO AGRÁRIA, por V. I. Lenin Cr\$25,00

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO MARXISMO, por F. Engels, A. Talheimer, H. Harari e L. Ségal Cr\$30,00

MARX, ENGELS E MARXISMO, por Lenin, Marx e Engels, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$25,00

NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE ECONOMIA POLÍTICA, de Luis Ségal, 2 vols. Cada volume Cr\$25,00

A DEFESA ACUSA... — de Marcel Willard Cr\$25,00

MATERIALISMO E EMPIRO-CRITICISMO, de V. I. Lenin, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$35,00

PRESTES E A REVOLUÇÃO SOCIAL, de Abguar Bastos Cr\$ 35,00

Editorial CALVINO Limitada

Av. 28 de Setembro, 174 — Rio de Janeiro

AVISO AOS NOSSOS LEITORES

Em face do aumento vertiginoso e incessante dos preços das utilidades, não poderemos fugir, desta vez, à contingência de termos de aumentar o preço de venda e assinaturas desta revista, a partir do próximo número 13, de 1-1-1947. Com a subida dos preços tipográficos, o encarecimento do papel, a majoração dos salários, dos impostos, etc., não nos restará outra saída, sinão aumentar também os preços de *Divulgação Marxista* para Cr\$ 7,00 o número da quinzena; Cr\$ 10,00 os números atrasados; Cr\$ 35,00, Cr\$ 70,00 e Cr\$ 140,00, respectivamente, as assinaturas trimestral, semestral e anual. Os amigos não devem perder de vista, outrossim, o facto de que D.M. não publica matéria paga de qualquer espécie, vivendo exclusivamente do favor dos seus leitores, através da venda avulsa e das assinaturas. Assim sendo, nossos amigos compreenderão facilmente as razões determinantes de nossa deliberação, uma vez que sempre lutamos em prol do maior e melhor texto pelo menor preço.

EDIÇÕES POPULARES JÁ PUBLICADAS

<i>Educando para a morte</i> , de Gregor Ziemer	Cr\$ 10,00
<i>O Poder Soviético</i> , do Deão de Canterbury (320 páginas) ..	Cr\$ 10,00
<i>Dez dias que abalaram o mundo</i> , de John Reed	Cr\$ 10,00
<i>A Rússia na paz e na guerra</i> , de Anna Louise Strong	Cr\$ 10,00
<i>Fundamentos do Leninismo</i> , de J. Stálin. No mesmo volume <i>Problemas do Leninismo e Materialismo Dialético e Materialismo Histórico</i> , do mesmo autor (320 páginas) ..	Cr\$ 10,00
<i>O Abecedário da Nova Rússia</i> , de Iline (238 páginas)	Cr\$ 10,00
<i>Manifesto Comunista</i> , de Marx-Engels. Com uma <i>Introdução Histórica</i> de Riazanov e vários apêndices que ajudam a interpretar esse famoso documento (304 páginas)	Cr\$ 10,00
<i>Pequena História da Revolução Bolchevique</i> , do Prof. Leonidas de Rezende	Cr\$ 10,00
<i>O Cristianismo e a nova ordem social na Rússia</i> , pelo Deão de Canterbury. Como apêndice, um resumo da História do Partido Comunista (b) da URSS, feito por uma comissão do CC do PC da URSS, obra que todo militante deve ler (288 páginas)	Cr\$ 10,00
<i>Duas Tácticas</i> , de V. I. Lênin. Como <i>Introdução e Apêndice</i> , diversos documentos que possibilitam melhor interpretação deste trabalho (272 páginas)	Cr\$ 10,00
<i>Que fazer?</i> , de V. I. Lênin. No fim de cada capítulo, notas que esclarecem o texto da obra (272 páginas)	Cr\$ 10,00
STALIN, biografia escrita pelo Instituto MEL, de Moscou. Como Apêndice, uma grande entrevista de Stálin sobre assuntos de palpitante atualidade	Cr\$ 10,00

A ALMA DA QUINTA COLUNA É O INTEGRALISMO

Editorial CALVINO Limitada — Av. 28 de Setembro, 174
Rio de Janeiro